



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ELYNALDO GONÇALVES DANTAS

OS (IN)DESEJÁVEIS: Tempo, espaço e identidade na escrita de Gustavo Barroso (1912-1920)

Fortaleza/CE
2021

ELYNALDO GONÇALVES DANTAS

OS (IN)DESEJÁVEIS: Tempo, espaço e identidade na escrita de Gustavo Barroso (1912-1920)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor. Área de Concentração em História Social. Linha de pesquisa Memória e Temporalidade, da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do Prof.º Dr.º Francisco Régis Lopes Ramos.

**Fortaleza/CE
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Federal
do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- D211 Dantas, Elynaldo Gonçalves.
OS (IN)DESEJÁVEIS: Tempo, espaço e identidade na escrita de Gustavo Barroso (1912-1920) /
Elynaldo Gonçalves Dantas. – 2021.
293 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em História, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.
1. Gustavo Barroso. 2. Tempo. 3. Espaço. 4. Identidade. I. Título.

CDD 900

ELYNALDO GONÇALVES DANTAS

**OS (IN)DESEJÁVEIS: Tempo, espaço e identidade na
escrita de Gustavo Barroso (1912-1920)**

Tese apresentada ao Doutorado em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História, área de concentração História Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos

Aprovada em: 19/11/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Renato Amado Peixoto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof^a. Dr^a. Aline Montenegro Magalhães
Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)

Prof. Dr. Antonio Luiz Macedo e Silva Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.
Lélia Gonzales

O lixo vai falar, e vai falar, numa boa, sobre gratidão e lutas.

A escrita é uma prática coletiva e não foi possível chegar até aqui sozinho. É difícil agradecer a todos que contribuíram na feitura dessa tese, pois foram tantos e de tantas formas que qualquer nome que não entre nesse espaço de gratidão já é um erro incomensurável e por isso já peço perdão. Poderia começar agradecendo ao motorista daquele ônibus de “sacoleiras” que, na véspera da minha entrevista para seleção do programa de doutoramento em História da Universidade Federal do Ceará, me embarcou pela metade do preço com destino à Fortaleza, sem esquecer também das próprias “sacoleiras” e seu senso de comunhão e acolhimento para com minha pessoa. Dos meus amigos da família Ibiapina que me acolheram em sua casa durante esse período. Como não lembrar das palavras doces do pessoal da limpeza e serviços gerais do Centro de Humanidades da UFC antes da entrevista, dos candidatos que, em comum acordo com os gentis professores da banca de seleção, alteraram a ordem das entrevistas para que eu não perdesse a passagem de volta para Natal?

Mas essa história de encontros, solidariedade e acolhimento começa bem antes e aqui não teria espaço para essa tarefa de lembrar de todos. Dessa forma, abro agradecendo àquels que vieram antes de mim, porque os passos que me trouxeram até aqui vieram de longe e não têm mais volta! Contrariando as estatísticas, se cheguei até aqui é por nós! Como diz o poeta “Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós”.

Vamos à alguns nomes. Começo agradecendo a turma do doutorado de 2017: Neto, Daniel, Paulo, Sarah, Marise e Assis, vocês são fantásticos, tenho muito orgulho de vocês todos. Priscilla, você é luz. Gilberto Gilvan, como pode um coração tão grande? Gratidão por tudo! Que privilégio a parceria intelectual e amizade dessa turma. Das salas de aula, R.U aos barzinhos vocês foram minha fortaleza. Abraços calorosos igual à essa cidade maravilhosamente quente.

Aos amigos e amigas direto da turma do mestrado para a vida: Diego Fernandes, cada encontro é a certeza de aprendizados, obrigado pelas conversas, pelas leituras e considerações, pelo incentivo, pela amizade! Gil Eduardo, sem você talvez meu projeto de pesquisa,

literalmente, não tivesse nem chegado à UFC. Carlos Henrique, que honra ter você como amigo. Maiara Juliana Gonçalves, não tem como te ver e não lembrar do que disse Angela Davis “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, nesse sentido, gostaria de dizer que você é movimento!

Ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, sempre tão atento, minha eterna gratidão. Menção especial aos professores Frederico de Castro Neves e João Ernani Furtado Filho por, em suas aulas instigantes, proporcionarem o desenvolvimento intelectual da turma a partir dos diálogos, sugestões e indicações de leitura. Ainda nessas aulas, mais especificamente a partir do professor Fred, pude aprender muito com as intervenções e sugestões do professor Tyrone Apollo Pontes Cândido e em especial da professora Afonsina Maria Augusto Moreira, importante interlocutora desta pesquisa e leitora solícita, atenta e dedicada. Fica aqui registrado os meus agradecimentos.

Gostaria de mostrar minha gratidão também ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Luann Alves, você é o cara! Aos professores Renato Amado Peixoto e Durval Muniz de Albuquerque Júnior, meus mais sinceros agradecimentos pela oportunidade de prestar meus estágios de docência com vocês, foram momentos muito importantes de aprendizado. Ao professor Francisco das Chagas Fernandes Santiago Junior, gentileza e sabedoria deveriam compor seu nome, a ti também agradeço a leitura arguta e as sugestões para um artigo específico que veio a compor essa tese. Vocês são mestres do rigor acadêmico e da amizade. Com vocês aprendi, desde à graduação, a historiar sorrindo.

Aos funcionários do Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo, pela presteza, pela atenção dada à minha pesquisa, pela solicitude em atender sempre muito bem seus visitantes e pesquisadores. Sem vocês não teria sido possível a realização deste trabalho.

Aos professores Rodrigo Alves Ribeiro e Antônio Luiz Macedo e Silva Filho, pelo aprendizado inestimável naquele dia maravilhoso de diálogos que transcenderam a banca de qualificação.

Aos professores Renato Amado Peixoto, Aline Montenegro Magalhães, Antonio Luiz Macedo e Silva Filho e Kênia Sousa Rios que, muito gentilmente, aceitaram participar da banca de defesa de tese, meus mais sinceros agradecimentos pela leitura atenciosa e pela tarde rica em aprendizados que vocês me proporcionaram.

Ao Régis, meu orientador, nenhuma palavra seria suficiente para descrever o quanto lhe sou grato pelo carinho, confiança, incentivo e liberdade. Suas aulas desordenavam o tempo cronológico, como podia começar de manhã e num piscar de olhos já ser tardezinha? A

lembrança da força do seu rigor teórico-metodológico que fluía mansamente nas discussões, que partiam sempre do nosso tempo presente, é admirável. Com o senhor, seja nas aulas, caronas, caminhadas, refeições, comemorações, nas reuniões virtuais, seja aonde for, cada instante se torna um momento único e agradável de aprendizado. Meus mais sinceros agradecimentos por tudo e por tanto!

À minha família, mãe, pai e irmão, vocês são a base e a certeza de abrigo. Minha vó Luzia, *in memoriam*, sei que a senhora está sempre comigo assim como sempre estive ao seu lado. A senhora dizia: “estude para ser o doutor do amanhã”. Bem, aqui estou, um doutor que estuda o ser humano no tempo, profundamente comprometido com o hoje, com outros tempos e amanhãs possíveis.

À minha esposa, Vânia, companheira, amiga, grande incentivadora, te amo. Sem você nada disso seria possível.

Família, amigos, meu orientador, professores, conhecidos, anônimos que cruzaram meu caminho de forma tão bonita, se por vezes, literalmente, me faltou fôlego, se por vezes me vi diante de situações que atravessaram meu caminho, impossibilitando o desenvolvimento dessa pesquisa, vocês foram um sopro, tão raro nesses dias, de vida.

Por fim, agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão da bolsa de estudos a partir do segundo ano desta pesquisa. Sou uma das várias sementes da política de recuperação, valorização, aperfeiçoamento e interiorização da educação pública e de qualidade, tratada como base de um projeto de Nação iniciada com o governo Lula e continuada pelo governo Dilma Rousseff. Se desde os acontecimentos que resultaram no Golpe de 2016, até o momento que escrevo estas palavras, esse projeto está sendo deliberadamente sabotado, tenho a fé de que a partir da nossa luta coletiva, constante e democrática, tudo isso vai passar, de que um projeto nacional alicerçado na educação ampla e irrestrita pode ser feito e aperfeiçoado e de que assim poderemos construir um mundo onde caibam muitos mundos.

RESUMO

Esta pesquisa de doutoramento busca analisar como Gustavo Barroso fabricou discursivamente a ideia de tempos, espaços e identidades (in)desejáveis no período de 1912-1920. Objetivamos perscrutar de que forma o discurso barrosiano expresso por meio dos seus livros, contos, crônicas, aforismos, entrevistas, ensaios e da sua atuação enquanto deputado federal pelo Ceará na legenda do Partido Republicano Conservador (1915-1918), buscou descrever, interpretar e ordenar as mudanças históricas que vivenciava no período proposto para análise. São textos e falas quem dialogam com outros discursos do seu tempo e com discursos que o precedem, que estão inseridos num campo de consensos, conflitos e tensões, nas dinâmicas da vida social, que irrompe a partir de dadas relações de poder e saber, sendo produto e fonte produtora de determinadas realidades ao buscar passar dadas ideias e visões de mundo registrando de forma peculiar a mudança advinda com a modernidade e a instauração da República. Discursos que falam assim da passagem de uma antiga sociedade rural baseada na pessoalidade, no paternalismo e na inviolabilidade senhorial, para uma sociedade urbana, atravessada pelo discurso do progresso e pelo anonimato do capital, pela invasão dos agentes do Estado e pela quebra e/ou reorganização de hierarquias sociais. Um mundo que para ele estava fora de ordem e que se dispôs a ordenar. Desse modo, acreditamos que historicizar as (in)desejáveis ideias de Gustavo Barroso, a partir de uma visão que entrelace história, política e literatura em seu discurso, mostrando as engrenagens que o compõe e que o fazem funcionar; é nos preocuparmos com a formulação de um pensamento que é herdeiro de outros discursos, bem como é herança constantemente reformulada, ganhando novas roupagens, para outras práticas políticas que compõe tempos, espaços e identidades (in)desejáveis.

Palavras-chave: Gustavo Barroso; tempo; espaço; identidade.

ABSTRACT

This doctoral research seeks to analyze how Gustavo Barroso discursively fabricated the idea of (undesirable) times, spaces and identities in the period 1912-1920. We aim to scrutinize how the Barrosian discourse expressed through his books, stories, chronicles, aphorisms, interviews, essays and his performance as federal deputy for Ceará in the caption of the Conservative Republican Party (1915-1918), sought to describe, interpret and ordering the historical changes experienced in the period proposed for analysis. These are texts and speeches that dialogue with other discourses of their time and with discourses that precede them, which are inserted in a field of consensus, conflicts and tensions, in the dynamics of social life, which erupts from given relations of power and knowledge, being product and producing source of certain realities by seeking to pass on ideas and worldviews, registering in a peculiar way the change that came with modernity and the establishment of the Republic. Discourses that speak of the transition from an old rural society based on personality, paternalism and inviolability to an urban society, crossed by the discourse of progress and the anonymity of capital, by the invasion of State agents and by the bankruptcy and/or reorganization of social hierarchies. A world that for him was out of order and that he was willing to order. In this way, we believe that historicizing the (un)desirables of Gustavo Barroso, from a vision that intertwines history, politics and literature in his discourse, showing the mechanisms that compose it and that make it work, is to be concerned with the formulation of a thought that is heir to other discourses, as well as a constantly reformulated heritage, gaining new guises, for other political practices that make up (undesirable) times, spaces and identities.

Keywords: Gustavo Barroso; time; space; identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - "Os indesejáveis"	13
Figura 2 - "Os Dragões da Independência"	41
Figura 3 - "Gustavo Barroso e os Dragões da Independência"	55
Figura 4 - "Pelos Flagelados. Festival da Quinta da Boa Vista"	123
Figura 5 - "O governo está desperdiçando dinheiro"	124
Figura 6 - "O martyriologio do nordeste"	125
Figura 7 - "Famintos aglomerados na estação de Iguatú"	159
Figura 8 - "Passeio Público"	161
Figura 9 - No acampamento do Ceara': a disciplina da miseria	163
Figura 10 - "Pelos Flagellados"	173
Figura 11 - "Banquete ao Coronel Liberato Barroso"	184
Figura 12 - "Gustavo Barroso (João do Norte)"	227
Figura 13 - "Projecto contra os indesejáveis"	229
Figura 14 - "O voto a's mulheres: quadros de futuro"	253

SUMÁRIO

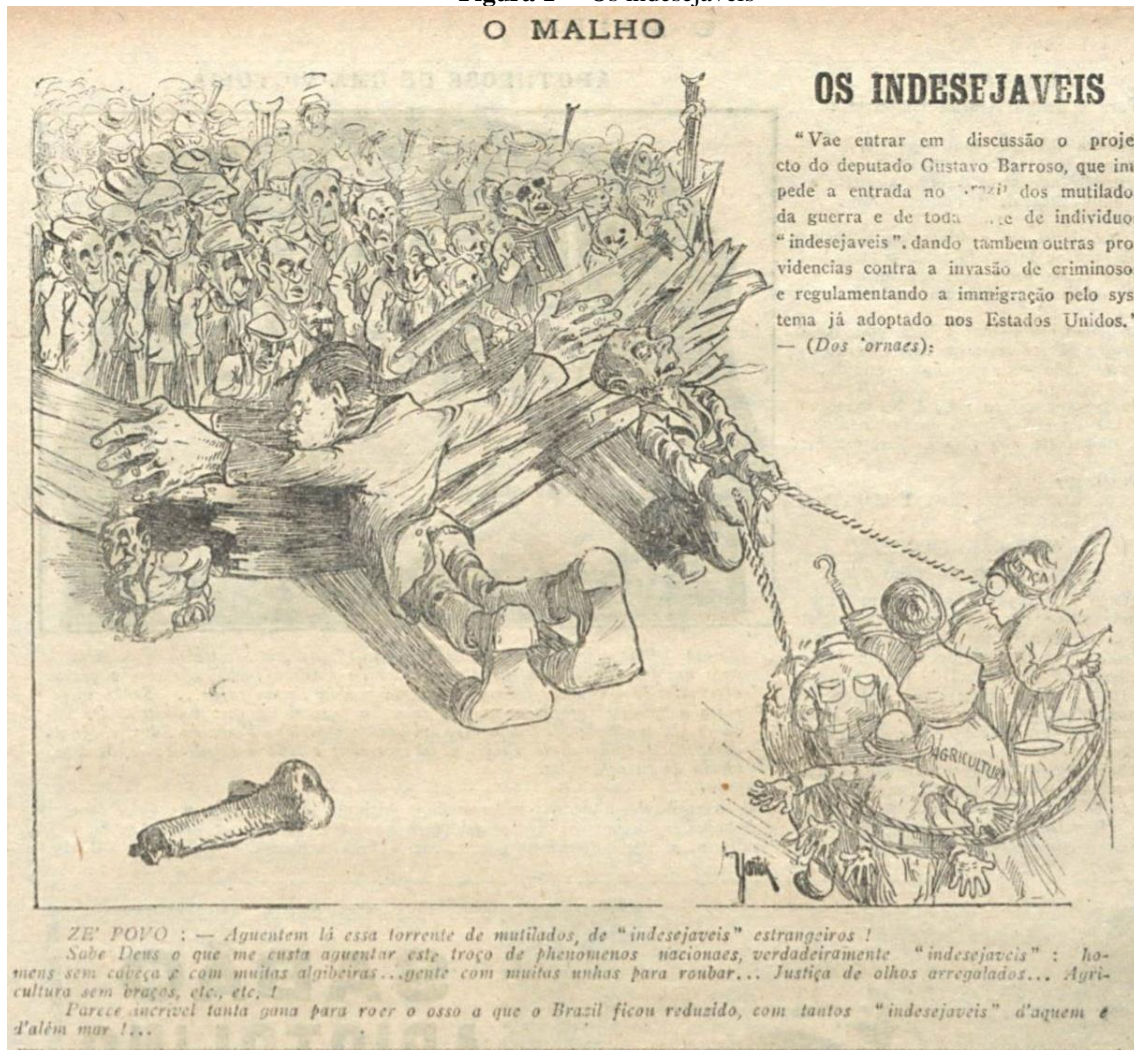
1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 História em tempos de exceção	13
1.2 Uma ronda até nossa tese.....	20
1.3 Algumas considerações teórico-metodológicas sobre história social, política e literatura.....	26
2 TEMPOS (IN)DESEJÁVEIS.....	38
2.1 A fabricação da história: costuras entre política e literatura	39
2.1.2 <i>Disputas do campo político e a costura da História</i>	40
2.1.3 <i>Usos do passado, costuras narrativas entre Literatura e História</i>	49
2.1.4 <i>O Lugar do Tempo: antimoderno na linha da modernidade</i>	51
2.1.5 <i>Sobre Gustavo Barroso e pontes temporais</i>	53
2.2 Um presente (in)desejável	57
2.2.1 <i>“Idéas e Palavras” sobre a formação discursiva antimoderna</i>	59
2.2.2 <i>A evocação do pretérito</i>	68
2.3 Espaço de experiência e horizonte de expectativa no conto “O ÔSSO DO PRESUNTO” (1920)	81
2.3.1 <i>Uma breve ronda nos séculos</i>	82
2.3.2 <i>A Ucronia Barrosiana</i>	85
2.3.3 <i>Estratos da temporalidade</i>	96
3 ESPAÇOS (IN)DESEJÁVEIS	99
3.1 À distância se fez a Terra do Sol.....	100
3.1.1 <i>Não existe amor ao passado em RJ</i>	108
3.2 Discursos e recursos na fabricação do sertão	118
3.2.1 <i>Ser tão estável, seco, duro</i>	134
3.2.2 <i>Território de violência e revolta</i>	139
3.3 Os condenados da cerca	148
3.3.1 <i>Fortaleza, ordem e progresso, para quem?</i>	149
3.3.2 <i>Campo de concentração do Alagadiço: a exceção que é a regra</i>	156
4 CORPOS (IN)DESEJÁVEIS	185
4.1 A formação discursiva em torno do projeto de lei “os indesejáveis” (1916) ...	188
4.1.2 <i>A questão da emigração e a lei de indesejáveis</i>	189
4.1.3 <i>Uma lei em muito desejada</i>	197

4.1.4 <i>Saberes Indesejáveis</i>	199
4.2 Batismo de sangue	206
4.2.1 <i>O sertanejo, o cangaceiro e a busca por redenção</i>	208
4.2.2 <i>Imigrantes indesejados: Anarquistas, mutilados e “Frangotes”</i>	229
4.2.3 <i>Imagens de controle, “Maria”, “Eva” e “Salomé”: opressões intersectadas de raça, gênero, sexualidade e classe no discurso sobre as indesejáveis</i>	244
CONCLUSÃO	265
REFERÊNCIAS	275
APÊNDICE A – FONTES	287

1 INTRODUÇÃO

1.1 História em tempos de exceção

Figura 1 - "Os indesejáveis"



Fonte: (O MALHO, 11 nov. 1916).

A charge que abre esta tese foi publicada pelo *O Malho* em 1916, com o título de “OS INDESEJAVEIS”. Nela, podemos notar o esforço de dois homens. O primeiro, que acreditamos ser Gustavo Barroso, olhos arregalados, braços e peitos abertos como escudo, tenta reforçar uma barreira, uma fronteira da qual seu corpo agora faz parte, e que divide dois grupos. Ao lado dele, o personagem “Zé Povo” de joelhos parece querer trazer à força, amarrada, as instituições brasileiras para a tensão que se desenrola na fronteira. Essas instituições estão representadas como pessoas, algumas sem cabeça, um senhor de chapéu parece ter vários braços, todos inertes. A agricultura representada por uma mulher sem braços,

como a retratar a mão de obra brasileira no início da República que não contava mais, pelo menos formalmente, com o trabalho escravo. A Justiça, por sua vez, uma senhora, de olhos arregalados, assustada com o que vê, parece esconder a balança, seu símbolo de ofício, atrás do corpo. As instituições assim aparecem espantadas, em relação às pessoas que forçam a entrada por essa zona fronteira que se retrata ameaçada.

Do outro lado dessa fronteira, aparece uma multidão, um sem-fim de pessoas que não pedem passagem, numa marcha em direção a esse outro lado da fronteira elas parecem derrubar e destruir tudo o que veem pela frente. As pessoas que compõem essa multidão são representadas como adultos esqueléticos, flagelados, alguns idosos, uma criança também. A maioria de mãos vazias. Outros, trazem consigo objetos que os identificam a limitações físicas: muletas e óculos escuros. Reparem um senhor no canto inferior esquerdo da muralha encontrou uma brecha. Rastejando, mesmo como um rato, ele olha para um osso com o anseio de roê-lo.

Seria o osso uma representação do país? Acreditamos que sim, um Brasil já esgotado que agora aparece ameaçado por uma multidão. Segundo a charge, essa multidão seria mesmo composta por pessoas? Acreditamos que não. As pessoas retratadas têm sua humanidade negada, são corpos esqueléticos, feições raivosas, disformes, o senhor que passou pela brecha da fronteira tem traços de ratazana. Não, definitivamente o autor da charge está representando um duplo do homem, algo diferente, uma “infravida”.

Como legenda, o personagem Zé Povo grita:

“- Aguentem lá essa torrente de mutilados, de “indesejáveis” estrangeiros! Sabe Deus o que me custa aguentar este troço de phenomenos nacionaes, verdadeiramente “indesejáveis”: homens sem cabeça e com muitas algibeiras... gente com muitas unhas para roubar... Justiça de olhos arregalados... Agricultura sem braços, etc., etc.!”. (O MALHO, 11 nov. 1916).

Na legenda ao lado, está a explicação da charge: iria entrar em discussão na Câmara dos Deputados o projeto apelidado de “Os Indesejáveis” de autoria do deputado federal Gustavo Barroso¹. Nesse projeto, bastante repercutido por jornais da época, o então deputado federal pelo Ceará buscou impedir a entrada no país daquilo que ele considerava como “indesejados” a partir da experiência já adotada nos Estados Unidos. Pelo projeto de lei, quem seriam esses indesejados? “Os mutilados da guerra” (Primeira Guerra Mundial) e “toda sorte de indivíduos”, dando conta também da “invasão de criminosos”. Entre os indesejados “o

¹ Pela centralidade que atribuímos ao projeto de lei sobre indesejáveis (1916), de autoria de Gustavo Barroso, em nossa tese, avisamos aos leitores e leitoras que iremos nos remeter à ela algumas vezes no decorrer de nosso trabalho.

resto, o cisco, os detritos” (BRASIL, 1916, n. 110) também se enquadram: cegos, surdos-mudos, paráliticos, enfermos de moléstias contagiosas ou incuráveis, idiotas, imbecis, alienados mentais, mendigos, ciganos, mulheres sós, viúvas com filhos menores de 16 anos que não conseguissem comprovar renda ou sem familiares que as acolhessem, homens maiores de sessenta anos e menores de dezesseis (BRASIL, 1916). E, como veremos, anarquistas e comunistas também seriam combatidos por meio desse projeto de lei. Outro pressuposto para se defender essa lei, como veremos mais afundo no terceiro capítulo desta tese, está na defesa de uma suposta “limpeza racial”, ou seja, a ideia de que o Brasil se encontrava “contaminado” pela presença de traços biológicos e sociais de elementos negros e indígenas, em detrimento das desejadas características branco-europeias.

Sejamos sucintos sobre a formulação da lei barrosiana, pois estamos num momento introdutório. Ela foi apresentada pelo deputado Gustavo Barroso em 1916, mas se insere num debate maior advindo com a libertação formal dos seres humanos escravizados e da então recente Proclamação da República. Várias eram as propostas sobre a abolição, algumas mais conservadoras, outras mais progressistas, mas a que foi sancionada pela Princesa Isabel em 1888, foi breve e sem muitos detalhamentos: "Não há mais escravos no Brasil, revogam-se as posições em contrário". Dessa forma, o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão num ato que visava pavimentar o caminho de Isabel para o Terceiro Reinado no Brasil, sendo apresentada como a “redentora dos negros”, jogada política que silenciava as lutas de várias entidades pela abolição e principalmente o papel do negro nessa resistência, negros estes que se insurgiram e se rebelaram de várias formas desde o começo da escravidão.

Apresentada como uma benesse da monarquia e silenciadora dos conflitos, a Lei Áurea não previa o que fazer com a enorme massa de pessoas negras libertas, nem indenizou os grandes proprietários de café que logo se aliaram aos grupos republicanos. Diante disso, seria decretado o fim do Império, e assim, nascia a República e com ela o mesmo descaso planejado com a inclusão dessa população de recém-libertos que se viram dessegurados das menores condições de cidadania. Exclusão, criminalização e repressão voltadas à população negra foram, e são até nossos dias, a marca do *racismo institucional*² no Brasil.

O caminho para a constituição da nova força de trabalho no início do século XX, foi encontrada no incentivo à imigração, europeia e branca, vinculada a modelos evolucionistas e

² Segundo Liana Lewis: “o termo Racismo Institucional foi cunhado com o intuito de ampliar o conceito clássico de racismo, levando-o para além do escopo limitado do indivíduo. O conceito interpela as instituições a se repensarem diante de sua seletividade racial em relação a indivíduos e grupos, seletividade esta que opera de forma estrutural na contemporaneidade, demarcando de maneira inequívoca espaços e privilégios e solapando a plenitude do conceito de dignidade da população negra” (MORAES, 2013, p. 11).

darwinistas sociais, com o intuito de formar uma população brasileira “moralmente” qualificada, através da lógica da política de branqueamento. Nesse sentido, já em 1891, foi promulgada a Constituição Federal brasileira, cujo artigo 72 tratava dos direitos dos cidadãos nacionais: “(a) Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”, abolindo, então, por meio do parágrafo 20, “a pena [...] de banimento judicial” (BRASIL, 1981), tanto aos nacionais como aos estrangeiros residentes. Dessa forma, os nacionais estavam livres da pena de banimento, mas a questão sobre os estrangeiros ficara vaga, sem conceituar exatamente o que significava ser um estrangeiro residente nem sobre o que constituía uma residência.

Essa grande massa de imigrantes que desembarcava no país se defrontou com problemas estruturais e com a incapacidade do Estado de absorvê-los no mercado de trabalho formal, atirando muitos na informalidade, na mendicância, na prostituição e em outras zonas indesejadas por uma elite que ansiava em inserir o Brasil no molde do progresso civilizacional europeu.

Estamos falando especificamente de novos atores sociais que entram em cena pelos idos dos anos 1870, quadro composto por jovens intelectuais, políticos, artistas e militares, com base econômica na agricultura cafeeira do Sudeste do país, e de inspiração técnica cientificista advinda da Europa e Estados Unidos à luz de teorias, como a do darwinismo social inglês, do monismo alemão e do positivismo de Augusto Comte, bem como uma nova elite que ascende no país, a partir do jogo especulativo e das “negociatas dos primeiros anos da República”, arrivistas estes que foram chamados de “homens novos” (SEVCENKO, 1998, p. 14-16). Elites estas que compunham um campo de tensão, de acordos, de diálogos e de dinâmicas com a antiga ordem, que tinha muito dos seus quadros advindos da então Região Norte, de base monárquica, senhorial e oligárquica e seus descendentes citadinos e letrados que buscavam se inserir na nova ordem política-econômica-social do país, buscando, nos jogos do poder, novos espaços.

Alguns imigrantes e seus descendentes que conseguiram espaço no mercado de trabalho também passaram a incomodar as elites brasileiras, que traziam (e ainda trazem) a memória e a saudade da escravidão, a partir da organização operária. Inspirados em teorias comunistas e principalmente anarquistas adaptadas às peculiaridades locais, esses novos atores sociais exigiam condições mínimas de trabalho. Nesse sentido, a questão de como enquadrar essas pessoas “indesejadas” na forma da lei ganhou destaque na vida pública do País. Grande exemplo dessas tensões foi a “Lei Gordo” em 1907.

O republicano Adolfo Afonso da Silva Gordo (1858-1929) teve uma longa carreira como deputado e senador federal pelo Estado de São Paulo. Destacando-se dentre seus projetos, o que propunha as Leis de Expulsão de Estrangeiros. As primeiras propostas de legislação nesse sentido foram discutidas já em 1894, depois em 1902 e 1906, como resposta das classes dominantes às crescentes mobilizações de trabalhadores imigrantes que questionavam suas condições de trabalho e alguns que questionavam o próprio *status quo*. Em janeiro de 1907, a lei de expulsão de estrangeiros, que ficou conhecida mais pelo nome de seu proponente como, “Lei Gordo”, foi sancionada pelo presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Afonso Augusto Moreira Pena. Mas as contestações, denúncias de arbitrariedade das autoridades, manifestações e greves dos operários continuaram. Dessa forma, a Lei de 1907 foi entendida como insuficiente, sendo modificada, com a defesa de Adolfo Gordo em 1912. Interessante notar que, segundo o historiador Luis Giampietro Bonfá Rogério (2008), Adolfo Gordo visava a coibir movimentos grevistas no meio rural, o que amplia a extensão dos movimentos contestatórios dos trabalhadores no primórdio republicano, movimento esse analisado mais sobre o prisma das revoltas urbanas. E é em meio a esse debate que o projeto de lei de autoria de Gustavo Barroso, apresentado em 1916, se insere.

Não nos interessa, nesse momento introdutório, adentrar nos desdobramentos dessa lei que se refletiram em tensões, conflitos e acordos não só na esfera político-judiciária, mas também na atividade literária de Gustavo Barroso publicada em livros e jornais. Por ora nos interessa, a partir da charge que abre este trabalho, refletir sobre como figuras “indesejáveis” foram construídas no início do século XX e como são ressignificadas no mundo contemporâneo em que a lógica da barbárie parece ser o *continuum* da nossa história. Dessa forma, a charge que fala da necessidade da construção de fronteiras e do permanente reforço delas para conter aquilo que determinados grupos entendem como indesejáveis não é aleatória, muito menos arbitrária, pois, a partir dela, podemos problematizar alguns traços que teimam em, de alguma forma, permanecer.

Os indesejáveis da Primeira República trazem em seus corpos as marcas das tensões, negociações e dinâmicas entre dois campos de forças: setores saudosos da antiga ordem imperial e tudo o que aquele mundo representava e os apologistas de um regime que buscou “a qualquer custo” a almejada “Ordem e Progresso”, ambos os campos não se furtaram em buscar reprimir, docilizar, controlar, ordenar, vigiar e excluir essa ampla parcela da população que teve seus direitos negados, que teve sua cultura e seus corpos violados, que foram vistos como inimigos porque não eram considerados seres humanos e, como tais, não teriam

direitos. Portanto, deveriam ser excluídos, separados, isolados, eliminados, pois eram indesejáveis para ambos os setores que disputavam a ordem e o progresso republicano.

O discurso de negação desse *Outro*, o diferente, o que não é familiar ou porque não quer ser, ou porque não é permitido que seja, não fabricou apenas os corpos indesejáveis para serem dilacerados pela máquina autoritária da ordem e do progresso. Também entendemos que estavam em negociação, em tensão, a disputa de tempos *outros*, de espaços *outros* e de subjetividades *outras*, viabilizadas pela lógica excludente dos que preferem erguer *fronteiras* temporais, espaciais, materiais e simbólicas, ao invés de derrubá-las, àqueles que preferem apostar na uniformidade, na homogeneidade, do que no respeito à alteridade, ao que é diverso, ao que é diferente, construindo assim corpos, espaços e tempos (in)desejáveis.

Nesse sentido, a fabricação de (in)desejáveis parece ter sido uma constante no pensamento barrosiano. Já na década de 1930, Gustavo Barroso imerso na Ação Integralista Brasileira (AIB)³, da qual participava ativamente como um dos principais ideólogos e líder de suas milícias, escreve aquele que viria a ser um dos *best-sellers* do antissemitismo moderno⁴, o livro *Brasil – Colônia de Banqueiros* (BARROSO, 1936), no qual o mito da conspiração judaica é elevado à categoria de História, à qual Barroso recorre estudando “todos” os empréstimos contraídos pelo Brasil, desde sua independência até os dias da escrita de seu livro, com um fundo de misticismo que levaria à denúncia das forças do mal, o judeu, e à vitória final do bem, o integralismo.

Na referida obra, Barroso elabora uma explicação para a suposta crise da realidade brasileira, que seria, em sua perspectiva, o fato de os bancos estrangeiros controlados pelos judeus estarem levando o país à falência, desde os primeiros empréstimos contraídos em 1824, após a independência. Falência não só econômica, mas também moral, que obedeceria às leis secretas de aniquilamento de todos os povos (BARROSO, 1934, pp. 14-15). E não adiantaria o combate feito à suas obras pelos “caluniadores do integralismo”, pois “falta-lhes

³ A Ação Integralista Brasileira, AIB, movimento fundado em 7 de outubro de 1932, por Plínio Salgado, surge da reunião de vários grupos, como a Ação Social Brasileira, o Partido Nacional Fascista, a Ação Imperial Pátrio-Novista e a Legião Cearense do Trabalho, inserindo-se no debate sobre o que seria a brasilidade, trazendo, em seu âmago, características semelhantes aos dos partidos nazista e fascista, que ganhavam força na Europa. A AIB apresenta suas características peculiares, inerentes ao contexto brasileiro, mas mantendo a mesma matriz ideológica dos movimentos fascistas, *grosso modo*: partido único de massa, forte estrutura hierárquica, exacerbação dos valores nacionais, forte oposição aos princípios do liberalismo do comunismo e do socialismo, busca pelo domínio dos meios de comunicação, eliminação do pluralismo político, aniquilamento das oposições embasado na violência e no terror. Mais sobre a AIB, ver: (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003).

⁴ Em nossas pesquisas nos deparamos com vários exemplares desse livro, desde a sua primeira edição de 1934, passando pela quinta edição de 1936, até uma edição de 1989. Gostaríamos de ressaltar que não é só a quantidade de edições desse clássico do antissemitismo moderno que nos chama atenção (número esse que não conseguimos rastrear até o momento), mas sim a sua forte disseminação em *sites* e *blogs* na internet que visam manter vivo o pensamento barrosiano sempre reatualizado para as demandas atuais.

competência intelectual, moral e até mesmo física...” (BARROSO, 1934, p. 119). Pela repercussão desse livro e pela aproximação de seu discurso junto aos seus congêneres europeus, o nazismo alemão e o fascismo italiano, Barroso mais tarde receberia o apelido, pelo jornal nazista *Deutsche La Plata Zeitung*, de Buenos Aires, de *Führer* do integralismo brasileiro⁵. Façamos notar que a lógica beligerante do *Eu X Outro*, da exclusão, da pulsão de morte, é o elemento que dá nexos e inteligibilidade à lógica barrosiana que, a partir de elementos que serão desenvolvidos no decorrer desta pesquisa, fazem parte não só de sua fase integralista.

Embora não constitua em si o tema central da nossa tese, a preocupação com discursos que temem e rejeitam o *outro* é um *continuum* em nossas pesquisas que extrapolam os muros da academia e adentram em aspectos da nossa empiria que não são deixados de fora da escrita, delimita-se assim, como conceituou Koselleck, nosso *espaço de experiência* e nosso *horizonte de expectativas*, falando muito da nossa concepção de história que se faz nos rastros do pensamento de Marc Bloch (2001), crente numa história problematizadora, que ele entende ser escrita e feita na relação entre presente e passado.

Dessa forma, pensamos que problematizar os (in)desejáveis, de Gustavo Barroso, a partir de uma visão que entrelace história, política e literatura em seu discurso de 1912-1920, é estarmos atentos à formulação de um pensamento que é *herdeiro* de outras formulações, assim como é herança constantemente reformulada, ganhando novas roupagens, para outras práticas políticas embebidas no caldeirão cultural do colonialismo e do fascismo que não são exceção, mas sim a regra.

Sendo assim, acreditamos que historicizar esse aspecto do pensamento barrosiano, mostrar as engrenagens que o compõe e que o fazem funcionar, é nos preocuparmos com o mundo que construímos e que nos constrói. É evocar a necessidade da ação para não sermos espectadores passivos, cúmplices do autoritarismo e da “barbárie”, para não perdemos de vista os acontecimentos do presente em relação com o passado. É chamar atenção para a diligência contra o fascismo que mais uma vez desfila alegre e festivo pelas ruas. É, em tempos de exceção que se faz regra, nos preocuparmos com as possibilidades de contatos com a *outridade*, sendo uma forma de expandir nossos horizontes, de viabilizar condições de *outros* viverem neste mundo, como nos alertou Manoel Luiz Salgado Guimarães (2010).

⁵ Essa informação, com autoria de Amélia Coutinho e sem data, pode ser conferida no site da FGV-CPDOC e está disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-dodt-barroso>>. Acesso em 05 mar. 2021.

Historicizar a produção discursiva barrosiana de (in)desejáveis é, como nos adverte o historiador Renato Amado Peixoto, pensar o “fantasma de Gustavo Barroso” para “além da grade do arcaísmo e da (sua) relação com o nazismo, para ser inquirido aos modos de pensar e de se fazer lembrar o passado”. É pensarmos como essa questão fora excisada enquanto “espectro” na historiografia⁶, é vermos Gustavo Barroso também como um “Intérprete do Brasil”, ou seja, alguém que pensou e elaborou dada visão sobre o país, seu passado, presente e futuro, bem como o papel dos seus sujeitos históricos. (PEIXOTO apud DANTAS, 2015, p. 17).

Por fim, acreditamos que encarar o fazer história nessa perspectiva, datada por condição própria da prática historiográfica, é participar dos combates pela história nesses dias sombrios de “estranhas derrotas”, é fazer do nosso ofício, em tempos de exceção, um ato de amor capaz de explodir o *continuum* de uma história homogeneizadora, vazia e linear que tentam nos impor por meio de agendas políticas como o projeto de lei “Escola sem Partido”. Nos posicionar dessa forma é lutar por uma história múltipla, repleta de possibilidades, “saturada de agoras”, criando, assim, a verdadeira exceção, como nos aponta Walter Benjamin⁷. E assim, como nos legou o historiador francês Lucien Febvre (1989) tratar o nosso *métier* como um ato de amor, pois: “amo a história – e é por isso que estou feliz por vos falar, hoje, daquilo que amo”.

Como isso será feito, pretendemos mostrar a partir de nosso próximo tópico introdutório.

1.2 Uma ronda até nossa tese

⁶ Renato Amado Peixoto trabalha a ideia de espectro e fantasma à luz das reflexões derridianas, em que ambos “devem ser entendidos como impossibilidade em separar os pertencimentos ficcionais que são sobrepostos aos acontecimentos excisados na historiografia, na medida em que essa ficção é um simulacro do excisado, trabalhado na teologia, mas que este simulacro será, doravante, assombrado pelo espectro do excisado. (PEIXOTO apud DANTAS, 2015, p. 15)

⁷ Trabalhamos em nossa pesquisa com a mesma tradução das teses utilizadas por Michael Lowy em: *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses Sobre o Conceito de História*. (LÖWY, 2005). A escolha por trabalharmos com essa tradução, e a partir das leituras de Löwy, não é fruto do acaso, é uma opção deliberada por estarmos concatenados com o referido autor em sua interpretação da realidade latino-americana à luz da filosofia da história benjaminiana expressa em suas Teses. Aqui é preciso evidenciar que, nesta pesquisa, ao falarmos que trabalhamos à luz do pensamento benjaminiano nos referimos especificamente ao seu pensamento expresso nas *Teses Sobre o Conceito de História*.

Começamos esse tópico realizando uma ronda sobre como os caminhos que percorremos ao longo de quase vinte anos na academia nos levaram até esta pesquisa. Nosso interesse em estudar as obras e as ideias de Gustavo Barroso tem a ver justamente com as questões colocadas anteriormente, surgindo da vontade de realizar estudos em volta de uma História Política comprometida com o tempo presente. Nesse sentido, por volta de 2007, começamos a acompanhar o percurso de vida e o desenvolvimento intelectual de Carlos Marighella (DANTAS, 2010). Essa pesquisa deu como resultado o trabalho final do curso de bacharelado em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com monografia intitulada de: “Marighella aquém do que se vê: a vida e o mito de Carlos Marighella”, nela buscamos entender como ele foi transformado em *mito*, tanto pelas esquerdas quanto pelas direitas políticas, ainda em vida, e como esse *mito* ganhou novo significado após sua morte, pensando que, em cada momento, esses *mitos* serviram para a construção de certas realidades.

Num capítulo específico dessa pesquisa, buscamos compreender como a ditadura civil-militar (1964-1985) construiu a *representação* de Marighella como “inimigo público número um do Brasil”. O que nos chamou a atenção foi que ao entrar em contato com as fontes e com grupos que disseminavam essa ideia a partir de *blogs* e comunidades virtuais fechadas na *internet*, pudemos perceber a organização, força e a vitalidade do pensamento conservador e autoritário de extrema direita no Brasil, que ajudou a construir a imagem quase demoníaca de Carlos Marighella, como terrorista e inimigo da nação, e percebemos que as recorrências positivas ao nome de Gustavo Barroso eram constantes nesses meios. Estávamos entre os anos de 2007 e 2010, o Partido dos Trabalhadores (PT) estava na presidência do país há alguns anos e nem as primeiras denúncias de corrupção, envolvendo o partido, parecia abalar a imagem do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que encerrou seus dois mandatos com níveis altíssimos de aprovação e, ainda, conseguiu eleger sua candidata, Dilma Rousseff, ao cargo de presidente do Brasil.

Nossa atenção voltou-se para esses grupos de extrema direita e, partir de então, surgiu a vontade de compreender o porquê de Gustavo Barroso ser tão citado nas discussões políticas da primeira metade do século XX e da necessidade de se entender a força do seu pensamento anticomunista, racista, em nossa sociedade que, ao reatualizar o pensamento barrosiano, inserindo-o nas discussões de seu tempo presente, fabricou outros inimigos, como: o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pessoas homoafetivas, movimentos sociais de esquerda. Todos estes que

passam a ser entendidos como agentes do mal, forças desagregadoras que podem e devem ser combatidas em nome de uma determinada moral e ordem.

A antropóloga Adriana Dias, pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), há tempos vem dedicando-se ao mapeamento de grupos neonazistas que atuam tanto nas ruas como na *internet*, nos trouxe dados alarmantes. Segundo sua pesquisa, o número de sites que veiculam informações de interesse neonazistas subiu 170%, saltando de 7.600 em 2002 para 20.502 em 2009. No mesmo período, os comentários sobre esse tema nos fóruns cresceram 42.585%. E, nesse período por ela pesquisado, o número de *blogs* sobre o assunto cresceu mais de 550%⁸. Não temos dados atuais, mas acreditamos que esse número ainda segue crescendo em ritmo acelerado atualmente. Portanto, a preocupação com esse tema se inscreve dentro de uma perspectiva atual e legítima, uma vez que assistimos a um galope desenfreado do avanço de grupos de extrema direita não só no país, mas também internacionalmente. Dessa forma, ainda em 2012, desenvolvemos uma pesquisa no mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) intitulada “GUSTAVO BARROSO, O FÜHRER BRASILEIRO: Nação e Identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937” que no ano de 2015, foi publicado com o mesmo título em formato de livro (DANTAS, 2015).

Nessa dissertação, nosso interesse foi colaborar com as pesquisas em torno da presença da ideologia de matriz racial nazista no Brasil, a qual, acreditamos, deixou marcas; um legado que vem ganhando cada vez mais espaço entre nós e que seria preciso deixar de considerar esse pensamento como um mero “pesadelo dos anos 1930” e fazer um debate historiográfico preocupado com o mundo atual. Ideologia que tem sido muitas vezes silenciada pela historiografia brasileira, trabalhada mais comumente pelo prisma de autores eleitos como os “intérpretes do Brasil”, ou seja, autores que pensaram e elaboraram dadas visões sobre o Brasil, reunindo autores que pensaram diferentemente o passado, o presente e o futuro do País, bem como o papel dos seus sujeitos históricos, de forma legítima e de fundamental importância (DANTAS, 2015, p. 29). Dessa forma, nosso trabalho buscou versar sobre outra face da nossa história, relegada muitas vezes apenas como um “pesadelo dos anos 30”: a atuação do destacado intelectual Gustavo Barroso, nos seus anos de forte atuação integralista.

Concluimos, assim, que a interpretação barrosiana da história nacional, feita durante sua inserção na Ação Integralista Brasileira, é marcada pela teoria da conspiração judaica e

⁸ Os dados preocupantes dessa pesquisa se encontram disponíveis em: (PRAGMATISMO POLÍTICO, 14 out. 2011).

por uma doutrina racista que dialogava em vários aspectos com a doutrina nazista. Gustavo Barroso, que esteve vinculado a várias instituições ligadas ao Estado, buscou conciliar seu ideal racista com a elaboração de um projeto de nação que fosse viável com a doutrina do Sigma. Nesse sentido, acreditamos que Barroso procurou subsumir a história do Brasil, segundo o critério de ação benéfica do grupo racial branco-cristão e da ação destruidora do grupo racial semita, ou seja, uma teoria que pressupõe origens distintas das raças, uma visão poligênica.

Dentre várias questões que ficaram da nossa pesquisa de mestrado, uma nos chamou mais atenção: Barroso ingressou nas fileiras integralistas em 1933, partindo nesse mesmo ano naquilo que ele chamou de “bandeiras”, ou seja, uma série de palestras e conferências pelo Brasil, no intuito de divulgar e difundir o pensamento integralista. A partir desse material, ele publicou seu livro “O Integralismo em marcha”, por meio do qual busca explicar e alicerçar os fundamentos da AIB, além de explanar seu modo de compreender e realizar o Brasil (DANTAS, 2015, p. 78). Mas o tema do antissemitismo que iria destacar o pensamento integralista barrosiano aparece um ano depois, 1934, de forma clara e já visceral quando da publicação de uma de suas obras de maior destaque “Brasil — Colonia de Banqueiros”. Alguns anos depois o líder das milícias integralistas explicou como o tema do antissemitismo passou a ser o elemento que daria nexos e inteligibilidade ao seu pensamento:

Quando entrei para o Integralismo, era já um escritor mais ou menos, com algumas dezenas de obras publicadas. O meu público poderia atestar que eu nunca escrevera uma palavra contra os judeus. Sabia alguma coisa a respeito da questão, mas não o bastante para me imprimir uma atitude espiritual. Foi o Integralismo que me tornou anti-judaico. A primeira pessoa que comigo conversou profundamente sobre o judaísmo foi o Chefe Nacional. A segunda o companheiro Madeira de Freitas, que me emprestou para ler a edição francesa dos “Protocolos dos Sábios de Sião”, obra que eu não conhecia. Os estudos para a feitura do livro “Brasil-colônia de banqueiros” desvendaram-me os últimos mistérios da organização secreta do judaísmo. Passei, então, a dar-lhe combate, baseado na nossa doutrina e na palavra de Plínio Salgado (BARROSO, 1937, pp. 161-162).

Dessa forma, a questão que ficou foi: será que o pensamento integralista barrosiano foi construído mesmo no tempo de um ano? E cabe registrar que, a historiadora Afonsina Maria Augusto Moreira em muito contribuiu para essa nossa inquietação ao lançar em sua tese, “No Norte da Saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso”, uma provocação importante para nós, abrindo um debate ao qual pretendemos nos inserir, a saber: a base do pensamento integralista barrosiano teria encontrado alicerce em sua produção pretérita acerca da cultura popular, na definição do que seria a nação e o ser nacional (MOREIRA, A. M. A., 2006, p. 182).

Sendo assim, voltamo-nos para os escritos barroso antes de sua entrada na doutrina do Sigma, não para encontrar o “führer brasileiro” antes da década de 1930, operação que consideramos por demais anacrônica. Afinal, seu pensamento integralista corresponde às tensões e dinâmicas da década de 1930 e, como buscamos demonstrar em nossa dissertação, era um pensamento que visou sempre respostas ao seu tempo presente de escrita. Buscamos, assim, analisar os fundamentos desse pensamento de rejeição ao *outro*, os alicerces de seu pensamento integralista.

Tendo acesso, por meio do Instituto Câmara Cascudo, localizado em Natal - Rio Grande do Norte, a boa parte dos escritos de Gustavo Barroso, começamos a explorar seu pensamento expresso em obras literárias. Nesse sentido, foram lidos livros de sua autoria datados da década de 1910 e 1920, por meio das quais notamos que a preocupação de Barroso com temas como a raça, imigração, a tradição e o determinismo geográfico eram recorrentes, conferindo nexos e inteligibilidade aos seus escritos.

Ao aprofundarmos nossa pesquisa, sentimos a necessidade de mais informações sobre a atuação do Gustavo Barroso político, mais destacadamente a sua atuação como Deputado Federal pelo Partido Republicano Conservador do Ceará (1915-1918), período esse que geralmente aparece nos escritos acadêmicos com notas muito rápidas⁹, quase a sugerir que ele não deixou nenhuma marca registrada de sua atuação. Os registros sobre a atuação legislativa de Gustavo Barroso foram buscados nos anais e diários da Câmara dos Deputados¹⁰.

Então, saltaram-nos aos olhos a quantidade de reportagens da época que mencionavam a atuação e a vida social do referido deputado e intelectual, notadamente, as discussões sobre a seca de 1915 e os projetos de leis sobre os chamados “Indesejáveis” (1916) e sobre os “Dragões da Independência” (1917), projetos esses que, pelo que foi por nós arrolado, repercutiram amplamente na época tanto na Câmara dos Deputados quanto em jornais e revistas. Todo esse rico e vasto acervo pode ser encontrado no endereço eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹¹.

⁹ No sentido de dar ênfase a atuação de Gustavo Barroso na Câmara dos Deputados dialogaremos principalmente com a tese de doutorado da historiadora Aline Montenegro Magalhães que buscou analisar a multiplicidade das experiências vividas por Barroso com base no que foi explicitado e no que foi silenciado em sua produção autorreferencial (MAGALHÃES, 2009). A tese da historiadora Erika Moraes Cerqueira, principalmente a discussão em torno do projeto de lei que visava criar a guarda dos Dragões da Independência, ao investigar como Barroso buscou dotar de tonalidades afetivas a aproximação entre Exército e nação em sua obra (CERQUEIRA, 2020), também nos será um importante ponto de diálogo.

¹⁰ Localizados no seguinte endereço eletrônico: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>.

¹¹ Que pode ser acessado a partir do seguinte endereço eletrônico: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Diante das informações apontadas, é que buscaremos, a partir do balizamento temporal que vai de 1912 a 1920, entender por meio da análise do discurso de Gustavo Barroso, como o intelectual e político registrou em seus livros, contos, projetos de leis e discursos na Câmara dos Deputados, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e as sensibilidades desse período, bem como a situação particular do referido autor no meio social em que circulava.

Discursos elaborados em função de demandas sempre atuais, discursos que são registros de seus sonhos, temores e anseios. Discursos que têm o tempo dentro de si, que remetem a dadas dimensões do tempo e do espaço, a determinadas relações sociais, nas quais ele estava inserido, sendo frutos de um momento histórico específico e comprometidos com determinadas relações de poder. Discursos que, ao falarem dos (in)desejáveis de Gustavo Barroso, os fabricam. Discursos que operam a realidade, prática social que produz, mas que é também produzida socialmente, fabricando visões de mundo que, por sua vez, engendram discursos outros.

Percorrer esse itinerário é estarmos atentos para o referencial de contingência em que sua escritura foi produzida; as tensões, os conflitos, os acordos, as dinâmicas sociais, o campo de forças pelo qual se movia, bem como as relações de poder e saber em que se engendra sua prática cultural, que se constitui em meio às experiências das relações sociais.

A hipótese fundamental dessa pesquisa é a de que, por meio da análise do discurso de Gustavo Barroso, que plasmava sua sensibilidade na linguagem em constante sintonia com sua atuação política, poderemos percorrer as ambiguidades e incertezas, os valores, as razões e os sentimentos que moviam as sociabilidades, as sensibilidades do período proposto para análise; período este marcado por grandes transformações na política, na economia, na cultura e também na vida cotidiana, que deixava a sensação de vertigem e aceleração do tempo. Dessa forma, buscaremos mostrar que em Gustavo Barroso temos uma interpretação belicista do mundo que, somado à sua valorização do passado militar, atuou de forma significativa para a construção discursiva de tempos, espaços e corpos (in)desejados.

Nesse sentido, nos interessa investigar qual a concepção de tempo, espaço e identidade que Barroso compõe em suas narrativas e qual imagem que ele busca construir de si mesmo nesse processo, quais foram os elementos retóricos argumentativos utilizados em sua escrita, quais os autores com os quais ele busca dialogar em seus textos, seja para negá-los, ratificá-los ou para superá-los, qual o “barro social e histórico” que Barroso utilizou para

moldar seus discursos, enredos e personagens que, acreditamos, metaforizam sentidos atribuídos à história política e social¹² de uma determinada circunstância.

Assim sendo, a partir da análise do discurso de um sujeito historicamente localizado, pretendemos contribuir para com os estudos sobre uma das forças ativas mais expressivas da esfera político-social brasileira que, por meio de sua literatura e de sua atuação enquanto deputado, vivenciou, registrou, atribuiu e instituiu sentidos e significados às energias e aos processos sociais mais prementes da Primeira República. Procuramos assim nos vincular à área de concentração de História Social, na linha de pesquisa Memória e Temporalidade, da Universidade Federal do Ceará que preza, entre outras coisas, pelos estudos que entendem que a cultura se faz a partir das vivências das tramas sociais, portanto, envolvidas em relações de poder.

1.3 Algumas considerações teórico-metodológicas sobre história social, política e literatura

Gustavo Adolfo Luíz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu na cidade de Fortaleza, Ceará, no dia 29 de dezembro de 1888, filho de Antônio Filinto Barroso, pertencente à uma tradicional família cearense em declínio econômico, e de Ana Dodt Barroso, descendente de imigrante alemão. Seus primeiros estudos se deram no colégio laico Partenón Cearense, em 1898. Seu curso secundário foi no Liceu do Ceará, em 1899, ingressando na Faculdade de Direito do Ceará em 1907.

Nesse período, em que a oligarquia Accioly encabeçava o quadro político cearense, Barroso começa a desenvolver atividades letradas ao escrever para órgãos da imprensa local. Aos 19 anos de idade, em 1907, sua postura nos jornais começa a se destacar pelo forte oposicionismo à oligarquia de Nogueira Accioly. Esse ano também marca a estreia de Barroso na imprensa nacional e sua participação em grêmios literários. No ano de 1910, Barroso passa a residir na capital do país, Rio de Janeiro, onde conclui seu curso de Direito em 1912, em concomitância à sua atividade de escritor e redator de jornais e revistas como *A Careta*, *Tico-Tico*, *Fon-Fon* e *Jornal do Commercio*, mesmo ano em que publica seu primeiro e renomado livro, “*Terra de Sol*”.

¹² Para empreendermos uma análise nesse sentido, muito se fez importante o diálogo com o pensamento do professor Sidney Chalhoub (2003) que buscou compreender através dos contos e romances de Machado de Assis o contexto histórico e social que deu origem às suas obras, além de buscar entender como o referido escritor significou as mudanças de seu tempo.

No ano de 1914, Gustavo Barroso retorna ao estado do Ceará para assumir o cargo de secretário do Interior e da Justiça do governo do seu primo Benjamin Liberato Barroso. Nesse mesmo ano, é eleito deputado federal pelo Ceará na legenda do Partido Republicano Conservador, seu mandato é marcado por discursos e propostas contra a seca, pelo seu projeto de lei contra a entrada no Brasil de pessoas consideradas indesejadas, por seu ingresso na comissão de Marinha e Guerra e pelo projeto dos Dragões da Independência. Tendo participado, ainda, como secretário da Delegação Brasileira na Conferência da Paz de Venezuela (1918-1919).

Gustavo Barroso vivenciou e registrou como poucos esse período vertiginoso da nossa história. Por meio de seus livros, contos, crônicas, romances, ensaios e de sua atuação como deputado federal, buscou interpretar e ordenar as mudanças históricas que vivenciava, tendo sua escrita um papel estratégico para a compreensão das tensões e dinâmicas do prelúdio republicano. São textos e falas que dialogam com outros discursos do seu tempo e com discursos que o precedem, registrando a mudança de uma antiga sociedade rural baseada na personalidade, no paternalismo e na inviolabilidade senhorial, para uma sociedade urbana, atravessada pelo anonimato do capital, pela invasão dos agentes do Estado e pela quebra de hierarquias sociais. São discursos que fabricam tempos, espaços e corpos (in)desejáveis que dizem respeito não só ao Brasil da Primeira República.

Se fazer o “percurso histórico” da construção discursiva dos (in)desejáveis de Gustavo Barroso, que como veremos ao longo desta tese, são os (in)desejáveis de vários setores das elites brasileiras ao longo de sua história, muitas vezes se mostra uma tarefa solitária, como diria Durval Muniz, é uma solidão diferente, a de quem nunca está sozinho, uma solidão povoada por amigos, por conversas, por livros, por autores, pelos vivos e pelos mortos (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 213), como tentamos explicitar em nossos agradecimentos. Dessa forma, teoricamente também não andamos sozinhos. São vários os referenciais teóricos, dos quais nos municiamos para tratar da construção histórica dos conceitos de tempo, espaço e identidade, a partir da escrita barrosiana. Se cada um desses se fazem presentes com mais ênfase em determinados percursos, em determinados capítulos; dois autores principais atravessam toda nossa jornada, não só acadêmica, como também de forma explícita ou de forma mais indireta, são eles: Walter Benjamin e Michel Foucault.

Como nossa audiência já pode ter notado desde os primeiros momentos dessa introdução, o pensamento benjaminiano expresso em suas *Teses Sobre o Conceito de História*, marcam a forma de olhar e fazer a história aqui trabalhada. Se por vezes afirmamos, embasados em suas teses, que na história brasileira o estado de exceção é a regra, que aquilo

que chamamos de progresso é um acumular de catástrofes, que racismo, xenofobia, fascismos são ameaças constantes no século XXI, atestando a atualidade das preocupações de Benjamin, assim o fazemos por entender, seguindo os mesmos pressupostos filosóficos do referido autor, que o presente saturado de agora, é explosivo, disruptivo, pois impele à ação transformadora da nossa concepção tempo. Que se o presente e o futuro estão abertos o passado também nada tem de imutável e de definitivo, que ambas as temporalidades, demasiadamente humanas, se retroalimentam, que nosso conhecimento histórico é sempre embate de interesses e nada tem de neutro, comportando outras possibilidades revolucionárias ou catastróficas.

Já caminhar com Michel Foucault e sua “caixa de ferramentas” é para nós, em diálogo com o pensamento benjaminiano, assumir a tarefa de construir um discurso sobre o passado sempre referido pelo presente, e as demandas, os embates, as lutas políticas, desse tempo que abre a possibilidade de revermos o mesmo objeto e as mesmas fontes com outros olhares. É perceber que cada gesto humano e a própria concepção de humanidade tem uma historicidade. É não se contentar com a afirmação de que vivemos (n)o estado de exceção. Contudo, sacudindo essa premissa que para nós é evidente, familiar, é ter em mente que é preciso problematizar tal questão de modo a “tornar visível o que é visível”, apresentando a dispersão das peças que possibilitaram a emergência desse engenho histórico, explicando a partir da análise dos textos, livros e leis de Gustavo Barroso (1912-1920) a tessitura discursiva que sustenta a composição histórica maniqueísta, baseada no *Eu X Outro*, de tempos, espaços e corpos (in)desejáveis.

Lançar um olhar foucaultiano para o *discurso* é entendê-lo enquanto acontecimento histórico dependente de certa ordem do qual ele emerge e circula. É vê-lo como prática social historicamente localizável que é da ordem da positividade, ou seja, que participa, junto de outras práticas, da construção do real; que nomear é constituir algo do que se fala. Dessa forma, entendemos que focar nossa análise do discurso barrosiano na centralidade da experiência desse sujeito enredado em uma determinada malha discursiva é situarmo-nos na corrente da história social, como apontamos anteriormente, pois entendemos que seu discurso tem uma historicidade própria produzida num determinado *lugar social*, que tem o tempo dentro de si, que está inserido num campo de consensos, conflitos e tensões, nas dinâmicas da vida social, que irrompe a partir de relações de poder-saber, sendo produto e fonte produtora de determinadas realidades ao buscar passar dadas ideias e visões de mundo.

Analisar o discurso barrosiano, seja por seus registros nos anais e diários da Câmara dos Deputados, seja por os seus romances, contos, crônicas ou qualquer outro gênero literário, levando em consideração que as condições e os *lugares sociais* em que foram produzidos

requerem entender esse discurso enquanto um ato social concreto que indica o modo como esse determinado *intellectual* se insere no seu tempo histórico e como interfere nele, por meio dos seus textos e falas, sendo assim uma prática cultural imersa numa trama social.

Destarte, pensamos *discursos* como práticas sociais historicamente localizáveis, como acontecimentos que irrompem, a partir de dadas relações de poder e saber, referindo-se ao seu locutor ao mesmo tempo em que se refere ao mundo que lhe cerca (CHARTIER, 1990). Discursos que funcionam como mecanismo de *poder simbólico* de construção da realidade¹³. Pensar a aplicabilidade da noção de discurso como prática social é ter em mente que ele é tributário de seu tempo e de seu *lugar social*, como nos alerta Michel de Certeau (2002).

Tomar a escrita de Gustavo Barroso dessa forma é entender que seu discurso é uma prática social que produz, mas que é também produzida socialmente, engendrada a partir da articulação de um *lugar* – socioeconômico, político e cultural. Nessa perspectiva, é preciso analisar o campo de forças em que seu discurso está inserido, bem como a recepção de suas ideias.

Para perscrutarmos os campos de força pelos quais Gustavo Barroso transitava, se faz bastante salutar aos propósitos da nossa tese, o pensamento de Jean-François Sirinelli, do qual apreendemos que é preciso nos ater, em primeiro plano, ao fato de que todo o grupo de intelectuais se organiza em torno de sensibilidades culturais ou ideológicas comuns, alimentando o gosto de conviver, atando e desatando laços de afinidades. E, em segundo plano, precisamos nos atentar aos “microclimas”, ou seja, ambientes afetivos, nos quais as atividades e o comportamento dos intelectuais desenvolvem e apresentam traços específicos. No caso do sujeito aqui analisado, é preciso ter em mente que essa tarefa de traçar o campo social, suas redes de sociabilidade, é dificultada por uma ação deliberada do próprio Gustavo Barroso, pois, como nos avisa a historiadora Aline Magalhães Montenegro, a imagem de intelectual independente foi cuidadosamente construída por Barroso em toda sua produção autobiográfica (MAGALHÃES, A. M., 2009, p. 43).

Ainda apoiados nas reflexões de Sirinelli, entendemos Gustavo Barroso como um *intellectual* que sabia valer-se da sua posição de criador e mediador cultural, bem como de ator político engajado, para legitimar seus discursos. Dessa forma, Sirinelli destaca a posição ímpar do intelectual para a compreensão das ideias de um determinado período histórico,

¹³ Seguimos aqui a noção de poder simbólico expressa por Pierre Bourdieu. Segundo o referido autor, o poder simbólico “tem o poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, portanto o mundo”. (BORDIEU, 1989, p. 14).

apontando a importância fundamental exercida por eles em determinados processos políticos (SIRINELLI, 2003). Destacamos assim a atuação singular de Gustavo Barroso na tessitura discursiva de tempos, espaços e identidades (in)desejáveis.

Aqui é preciso especificarmos o que entendemos quando chamamos Gustavo Barroso de *intelectual*. Temos em mente que a busca por pretensão científica que remonta à segunda metade do século XVIII, com a elaboração de um método de investigação que preza por procedimentos rigorosos de análise documental e a nova forma de legitimação do saber inserida no dispositivo institucional do Estado, serviram para separar essa nova função – intelectual – da figura do erudito: acumulador de saberes vastos e universais, dados raros, relíquias, marcados por uma visão romântica, de avaliação moral e por vezes providencialista do saber. Se Gustavo Barroso, como buscaremos evidenciar nesta tese, tem muito de erudito, pois colecionador de fatos, datas, nomes e lugares, que se destaca por falar de vários assuntos, sem se aprofundar em muitos deles, em diálogo com diversos saberes, ele também procura legitimar seus discursos nos termos de uma sociedade que passa a se amparar em saberes modernos para legitimar sua visão de mundo¹⁴. Com o olhar voltado para a erudição, desejoso de uma vivência menos utilitária por parte de seus pares, Gustavo Barroso buscou se fazer intelectual para, a partir dessa posição de sujeito do conhecimento, galgar espaços na pretensa sociedade moderna e burguesa.

Instrumentalizando esse pensamento, podemos perceber que o discurso barrosiano está engendrado em espaços de sociabilidade específicos, a saber: uma determinada elite econômica do Norte do país, situada na transição do século XIX para o XX e um círculo intelectual envolto em ares ditos “civilizatórios” que esboçava sua literatura como um discurso de ação social. Espaços que se constituem num *campo*¹⁵ de trocas e de aprendizado intelectual, espaços permeados de relações profissionais e pessoais, organizados a partir de afinidades, sensibilidades ideológicas e culturais comuns.

Sendo assim, à luz do que foi dito anteriormente, nossa análise do discurso barrosiano será empreendida sob o céu da *Arqueologia* foucaultiana¹⁶. Antes de mais nada é preciso termos em mente que Michel Foucault é avesso a uniformização de sua proposta

¹⁴ Para a compreensão da passagem da figura do erudito para essa nova “classe” de pensadores e escritores definida enquanto “intelectual” que ocorreu em fins do século XIX e início do século XX, muito nos ajudou o texto, de: (ALBUQUERQUE JR., 2005, p. 43-66).

¹⁵ Para Bourdieu (2011) o jogo das relações sociais se dá de forma dialética em que os agentes constroem a realidade social entrando em lutas e relações visando impor sua visão, mas sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam nesse mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar.

¹⁶ A análise do discurso foucaultiano é melhor sistematizado nas obras *Arqueologia do saber* (2002) e *A ordem do discurso* (2009).

metodológica. Segundo o próprio, seus livros são “caixas de ferramentas” a disposição para serem abertas e nos servimos de tal frase, ideia e análise e, que assim como uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, possa ser utilizado para causar um curto-circuito nos sistemas de poder, o que inclui os próprios sistemas de qual seus livros resultaram (FOUCAULT, 2006, p. 52). Dessa forma, nosso foco será dar visibilidade ao discurso de Gustavo Barroso tomado em sua condição de positividade e produtividade e às suas relações de exterioridade, o que equivale a perceber as circunstâncias de emergência de um determinado saber, a partir de uma gama de saberes aparentados que formam uma rede discursiva, múltipla e complexa, sobre os (in)desejáveis da Primeira República.

Operacionalizar nossas fontes a partir das concepções foucaultianas significa, entre outras coisas, que o discurso barrosiano não funciona sozinho, não é ponto de partida nem de chegada, mas sim fluxo de relações de poder e saber. É entender que enunciados e discursos se articulam uns aos outros, a partir de atravessamentos vários, numa constante relação com outros discursos que o precederam e que a ele são contemporâneos, como se sua própria palavra não fosse autorizada, pois para entrar na ordem do discurso é preciso satisfazer a certas exigências e justificar-se em outros saberes que organizam, selecionam, controlam, cerceia e/ou distribui sua produção e circulação.

Pensando nos usos e limites da “caixinha de ferramentas” foucaultianas que, por vezes, é utilizada por alguns pensadores para negar o indivíduo, em contradição ao próprio Foucault, defendemos a existência de um sujeito que joga com as regras, estabelecendo diálogos, tensões e dinâmicas dentro de uma rede normativa dos discursos. Então, estamos atentos às fontes intelectuais em que Barroso bebe, interage, refuta, dialoga e busca reformular para compor sua visão de mundo e estruturar o seu projeto de (n)ação, assim como não perderemos de vista os elementos retóricos argumentativos utilizados em sua escrita.

Por isso, defendemos a necessidade de se pensar sobre heterogeneidade do herdado, colocando a herança como uma diferença sem oposição, jamais uma consigo mesma, na qual sua unidade presumida só pode consistir na *injunção* de reafirmar, escolhendo entre vários possíveis (DERRIDA, 1994). Em vista disso, buscaremos compreender o discurso barrosiano, por meio da investigação da experimentação cognitiva do seu autor, procurando entender seus escritos, bem como sua condição de possibilidade, enquanto produto histórico, social e cultural, partindo da premissa de que não existe autoria pura, mas que todo escritor é um leitor que carrega consigo outras vozes que, assumindo ou não sua posição de herdeiro, faz uma leitura anacrônica, se posicionando frente aos debates de seu tempo.

A partir desse embasamento teórico-metodológico é que podemos fazer algumas indagações estruturantes da nossa pesquisa pelas quais nos orientaremos, a saber: quais foram os sentidos e significados produzidos por Gustavo Barroso para fabricar sua concepção de tempo, espaço e identidade (in)desejada entre 1912 e 1920? Quais foram as condições históricas que tornaram possíveis esses sentidos e significados? De que modo e por que foram fabricados?

Não existe História sem vestígios, bem como não existe um historiador profissional que não forneça ao leitor a possibilidade de verificar suas informações, a partir da indicação das fontes e citações. Outrossim, para essa empreitada tomaremos como corpo documental privilegiado de análise vários discursos de Gustavo Barroso expostos em: livros, jornais e discursos realizados na Câmara dos Deputados, presentes nos anais e diários da Câmara, concernentes ao nosso recorte temporal. Entre os livros compulsados que analisaremos se encontram as obras: *Terra de Sol* (1912); *Idéas e Palavras* (1917); *Heróis e bandidos* (1931); *A ronda dos séculos* (1920)¹⁷.

Tendo Gustavo Barroso colaborado com crônicas, aforismos, romances e entrevistas em inúmeros jornais e revistas, em muitas ocasiões utilizando pseudônimos como João do Norte, Claudio França, Jotanne e Náutilus, nos deparamos com uma vasta quantidade de material a ser pesquisado. Nesse sentido, várias fontes foram arroladas, principalmente os jornais e revistas: *O Malho*, *Jornal do Commercio*, *A Manhã*, *Jornal do Ceará*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Fon-Fon*, *A Rua*, todas disponíveis no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹⁸. Vale ressaltar que muitos desses periódicos trazem não apenas os escritos de Barroso, mas também notícias de seu cotidiano, jantares, viagens, festas, repercussão dos seus livros e projetos de lei. Fato esse que é para nosso esforço de pesquisa de suma importância por trazer à cena a ambiência social do referido jovem intelectual e político cearense radicado no Rio de Janeiro. Além disso a questão dos variados pseudônimos que são utilizados por Barroso para discutir assuntos diferenciados também merecerá atenção em nossa tese.

Outro material importante para a elaboração da nossa pesquisa é a atuação de Gustavo Barroso enquanto Deputado Federal (1915-1918), pois a Câmara dos Deputados se

¹⁷ Infelizmente o livro *Praias e Várzeas* publicado no ano de 1915 ficou fora da análise. Já tínhamos realizado uma leitura de sua primeira edição no Instituto Câmara Cascudo no ano de 2016, mas sentimos a necessidade de fazer sua releitura a partir de outros olhares o que o momento pandêmico impossibilitou. A busca no Ceará por documentos e outros registros programada para ser realizada em junho de 2020, principalmente para a execução do segundo capítulo desta tese, também ficou prejudicada pela pandemia de Covid-19.

¹⁸ Que podem ser consultadas *online* no endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso 02 mar. 2021.

configura em espaço de interesses, poder, negociação, sociabilidade, tensões e luta, e Barroso ao experienciá-la recriava sua atuação política em formas literárias e vice-versa, bem como utilizava de sua posição de intelectual para revestir seus discursos com uma aura legitimada por saberes ditos científicos. Como exposto anteriormente, os registros de sua atuação na Câmara dos Deputados estão disponíveis para consulta *online*¹⁹. Nesses anais e diários podemos observar as presenças de Gustavo Barroso, suas intervenções e discussões, suas propostas de leis, bem como a repercussão destas. Esses registros dão mostra do campo de forças que Barroso estava inserido, se configurando assim num material valioso para nossa pesquisa.

É preciso ainda, no campo das fontes arroladas, destacarmos a importância para a realização dessa pesquisa do valioso acervo disponível no sítio eletrônico do Museu Histórico Nacional, organizado na pasta “Hemeroteca Gustavo Barroso”²⁰, que nos brinda com uma seleção de recortes de jornais, entrevistas, palestras, citações e discursos, fotos, acumuladas ao longo da vida pelo próprio Gustavo Barroso, que se mostrou desde sempre interessado na construção de um acervo próprio e uma preocupação com a construção de uma autoimagem para depois da morte.

Deste modo, pretendemos cruzar essas fontes tão vastas, que o próprio Barroso fazia funcionar de forma integrada, buscando investigar de que forma ele transforma sua experiência histórica, sua vivência, em discursos operacionalizados em função das suas demandas atuais, discursos esses que são registros de seus sonhos, desejos, temores e anseios. Tomaremos assim essas fontes históricas como monumentos a serem desconstruídos, de modo a perscrutarmos a peculiaridade da dimensão histórica presente em cada uma delas, pois acreditamos que o discurso barrosiano que fala de um real, que opera realidades, que está em diálogo com outros discursos, muito tem de história, do tempo e do lugar no qual foi produzido.

Cabe ressaltar que nossas fontes não serão tomadas como contendoras de verdades absolutas, “tesouros descobertos” que dariam acesso a um passado tal como ocorrido, que uma vez escondido na escuridão dos arquivos, ou na solidão dos sítios eletrônicos, resgatariam o passado, o trariam de volta. Utilizaremos as fontes, cruzando-as quando possível, para construirmos nossa perspectiva sobre o passado, pois em nosso *métier* não

¹⁹ Que podem ser feitas no endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acesso 21 jul. 2021.

²⁰ A consulta pode ser realizada a partir do seguinte endereço eletrônico: <http://docvirt.com/docreader.net/mhn/61634>.

podemos impor nossas verdades e prescindimos desses vestígios para compor nossa narrativa, nossa interpretação do passado.

Sendo assim a delimitação temporal dessa tese, situa-se, formalmente, entre os anos de 1912 e 1920. Tal balizamento parte do ano de publicação do livro, sucesso de procura, “Terra de Sol” até a data de publicação de seu livro “A Ronda dos Séculos”, que o autor afirma ter sido escrito durante o seu mandato enquanto deputado. Todavia, deve-se frisar que esse recorte não será adotado como limite fixo. Apesar de o ano de 1912 ser a baliza inicial, durante a pesquisa, também, objetiva-se recuar o recorte temporal para situar a vida e obra de Gustavo Barroso e, assim, buscamos refletir sobre os primeiros passos de Barroso no mundo das letras e no mundo político. Entendemos que por meio da análise de nossas fontes, associando a atuação política e trajetória intelectual durante o recorte proposto, podemos problematizar não só a transformação do seu pensamento e agir político, mas também as transformações pelas quais grande parte da sociedade brasileira passava nas primeiras décadas do século XX.

Neste sentido, nossa tese encontra-se dividida em uma introdução e suas subdivisões, e mais três capítulos, cada qual com seus respectivos tópicos. E as considerações finais. Os capítulos são: “Tempos (in)desejáveis”; Espaços (in)desejáveis; Corpos (in)desejáveis.

Expliquemos nossa opção por essa divisão. Antes de mais nada entendemos que espaço, identidade e tempo são conceitos interligados. Sobretudo pela historicidade que os permeiam, pois nenhuma dessas palavras são fatos naturais, *a priori*, já dados, essências, constantes. Ao contrário, esses conceitos nascem das e nas relações humanas espacial e temporalmente localizadas, sendo elaborados e utilizados em determinados momentos históricos e a partir de dadas condições contendo, eles mesmos, historicidade. Dito de outra maneira, a palavra, a forma, pode até permanecer, mas o conteúdo, os sentidos que essas palavras recebem mudam com o tempo e o espaço.

Portanto, nem sempre o tempo, espaço e identidade foram pensados da mesma maneira. Sendo assim, interessa aos historiadores apreenderem como a humanidade, essa também um conceito, em diferentes momentos pensaram e dotaram de significado cada um desses conceitos e, particularmente nesta pesquisa, interessa-nos perscrutar como Gustavo Barroso definiu o que era tempo, espaço e identidade. Se eles se encontram divididos na estrutura desta tese, poderemos observar que no decorrer dos capítulos eles se entrelaçam, como pensamos não poder ser diferente. Então, se as temáticas se encontram assim divididas é apenas como forma de melhor tratar cada questão, com um enfoque maior em cada conceito

a partir de determinado momento, mas sem nunca esquecer os cruzamentos, as imbricações, entre esses três conceitos.

O capítulo 1 intitulado “Tempos (in)desejáveis”, trata sobre como Gustavo Barroso atribuiu sentidos e significados ao tempo, por meio de sua prática discursiva que buscou costurar a temporalidade, religando o passado ao presente, para assim, ter garantia de domínio do futuro. Para pensarmos sobre como Barroso vivenciou, sentiu e externou a temporalidade moderna, nos embasamos sobretudo nos estudos de Reinhart Koselleck (2006; 2014), Michel de Certeau (1982; 2011) e Walter Benjamin (2005).

O capítulo 2, intitulado “Espaços (in)desejáveis”, versa sobre a produção simbólica dos espaços, ou seja, sobre os sentidos e os significados, com os quais Gustavo Barroso forjou determinadas espacialidades, a saber: o sertão e sua relação com as cidades em processo de modernização, bem como será dada uma atenção especial ao espaço de exclusão “Campo de Concentração do Alagadiço”, padrão de controle social edificado por uma elite sociocultural, da qual Gustavo Barroso participou e em muito colaborou e que almejava isolar os sujeitos tidos como indesejáveis.

Portanto, ressaltamos, com maior ênfase nesse capítulo, a necessidade de se desnaturalizar as espacialidades, não as tomar como um já dado, um a priori, mas sim como fruto das experiências humanas, entendendo que “os espaços são misturas inextricáveis de dimensões concretas e dimensões simbólicas” (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 82). Sendo assim, para problematizarmos a construção histórica das espacialidades, autores como Michel de Certeau (1998) e Durval Muniz²¹ nos serão essenciais. Já no último tópico as reflexões advindas de Frantz Fanon (1968) e Giorgio Agamben (2010) para pensarmos teoricamente o espaço de exclusão e de exceção “Campo de Concentração do Alagadiço”, nos será fundamental e servirá também como introdução às discussões sobre corpos (in)desejáveis que será nosso enfoque principal no terceiro capítulo.

Enfatizamos, assim, a necessidade de se pensar o espaço também em suas dimensões sociopolíticas e culturais, sendo a significação do espaço nacional expresso por Gustavo Barroso, no campo discursivo, fruto de um dado momento histórico e comprometido com determinadas relações de poder, no qual uma dada realidade social é construída, pensada, dada a ler.

²¹ Várias são as obras do professor Durval Muniz que nos servirão de aporte teórico e metodológico para pensarmos a construção histórica do Norte/Nordeste barrosiano, aqui destacamos as que mais se fazem presente: (ALBUQUERQUE JR., 2009, 2008, 2013).

No capítulo 3, intitulado “Corpos (in)desejáveis”, buscaremos, principalmente à luz do pensamento de Michel Foucault²², entender como Barroso, no afã de construir uma identidade genuinamente brasileira, construiu discursivamente, num diálogo entre sua produção literária e sua atuação política, um rosto nacional moldado nas formas do corpo desejável e do corpo indesejável, discussão essa que passou diretamente pela intersecção de questões referentes à raça, classe e gênero. Portanto, objetivamos mostrar como Barroso representou a identidade sertaneja, nacional e os imigrantes em seu discurso. Buscaremos assim, problematizar as particularidades do pensamento antimoderno de Barroso sobre a identidade nacional, pensamento esse que se fez à luz da ciência moderna que vislumbrava a transformação social, a partir de saberes, como a eugenia.

Ordem discursiva, da qual Gustavo Barroso participa, que ao mesmo passo que se preocupa com a construção de corpos desejáveis para a nação, não deixa de encaminhar uma política de exclusão e extermínio dos corpos considerados indesejados, supérfluos. Para pensarmos essa *necropolítica*, os insumos teóricos fornecidos por Achille Mbembe em obras como, *Crítica da Razão Negra* (2014) e *Necropolítica* (2019), se fizeram fundamental.

Aqui achamos necessário explicar a utilização do termo “(in)desejáveis” escrito dessa forma que dá nome ao título e aos três capítulos de nossa pesquisa. Tal termo surge do projeto de lei barrosiano que buscava restringir a imigração e que na época ficou conhecido como “Os Indesejáveis”, mas a partir do aprofundamento de nossa pesquisa podemos perceber que os “indesejáveis” de Gustavo Barroso são mais que pessoas, são ideias, são espaços e tempos. Esses “indesejáveis” são fabricados por Gustavo Barroso a partir dos seus discursos que ao construir a representação do que é indesejável, do que não serve, do que precisa ser descartado, separado, compartimentado e em última instância eliminado, também fala e fabrica ideias, espaços, tempos e corpos desejados, úteis, por isso a grafia “(in)desejáveis”. Portanto, tomamos o(s) (in)desejo(s) de Gustavo Barroso não como pulsão bruta, mas como modo de construção altamente elaborado, extremamente criativo e produtor de determinadas realidades.

Como já dito, não acreditamos ser possível historiograficamente separar, isolar as discussões sobre tempo, espaço e identidade. Quando falamos de um necessariamente falamos dos outros, e assim foi como objetivamos conduzir nossa pesquisa. Dessa forma, as divisões

²² À luz do pensamento foucaultiano entendemos o corpo como um composto de forças, lugar no qual o poder se materializa, portanto, não limitado às concepções orgânicas. Nesse sentido se mostram fundamentais em nossa pesquisa livros como: (FOUCAULT, 1979; 2001; 2008).

foram feitas apenas visando um maior enfoque em cada um desses conceitos, mas sem nunca deixar de perceber a integração entre ambos.

Então, como forma de sintetizar as discussões anteriores, elaboramos nossas conclusões que consistem na análise de um elemento que nos parece ter marcado definitivamente o pensamento barrosiano, servindo de elo a todos os outros temas tratados anteriormente: a Guerra, a lógica da guerra permanente que moldou o discurso barrosiano. Pois, como veremos, para Barroso, no recorte por nós trabalhado, a experiência da Guerra, do conflito, é uma constante da “natureza humana”, atravessando assim, temporalidades e espacialidades distintas, marcando de forma indelével corpos, discursos que em nosso entender falam muito mais do tempo de incertezas, medos, anseios abertos com a experiência daquilo que ficou conhecida posteriormente como Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nesse momento, também buscaremos refletir como, a partir de um olhar não exclusivamente ocidental, podemos reinventar nossa história.

Por fim, entendemos que a partir da análise do pensamento barrosiano (1912-1920), poderemos contribuir para uma melhor compreensão não só nos estudos desse importante intelectual, mas também do período proposto para análise, bem como do nosso tempo presente de escrita, no qual projetos de nação pautados na negação do *Outro*, do diferente, na exclusão das dissonâncias, na forte hierarquização social, na construção de cercas, de muros simbólicos e materiais, saíram às ruas para exigir, não direitos, mas privilégios, e vêm conseguindo fazer avançar, inclusive por meio do sufrágio universal, suas pautas.

É nessa nossa atual conjuntura composta por medos – crise político-econômica, ameaças ao emprego, atentados terroristas, ondas de imigração, desenraizamento identitário e ressentimento – que voltam a ganhar força os discursos de ódio que tomam o *Outro*, como bode expiatório, acusado de todos os males. Esses discursos são absorvidos, facilmente, por um eleitorado desconcertado, o qual tem a sensação de estar perdendo o controle de sua vida, que vê seu mundo tornar-se opaco. Discursos que, segundo hipóteses a serem sustentadas em nossa pesquisa, trazem as marcas do pensamento barrosiano não só de sua fase integralista, como bem vem mostrando diversas pesquisas, mas também de sua atuação anterior ao seu ingresso na doutrina do Sigma.

2 TEMPOS (IN)DESEJÁVEIS

*A história é objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo vazio e homogêneo, mas por aquele saturado pelo tempo-de-agora (Jetztzeit).
Walter Benjamin, Tese XIV.*

Gustavo Barroso tem como matéria-prima de seu discurso o tempo, ou melhor, uma dada visão de tempo usada para diagnosticar o Brasil no começo do século XX. Dessa forma, nos interessa neste capítulo problematizar os conceitos de tempo e história no discurso de Gustavo Barroso. Isto é, como, por meio de sua prática literária e legislativa, que funcionaram *pari passu*, o referido intelectual fabricou temporalidades como trincheiras das lutas que ele vivenciou.

Num momento em que as elites do progresso republicano tentavam impor a moderna ordem temporal, Gustavo Barroso propunha o “culto do passado” como ponte para o futuro. Esse culto partia da utilização de certos sentidos e usos do passado que fabricavam uma determinada visada histórica. E é justamente nossa tarefa aqui problematizar, a partir do discurso barrosiano, as tensões e dinâmicas da ordem temporal que estavam em jogo no prelúdio republicano. Percebendo essas disputas não como meras lutas maniqueístas entre duas visões de mundo discordantes, mas sim, como em certos momentos elas se distanciavam e se aproximavam ao partir sempre de uma visão de tempo vazio e homogêneo.

Deste modo, partimos de perguntas como: qual o sentido de tempo e história para Gustavo Barroso? Como o jovem intelectual temporalizou sua experiência? Com quais forças ele dialogou e entrou em tensão na busca por ordenar o tempo da nação? Para nos auxiliar nessa tarefa partiremos principalmente das reflexões teóricas de Michel de Certeau, Walter Benjamin e Reinhart Koselleck.

Enveredar por esse caminho é entender o tempo como construção demasiada humana, é notar que na disputa das elites em busca de hegemonia pela demarcação temporal a ordenar o projeto de nação no começo do século XX, verdadeiros tempos de exceção foram erigidos. Nosso “salto do tigre para o passado”, como diria Benjamin na continuação da tese XIV que abre esse capítulo, é a partir dessa problematização lançar o referido conceito para o campo das multiplicidades e possibilidades de um tempo saturado de “agoras”. É acreditar na construção de tempos outros.

2.1 A fabricação da história: costuras entre política e literatura

Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa pentear a história a contrapelo.

Walter Benjamin, Tese VII.

A partir da operação historiográfica proposta por Michel de Certeau e da concepção benjaminiana acerca da história, esta reflexão busca analisar como Gustavo Barroso faz caminhar *pari passu* sua atuação política enquanto deputado federal e seu texto “Os Dragões do Rei”, em torno do tema do projeto de lei de 1917 de sua autoria apelidado de “os Dragões da Independência” no sentido de religar o passado ao presente e assim moldar um rosto nacional.

É sobre os desdobramentos em torno do projeto de lei 71 de 1917, apelidado de “Dragões da Independência” que versa esse tópico. Desdobramentos esses que extrapolaram as dinâmicas do âmbito político e se fizeram sentir na escrita literária barrosiana que buscou legitimar sua visão de mundo a partir da costura entre política e literatura. Essa costura entre os dois discursos buscou legitimidade no campo da história o qual Barroso, que ocupa um lugar social específico, o de sujeito de saber, *intelectual*²³, instrumentaliza-o, dotando o passado de determinados sentidos.

São perguntas norteadoras desse subcapítulo: Quais as tensões e as dinâmicas que sua visão de mundo embutida em seu referido projeto encontrou na Câmara dos Deputados? Como Gustavo Barroso mobilizou a literatura em função de demandas do seu tempo presente? Qual o seu sentido de tempo e qual o lugar da história em seu discurso?

Nessa empreitada que permeia a relação entre o político, o intelectual e a história nossa principal referência teórica é o pensamento de Michel de Certeau (2011), por meio do qual visamos empreender uma análise do discurso barrosiano, entendendo-o como um discurso que está ligado a um “chão social” específico que por sua vez é feito também de tempo. Discurso esse que está comprometido com as tensões e dinâmicas do presente.

Outro aporte teórico pelo qual conduzimos nosso pensamento é o expresso por Walter Benjamin (2005) em *As Teses Sobre o Conceito de História*, por meio do qual

²³ Como já foi dito na introdução, partimos da definição de intelectual proposta por Sirinelli (2003, p. 242-243), que entende o intelectual como um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores e mediadores culturais, bem como ator engajado e militante, categorias essas que se complementam.

buscaremos compreender o projeto de lei barrosiano e os elementos por ele mobilizados como registros da barbárie, apoiados numa concepção de história feita sempre pelos opressores, vazia e homogênea, pois imutável e fruto de uma linearidade já dada. Contrário a essa concepção, Walter Benjamin nos abre a possibilidade de pensar o tempo enquanto aberto a novas possibilidades, heterogêneo, inchado, vivo, repleto de agoras. Logo, o fazer história visto como uma prática do e no presente.

Nesse percurso utilizaremos como fontes, os anais da Câmara dos Deputados (BRASIL, 1917a, n. 48) e um capítulo específico do livro *A Ronda dos Séculos* (BARROSO, 1920), intitulado *Os Dragões do Rei*.

Ao percorrermos esse caminho, estamos também preocupados com nosso tempo presente, pois entendemos que, de formas diferentes, o pensamento barrosiano, que sintonizava o campo político e intelectual, tendo como elo legitimador o uso da história, é posto para funcionar ainda hoje por uma elite sedenta pela ampliação de seus privilégios de classe e saudosa de um passado em muito idealizado, em que cada classe social saberia seu lugar numa sociedade estritamente hierarquizada e, assim viveria harmoniosamente, entendendo qualquer forma de luta, que por um segundo sequer, coloque em xeque essa percepção da história, como uma força disruptiva que deve ser controlada, subjugada ou mesmo excluída.

2.1.2 Disputas do campo político e a costura da História

“Não darei opinião minha, darei opiniões que estão consignadas na história” (BRASIL, 1917a, p. 693). Assim Gustavo Barroso começa a defesa do seu projeto intitulado “Os Dragões da Independência”. Esse projeto visava exaltar as tradições militares do Brasil, a partir da criação da guarda do presidente da República, Os Dragões da Independência, com uniforme inspirado na antiga guarda de honra do imperador Dom Pedro I, como podemos observar na figura 2.

Figura 2 - "Os Dragões da Independência".



Fonte: (FON-FON, 4 de ago. 1917).

Tal guarda teria a função de, em dias tidos como normais, fazer a escolta do Presidente da República e diplomatas estrangeiros, além de manter a guarda do Palácio do Governo. Em dias festivos, como a comemoração da independência do país, os dragões desfilariam. Já em situações de conflito os dragões seriam a vanguarda da cavalaria e usariam fardamento comum (CERQUEIRA, 2020, p. 24). O nome da guarda seria um elo entre momentos considerados áureos por Gustavo Barroso, a colônia e independência. O primeiro nome – dragões – de acordo com seu proponente, remeteria à tradição militar portuguesa em que “a subdivisão de armas dos Dragões seria a preferida” e ao policiamento que nos tempos da colônia era feito nos sertões brasileiros por um destacamento que teria a mesma denominação. Já o sobrenome – independência – remeteria à guarda de honra do Imperador, Dom Pedro I, instituída no dia da sua coroação em 1822 e extinta em 1832 (CERQUEIRA, 2020, p. 25).

Importante destacarmos que a preocupação com a organização do exército brasileiro, inclusive com seu fardamento, era um sonho antigo de Gustavo Barroso, que em sua coluna “Ligeiras Narrativas”, publicada pelo *Jornal do Ceará*, na edição de 26 de março de 1909, já denunciava:

[...] – Olha, esse nosso exercito é muito mal organizado, muito mal vestido, muito mal commandado. As armas não têm subdivisões; é a eterna chapa: infantaria, cavallaria e artilharia...
Não tem dragões, não tem caçadores, não tem lanceiros.” (JORNAL DO CEARÁ, 26 mar. 1909).

Voltemos ao dia em que Barroso, “consignado na história”, defendeu seu projeto na Câmara dos Deputados, que visava organizar o exército a partir de seu fardamento, pois nessa mesma reunião, dia 27 de junho de 1917, no plenário da câmara, o deputado, pelo Rio de Janeiro, Mauricio de Lacerda²⁴, ataca frontalmente o projeto de lei de Gustavo Barroso, alegando a inutilidade do referido projeto. Em seu discurso, Mauricio de Lacerda aponta entre outras questões o gasto desnecessário de um novo uniforme. Seu argumento segue em tom jocoso, chegando a sugerir que se o projeto barrosiano fosse aprovado apenas pelo apelo às tradições, ele sugeriria um aditivo, restaurando uma tradição mais antiga: “Imagem, como

²⁴ Maurício Paiva de Lacerda nasceu em Vassouras (RJ), em 1888. Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1909. Exerceu o cargo de oficial de gabinete do presidente Hermes da Fonseca entre 1910 e 1912. Nesse ano, elegeu-se Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, reelegendo-se em 1915 e 1918. Nesse período, acumulou, ainda, o cargo de prefeito de Vassouras 1915-1920. (ABREU, A. A., 2001). Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda. Acesso em: 10 de jul. 2017.

bem pareceria um regimento de amazonas garbosamente montadas” (BRASIL, 1917a, p. 692).

A discussão segue e Lacerda afirma que Barroso, por nutrir sentimentos “paternais” em relação ao referido projeto, é incapaz de perceber seus defeitos. Barroso prontamente usa do mesmo argumento para afirmar que Lacerda também não enxerga os defeitos do seu projeto sobre o voto feminino (BRASIL, 1917a, p. 692). Mais adiante Lacerda diz que se o projeto barrosiano for aprovado ele proporá a criação de um batalhão de amazonas, afinal

[...] é mais histórico e, sobretudo, muito mais elegante. Tendo em vista ainda que na Rússia um batalhão era comandado por uma mulher. Por que não hão de ter as brasileiras seu regimento? [...] Imagine V. Ex. um regimento de Dragões, dando ultima carga atrás das amazonas. (BRASIL, 1917a, p. 692-693).

Para Lacerda o projeto de Barroso era inócuo e, sobretudo, inoportuno frente ao contexto de 1917²⁵, coisa mesmo de, nas palavras de Lacerda, “costureiro”, “modista”, “alfaiate” preocupado em fantasiar o exército (BRASIL, 1917a, p. 693).

Voltemos à expressão barrosiana com a qual abrimos nosso texto: “Não darei opinião minha, darei opiniões que estão consignadas na história” e ao quiproquó com o deputado Lacerda. Sim, é na história que Barroso vai buscar embasar seu projeto apontando a existência e a importância de regimentos especiais em momentos importantes da história, diga-se ocidental. Nesse sentido, ele vai elencar exemplos, como a “Legião Cotovia” de César e os “Hussares da Morte” de Napoleão. O debate entre os dois deputados cai então no campo da história, especificamente na história do regimento militar conhecido como “Janizaros”. Barroso acusa Lacerda de usar a “história em falso.” Lacerda afirma “conheço a história” e Barroso retruca “Não conhece” (BRASIL, 1917a, p. 693). Ressaltemos que o tom de autoridade que Barroso operacionaliza para fazer valer sua ideia está pautado no campo das letras, o que segundo seu raciocínio elitista demarcaria sua suposta superioridade em uma sociedade com elevado número de analfabetos.

Gustavo Barroso se entendia como senhor do conhecimento e utilizava de sua inserção no mundo das letras para se colocar acima dos seus pares nas discussões na Câmara, e se agarrava ao passado “tal como ocorrido” para justificar o presente. Sua percepção de

²⁵ Nesse sentido um fator que parece preocupar Lacerda é o desenrolar da Guerra e a iminente participação do Brasil nela. A esse respeito Mendonça (2008, p. 49) nos traça um panorama decadente do estado das Forças Armadas brasileiras nesse período: “As Forças Armadas brasileiras, em termos de poder de combate, eram uma nulidade: arsenais desaparelhados, pessoal improdutivo, quartéis depauperados, navios inoperantes, falta de equipamentos, ausência de instrução. As seguidas gestões de reduzidos orçamentos e de baixa eficiência administrativa converteram o Exército e a Marinha em instituições atrasadas e decadentes”. Sobre a situação das Forças Armadas brasileiras e a entrada do Brasil na Primeira Guerra.

história é assim despolitizada, asséptica. Por meio do mito da objetividade imparcial, seu discurso historiográfico tenta camuflar sua subjetividade, seu lugar social, as relações socioeconômicas que fabricam os sentidos do passado.

Desse feito, acreditamos que nesse quiproquó na Câmara dos Deputados estava em jogo muito mais do que aparenta. Eram visões de mundo conflitantes expressas pelos deputados Maurício de Lacerda e Gustavo Barroso que, seguindo as regras do *campo*²⁶ político, disputavam, por meio da história, da fabricação da história, os embates de seu presente.

Maurício de Lacerda desenvolvia sua atuação política em estreito contato com organizações operárias comunistas e anarquistas do Rio de Janeiro. Nesse sentido, ele se empenhou na Câmara em discussões da questão social trabalhista, encaminhando vários projetos no ano de 1917, que visavam a regulamentação de diversos aspectos das condições de trabalho do operariado, além do voto feminino²⁷.

Ressaltemos que a classe operária, instituída em diferentes tipos de organizações inspiradas nos ideais anarquistas e comunistas, passava a despontar como novo protagonista na vida pública do Brasil, reagindo contra as péssimas condições de trabalho e lutando por direitos laborais, como: férias, salários dignos, jornada de trabalho diária de oito horas e a proibição do trabalho infantil. Lutas essas que foram duramente reprimidas. Inclusive, alguns dias após a discussão entre Barroso e Lacerda ocorreria a primeira greve geral do Brasil promovida por organizações operárias de cunho anarquista e comunista, se destacando como uma das mais abrangentes e longas da história brasileira²⁸.

Lacerda vocalizava na Câmara dos Deputados algumas bandeiras das novas forças em ação que sacudiam os antigos territórios de poder. Já Gustavo Barroso representava as forças de uma elite rural do que na época era conhecido como o Norte do país, que via seus domínios políticos e econômicos ameaçados por elementos externos, como: a industrialização, a urbanização, o fim do antigo sistema servil, a imigração em massa e os ideais libertários que começavam a desembarcar no Brasil, bem como por uma política republicana que passava a dar, cada vez mais, vez e voz às elites cafeeiras do Sul.

²⁶ Seguimos em nosso texto com a noção de campo proposta por Pierre Bourdieu (2011), que nos lança subsídios para que possamos compreender os campos como espaços sociais com suas próprias regras, princípios e hierarquia, com delimitações definidas a partir, não só dos acordos e consensos, mas também a partir dos conflitos, tensões e dinâmicas.

²⁷ Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda. Acesso em 10 de jul. 2017.

²⁸ Mais à frente iremos discorrer com mais atenção sobre os acontecimentos que resultaram na Greve Geral de 1917.

Partindo de pressupostos semelhantes aos utilizados por Lacerda, temos os deputados Pedro Moacyr e Antunes Maciel Júnior, os quais a historiadora Erika Moraes Cerqueira nos aponta que assim agiram por interesses regionalistas (CERQUEIRA, 2020, p. 30), caracterizando respectivamente a criação do Regimento dos Dragões da Independência, como “dragões de paradas, ridículo e carnavalesco, o soldado rio-grandense de um ou outro partido nunca foi carnavalesco” e face “do brilhante espírito do literato João do Norte” (CERQUEIRA, 2020, p. 31).

Se Gustavo Barroso tentava se distinguir entre seus pares na Câmara justamente pela mobilização de saberes oriundos de um campo letrado a Literatura e a História foram mobilizados pelos referidos deputados, opositores do projeto de lei barrosiano, como atividades menores em relação ao campo político. E assim seguiu o debate com Gustavo Barroso recomendando “aconselho a ler a história militar do seu país”, ao ponto que o deputado Moacyr respondeu em tom jocoso “V. Ex. tem boa memória”, e Lacerda, sem perder o que ele entendia por piada, complementou, “o nobre Deputado é danado na história”. Desta feita, o deputado pelo Ceará asseverou, como forma de reafirmar sua distinção no debate, por meio de outros saberes na prática política: “posso citar até em francês, felizmente sei história e francês” (CERQUEIRA, 2020, p. 34).

Já que o significado formal do termo “danado” faz referência a algo que fora corrompido, condenado ao inferno, podemos inferir também que segundo a fala do deputado Lacerda, Barroso “danado na história”, estava corrompido na história, condenado na história. Por sua vez, Barroso mobilizava o campo das letras para se distinguir do que seriam os “meros mortais”, se alçando assim aos céus do conhecimento e condenando seus detratores ao inferno do desconhecimento. Dessa forma, a disputa travada em torno do campo do conhecimento letrado deixava Barroso confortável ao lhe dar a oportunidade de reforçar um projeto que ele vai levar para o resto da vida: o de ser um intelectual ajustado ao tempo da civilização²⁹ e ao mundo cosmopolita.

O referido projeto de lei também encontrou resistência nas palavras de M. Cavalcanti no jornal *ABC*, segundo este, Gustavo Barroso havia chegado à política graças ao seu primo, governador do Ceará, Benjamin Liberato Barroso, e a criação do regimento dos Dragões da Independência não seria nada mais que “uma fantasia de deputado quase criança que ainda

²⁹ Importante ressaltarmos que o conceito de “Civilização” que Gustavo Barroso almeja e operacionaliza em seu projeto de (n)ação está intrinsecamente ligado ao discurso que atribui à Europa ocidental o lugar do saber, da humanidade, da cultura e da tradição, da civilização dita desenvolvida e superior relegando todos os “outros” ao lugar do atraso e da barbárie. Deste modo, é com essa idealizada civilização moderna de fundo conservador que Barroso busca ajustar “os seus ponteiros”.

não se distanciou muito dos soldadinhos de chumbo, e querem soldadinhos de verdade envoltos em fardas que, pela policromia, lembrem os dos seus brinquedos infantis.” (MAGALHÃES, A. M., 2009, p. 77). Percebemos assim o esforço do crítico em reduzir a carreira política de Gustavo Barroso a um efeito prático do nepotismo que originou um deputado federal de mentalidade infantil. Modista, literato, inoportuno, carnavalesco, infantil, sem méritos próprios, foram alguns dos argumentos endereçados a Gustavo Barroso para descredibilizar a ele e ao seu projeto lei que fora elaborado num momento de grave recessão e na iminência de entrar na Grande Guerra, portanto, segundo Aline Montenegro Magalhães, seus opositores viam em tal intenção “um valor puramente estético e que, às forças armadas, aparecia como supérflua e sem a aplicabilidade prática necessária em momentos de combate (MAGALHÃES, A. M., 2009, p. 79).

Nem só de críticas viveu o projeto de criação do regimento dos Dragões da Independência. Por exemplo, o jornal *A RUA*, que deu ampla divulgação ao referido projeto e ao debate que se deu dentro e fora da Câmara, na edição de 28 de junho de 1917, traz uma matéria com o seguinte subtítulo: “Como o projecto foi acolhido no seio do exercito”. O texto abre com a constatação de que se o projeto de Gustavo Barroso tem suscitado debate e oposição entre seus pares deputados, no seio da classe militar a discussão tem levantado “cada vez mais accentuada a sympathia do Exercito pelo projecto”, principalmente dentro da “officialidade”, na qual “a opinião geral é a mais favoravel, tendo sobretudo impressionado agradavelmente o modo brilhante com que na Camara hontem o deputado cearense justificou seu projecto”. O jornal diz que “No Quartel General desde o 2º Tenente até o General todos acham excellente a idéa” (*A RUA*, 28 jun. 1917).

E arremata:

– E’ forçoso crear uma unidade de ‘elite’ para o Exercito, dizem, para que o estimado exista. Além disso não se trata apenas disso, mas de um meio de incorporar ao Exercito, como uma lembrança viva, uma ou antes, a mais brilhante pagina da historia nacional – *A Independencia*. (*A RUA*, 28 jun. 1917).

O *A RUA* traz assim um contraponto à oposição que o projeto de Gustavo Barroso vinha enfrentando principalmente na Câmara e, sem citar nomes, propagandeia a ideia de que a criação do regimento dos Dragões da Independência, além de ser uma espécie de consenso no seio militar, era relevante por tornar viva a memória do que tanto o autor do projeto de lei, quanto o próprio jornal consideram ser a mais brilhante página da história do Brasil, a independência, tratada como âncora temporal num momento de transformações consideradas vertiginosas.

O então deputado federal pelo Ceará, seguia firme no propósito de intervir nessa mudança acelerada do tempo e do espaço, entendendo que para isso era preciso construir territórios fixos; era preciso excluir indesejáveis, a partir da elaboração de fórmulas políticas e de saberes que organizassem esse momento entendido como caótico, pois o momento era, por ele, entendido mesmo como vertiginoso e para tentar de alguma forma conter, ou, ao menos, controlar as mudanças descontroladas que atingiam todos os aspectos da sociedade³⁰; era preciso intervir com urgência e em todas as frentes de batalhas possíveis. Se a modernidade em nome do futuro teria tripartido o tempo em passado, presente e futuro, Gustavo Barroso, por meio de sua prática discursiva, buscou costurar a temporalidade, religando o passado ao presente e assim ter garantia de domínio do futuro.

A fórmula encontrada por Barroso foi a construção de uma ideia de nação/identidade que seria buscada nos indícios do passado, no caso específico do regimento dos Dragões da Independência, tratados como vestígios de um tempo que estava se perdendo e que era preciso de alguma forma recuperar. O elemento militar seria o elo temporal perfeito, segundo seus planos, pois ligaria o passado colonial, de quando os Dragões policiavam “os nossos sertões”, ao termo independência que remeteria à nossa emancipação nacional, tudo coberto pelo “primeiro uniforme desenhado com originalidade para as tropas brasileiras do primeiro imperador” (CERQUEIRA, 2020, p. 25), reafirmando assim a continuidade histórica da nação.

Sejamos mais diretos: Colônia, Império e República estariam ligados pela uniformização da *nação* em torno do culto de uma dada tradição militar que deveria ser “resgatada”. A esse respeito ele se dirigia ao Ministro da Guerra:

Porque não o temos ainda, precisamos criar o culto das nossas tradições, mui especialmente, das tradições militares. **Sem o amor do passado e a lição dos feitos antigos, não pode haver nacionalidade.** Amar a história é amar a terra. Uma não passa de corolário da outra. [...] O uniforme dos Guardas do Corpo é verdadeiramente bonito [...] Pedro Américo pintou essa farda, fantasiando um pouco o casco, no ‘Grito do Ypiranga’. [...] Esse admirável cavaleiro deveria ser revivido no Brasil [...] O primeiro regimento de cavalaria do Exército, em virtude de lei, devia passar a chamar-se Regimento dos Dragões da Independência, usando essa farda tradicional dos Guardas do Corpo. Com ela daria guarnição na Capital Federal, escolta ao Presidente da República e aos diplomatas estrangeiros, guarda do Palácio do Governo nos dias de festa e a carga final da revista de Sete de Setembro. [...] Os dragões da Independência teriam um uniforme mais do que tradicional e histórico. Representariam a **criação do novo exército com a criação da nova nacionalidade.** Simbolizariam a tradição da raça. Seria até o caso de se apresentar a respeito um projeto à Câmara, a fim de que, no primeiro centenário da nossa emancipação, forme

³⁰ Sobre o intenso fluxo de mudanças que atingiam todos os níveis da experiência social no Brasil e no mundo entre fins do século XIX e meados do século XX, ver: (SEVCENKO, 1998, p. 7- 48).

o regimento dos Dragões da Independência. (Revista da Semana – Natal, 1916 apud MAGALHÃES, A. M., 2009, pp. 75-76, grifo nosso).

Notemos que há uma explícita preocupação de Gustavo Barroso em mobilizar o que ele entende por História, visando uma data oportuna: o centenário da Independência que se aproximava. História e seus usos seriam assim operacionalizados para, de forma pedagógica, se construir uma “nova nacionalidade” estreitamente ligada a um passado militarizado e em muito idealizado.

O dispositivo da nacionalidade funcionaria em sua prática discursiva como homogeneizador das diversas relações sociais e centralizador no âmbito da soberania e da dominação³¹. Essa nação seria encontrada no passado, na busca por símbolos que preencham esse sentimento de vazio causado pela sensação de ruína dos antigos espaços de poder, que o torne dizível, visível, crível, simbolização e materialização ancorada na tradição do Brasil Império, entendido por Barroso, como momento áureo da nossa história e como continuador de uma tradição maior, pois dita europeia.

É nesse sentido que entendemos o projeto de lei número 71 de 1917, apelidado de “Os Dragões da Independência”, que visava fabricar, valores e tradições, bem como o rumo do debate, a história, escolhido por Barroso na Câmara dos Deputados quando se confrontaram diferentes perspectivas de mundo. Essa tarefa assumida por Gustavo Barroso visou dotar o passado com determinados sentidos, trasladar o pretérito para o presente e assim projetar um horizonte de expectativas, visando um modelo nacional.

Dessa forma, ao participar da construção do dispositivo nacional, Barroso se faz antimoderno na linha da modernidade, afinal a nação e o discurso nacionalista que a constrói é fruto da modernidade³². Outro aspecto que liga Barroso à modernidade³³, mesmo que reativo a ela, é, assim como outros romancistas, o uso do romance, com o intuito de articular imagens do passado, através de uma narrativa temporal calcada no discurso histórico (RAMOS, 2015, pp. 160-177). Essa costura entre história e literatura, serviço mesmo de alfaiate, de costureiro de fios narrativos, operacionalizada pelo discurso barrosiano será objeto de nossa próxima reflexão.

³¹ Segundo Durval Muniz, o uso do dispositivo da nacionalidade foi um recurso bastante utilizado por uma elite intelectual brasileira desejosa de guiar os rumos do Brasil no começo do século XX (ALBUQUERQUE JR., 1994, pp. 44-54).

³² A fim de mostrar a historicidade da nação (e do nacionalismo), Hobsbawm (1990) arrola várias definições desse conceito que é, apesar da sua pretensão de antiguidade, extremamente recente, constituído na época das Revoluções Liberais e Industrial de fins do século XVIII, alterando-se desde então, de acordo com o tempo e o espaço.

³³ Ao longo deste trabalho exploraremos mais as contradições que fazem de Gustavo Barroso um antimoderno na linha da modernidade.

2.1.3 Usos do passado, costuras narrativas entre *Literatura e História*

Gustavo Barroso vivenciou e registrou, como poucos o período de intensas transformações da nossa história, conhecida como Primeira República (1889-1930), tendo sua literatura um papel estratégico para a compreensão das tensões e dinâmicas do seu tempo marcado pelo desenrolar da nova ordem – a ânsia do progresso, e as várias reações à modernidade. Sendo assim, pretendemos adentrar na análise de um capítulo específico, intitulado “Os Dragões do Rei” de seu livro a *Ronda dos Séculos* (1920)³⁴, interessando perceber como Barroso utiliza a história, por meio da literatura para legitimar seu projeto político de reabilitação do passado.

Alertamos ao leitor que nessa relação História e Literatura nos interessa mais o entendimento que o discurso barrosiano é registro do mundo que ele experienciava e recriava à sua imagem e semelhança, falando de expectativas, medos e anseios, que dizem respeito à época de sua escritura e que, como nos diz Pesavento (2002, pp. 56-75), visa atrair a alma do leitor, tocar seu íntimo, produzir reações, atingir e moldar percepções de mundo, fazendo da literatura muito mais que uma “ficção”, no sentido tradicional-cientificista de irreal, mas sim uma representação do seu momento de feitura e como tal uma arena de luta e de interesses.

Ressaltemos também que o Brasil no prelúdio republicano vivenciava uma expansão do seu mercado editorial com suas novas técnicas no processo de impressão aumentando sua tiragem e o corpo funcional dos jornais, revistas, as quais Barroso participava ativamente como forma de se inserir no meio intelectual e garantir seu sustento. Com a expansão do mercado editorial de jornais, revistas e livros aumentou também o número de leitores, os quais Gustavo Barroso buscou atingir, por meio de sua atividade literária que caminha *pari passu* com sua ação enquanto deputado.

Em *Os Dragões do Rei*, o jovem intelectual vai nos falar sobre um valoroso e admirado regimento do exército do rei Luís XIV, os regimentos de dragões “envergando casacas verdes e tendo pelles em volta dos capacetes. O rei amava sua valentia nobre” (BARROSO, 1920, p. 272-273). Porém o rei e seus generais não admitiam o “supremo luxo que não permitto a oficiaes e soldados nas minhas campanhas” (BARROSO, 1920, p. 274), com o qual o regimento dos dragões se apresentou para aquela campanha. Depois das duras

³⁴ Embora publicado apenas em 1920, o livro é iniciado durante o seu mandato como deputado federal, como dito por ele próprio no referido livro.

reprimendas reais o destacamento dos Dragões liderado pelo conde Bertigny caiu em desgraça “apezar dos prodígios de bravura [...] as ordens dos genaraes não os mencionavam. Eram como se não existissem.” (BARROSO, 1920, p. 275). Após repetidos atos de intrepidez do regimento dos dragões e de ter perdido quase todo seu destacamento, Luís XIV finalmente reconhece e premia os poucos sobreviventes do destacamento dos dragões que mesmo mutilados e esfarrapados gritam “Viva o rei!” (BARROSO, 1920, p. 279), num sinal de total entrega e compromisso com a causa real.

A representação do passado que Barroso nos traz nesse conto não fala só de um acontecido, mas é sobretudo um registro de como ele pensava o mundo à sua volta nos dizendo mais sobre seu momento de feitura que sobre o momento narrado. Aqui temos a literatura barrosiana sendo costurada com a história, tecendo uma arena de luta e interesses, que giram em torno do seu projeto sobre os Dragões da Independência.

Nesse conto, Barroso retoma o debate travado com Mauricio de Lacerda e, assim como na Câmara dos Deputados, vai buscar no pretérito europeu elementos que singularizem sua ideia de nação. O aditivo é que seu discurso agora rompe os muros da Câmara dos Deputados e se materializa em forma de literatura. Ao mundo instável do progresso, Barroso, artesão do tempo, busca costurar um passado militar para o Brasil, remendado com um passado europeu, que supere o rasgo temporal entre passado e presente que a história moderna causou³⁵.

Ao narrar a história do regimento dos dragões do rei Luís XIV, recheada de atos de bravura, de entrega a uma causa, de fidelidade ao soberano francês, Barroso buscava aproximar o Brasil da França, conferindo uma tradição maior ao regimento dos Dragões da Independência que ele buscava trazer de volta, por meio de seu projeto de lei. Para Barroso essa tradição militar e heroica do Brasil Império, que tinha raízes na Europa Ocidental, deveria servir de alicerce para a nação, esta que se perdia frente ao avanço da modernidade e da modernização. O Brasil Império é o molde nacional, momento este que Barroso entende como esplendoroso. Os sujeitos privilegiados de seu discurso são personas ilustres, reis, generais; o cenário é de sacrifícios, vitórias e glórias militares. Tudo em contraposição à República, entendida por ele, representante de uma elite nortista, como caótica, fragmentada, desordenada, perdida, com a entrada de novos atores sociais em cena.

Cabe ressaltar que Barroso, assim como quando respondeu ao deputado Mauricio Lacerda, está consignado na história, no uso da história, no uso de uma determinada

³⁵ Para Certeau (1982, p. 14), a história moderna ocidental se caracteriza pela separação entre o passado e o presente.

perspectiva histórica, se legitimando como detentor do saber intelectual, que saberia conduzir o País, fazendo da nação um só corpo e uma só alma, nação uniformizada, em que os rostos que não se encaixassem em seu projeto deveriam ser perseguidos, marginalizados, excluídos, pois “indesejáveis”.

Os (in)desejáveis de Barroso, tinham cara, cor e ideologia, seu discurso homogeneizador tinha um lugar e, como todo lugar, ele tem um tempo. O lugar do discurso barrosiano tem o tempo dentro de si.

2.1.4 O Lugar do Tempo: antimoderno na linha da modernidade

Assim como em seu debate com Mauricio de Lacerda, Barroso por meio da literatura buscou legitimidade para seu projeto de lei no campo da história. A narrativa barrosiana é uma representação do passado que por intermédio da literatura, visa usar uma dada concepção de tempo para instituir uma realidade. Qual seria essa concepção de tempo? Como se dá a fabricação desse tempo? Com quais finalidades? Começemos a responder pelo final de nossas problematizações.

Entendemos que Gustavo Barroso faz caminhar sua ação política *pari passu* com sua atividade intelectual e que, por meio da análise dessas atividades, podemos compreender mais sobre as transformações político-sociais e culturais nas primeiras décadas do século XX. No prelúdio republicano, a ânsia do progresso dava o tom das transformações; saíamos de uma sociedade baseada nos valores tradicionais, de uma sociedade patriarcal e rural para uma sociedade cada vez mais urbana, cosmopolita em que as transformações e descobertas técnico-científicas se davam num ritmo considerado por muitos como violento. Novos espaços, novas ideias e novos atores entravam em cena desestabilizando, com seus novos padrões de sociabilidade e sensibilidade, antigas relações sociais e de poder.

Para Barroso a sensação de perder o controle sob essas mudanças era algo assustador. Era preciso de alguma forma de frear ou ao menos de tomar as rédeas dessas transformações. É nesse sentido que podemos destacar sua ação política em total sintonia com sua atividade literária. O projeto de lei dos Dragões da Independência funciona exatamente no sentido de construir o Brasil por meio de seu passado, dando-lhe existência presente e projetando-o para o futuro. Portanto, para se sentir seguro frente às transformações que atingiam todos os níveis da experiência social, alterando hierarquias sociais, convicções,

valores, percepções de tempo e de espaço, formas de ser e de estar no mundo, Barroso fabrica sua concepção de passado.

Se para a modernidade o que há de mais “sagrado” é a aceleração, para Barroso o Brasil almejado tinha suas raízes no passado, num tempo entendido quase como imóvel, tempos de grandes reis, imperadores e generais, de grandes proezas e sacrifícios militares, de grandes vitórias. Do imperador romano ao rei francês, desembocando no resgate de uma tradição do tempo do Brasil Império³⁶, sua história está assim comprometida com o ponto de vistas dos vencedores, uma percepção temporal acumuladora de datas, de grandes acontecimentos e personagens que acredita ser a representação de um passado “tal como acontecido”. Portanto, Barroso criticava a modernidade ao mesmo tempo em que os fios narrativos de seu tecido histórico se baseavam no modo de pensar e de escrever a história nos moldes do positivismo do século XIX e da modernidade.

A fabricação da história em Gustavo Barroso, como pudemos acompanhar em seu discurso na Câmara dos Deputados e no capítulo de seu livro aqui analisado, camufla por trás da figuração do passado a práxis que o organiza. Em outras palavras, Barroso entende o passado como uma vasta acumulação de acontecimentos, sempre do ponto de vista oficial, dos vencedores, tratando o passado como algo natural, sua história embora reativa à modernidade, se faz no campo do saber moderno que propõem uma história neutra, desinteressada, apoiada em instituições científicas e oficiais, da qual ele seria porta-voz, colocando a história sob controle, sua narrativa que fabrica o real é imperativa, camuflada sob uma suposta neutralidade. Nesses termos, Barroso não dá uma mera opinião à Lacerda, nem em seu livro, o seu discurso “está consignado na história”, uma história que se pretende objetiva, despolitizada, limpa. Dessa forma, Barroso faz conhecer o passado à maneira de quem dá uma ordem.

A trama temporal do discurso barrosiano que se pretende real, pois científico, se realiza ocultando seu lugar de porta-voz de uma elite desejosa de ao menos manter seus privilégios. O engenho institucional que autoriza sua concepção de história é o discurso científico moderno. Seu discurso não se entende como ficção, fruto da subjetividade, seu discurso se pretende real, porque se diz baseado na história, na ciência. Contudo, sua narrativa que se pretende real, é produto de um meio, de um lugar, de condicionantes socioeconômicos,

³⁶ Herdeiro direto da antiga metrópole que Barroso já em artigo publicado em 1910, tecia seus louvores: “Não ha paiz que no decorrer dos seculos tenha traçado rota tão brilhante; não ha nação que possua mais bella e mais grandiosa historia. A sua tradição é honrosissima: e é bem sabido que, socialmente a tradicionalidade é tudo [...] Vão á historia os que desejarem saber quanto foi grande essa nação: e, depois, rendam preto aos Gamas, aos Cabras, aos Almeidas e aos Albuquerque”(BARROSO, 06 nov. 1910).

de forças do presente que organizam representações do passado, a fim de controlar o próprio presente e projetar o futuro desejado.

O lugar social de Gustavo Barroso, camuflado por sua operação historiográfica, é o de uma elite reativa à República e ansiosa de domar as forças do progresso, pesarosa pela sensação de perda de espaços políticos e econômicos, assustada com a velocidade das mudanças e com a revolta daqueles que lutavam contra a exclusão social. Para dar um sentido de organização ao caos em que se via mergulhado, é que Barroso busca, pela ação política e literária, legitimada pelo uso da história, reorientar seu tempo reabilitando os Dragões da Independência, uniforme não apenas para militares, mas que devia vestir a nação. Nação, corpos, tempo e história uniformizada ao molde barrosiano, reabilitação de um passado entendido como glorioso que se perdia frente aos avanços da modernidade, passado que devia seguir sua marcha linear sem transformações abruptas.

2.1.5 Sobre Gustavo Barroso e pontes temporais

O discurso barrosiano tem um lugar social que, legitimado pelo saber científico, busca no passado um projeto de nação. Ao procurar controlar o sentimento de perda de seus territórios de poder, de domínio, Gustavo Barroso, membro de uma elite tradicional cearense, inicia assim um processo reativo à modernidade que mais fala de um sentimento de fragilidade que da potência do seu articulador.

O debate em que Barroso se insere deve ser pensado como um campo de batalhas, travadas não só entre armas e exércitos, mas pelo poder da narrativa, da enunciação, revelando a busca dele em ordenar o espaço e o tempo da nação, não só no plano das ideias, mas também no plano político, no qual o pensar a nação seria definir também seu próprio papel no cenário da política nacional.

É a partir desse *não-dito*, seu lugar social, que Barroso vai compor sua trama discursiva blindado, legitimado, pelo saber histórico científico que considera neutro. Em sua concepção de história lhe interessam apenas os grandes feitos, dos grandes reis e militares, a defesa dessa tradição e tudo que ela representa é seu esteio; é nela que ele encontra os fundamentos da nação. História que seguia uma linearidade preenchida com datas e nomes de realezas. Nação, que ele entendia, ameaçada por crenças e valores subversivos às ordens tradicionais. Linearidade rompida com o advento da modernidade e da modernização que trazia em seu bojo, forças disruptivas que contestavam e abalavam a posição dominadora dos

patrões e dos tradicionais senhores em muito formados pela concepção do antigo regime servil, forças que deveriam ser domadas e em última instância aniquiladas, pois indesejáveis, ao rosto nacional barrosiano.

À crise causada pela lacuna entre passado e presente, criada pela modernidade, Barroso propôs, visando o futuro que parecia escapar às suas mãos, uma “ponte para o passado”. Projetado no seu presente, essa ponte para o passado almejou pelo resgate da tradição militar dos Dragões da Independência um retorno para um mundo que ele entendia como glorioso e harmonioso, assentado na vida rural, patriarcal e na inviolabilidade do senhor da Casa-Grande, mundo que se perdia frente ao avanço da modernidade que em nome do progresso se tornava não menos excludente que a antiga ordem.

Seja numa perspectiva que tenciona religar o presente a um passado em muito imaginado, a partir de elementos buscados, sob a égide da tradição e do conservadorismo, seja a ideia historicista de progresso linear, seja o que está em pauta, uma percepção de tempo vazio e homogêneo, acumulador de datas e grandes “heróis nacionais”, universal e imutável, isto é, um encadeamento histórico determinado por leis que representam na verdade uma narrativa naturalizada contada a partir do ponto de vista dos vencedores. Nesse sentido, entendemos que, por meio do projeto de lei “Os Dragões da Independência” e do conto “Os Dragões do Rei”, Gustavo Barroso faz uma leitura do passado entendido tal como ocorrido, com o objetivo de ordenar o mundo à sua volta, buscando se (re)ligar com uma representação de um passado tido como harmonioso construído pela ação do que seriam os grandes heróis nacionais que tinham suas raízes em tradições europeias, dessa forma, conforme Erika Cerqueira, “Os Dragões da Independência, contemplados como manifestações simbólicas, reafirmariam a continuidade histórica da nação” (CERQUEIRA, 2020, p. 48), apresentando assim uma imagem eterna e harmoniosa (ao ligar o período colonial com a independência e a República) do passado.

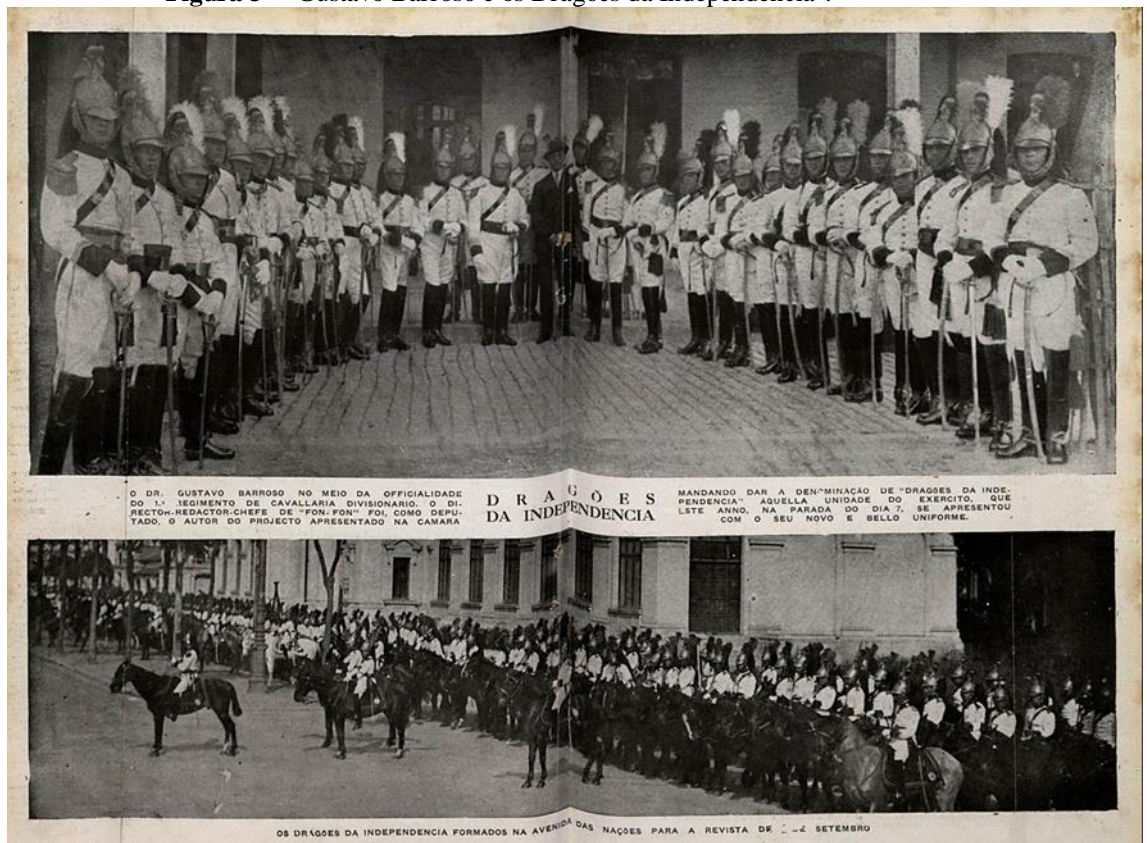
À luz do entendimento de Walter Benjamin (2005) pensamos que o passado está longe de estar morto, de ter um único sentido tal como Barroso constrói. O passado é parte do presente, é no presente que versões do passado são fabricadas, a partir dos signos deixados pelo passado. Nesse sentido, entendemos o fazer historiográfico como um campo aberto e múltiplo de sentidos e significados conectado com as demandas do presente.

O referido projeto sofreu inúmeras críticas de seus pares que, assim como Lacerda, alegavam que Barroso estava mais preocupado com uma questão estética do que com resultados práticos e efetivos, bem como por deixar para os soldados o fardo da compra do novo uniforme, mediante um adiantamento salarial dado pelo governo. Devido essas questões,

o projeto de lei barrosiano, que instituía a guarda dos Dragões da Independência, mesmo aprovado na Câmara não avançou no Senado. Tendo voltado à discussão como proposta em 1922, por ocasião do centenário da independência do Brasil, só fora efetivamente desenvolvido em 1926, por desígnio de Fernando Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra.

Na foto abaixo, figura 3, podemos ver um Gustavo Barroso, provavelmente feliz, mesmo com o atraso de quase dez anos para a efetivação do seu projeto, postado ao centro da imagem em meio a recém-inaugurada guarda dos Dragões da Independência no ano de 1926.

Figura 3 - "Gustavo Barroso e os Dragões da Independência".



Fonte: (FON-FON, 11 de set. 1926).

Rumo parecido teve o projeto de lei de Gustavo Barroso apresentado ainda em 1917, que buscava instituir o Dia do Soldado a ser comemorado na data de 24 de maio em razão do aniversário da batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), considerada de suma importância durante a Guerra do Paraguai e tendo sido liderada pelo comandante das forças brasileiras Manuel Luís Osório (1808-1879).

Segundo a minuciosa análise de Erika Cerqueira, essa foi mais uma tentativa do deputado Barroso em, a partir de uma concepção de passado, estabelecer a existência de uma relação hierárquica de poder que daria ênfase a determinados sujeitos e grupos que os distinguiriam do restante da sociedade (CERQUEIRA, 2020, p. 64). Estando esse projeto em concomitância com a criação do regimento dos Dragões da Independência, enquanto registro de um passado a ser revivido e celebrado, principalmente dentro do contexto de preparação para as comemorações do centenário da independência, visando assim o uso do passado, com o objetivo de desenvolvimento da consciência histórica, de um determinado tipo de história, que deslumbrava a edificação do patriotismo público.

Apesar dos esforços empreendidos por Gustavo Barroso, a iniciativa do Dia do Soldado não obteve a adesão necessária na Câmara, sendo a própria autoria do projeto questionada e colocada em suspenso, uma vez que, Eugênio Vilhena de Moraes, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fora inicialmente considerado o idealizador da iniciativa. Segundo as considerações de Cerqueira, com as quais concordamos, a recusa dos deputados ao projeto de lei que instituía o Dia do Soldado, se deve às disputas simbólicas entre republicanos e monarquistas em torno da memória oficial do País, questão bastante sensível naquela conjuntura em que se buscava se conciliar ruptura e continuidade (CERQUEIRA, 2020, p. 54-55).

Por fim, a referida cerimônia fora instituída somente em 1925, e se Barroso não fora logo reconhecido e reverenciado, como ambicionava, por seu projeto, ele, por meio de articulações políticas e literárias durante os anos 1920-1950, conseguiu alcançar o papel proeminente que almejava, sendo condecorado em 1952, por sua dedicação a esse projeto, recebendo nessa data comemorativa o “Grau de Comendador” da Ordem do Mérito Militar. E em 1959, durante as celebrações do Dia do Soldado, promovido ao grau de “Grande Oficial”, entre os militares (CERQUEIRA, 2020, pp. 68-72).

A persistência na discussão e a efetiva aprovação dos referidos projetos marcam assim uma perspectiva histórica contada a partir do ponto de vista dos vencedores, projeto de lei que entendemos ser um documento da barbárie que nos fala mais sobre a dominação do homem pelo homem e do esforço de manter seus privilégios vistos como ameaçados. Acreditamos assim, que problematizar essa questão é de certa forma contribuir para a explosão do *continuum* da história, ver a história não como de fato ocorreu, mas a partir do momento presente de sua tessitura que está intrinsecamente ligada a um “chão social”, é um primeiro movimento na direção de “pentear a história a contrapelo”, abrindo assim a história para novas interpretações, inclusive levando em conta a perspectivas dos explorados e

oprimidos, daqueles que por motivos diversos não se moldaram, ou não foram moldados, para caber nessa nação que se pretende uniforme.

No Brasil do início do século XXI, os herdeiros da Casa-Grande continuam construindo “pontes”, a partir de suas próprias experiências espaço-temporais. Incorporando novas reflexões, perspectivas são erigidas hoje, em nome do progresso e da modernização do País; “pontes para o futuro” que passam pelas curvas do passado. Passado uniformizado que alguns buscam nas “glórias” das tradições militares do Brasil Império e/ou da ditadura civil-militar de 1964. Uniformização da nação e do seu tempo que se costura ao pensamento barroso, ligado a concepção de história vista de cima, vista por aqueles que, de diferentes formas, não cessaram de vencer.

Pontes temporais construídas a partir da relação futuro-passado que são verdadeiros “monumentos da barbárie”. Pontes temporais, sobre as quais passam o cortejo conduzido pelos dominantes, os herdeiros dos vencedores. Marcha triunfal de corpos fardados de verde-amarelo que não param de celebrar a permanência de um passado pautado no extermínio sistemático, físico e simbólico, daqueles considerados enquanto párias da sociedade, daqueles que não têm tempo-espaço na história oficial, embora sempre estejam na mira das forças militares, daqueles a quem fora negado o passado e o futuro, daqueles que não têm comida, que lhes falta mesmo o ar para respirar.

2.2 Um presente (in)desejável

Em meados do século XIX se desencadeou a Revolução Científico-Tecnológica, inserida num quadro de mudanças maior que remete a um processo geral, amplo e complexo de transformações do capitalismo industrial que não mais respeitando fronteiras tornava-se cada vez mais globalizado. Aos processos produtivos foram aplicadas as mais recentes descobertas científicas, possibilitando uma verdadeira revolução não só pela quantidade e qualidade de inovações de produtos, mas, sobretudo pela velocidade com que essas descobertas invadiam o cotidiano das pessoas, transformando radicalmente suas vidas, alterando hábitos e costumes, inclusive percepções temporais que deviam ser ajustadas ao novo padrão da economia científico-tecnológica³⁷.

³⁷ Sobre a velocidade dessas mudanças que abalaram a sociedade ocidental na virada do século XIX para o XX, se faz mister neste trabalho o texto do professor Nicolau Sevcenko (1998, p. 7- 48).

E o Brasil vivenciou também essas intensas transformações; passávamos da mão de obra escrava para o regime assalariado, de uma economia agrária para uma industrializada, caía a Monarquia e ascendia a República, e com ela toda uma plataforma das novas elites cafeeiras do Sul do país comprometidas com a modernização e o progresso “a qualquer custo”. Mudanças que estavam afetando o poderio econômico, político e simbólico das elites nortistas do Brasil que enfrentavam também as consequências da desvalorização de dois dos seus principais produtos de exportação: o açúcar e o algodão³⁸.

A ciência associada à técnica aponta para a construção de outro mundo com descobertas, invenções e inovações em todas as áreas. Na medicina acompanhamos, entre outras coisas, o adensamento dos estudos sobre mistérios da saúde do corpo, a invenção da anestesia, a penicilina, o medidor de pressão arterial até o aprofundamento dos estudos sobre a psique humana (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 21). Esse mesmo desenvolvimento vai levar os médicos higienistas a transformarem inclusive as grandes cidades, principalmente a capital do País, que deveria servir de vitrine civilizatória para o discurso do progresso. Os automóveis movidos a gasolina passaram a cortar as largas avenidas. Mas não só as ruas dos grandes centros urbanos sofreram modificações significativas, o progresso técnico invade os ares com o invento do avião, os dirigíveis e os zepelins. Os mares são cruzados de forma cada vez mais veloz pelos transatlânticos. Até mesmo a intimidade da casa é revolucionada com invenções mil, como a iluminação elétrica, o fogão elétrico, o refrigerador. Vários outros utensílios eletrônicos também revolucionam a comunicação, como o telefone e o telegrafo (SEVCENKO, 1998, p. 9).

Não só a enorme quantidade de tantas descobertas e inovações marcaram os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a intensidade, a velocidade com que tudo isso ocorreu em tão curto período de tempo e alterou drasticamente o ritmo de vida das pessoas e suas percepções espaço-temporais, encurtando distâncias e demolindo antigas formas de viver, o que suscitou nos intelectuais locais uma inquietação de ordem temporal, abrindo-se então a tensão entre os defensores da temporalidade moderna e os defensores da temporalidade antiga.

Nesse sentido, diversas tentativas de se compreender o tempo vivido foram empreendidas. Deveria o Brasil celebrar o tempo do progresso e a velocidade da mudança ou deveria lamentar tais transformações? O País deveria buscar exemplo no futuro ou olhar para

³⁸As grandes secas que afetaram a região (1877-1879 e 1915), serão trabalhadas mais à frente nessa pesquisa, quando não serão tratadas apenas em suas dimensões naturais, mas, sobretudo, enquanto discurso e prática que ajudaram a compor uma certa forma de ver e dizer uma determinada espacialidade que estava sendo gestada – o Nordeste.

o passado? O passado poderia guiar o projeto futuro de nação? Essas distintas sensações de passagem do tempo foram assim travadas não só no campo político e econômico, mas também no campo cultural, onde se buscou territorializar o tempo, ou seja, delimitá-lo, tomar posse dele, ordená-lo. Sendo essa própria delimitação uma fabricação que traz as marcas ideológicas e culturais que nos falam da sociedade, na qual essa operacionalização está mergulhada (BARROS, 2013, p. 28).

E é nesse cenário que Gustavo Barroso se insere com sua narrativa que tem como matéria prima o tempo, visando assenhorar-se dele, impondo sua perspectiva temporal. Entendemos assim que a centralidade que Barroso imprime à questão temporal nesse debate é reveladora do jogo de poder em torno do sentido do tempo no prelúdio republicano.

Destarte, no tópico que agora se inicia, objetivamos a partir do livro *Idéas e Palavras* (BARROSO, 1917), analisar a representação barrosiana referente à ciência e tecnologia, bem como a maneira que ele buscou representar o pretérito. Enveredarmos por esse caminho é buscar compreender como Gustavo Barroso narrativamente temporalizava suas experiências. Ao nos aprofundarmos mais em sua perspectiva temporal pretendemos também entender melhor as disputas travadas pelo sentido do tempo durante a Primeira República (1889-1930), pois o próprio Barroso está inserido num tempo maior que corresponde à comunidade em que ele viveu e às práticas sociais e culturais em que ele estava inserido.

Nesse nosso esforço de compreensão da perspectiva temporal barrosiana e do mundo em que ela está inserida, são perguntas norteadoras: (I) Quais as fontes intelectuais em que Gustavo Barroso bebe, interage, dialoga, e busca reformular para compor sua perspectiva temporal sobre a modernidade? (II) O que atestam as imagens evocadas em sua narrativa sobre a ciência, tecnologia e passado? (III) Qual o papel da tradição em sua literatura histórica?

2.2.1 “*Idéas e Palavras*” sobre a formação discursiva antimoderna

A natureza dessa tristeza torna-se mais nítida quando se levanta a questão de saber com quem, afinal, propriamente o historiador do Historicismo se identifica afetivamente? A resposta é inegavelmente: com o vencedor. Ora, os dominantes de turno são os herdeiros de todos os que, algum dia, venceram. A identificação afetiva com o vencedor ocorre, portanto, sempre, em proveito, dos vencedores de turno. Isso diz o suficiente para o materialismo histórico. Todo aquele que, até hoje, obteve vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de

costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais. Eles terão de contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com o seu olhar, abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma proveniência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas, também, à corvéia sem nome de seus contemporâneos.
Walter Benjamin, Tese VII.

A temporalização barrosiana, atrelada a uma identidade antimoderna, caminha *pari-passu* com o medo de mudança e transformação que os herdeiros de uma elite político-social-econômica do Norte do país, cuja origem da riqueza e do poder provinha da propriedade agrária, enfrentava, perdendo esse espaço/tempo para as elites do Centro-Sul, ligadas ao café e à industrialização. Aproveitando-se do capital simbólico e cultural que gozava, Gustavo Barroso escolheu o campo das letras para garantir não apenas sua subsistência, mas para erguer trincheiras na luta para retomar seu lugar de destaque na sociedade. E uma dessas trincheiras é a fabricação de temporalidades. Observador e construtor de tempos, Gustavo Barroso, temia a velocidade de seu presente de mudanças, temia a transformação brusca, temia o devir. Era preciso uma temporalidade segura, pois o tempo da modernidade esgarçara o antigo tecido temporal, portanto a temporalidade presente era vivida como indesejável.

Dessa forma, a representação narrativa das transformações tecnológicas advindas com a modernidade e a modernização feitas em seus discursos guarda relação com as questões que atravessam a vida de Gustavo Barroso, as quais ele busca responder dinamicamente, pois sempre se está aparecendo novas perguntas, novas questões, as quais o autor busca suprir a partir do deslizamento de suas ideias. Buscaremos assim demonstrar, a partir de nossa fonte primária, com ênfase no livro “Idéas e Palavras”, como Gustavo Barroso dialoga com as tensões e dinâmicas distintas sobre a temporalização do Brasil nas primeiras décadas do século XX, concatenando os acontecimentos do seu tempo – a vertigem das transformações – com as premissas do pensamento de rejeição aos valores da modernidade construída, a partir de referências históricas de média duração. Operação essa que, acreditamos, busca não meramente impedir as mudanças, mas domá-la, ordená-la.

No caso, acreditamos que a representação da modernidade em “Idéas e Palavras” visava responder a questões específicas, tais como: (I) O que significa a temporalidade moderna? (II) Quais elementos representam essa temporalidade? (III) Como superar essa temporalidade entendida como caótica? Para responder a tais questionamentos é preciso ter em mente que Barroso buscou construir seu argumento de “evocação do pretérito” se

colocando em diálogo com uma corrente maior, de abrangência internacional, que seria a *formação discursiva antimoderna*.

Segundo Michel Foucault (1996), todo enunciado depende de uma estrutura de poder que se correlaciona com outros campos do conhecimento e que ordena sua condição de possibilidade, estabelecendo historicamente a regularidade, regras, conceitos, temas e imagens. No caso específico de nosso trabalho, buscaremos mostrar a linhagem discursiva, a partir da qual Gustavo Barroso teceu seus aforismos sobre os sentidos do mundo moderno e da nação brasileira, pois, ainda à luz da arqueologia foucaultiana, falar (não só) desses elementos não é uma função livre apartada do mundo social; o discurso antimoderno não partia simplesmente e livremente da enunciação barrosiana, partia também de uma estrutura maior, condicionadora de certos discursos, que emergiu das transformações ocorridas desde o século XVII.

Tentando organizar, pôr em ordem, dar sentido ao mundo a sua volta, Gustavo Barroso constrói sua visão de mundo a partir da linguagem, das representações, dos conceitos, dos símbolos, fazendo escolhas, selecionando, recortando, buscando constantemente superar elementos que irão compor sua gramática e sintaxe, a respeito da temporalização da sociedade brasileira, se colocando no debate sobre as questões intelectuais e políticas de sua época, buscando respostas, apresentando alternativas. Nesse sentido, sua escrita deve ser entendida como um ato coletivo, pois interage com discursos outros, no caso, com o discurso antimoderno que contestava o mundo surgido das grandes transformações ocorridas entre os séculos XVII e XX, base a partir da qual Barroso buscou territorializar o tempo, ou seja demarcá-lo.

O livro “Idéas e Palavras” está mergulhado numa ampla tradição de textos canônicos, ordem discursiva que Barroso não apenas se embasou, mas que buscou superar de modo a legitimar a sua concepção particular de projeto autoritário de nação, retomando ideias como o anti-individualismo, a defesa da propriedade privada, o culto da unidade, da tradição e da desigualdade natural entre as classes. Para melhor compreendermos a formação discursiva desse pensamento conservador, católico, antiliberal, antirrevolucionário e autoritário que permeou o discurso barrosiano, nos foi fundamental a análise empreendida por Cândido Moreira Rodrigues (2005), em seu esforço de mostrar as raízes tanto ideológico-políticas, quanto filosófico-teóricas presente nos escritos dos intelectuais que escreveram na revista *A Ordem* entre 1934-1945, que foi um dos principais canais de atuação da Igreja na sociedade, difundindo propostas de reordenação do país em moldes cristãos.

Segundo Cândido Moreira Rodrigues, entre alguns dos expoentes desse pensamento, estão: Edmund Burke (1729-1797), considerado o pai do conservadorismo de fundo tradicionalista, profundo crítico da Revolução Francesa, por creditar seus fundamentos, o direito à liberdade e os direitos humanos, ao campo da abstração e do politicamente falso. Para Burke, a Revolução Francesa imbuída de valores, tais como a possível abolição da propriedade, a equiparação das classes e a destruição dos laços familiares, viria a causar a ruptura dos valores tradicionais, o que ocasionaria a destruição de toda herança de recursos materiais e espirituais duramente conquistados. Já para Ambroise De Bonald (1754-1840) e Joseph De Maistre (1753-1821), a ordem natural das coisas deveria consistir na submissão da maioria ao domínio de um só, que seria um elemento escolhido por Deus para colocar a sociedade em ordem segundo um desígnio divino e teria na família cristã o símbolo e modelo de toda a sociedade (RODRIGUES, 2005, p. 61). E Juan Donoso Cortés (1809-1853), para quem era central a ideia de a humanidade ser recivilizada pelo espírito medieval, alimentando a nostalgia de um passado em muito idealizado, pois, para eles, no regime monárquico, na submissão a um elemento divinamente escolhido, estaria o verdadeiro equilíbrio entre política e religião. No espírito medieval também estaria posta a valorização da família tradicional, como base da sociedade, bem como a condenação dos valores modernos (RODRIGUES, 2005, p. 62).

Dessa forma, entendemos que esse pensamento antimoderno remonta a uma política marcadamente conservadora e antiliberal da Cúria Romana e a intelectuais que, desde meados do século XVIII, recusaram as propostas iluministas, os ideais da Revolução Francesa, bem como o projeto da modernidade. Nos argumentos desses pensadores, destaca-se a militância contra a democracia, a negação e sistemática denúncia do pensamento político de esquerda, as mudanças na estrutura de governabilidade que vinham atingindo os valores do tradicionalismo e do autoritarismo, concentrando-se na defesa da propriedade e da família, dos princípios religiosos, morais, no autoritarismo, e na manutenção das tradições católicas (MOURA, 2012, p. 16).

Explicitemos agora a forma com a qual Gustavo Barroso, se inserindo na *formação discursiva antimoderna*, mobilizou elementos, como o pensamento conservador, antirrevolucionário e autoritário, de modo a fundamentar sua concepção de tempo, espaço e identidade brasileira.

Articulando o pensamento conservador e contrarrevolucionário, podemos citar o texto “Pobre Filho do Céu!”. Entre tantos escritos de sua autoria que partem dessa base ideológica,

essa reflexão nos chama atenção, pois mostra o intelectual preocupado com a expansão das ideias revolucionárias ocidentais capazes de abalar até mesmo o milenar Império da China:

[...] a infiltração lenta e demorada das idéias occidentaes, os seus exemplos, as suas convulsões, sejam as determinantes sociologicas do actual movimento revolucionario que se alastra pelo paiz de Confuncio [...]. Mas agora a revolução surge, produzida pelo descontentamento de successivos governos, entibiados e máus, reúne tropas, arrola camponeses, marcha sobre as cidades, arvora um pavilhão tricolor e proclama a Republica!” (BARROSO, 1917, p. 191).

Segundo Barroso, se a população, no caso a chinesa, antes se revoltava contra seus governantes era por causas passageiras, como o aumento dos impostos ou descontentamento com governantes locais. No entanto, na época que é das “republicas” (BARROSO, 1917, p. 191) e do avanço desses ideais que trazem em seu bojo a promoção da liberdade, igualdade, dignidade e de justiça para todos, até mesmo o “Filho do Céu do alto do seu throno refulgente” está ameaçado “pelos revolucionarios rôtos e sanguentados, brandindo brutas armas” (BARROSO, 1917, p. 194). O Imperador “intermediário entre céu e terra”, elemento divino, e tudo que ele representa aparece, segundo o pensamento de Gustavo Barroso, ameaçado por uma massa esfarrapada, suja de sangue e de armas em punho que não respeita mais as hierarquias sacralizadas pela tradição.

Essa preocupação com a revolta das massas, sinalizando seu aspecto contrarrevolucionário, se faz explicitamente também no texto “A Parede dos Mineiros”. Temos nesse aforismo, um Gustavo Barroso preocupado com os operários que “por toda a parte agitam suas reclamações”. Nesse sentido, ele fala de revoltas na França, Inglaterra e na “Allemanha militarista e feudal (que) é, pertinaz e vagarosamente, minada pelo socialismo, que já não emprega meios energicos, pois a experiencia lhe demonstra o valor dos planos pacíficos e bem tracejados” (BARROSO, 1917, p. 87). Interessante observar que Barroso se mostra complacente perante as lutas operárias que, por vezes, “exigem um aumento de salario muito justo”.

Mas o limite dessa sua postura fica óbvio logo em seguida: “Praza aos céos que essas multidões de reivindicadores jámais passem das atitudes calmas á furiosa investida contra a sociedade, contra os poderes e situações constituídas” (BARROSO, 1917, p. 88). O que podemos depreender dessa leitura é que, a Barroso, interessa uma classe subserviente, ordeira, pacífica, que mesmo inconformada não abale as estruturas sociais, que se mantenha em harmonia com os poderes e situações constituídos, dado que estes são sacralizados.

Para Barroso, é algo caótico que um “Filho do Céu” seja derrubado pelas massas revoltosas e “substituído por um presidente banal”. Homens banais, sem patentes, títulos e “sangue real”, assaltando o poder das mãos de um governante forte e divinamente inspirado significa e exemplifica a ruína de todo um sistema social do qual ele descendia. Tradições que, ao morrerem uma a uma, deixa em seu entendimento, o mundo cada vez mais deficitário também de poesia e imaginação (BARROSO, 1917, p. 195). Poesia e imaginação, elementos fundamentais para o fazer artístico que no aforismo “Religião e Arte”, aparece como tendo seu apogeu na “idade-media”, pois todo seu ideal adviria da religião (leia-se católica):

A maior pujança da religião catholica houve lugar na idade-media. Nunca a architectura logrou mais vigor, mais belleza e mais magnificencia. O ideal artistico saía do ideal religioso e, livrando-se do dogma, ascendia ás mais altas culminancias, aos maiores arrosos rendilhando o granito, lavrando o marmore, filigranando o onyx, espetando o azul com as flechas denteadas e pontudas (BARROSO, 1917, p. 249).

Para Gustavo Barroso, a religião tem sido e será ainda a mãe da arte (BARROSO, 1917, p. 256), mas, segundo o próprio, existe mesmo uma retroalimentação entre as duas, dado que a religião tem mais riqueza e força de atração quando mobilizada artisticamente (BARROSO, 1917, p. 251). Notamos assim um autor interessado em se mostrar enquanto articulador desses aspectos e preocupado com uma temporalidade que, sem conservar as tradições, se mostrava vazia. Essa ausência, esse vazio, seria preenchido com a reavaliação do passado medieval que, sustentado pela lógica católica, edificaria um mundo social rigidamente hierarquizado e harmonioso, pois controlado por um governante forte e divinamente inspirado.

Tradição, pensamento contrarrevolucionário, catolicismo, autoritarismo, são ideias, conceitos, visões de mundo, operacionalizados por Gustavo Barroso, para compor seu arsenal retórico-argumentativo dando nexos e inteligibilidade ao seu projeto antimoderno. Tais pensamentos são representações e fontes produtoras de representações da realidade, esta que entendemos como fruto das astúcias dos homens, que, no intuito de dotar seu mundo de certa ordem, buscam construir fronteiras, estabelecer proximidades e exclusões, lançando mão para isso, não apenas, de explicações e de compreensões da ordem do racional, mas também de suas fantasias, de seus medos e de seus sonhos.

Esse projeto antimoderno tem sua expressão cultural no chamado romantismo³⁹ que forneceu modelos e concepções que iriam legitimar a nação brasileira recém independente,

³⁹ Segundo Antonio Candido (2002) o termo “Romantismo” simplifica uma realidade bem mais complexa. “No Brasil, ele designa um conjunto compósito, no qual há pelo menos três veios que se interpenetram: (1) os traços

permitindo afirmar a especificidade do Brasil frente à antiga Metrópole (CANDIDO, 2002, p. 20). Dessa forma, em grande medida o romantismo se confunde com o nacionalismo emergente no Brasil. Segundo Antonio Candido, expressar esse nacionalismo era escrever sobre as particularidades locais numa narrativa ficcional em prosa, por ser mais acessível a um público que pouco entendia da retórica clássica, com pouca instrução e sem ter em alta estima o gosto pela leitura, por isso a importância de se desenvolver uma escrita que, ao dar ênfase nas particularidades locais, oferecesse, com uma linguagem mais natural ao leitor, uma experiência mais próxima, verossímil, algo que poderia ser aferido em seu cotidiano, no qual podia (se) reconhecer (CANDIDO, 2002, p. 40), valorizando-se os afetos, as emoções, a tradição, a saudade⁴⁰.

Ponto que se faz salutar ressaltar: a gramática e sintaxe antimoderna é filha da própria modernidade e é a partir do contraponto à forma e ao conteúdo da modernidade que os antimodernos irão compor seu arsenal discursivo. Parricida, o discurso antimoderno barrosiano, articulado numa narrativa romântica se utiliza da ideia de nação que é fruto da modernidade. Ainda na linha da modernidade é próprio do romantismo a construção de uma narrativa temporal articulada às imagens de um passado que não deveria passar, pois, para os românticos a falta de passado significaria a própria morte (RAMOS, 2014, p. 34).

Porém o romantismo em Gustavo Barroso não significava uma total liberdade de sua forma, pois como já vimos, o seu discurso se pauta pelo saber histórico-científico e sua autodeclarada neutralidade e objetividade que elabora uma dada imagem do passado. Passado que se perdia frente à modernidade e à modernização, frente ao “mundo moderno” do qual Gustavo Barroso tanto gozara, e a velocidade, considerada desagradável, de suas transformações. Essa tônica da sensibilidade romântica no passado, constante na narrativa barrosiana inserida na ordem discursiva antimoderna, atesta que o tempo é sua matéria-prima, mas não qualquer tempo, e sim o tempo reativo a um presente entendido como indesejado, o tempo presente de drásticas mudanças:

“Na sua marcha progressiva do litoral para o centro do Brazil, a pouco e pouco vai a civilização eliminando os typos tradicionais e apagando ou deturpando os velhos

que prolongam o período anterior; (2) os traços heterodoxos; (3) finalmente os que se podem considerar específicos”. Em termos mais gerais podemos definir o Romantismo como um movimento artístico, intelectual e filosófico que surgiu na Europa no final do século XVIII e teve seu ápice em meados do século XIX, se caracterizando pela ênfase nas emoções, no individualismo e na exaltação da natureza. Por esses motivos, o movimento é entendido como uma reação ao racionalismo e materialismo exacerbados difundidos pelo Iluminismo e pela Revolução Industrial.

⁴⁰ Elementos como o realismo e o naturalismo de inspiração euclidian, e as teorias deterministas biológicas darwinistas de Spencer e geográficas de Ratzel e Buckle também são conceitos que Gustavo Barroso toma por herança e serão discutidos em momentos mais específicos deste trabalho.

costumes. Raro, também, é o vestígio que fica dessas cousas pelo quasi desprezo em que temos as tradições orais do povo e pelo descaso que, em geral, tem o brasileiro por tudo isso” (BARROSO, 1912, p. 111).

Essa citação tirada do livro *Terra de Sol*, expressa bem a discussão levantada nos parágrafos anteriores, pois nela temos o jovem “João do Norte”, mobilizando signos do romantismo que afirmam a especificidade do Brasil, a partir da ênfase nas particularidades locais, junto à ciência determinista que ele operacionaliza para designar os “tipos tradicionais”. Temos assim um intelectual embebido e orgulhoso de sua postura afinada com saberes modernos ditos civilizados.

Gustavo Barroso articula assim referências históricas de média duração: apropriação de conceitos de pensadores conservadores, ideais da literatura romântica e cientificismo característico de meados do século XIX e início do século XX⁴¹, para compor, a partir de seu olhar atento para os mais variados temas, uma ideia de tempo, espaço e identidade (in)desejada. Temos então o pensamento barrosiano, operando dentro da ideia derridiana de *monstruosidade*, ou seja: proporcionando sempre novas apropriações e significações, a partir de um amálgama de ideias, que variam conforme as necessidades impostas e de acordo com seus objetivos imediatos, um pensamento que segue uma trajetória, tecida a partir de costuras diversas, que ganha vida própria⁴².

Já que toda reação contém afirmação e toda afirmação contém negação, ao movimento de propor uma temporalidade indesejada corresponde seu oposto: a construção de uma temporalidade desejada. Caminhemos agora por essas trilhas que compõe a temporalidade (in)desejável de Gustavo Barroso. Quais pontos demarcam essa sensibilidade antimoderna alicerçada visceralmente na questão temporal?

Antes, cabe destacar que não necessariamente o antimoderno é contrário a modernidade ou a modernização. Como dito anteriormente, a crítica à modernidade se faz dentro do seu próprio campo, lançando mão de artifícios modernos, como sua linguagem e estética, sendo assim a modernização pode vir acompanhada de um sentido conservador e elitista e como nos alerta Durval Muniz de Albuquerque (2018), essa é uma das marcas das nossas elites que historicamente reivindicam e realizam uma modernização de sentido conservadora, visando não alterar drasticamente as estruturas de poder e ideais dominantes aos quais elas estão inseridas, seja o mundo burguês ou o mundo ligado às elites agrárias.

⁴¹ O diálogo de Gustavo Barroso com a literatura romântica e com saberes deterministas e darwinistas sociais será mais aprofundado terceiro capítulo desta tese.

⁴² A ideia derridiana de *monstruosidade* (DERRIDA, 2011), nos ajuda entender como Gustavo Barroso opera saberes que por vezes parecem contraditórios, mas que, a partir de sua operação discursiva, ele faz funcionar.

Nesse sentido é que indagamos, quais elementos compõe a temporalidade indesejável antimoderna, da qual Gustavo Barroso operacionaliza a partir dos mais variados campos e níveis do saber? Sendo objetivos, num amplo espectro: a crítica ou mesmo a recusa ao mundo que se transformava com os desdobramentos da Revolução Industrial e das Revoluções Liberais do século XVIII e XIX. Uma reatividade ao mundo surgido das inovações científicas aplicadas à técnica, a tudo que era mecanizado, à vida nas grandes cidades, ao trabalho fabril. E a crítica da Revolução Francesa, expoente das revoluções burguesas, que trouxe em seu bojo, alicerçados nas pretensões do racionalismo iluminista e do cientificismo, valores como a democracia liberal e o sufrágio universal, a ideia do indivíduo como centro do universo, o anticapitalismo e contra as ideologias trabalhistas.

Quais elementos compõe a temporalidade desejável ao pensamento antimoderno? Também num sentido amplo: o antimoderno tem sede e fome de passado. Não qualquer passado, mas um passado aristocrático e monárquico, em muito idealizado, construído a partir das premissas de seu tempo presente. Discurso que constrói uma temporalidade que mais fala dos anseios de seu significante, do seu *lugar social*, da sociedade em que está mergulhado. Passado da vida rural, da ordem, do respeito às hierarquias, dos estamentos, dos postos hereditários, da tradição, dos costumes, da centralidade do divino, da sacralidade explicadora e organizadora do mundo. Passado que constrói a ideia de um mundo naturalizado e sem conflitos. Passado que se perdia gerando *saudade*⁴³. Saudade operacionalizada de modo a se tornar um instrumento de denúncia da destruição do velho em nome da criação do novo. Nesse sentido, Gustavo Barroso busca se inserir na *formação discursiva* reativa à modernidade e com base na sensibilidade romântica que legou nomes como os de Michelet, Victor Hugo, José de Alencar e Alfredo d'Escragno Taunay.

Partindo de tal premissa é que iremos adentrar na análise das especificidades da escrita barrosiana buscando entender a nuance de seu pensamento sobre o progresso, que está em tensão com outros pensadores. Pensamento antimoderno que é ambivalente e ambíguo, comportando várias ideologias. Também nos interessará compreender como Barroso preencheu sua concepção de tempo. Acreditamos que problematizar esse traço persistente da nossa história (o antimodernismo de fundo conservador e autoritário, do qual Barroso participa) que esteve e está presente, nas bases de nossas elites intelectuais, políticas e

⁴³ À guisa de uma melhor compreensão sobre a *saudade* nos valem aqui do entendimento que Durval Muniz (2013, p. 156) traça sobre esse conceito específico da língua portuguesa. Para Muniz, não basta sentir saudade para que ela exista, para que isso ocorra ela precisa: ser conceituada como tal, deve ser nomeada, chamada de saudade; materializada como tal, em gestos, ações, reações, performances; e historicizada, pois seus sentidos mudam no fluxo espaço-temporal.

econômicas é de alguma forma implodir o *continuum* da história de uma elite que segue vitoriosa em seu cortejo de honras a um passado aristocrático, sedentas pela perpetuação e reprodução dos seus privilégios.

2.2.2 A evocação do pretérito

O livro *Idéas e Palavras*, abre com a seguinte reflexão sobre a lenda da Mancenilha:

Uma a uma as lendas vão morrendo. E eu temo que, dentro em pouco, neste pratico seculo de invenções portentosas, não reste mais aos espiritos fatigados da aspereza scientifica o afago poetico de uma só.
Cada dia desce uma lenda ao tumulo. Tudo quanto sobre ella se disse ou escreveu parece muito velho, muito remoto e muito saudoso. Em breve, todas as lendas que faziam as doçuras da poesia estarão esquecidas. Na vertiginosa carreira da humanidade para o progresso, vão ficando esparsas e perdidas [...] (BARROSO, 1917, p. 7).

Os primeiros parágrafos do referido livro, que é um apanhado de aforismos, já atestam a insegurança barrosiana frente ao tempo da modernidade que era sentido como algo caótico, pois separava irrevogavelmente o passado do presente. A “aspereza scientifica” e a “vertiginosa carreira da humanidade para o progresso” significavam a morte de toda uma temporalidade tradicional, das suas memórias e dos seus costumes, entendidos mesmo como sinais de atraso a mancharem a imagem de ordem e progresso, pretendida pelas elites que visavam ajustar os ponteiros da recente República com o das nações entendidas como civilizadas.

Faltava passado no presente experimentado por Gustavo Barroso e sua narrativa vai estar imbuída da missão de fabricar esse passado e essa saudade. Mas não qualquer passado, não qualquer saudade. Gustavo Barroso sente saudades de uma espacialidade específica: o Ceará. E é na condição de “filho ausente”, pois residente, à época, na capital do país, Rio de Janeiro, que Barroso elabora seu discurso, mas essa saudade não é medida apenas em escala geográfica, mas sim a partir de uma escala temporal. Uma nostalgia ideológica de um imaginado Brasil Império em que se reconhecia a existência de classes ou grupos econômicos, em que a perspectiva da luta de classes era mantida a distância pela aceitação de uma hierarquia social rígida, pelo reconhecimento de que cada grupo social ou “estamento” tinha seu papel a desempenhar numa sociedade orgânica, fixa, composta por todos, que deveria ser reconhecida como entidade coletiva, comandada por uma autoridade patriarcal. Saudades de um tempo entendido como natural, sem fissura e harmônico.

O tempo que Barroso sente saudades e fabrica discursivamente é o tempo do universo rural, das mudanças lentas, graduais e seguras, do ritmo dito natural, tempo das tradições, do pitoresco, do fantasioso, das lendas. Lendas como a da Mancenilha com seus frondosos galhos que convidam a descansar ou abrigar-se sob sua mortal sombra que tanto inspirou, versos, amores, operas e poesias: “Quanto amor desesperado, quanto sentimento ferido de desprezo, quanta paixão louca e brutal foram encontrar nella a quietação, a paz, o doce esquecimento da morte!” (BARROSO, 1917, p. 8). Para Barroso as lendas e os mistérios eram próprios de uma temporalidade desejável em que se valorizavam os afetos, as emoções, os mistérios da natureza, em que se sabia sentir. Eram assim resquícios mesmo de “Tudo o que a humanidade idealizou de suave, languido, ardente, doloroso, bom ou heroico” (BARROSO, 1917, p. 11).

Para Barroso as lendas seriam elementos que valorizavam a cultura nacional e popular, aparecendo como janelas para um passado que não deveria passar, um passado que se perpetuava de geração em geração, reminiscências de uma temporalidade com pretensões de eternidade, um presente que se imbricava com o passado. E que agora se encontrava ameaçado por um tempo fugidio, obliquo que a nada respeitava: o tempo da modernidade. É o sentimento de perda que alimenta sua narrativa calcada na crítica ao nascimento de uma temporalidade que, para se fazer soberana, deveria enterrar todos os resquícios de um tempo entendido como incivilizado.

O tempo do progresso e da ciência é o tempo da razão, do cientificismo, da velocidade, da dinamicidade, tempo vivido e percebido como mudança, como separação entre passado e presente. No “pratico seculo de invenções portentosas” (BARROSO, 1917, p. 7) não haveria espaço, nem tempo, para contemplação, para a natureza, para as coisas do coração, para as antigas lendas que “iam morrendo uma a uma”. O tempo do progresso é o mesmo da “aspereza scientifica” de homens incrédulos no divino, no misterioso, no qual tudo passa a ter uma explicação lógica e racional. São muitas as novidades da ciência e da técnica que vem saturar a temporalidade moderna deixando a sensação que vivemos uma linearidade histórica que cada vez mais se acelera, aumentando a distância entre os polos passado, entendido como sinônimo de atraso e de barbárie, e presente como lugar da primazia da civilização que caminhava cada vez mais para um futuro iluminado. No decorrer de seu livro, Gustavo Barroso elenca algumas mudanças que representam essas transformações: “aeroplanos e submarinos, frascos de chloroformio, injeções hypodemicas, eletricidade, sem-fio”.

No entanto, não é com reverência, nem com elogios que essas inovações são representadas em seus aforismos. Ao contrário, a “vertiginosa carreira da humanidade para o progresso”, para entrar no rol das nações ditas civilizadas, são valoradas de forma negativa nos discursos barrosiano, representadas com estranhamento. Os objetos do presente não tinham passado, não tinham história, e dessa forma só poderiam indicar a vinda de um futuro também vazio. Ao contrário do ideal suscitado pelos defensores do progresso tecnológico, a velocidade com que esses novos recursos técnicos inundavam o cotidiano dos cidadãos das grandes capitais do País, desorientou, intimidou, perturbou, distorceu e confundiu (SEVCENKO, 1998, p. 516) muito de seus contemporâneos.

Dessa forma, sob o impacto das novas tecnologias o homem moderno, promotor dessas mudanças é representado como alguém que já perdeu a capacidade de sentir, é o “birrento cientista” e sua “sciencia petulante e petulante espirito” a “arrotar erudição”, sendo assim, representado como homem áspero, “matadores de lendas” “assassino” (BARROSO, 1917, pp. 11-12). O homem fruto da modernidade é um ser desapegado de suas raízes históricas, sem sentimentos; um homem tão frio quanto suas invenções que longe de harmonizarem o mundo, para Barroso, o desfigurava.

Gustavo Barroso apreende o mundo a sua volta e articula suas experiências temporais em forma de uma narrativa que visa denunciar os efeitos da modernidade, sendo seu discurso uma representação do real, fabricando sua própria versão sobre o tempo, modelando uma imagem de sociedade que definhava no caldeirão das mudanças e transformações advindas com a modernidade por ele tão detratada. Ressaltemos que Barroso era um antimoderno na linha da modernidade, que se fez intelectual frequentando os altos círculos literários da capital do País, sempre antenado aos valores e à ciência, vindos da Europa e dos Estados Unidos, e era com esse olhar cosmopolita, científico, sempre com ares de superioridade, tanto para com o Norte, que ele descrevia em seus livros e contos, quanto para com os seus debatedores na Câmara dos Deputados, que ele fazia valer seu discurso crítico às mudanças, fora do (seu) controle, trazidas com a modernidade.

Essas mudanças são sentidas por Barroso também no campo das artes. É com pesar que ele atesta que o espírito prático que anima a temporalidade moderna pouco a pouco se “infiltra na alma sonhadora dos artistas” (BARROSO, 1917, p. 93). É com saudade de um tempo que ele não viveu, característica de um saudosista romântico, que Barroso recorda de Theophile Gautier que “assombrava o burguez com as suas pantalonas vermelhas, zombando do luxo mesquinho da civilização ocidental” (BARROSO, 1917, p. 93). Nesse texto intitulado “Vie de Bohême”, Barroso traz a marca da saudade de um tempo em que a

atividade artística era valorizada, onde o que importava era a arte, o sentimento. Esse tempo lento quase sem alteração, anterior mesmo a sua infância no Ceará, era em suas próprias palavras “O tempo delicioso e sentimental da bohemia artistica” (BARROSO, 1917, p. 95) era o tempo desejável.

O tempo desejável de Gustavo Barroso nasce da saudade dos áureos tempos de uma elite rural nortista e daqueles elementos que compunham essa sociedade como: o poder sem limites do senhor de terras, exercido sob uma vasta população e o mundo hierarquizado entre brancos e negros, senhor e escravo, homem e mulher.

O tempo “delicioso” que Barroso nos fala tem um *lugar social*, é o mundo aristocrático e suas glórias, do qual ele era herdeiro; mundo rural que era o centro político-econômico do Império, em que se destacavam também uma elite letrada que tinha como tema de seus escritos a valorização das emoções, o amor platônico, temas ligados a espiritualidade, que cantavam a nação brasileira e sua história. Esse tempo sucumbia frente ao tempo da praticidade, da comercialização, nascido da expansão do capitalismo, que tudo transformava em mercadoria. Seu pensamento visa falar sobre novas formas de sensibilidades artísticas e culturais, trazidas com a modernidade e ligadas às manifestações da cultura burguesa.

Presentemente, os poetas discutem as cotações da bolsa, os pintores arranjam empregos vitalícios e os escriptores conhecem bem o valor dos fundos públicos.
[...] O silencio monotonico da vida intelectual hoje em dia é, certamente, o resultado da orientação pratica dos homens de letras e de arte que não encontram mais prazer na antiga e morta vida de bohemia (BARROSO, 1917, p. 95).

Para Barroso, no tempo da burguesia pouco espaço haveria para emoções, afetos, para o amor, para as lendas e tradições, aquilo que ele considerava as raízes da civilização brasileira, pois no século da praticidade, das inovações técnicas e dos valores capitalistas, os homens de letras e das artes encontram prazer apenas no lucro. A elite letrada do século do progresso praticava assim a morte da vida boemia, não se dedicavam mais somente às artes, procurando a concomitância com outras atividades ligadas ao comércio para sobreviver. Para nosso autor, como resultado desse pensamento individualista de valores burgueses que só pensavam no lucro, gerou-se uma vida intelectual desinteressante, monótona, típica dos grandes centros urbanos que ele experienciava e tirava parte do seu sustento no Rio de Janeiro, longe do *seu* Ceará, não de qualquer Ceará, mas do Ceará rural e aristocrático.

O saudosismo expresso nesse discurso barrosiano lamenta a morte da tradição, mas não de qualquer tradição, os sentidos atribuídos ao conceito de tradição por Barroso são puramente conservadores, sendo assim, a tradição seria algo inerte, a sobrevivência de um

passado que deveria se repetir no presente. Como nos avisa Durval Muniz (2009, p. 78), a saudade pode ser tanto um sentimento pessoal de quem se vê perdendo algo ligado ao seu ser e ao seu mundo, como pode ser algo coletivo, sentido por toda uma classe social que perdeu historicamente seus domínios e seus símbolos de poder engolidos pelo sopro da mudança.

“A par de imenso progresso científico, há classes inferiores e mesmo em algumas camadas superiores um verdadeiro retrocesso em materia de abusões e credices. Parece que o povo tem, mais que nos tempos idos, o culto do mysterio e a crença no charlatanismo. Não se procuram mais as forças ignotas com o fim elevado de fabricar oiro e achar a mocidade eterna. O calculo interesseiro é mais baixo. Procura-se saber das alternativas de fortuna que possa o futuro prometer. Desejam-se meios seguros de ganhar continuamente nas loterias e no jogo do bicho. [...] Outr’ora os generaes gregos consultavam as pythonisas e os Cesares romanos olhavam as entranhas das aves abertas pelo cutelo dos augurios. Na idade-média, Carlos Magno ouvia discursos propheticos de Merlin e Mac-Beth ia consultar a ronda pavorosa das bruxas. Era a fidalguia do Rei-Sol e do Rei Bem Amado que constituia a clientelados Cagliostros. Hoje, é a arraia miuda quem mais frequenta os hierophantes, os avanhadasvas, os maxs e as zizinhas” (BARROSO, 1917, p. 132-133).

A partir desse trecho entendemos que Barroso busca dentro de uma história tradicional e elitista, estabelecer o *continuum* da história, religando passado, presente e futuro, construindo um passado-presente e um passado-futuro, na perspectiva dos vencedores, disputando temporalmente o presente com aqueles que entendiam ser o passado, e tudo que vem dele, sinônimo do atraso. Para Barroso estabelecer esse *continuum* é lutar pela perpetuação do seu *lugar social*, do seu poder político-econômico-cultural que via suas estruturas serem abaladas pelos ventos do progresso e pela nova elite republicana.

Notemos como Barroso trata aspectos da “crendice”, do mistério e do oculto em sua fala: quando esses elementos estão ligados ao passado de raiz europeia “generaes gregos”, “Cesares romanos”, “Carlos Magno” e a Luís XIV o “Rei-Sol”, eles são valorados de maneira positiva, pois é a partir desses personagens que Barroso fabrica seu entendimento sobre história, ou seja, uma história vista da óptica dos vencedores, dos chefes de Estado, de civilizações que, ele entende, legaram seus valores para o Brasil Império entendido como tempo áureo do Brasil. “Já as classes inferiores” e mesmos alguns membros da “classe superior”, nos diz Barroso, quando se valem da crença, dos mistérios e do oculto o fazem com uma visão estritamente utilitária: o lucro, solapando assim, os modos de vida pré-capitalista e pré-industriais.

As tradições perdidas que Barroso sente falta estão ligadas com uma perspectiva temporal imbricada a um determinado *lugar social* que enxerga um passado desejável. Essa temporalidade “deliciosa” seria assim encontrada num passado fabricado e na busca por

símbolos que preencham esse sentimento de vazio causado pela sensação de ruína do tempo em que gozavam de (mais) poder e prestígio. Desta forma, Barroso busca, a partir de sua narrativa temporal, uma representação que torne dizível, visível e crível a simbolização e a materialização ancorada na tradição do Brasil Império, entendido por Barroso como o ápice da história do Brasil, e como continuador de uma tradição maior, “ocidental”, leia-se europeia.

Elementos como o pensar a construção da nação, a partir de uma narrativa temporal calcada nas regras do discurso histórico, fazem de Barroso um moderno antimoderno, um intelectual preocupado com o progresso, mas não com o progresso advindo da técnica e da ciência, da visão liberal-burguesa. A modernidade barrosiana é aquela que reivindica uma modernização conservadora, sem mudanças abruptas na estrutura político-econômico-social e cultural que era até pouco tempo dominante, e que vinha perdendo espaço com o advento da República.

Exemplo desse antimodernismo barrosiano, que reivindica uma modernização de base conservadora, encontra-se na citação feita mais acima retirada do texto “A Nigromancia”, na qual o autor lamenta que a luz da ciência não tenha iluminado às “classes inferiores” e “mesmo algumas camadas superiores”, tratando assim, como problema o aumento da existência de práticas sociais não adequadas à modernidade. Quais práticas sociais seriam essas? No referido texto, Barroso elenca o culto do mistério, as crendices e os jogos de azar, como o jogo do bicho, enquanto práticas associadas, em sua grande parte, às ditas classes inferiores.

Essa “classe inferior” era formada em sua grande maioria de pessoas recém libertas do trabalho escravo e de seus descendentes e imigrantes, que vinham tentar uma vida melhor no Brasil, e que, em decorrência da “Regeneração” e do “bota-abaixo”, eram expulsos do centro da cidade, passando a ocupar os morros das redondezas, cobrindo-os com seus barracos de madeira, ou a se amontoarem nos cortiços da cidade. A “arraia miuda” que formava o novo operariado, ao descer dos morros para trabalhar no porto do Rio de Janeiro, nas indústrias e fábricas do centro da “vitrine do progresso”, levavam consigo seus hábitos, valores, costumes e crenças, inclusive reivindicando seus direitos trabalhistas, passando a serem vistos como sinais de atraso civilizacional e agentes fomentadores da desordem não só para a nova elite liberal-burguesa da sociedade republicana.

Gustavo Barroso também os entendia como “verdadeiro retrocesso” que nem a praticidade do “progresso científico” deu fim, ao contrário, na perspectiva barrosiana, pareciam aumentar. Nota-se um elo entre esses estratos temporais que à primeira vista se

mostram conflitantes – os defensores do progresso e Gustavo Barroso – mas que trazem consigo um ponto de convergência: a ojeriza às classes sociais ditas inferiores e as suas manifestações de qualquer ordem. Evidenciando assim que nos jogos de poder em que se enredavam as novas e as antigas elites econômicas a demarcação do tempo envolvia um profundo sentimento antipopular que não poupava “nem lares, nem âmbitos sagrados, nem corpos e nem vidas” (SEVCENKO, 2011, p. 30), levando a episódios brutais de opressão contra as populações aliadas dos processos decisórios da vida nacional que buscavam resistir de diversas formas.

Saudoso de um passado, em muito idealizado, no qual cada classe saberia seu lugar e viveria harmoniosamente, em que a vida estamental lhe garantiria uma certeza para o futuro, alicerçada na força do passado de uma elite agrária do norte do País, Barroso nos fala do seu presente de incertezas, no qual a perpetuação dos antigos territórios de poder se encontravam ameaçados pela burguesia ascendente e seus símbolos do progresso, e pelos entendidos valores menores da gente “miuda” que, na perspectiva barrosiana, representavam a decadência da humanidade, um verdadeiro retrocesso civilizacional.

E quais os símbolos da temporalidade almejada e forjada por Barroso em seus discursos que se contraporiaam aos símbolos do progresso? Qual o papel deles em sua escrita?

A edição de 22 de setembro de 1911 do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro transcreve, da edição vespertina do dia anterior, um artigo intitulado *Museu Militar* de autoria do João do Norte (Gustavo Barroso), no qual o autor saúda a intenção do Clube Militar de construir um Museu Militar, afinal:

“Em toda a parte os trophéos de guerra, os objectos ligados ás tradições das glorias militares, são guardados como reliquias preciosas em edificios monumentaes. Nós, porém, não temos o sentimento exacto da grandeza do nosso passado: não conservamos, viva e immoredoura, a lembrança do heroismo, da abnegação e dos sacrificios dos nossos maiores que, com a immolação de suas vidas, nos legaram a immensa, rica e formosa terra que habitamos” (BARROSO, 1911, p. 3)

E continua:

“Somos o povo que não ama seus maiores, que não admira o heroismo dos seus avós, que não revive, em sua alma, as suas condições de glorias [...]. A geração presente temperará, então, seu patriotismo, contemplando as reliquias representativas das nossas glorias passadas” (BARROSO, 1911, p. 3).

Na terça, dia 26 de setembro, a diretoria do Colégio Militar responde, no mesmo periódico, ao artigo escrito por Gustavo Barroso, o motivo da necessidade de resposta. João do Norte afirmou que a espada de Solano Lopez “está no Collegio Militar coberta de poeira, a

um canto, numa velha caixa envidraçada”. Eles garantem com segurança que essa informação está equivocada:

“O legendario sabre se acha collocado em lugar distincto da sala d’armas do referido instituto e está cuidado convenientemente, servindo-lhe de estojo uma caixa envernizada com tampo de vidro que descansa sobre pequena mesa forrada de panno verde. [...] A Directoria do Collegio Militar não poderia tratar senão desse modo o precioso trophéo que nos legou a sangrenta e gloriosa campanha do Paraguay” (JORNAL DO COMÉRCIO, 26 set. 1911, p. 6).

Passados seis anos, esse mesmo artigo de Barroso, é republicado no livro *Idéas e Palavras*. A questão levantada por João do Norte, pelo que se depreende da sua nova publicação, ainda não tinha sido totalmente resolvida. Em seu livro, Gustavo Barroso, parece corrigir seu equívoco anterior, pois: “A maior de nossas reliquias militares, a espada de Francisco Solano Lopez, a arma do unico chefe de Estado que vencemos após cinco annos de cruenta guerra, acha-se quasi desprezada numa caixa envidraçada, ao canto de um salão do Collegio Militar” (BARROSO, 1917, p. 30, grifo nosso).

Ora, o que mudou, na perspectiva de Gustavo Barroso, da publicação do jornal, da resposta do Colégio Militar para a publicação do livro? A caixa que guarda tal relíquia agora se encontra “quasi” desprezada. O que não mudou? Todo o resto. O abandono das tradições, o desapego com o passado imperial, representado em objetos militares, persistia.

Visando superar as lacunas entre passado e presente estabelecidas pela civilização industrial burguesa, Barroso vai mobilizar elementos de uma sensibilidade antiquária para entrar, a partir de sua evocação, numa operação de *resgate*⁴⁴ de um pretérito específico, transformando esses elementos da cultura material em representação de um tempo desejável, bem como em elementos de denúncia do recuo, do ponto de vista humano, moral, espiritual e civilizacional que o progresso material havia instaurado ao desprezar o pretérito.

Aprofundando o que já foi discutido no tópico anterior, a fim de problematizarmos mais a concepção de tempo e de história barrosiana, começemos destacando que, a partir das citações feitas, percebemos que Gustavo Barroso busca na história militar brasileira elementos da cultura material que preencham a lacuna temporal instaurada pela modernidade. A ênfase nesse tema, que se faz sentir também em sua atuação política será algo que o acompanhará

⁴⁴ Segundo Durval Muniz (2013, p. 225-226) o conceito de resgate tão caro ainda na nossa contemporaneidade, indica uma dada forma do pesquisador se relacionar com seu objeto de pesquisa, uma dada relação entre o presente e o passado, no qual o historiador debruçado sobre sua fonte não apenas poderia enxergar de forma nítida o passado tal como ocorreu, mas também ao salvá-lo da obscuridade dos arquivos, dar-lhe vida presente, fazendo tornar o passado.

pelo resto de sua vida⁴⁵. Nesse sentido, à primeira vista, nos chama atenção a escolha de um texto publicado há seis anos ser republicado em livro, os discursos parecem ser idênticos, poucas são as alterações e em ambos os escritos estão presentes elementos referentes a um nacionalismo de cunho militar. Contudo, entendemos existirem diferenças que devem ser analisadas.

No texto publicado em 1911, Barroso está preocupado com o debate sobre a nação, o ser nacional e a temporalidade moderna, atribuindo às referências militares a tarefa de resguardar certas tradições que por um lado combatiam as representações materiais do progresso entendidos como prenes de valores materialistas e buscando nessas mesmas relíquias militares a manutenção de uma suposta identidade nacional que estava sendo deliberadamente esquecida, desprezada. Já a publicação em 1917, quando se analisa os outros textos do seu livro como o “Culto da Saudade” e “Os Dragões da Independência”, concomitantes com sua atuação enquanto deputado federal, como discutido anteriormente, traz algo de urgente, suas palavras parecem trazer o peso do tempo dentro de si, sendo assim um acontecimento histórico outro, que remete a uma dada dimensão do tempo e do espaço, na qual está inserido; essa urgência acreditamos ter nome e sobrenome: Grande Guerra.

O desenrolar da Guerra (1914-1918) e a derrocada da ideia da marcha ininterrupta do progresso e da civilização para um futuro áureo, a participação do Brasil na Grande Guerra, evidenciando a situação calamitosa em que as forças armadas brasileiras se encontravam (MENDONÇA, 2008, p. 49), seu ingresso em junho de 1917 na comissão de Marinha e Guerra, e os debates em torno do projeto de lei de sua autoria que, visavam recriar a guarda dos “Dragões da Independência”, imprimem um outro sentido ao seu texto: o de extrema necessidade. Ao escrever, Gustavo Barroso parece gritar:

“Porque não temos ainda, precisamos crear o culto de nossas tradições, especialmente das tradições militares. Sem o amor do passado e a lição dos feitos antigos, não pôde haver nacionalidade. Amar a história é amar a terra. Uma não passa de corollario da outra. Até hoje, quasi não temos esforços nesse sentido. Façamo-los. Os ensinamentos das lutas actuaes nos mandam defender o Brasil das ambições que se possam elevar contra elle. Devemos executar esse programa materialmente – fomentando o desenvolvimento physico e o aparelhamento militar; espiritualmente – incutindo em todos os brasileiros a religião do passado, que é a mesma da pátria.

Seria de grande alcance, para tal fim, remmemorar constantemente ao povo as coisas antigas, colleccionando em museus adequados objectos representativos da vida

⁴⁵ Fazendo-se sentir na prática museológica, empreendida ao longo do período em que foi diretor do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro e em suas escritas biográficas de personagens militares. Sobre essas questões, ver: (CERQUEIRA, 2011). Esse tema também lhe é caro em sua atuação não só de intelectual, mas como chefe da milícia integralista. A esse respeito ver: (DANTAS, 2015).

militar da nação, expondo-os, explicando sua significação, familiarizando as gentes com elles.

Somos o povo que menos guarda e, portanto, menos estima as coisas do passado. Necessitamos ser educados. Trata-se agora do levantamento do espirito patriotico do Brasil. Ha uma verdadeira cruzada (BARROSO, 1917, p. 37).

Não existe espaço sem tempo pretérito para Gustavo Barroso. Seu discurso visa construir esse “culto das tradições militares”, a partir da ideia de que mais que meros objetos, as relíquias militares, verdadeiros “trophées”, são “élos tradicionaes que ligam o passado ao presente e este ao futuro” (BARROSO, 1917, p. 38). Está posta aí a função do seu discurso visceralmente temporalizador: demarcar tempos (in)desejáveis e a partir disso modelar a nação e seu rosto, sua identidade.

Contra a vertigem das aceleradas mudanças que atingiam todos os níveis da experiência social, Barroso sugere o “culto das glórias passadas. Somente nós não os possuímos ainda” (BARROSO, 1917, p. 27). Ressaltemos, as glórias passadas são, nas palavras dele, “especialmente” as militares. Nos apeguemos a metáfora do “culto”, esse conjunto de atitudes e ritos pelos quais se adora uma divindade – o passado militar – precisa da construção de determinados templos onde se realize tal adoração. E como seriam esses templos na perspectiva barrosiana? Seriam materiais e espirituais e neles estariam abrigadas as memórias do passado militar, protegidas assim do “bota-abaixo” temporal promovido pela modernidade.

Os “templos materiais” de adoração ao culto do passado militar seriam os museus, lugares onde se reuniria e preservaria recordações guerreiras, tidas como testemunhos factuais de glórias pretéritas. Dessa forma, as tensões e disputas em torno do sentido do passado ganha a defesa da edificação de lugares concretos, verdadeiros repositórios da memória nacional que guardassem representações visuais de um dado passado a ser perpetuado a partir de uma grade classificatória que, como nos lembra Benedict Anderson, tinha como efeito “sempre poder dizer que tal coisa era isso e não aquilo, que fazia parte disso e não daquilo. Essa coisa qualquer era delimitada, determinada e, portanto, em princípio enumerável” (ANDERSON, 2008, p. 252-253). Temos assim que Gustavo Barroso quer um museu, etendido enquanto templo de adoração ao passado, porque almeja, a partir de pressupostos próprios, classificar, delimitar e determinar uma nação e seus elementos constituintes.

Segundo Barroso esses museus militares, como vimos nas citações anteriores, já se encontravam em toda as nações (BARROSO, 1917, p. 27). Todas as nações? Muito genérico, esmiuçemos mais seu artigo “Museu Militar”. Nele Barroso cita os seguintes países, em ordem: França tem o seu museu dos Inválidos; A Espanha a Armeria Real; Portugal o Museu

de Artilharia; a Alemanha teria dezenas de museus; a Inglaterra teria a Abadia de Westminster, o Palácio de Buckingham e o British Museum. Em todos esses museus Barroso nos diz que é possível encontrar objetos militares, “testemunhos das guerras antigas” (BARROSO, 1917, p. 27-29). Ressaltemos, “todas as nações”, para Barroso, parece significar apenas alguns países da Europa Ocidental.

Gustavo Barroso atesta assim que diferente de outras cidades, europeias, que conciliaram modernidade com passado, o Brasil não soube preservar o (seu) passado e isso se tornava visível pelo descaso com nossas “reliquias” de guerra. Essa comparação entre o Brasil e as cidades europeias tem um significado: entrar em compasso com a modernização conservadora dos países da Europa Ocidental, por exemplo a França é por ele descrita enquanto “heroica e progressista é conservadora em suas emoções e ideias” (BARROSO, 1917, p. 171). Acertar os ponteiros com a Europa seria religar o Brasil, entendido como fruto dessas mesmas sociedades, com suas raízes históricas, com seus antepassados privilegiados.

Já os “templos espirituais” seriam erigidos, a partir da prática de incutir a religião do passado em todos os brasileiros. Contudo, na perspectiva barrosiana, como se deveria ser ensinado esse credo? Respondemos: pela sensibilidade que começaria a partir do contato visual com o pretérito. Faltava passado no presente barrosiano, dessa forma o vazio temporal entre passado e presente, instaurado pela modernidade deveria ser preenchido a partir do resgate do pretérito que é assim uma forma de operacionalizar os sentidos da história, buscando no apelo a uma dada sensibilidade visual acessar esse passado por ele almejado. Para Barroso era importante fazer ver esse passado.

Como já buscamos explicitar anteriormente a fabricação da história por Gustavo Barroso objetiva costurar a temporalidade antiga, religando o passado ao presente para assim ter garantia de domínio do futuro. A fórmula encontrada por Barroso foi a construção de uma ideia de nação/identidade que seria buscada nos indícios de um determinado passado encontrados em elementos da cultura material e a partir dos quais seria possível preencher o sentimento de vazio causado pela sensação de ruína dos antigos espaços de poder, esses elementos estariam assim ancorados na tradição do Brasil Império, entendido por Barroso como momento áureo da história brasileira (entenda-se da região norte) e como continuador de uma tradição maior, pois europeia. Nesse sentido a história para Gustavo Barroso é uma vasta acumulação de datas, personagens e elementos de um pretérito beligerante, que podem e devem ser trazidos de volta ao presente a partir do trabalho árduo de resgate da obscuridade em que se encontravam relegados por uma sociedade reativa ao passado.

Esse trabalho de resgate do passado se materializaria em glórias, da criação de um espaço institucional, o Museu Militar, que teria por objetivo reunir as relíquias do pretérito e a partir delas congelar uma determinada imagem do tempo. Contra a vertiginosa aceleração da modernidade, Barroso nos propõe um tempo imóvel, congelado, que uma vez que fosse dado a ver à sua audiência, servisse de espelho para a sociedade contemporânea.

Então, nesse verdadeiro relicário barrosiano estariam dispostos os símbolos máximos da nação. Barroso elenca alguma dessas relíquias: os terçados que os bandeirantes utilizaram para adentrar os sertões, mosquetes e espadas utilizadas na guerra do Paraguai e as bandeiras tomadas aos inimigos à custa de muito sangue. Entretanto, a “maior de nossas relíquias militares” seria a espada de Francisco Solano Lopez (BARROSO, 1917, pp. 29-30). Barroso vê nesses elementos da cultura material o tempo, ou melhor, camadas de tempo sobrepostas. Eles representam tanto o passado desejável que não poderia passar, quanto o presente indesejável que deveria ser mudado pelo culto do pretérito.

Mas, por que a espada de Solano Lopez seria o maior troféu da nossa história? Retomemos uma citação anterior:

“Somos o povo que não ama seus maiores, que não admira o heroísmo dos seus avós, que não revive, em sua alma, as suas condições de glórias [...] A geração presente temperará, então, seu patriotismo, contemplando as relíquias representativas das nossas glórias passadas” (BARROSO, 1911, p. 3).

Barroso sente saudades de um tempo não vivido por ele mesmo, mas que lhe deveria ser garantido pelo princípio de sangue e de hereditariedade. O norte de Gustavo Barroso era a saudade de um tempo que deveria ser resgatado. O tempo dos seus avós, o tempo em que o Império brasileiro vivia seu auge⁴⁶ e com ele o poder discricionário do senhor de terras do norte do País, ainda influente nos rumos da sociedade imperial, sob um mundo estamental e hierarquizado entre brancos e não brancos (negros e indígenas), homens e mulheres. Tempo de sacrifícios e de “patriotismo” na terrível Guerra do Paraguai (1864-1870), que despertou o sentimento de unidade nacional, levando o exército brasileiro a derrotar o líder paraguaio Solano Lopez.

Herdeiro e porta-voz de uma elite que lutava para preservar seus privilégios ameaçados pelos defensores da modernidade, Barroso vai organizar a sua concepção de história (com base no discurso científico moderno que se pretende neutro, objetivo, linear e que encontra na história, dita oficial, suas fontes), associada à história militar, buscando

⁴⁶ Segundo Antonio Candido (2002, p. 69), esse momento da história do Brasil Império também é um momento de apogeu político, econômico e militar. A cultura também se desenvolvia muito nesse decênio de 1860-1870.

“resgatar” o passado tal qual tenha ocorrido e, com isso, trasladar o passado para o presente, formulando assim uma temporalidade domesticada e pronta para ser cultuada. Segundo Costa:

Os museus seriam o espaço institucional próprio para esse culto do passado, esse “culto da saudade”. Trata-se de perspectiva saudosista em relação ao passado na qual ele propõe seu predomínio na relação entre passado/presente/futuro, tendo o tempo pretérito como referência para o presente e o futuro. Nesse exercício do “culto da saudade”, o patrimônio e os objetos são enfatizados como elos entre o presente e o passado, sendo, por esta razão, essencial sua preservação (COSTA, 2013, p. 100).

Portanto, ao tempo fugaz da modernidade que, com seus objetos tecnológicos, parece conquistar uma área após outra da sociedade, Barroso propõe a construção do Museu Militar, lugar máximo de adoração ao tempo pretérito em que, seguindo a tradição antiquária dos museus europeus, seriam depositadas as “verdadeiras relíquias” nacionais presentificadas nos objetos da cultura material, de cunho beligerante, que remeteria a uma temporalidade aristocrática legada do que ele entendia serem os tempos gloriosos da nacionalidade brasileira. Símbolo máximo desses objetos seria a espada de Solano Lopez, esse “legendario sabre” que jazia sob as ruínas de um tempo não valorizado. O resgate desse “precioso troféu”, considerado por Barroso como elo temporal, presentificaria o passado e garantiria sua manutenção no futuro, religando a temporalidade tripartida. Seu resguardo na instituição militar teria, assim, a função de valorizar a presença de um pretérito dado a ver a um público que, uma vez ungido nesse culto ao passado, despertaria em seu ser o “espírito patriótico do Brasil”.

Vale ressaltar que, a partir do laço de amizade que Gustavo Barroso manteve com o então senador Epitácio Pessoa, durante a participação da Conferência de Paz de Versalhes, que discutia os termos do tratado, que poria fim a Grande Guerra Mundial, da qual ambos participaram representando o Brasil (Epitácio Pessoa fora eleito Presidente da República ainda durante esse evento), e posterior à excursão pela Europa e América, no ano de 1922, Epitácio Pessoa cria o Museu Histórico Nacional e entrega sua direção a Gustavo Barroso, o que segundo a historiadora Aline Montenegro significou “a concretização de um projeto barroseano exposto em artigos como ‘Museu Militar’ e ‘Culto da Saudade’” (MAGALHÃES, 2009, pp. 82-83).

Verifica-se assim que o tempo barrosiano consagra a elite aristocrática do passado imperial, como agente promotora da edificação nacional. Portanto, sua concepção de história é feita a partir do ponto de vista dos “vencedores”, dessa perspectiva está alijada de sua concepção histórica grande parcela da sociedade brasileira dos primeiros anos da República.

Nesse sentido, a visão de mundo barrosiana, que irá compor sua perspectiva temporal sobre tempos (in)desejáveis, mesclando autoritarismo e conservadorismo com uma sensibilidade romântica e antiquária, que se aproxima pela ojeriza à “arraia miuda” da premissa da nova elite burguesa-industrial, que ascendia com o advento da República, capaz de impor a “qualquer custo” o que eles entendiam ser (sua) Ordem e (seu) Progresso. Traços que persistem, e se reformulam sobre novas aparências, nas elites brasileiras do início do século XXI, que seguem ostentando seus bens culturais e materiais, símbolos de uma história construída em cima da infâmia e do silenciamento dos “vencidos”, projeto de nação acima de todos estes corpos relegados a morte e ao esquecimento.

Nos dois tópicos anteriores deste capítulo analisamos como Barroso fabrica sua concepção de história e sua relação com a temporalidade tripartida, dando enfoque ao que ele entendia por passado e por presente. Mas Gustavo Barroso, a partir de seu discurso, também projetou um futuro, um futuro que mais fala do turbilhão de mudanças que desordenava seu momento atual de escrita que sobre a temporalidade narrada. E é sobre essa questão que agora iremos nos debruçar.

2.3 Espaço de experiência e horizonte de expectativa no conto “O ÔSSO DO PRESUNTO” (1920)

O mundo está fora dos eixos. Oh maldita sorte... Porque nasci para colocá-lo em ordem! - Hamlet, I, V

Neste tópico, partiremos do aparato conceitual desenvolvido por Reinhart Koselleck para, a partir de um conto específico de Gustavo Barroso intitulado *O ÔSSO DO PRESUNTO* (1920), buscarmos compreender como se desenvolveu a sensibilidade barrosiana diante da tensão entre experiência e expectativa característica da temporalidade moderna. Deste modo, debruçamo-nos sobre um texto, no qual a experiência temporal manifesta-se à superfície de sua linguagem.

Em 1920, Gustavo Barroso publica o livro *A Ronda dos Séculos*, escrito durante o seu mandato como deputado (BARROSO, 1920, p. 349). Esse livro reúne uma série de contos, no qual Gustavo Barroso tem como sua matéria prima o tempo e o espaço. Tempo e espaços construídos por sua narrativa e pelos quais Barroso passeia e monta guarda numa vigília que traça uma história linear da humanidade, percorrida desde o que ficou conhecido por Pré-história, passando pela antiguidade, Idade Média, era Moderna, pelo seu presente nos

primeiros anos do século XX, até chegar num futuro prometido pelo discurso do progresso. E é sobre esse conto específico que traça uma expectativa de futuro, intitulado *O ÔSSO DO PRESUNTO*, que iremos nos ater neste subtópico.

Nesse sentido, nosso esforço que passa pela relação entre história e literatura buscará responder a questões, como: (I) Qual a circunstância de produção do referido conto? (II) Qual a relação entre *experiência* e *expectativa* na visão de mundo barrosiana? (III) Em qual espaço-tempo sua narrativa projeta?

Nesta empreitada, que visa analisar como Gustavo Barroso, por meio da literatura, vivenciou e registrou a temporalidade moderna, nosso principal referencial teórico é o articulado por Reinhart Koselleck em seus livros *Futuro Passado - contribuição à semântica dos tempos históricos* (KOSELLECK, 2006) e *Estratos do tempo: estudos sobre história* (KOSELLECK, 2014). A partir desse aporte é que retiraremos insumos para entender a nova dinâmica temporal advinda com a temporalidade moderna caracterizada sobretudo pela aceleração, ânsia de progresso e pelo tempo tripartido.

Portanto, entendemos que ao apontar o tempo como uma construção demasiada humana, podemos contribuir para a desnaturalização desse conceito. Entender o tempo não como um já dado, mas como produzido, a partir de um determinado *lugar social*⁴⁷ e de uma determinada demanda, é estarmos atentos para a possibilidade de *tempos outros* que não o de uma sociedade movida pelo capitalismo e sua sede de progresso, que atropela a tudo e a todos. Questionar esse tempo já dado, como um a priori, é lançar o tempo para o devir, para o fluxo, para uma abertura às novas possibilidades de existência num momento em que a sombra do fascismo avança em todo ocidente. Acreditamos assim que devolver o tempo à história é afirmar que outros tempos, que não de opressão e de exclusão, são possíveis e hão de vir.

2.3.1 Uma breve ronda nos séculos

No livro *Ronda dos Séculos*, Gustavo Barroso se faz historiador à sua maneira – um antimoderno na linha da modernidade. Explicamos: a obra é composta por uma série de contos que buscam, a partir de um entendimento da história humana como linearidade, que mantém, como elo e *ethos*, a guerra e o princípio do homem como um ser de conflito,

⁴⁷ Entendemos o pensamento de Barroso à luz do pensamento de Certeau (2002), como sendo fruto de operações, como prática que liga a ideia ao lugar de escrita segundo regras historicamente definidas.

construindo uma determinada ideia de nação. Portanto, a concepção linear da história, a própria ideia de nação e o discurso nacionalista que a constrói, como nos alerta o historiador Eric Hobsbawm (1990), não são um dado da natureza, ao contrário são produções humanas, têm historicidade, são frutos da modernidade, mesmo que reativos a esse projeto.

Para tanto, o autor divide seu livro por eras que se inicia na Pré-história e passa seguidamente pela Antiguidade Oriental, a Grécia e o Oriente helenizado, Roma e o Islã, a Idade Média, a Reforma e o Renascimento, a Era dos Descobrimentos, a Época Moderna, seu presente de escrita com a Grande Guerra e mais uma projeção de futuro com o conto *O ÔSSO DO PRESUNTO*, misturando personagens e acontecimentos reais com personagens fictícios, abordando, a nível de exemplo, personagens como o bárbaro Krum, Alexandre o Grande, o papa Alexandre II e o rei Luís XIV, a Revolução Francesa, a Guerra de Secessão e a Primeira Guerra Mundial. E é assim, com uma alta dose de imaginação, que Barroso buscou dar sentido a história humana no tempo e no espaço.

Entendemos essa série de contos, em que Barroso tem o tempo como matéria-prima, não apenas como representação qualquer do passado e projeção de um futuro, mas sobretudo como um registro de seu presente, que fala sobre a sua sensibilidade diante do tempo que anunciava o progresso. O tempo do progresso que Barroso vivenciava era um tempo de rupturas, de descobertas científicas e tecnológicas, de novos hábitos e costumes que abalavam todos os aspectos da vida social, além da experiência traumática da Grande Guerra (1914-1918). Dessa forma, Barroso experienciava a transição de uma antiga sociedade rural baseada na pessoalidade, no paternalismo e na inviolabilidade senhorial, para uma sociedade urbana, atravessada pelo anonimato do capital, pela invasão dos agentes do Estado, pela quebra de hierarquias sociais, bem como o abalo do mito cientificista do progresso que, baseado no uso da razão, nos padrões civilizacionais e na progressão do desenvolvimento, projetavam uma sociedade harmoniosa que se libertava do atraso cujo passado significava.

Segundo Koselleck (2006, pp. 42-43), o tempo da modernidade rompe com a temporalidade anterior, um tempo caracterizado pela percepção de que a história se associava a uma natureza que não se modificava, ou melhor que só se modificava na longa duração, seguindo um *continuum* de validade geral que encerrava em si, ao mesmo tempo, passado, presente e futuro, dessa forma a história era entendida como *magistra vitae*, pois dela poderíamos tirar ensinamentos proveitosos para a vida, já que as experiências geracionais não se modificavam tanto.

Já com o advento da modernidade abre-se um fosso entre as temporalidades, saíamos da certeza da mudança lenta, gradual e segura, no qual o futuro já tinha uma previsibilidade

possível da experiência da repetição à separação radical entre presente, passado e futuro, de modo que se inaugura uma nova experiência do cotidiano, marcada pela aceleração⁴⁸, pela mudança e pela instabilidade⁴⁹. Efetua-se assim uma desnaturalização da temporalidade anterior e a abertura de uma nova experiência temporal que tem como mote a disponibilidade da técnica, a aceleração e a imprevisibilidade do futuro – indicadores de uma história especificamente moderna⁵⁰.

O mundo para Gustavo Barroso estava fora dos eixos, pois a sociedade burguesa haveria criado um incidente no eixo histórico das continuidades temporais. E ele, por meio de sua atuação política conjugada com sua atividade literária, propunha ordená-lo.

Para Barroso era preciso tomar as rédeas dessa aceleração do tempo que ameaçava destruir antigos territórios de mando. Contra a vertigem causada pela desagradável aceleração da modernidade e a ruptura da sensibilidade temporal entre passado e presente desestabilizando a certeza dos privilégios de sua classe no futuro, Barroso vai buscar elementos que sirvam de ancoras temporais. Num mundo de mudanças o autor elenca a natureza conflitiva humana como uma constante que atravessa todos os séculos, demonstrativo disso é que a primeira parte do seu livro é intitulada “a primeira guerra” e a conclusão do seu livro “a última guerra?”. É importante ressaltar que o livro, embora publicado em 1920, fora escrito ainda no desenrolar da Grande Guerra Mundial. Acontecimento que marcou, sobremaneira, sua vida e da qual ele tinha grande interesse como amante das tradições militares⁵¹, chegando a ingressar na comissão de Marinha e Guerra no ano de 1917 (BRASIL, 1917b, p. 43).

Diante das informações apontadas é que buscaremos entender como Gustavo Barroso organiza seus discursos em função das demandas sempre atuais, discursos que são registros de

⁴⁸ Cabe destacar que, para Koselleck, a aceleração é mais que uma mera mudança e progresso. A mudança, segundo o autor alemão, pode ser encontrada em toda a história “No entanto, a mudança moderna é aquela que provoca uma nova experiência temporal: a de que tudo muda mais rapidamente do que se podia esperar até agora ou do que havia sido experimentado antes”. (KOSELLECK, 2014, p. 153).

⁴⁹ Segundo Koselleck, na modernidade “as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”. *Espaço de experiência e Horizonte de expectativa* são dois conceitos operacionalizados por Koselleck (2006, pp. 309-314) para problematizar o tempo histórico. O primeiro conceito se refere a uma experiência do passado que se realiza no presente, já o segundo faz referência a toda uma projeção de sensações, ansiedade, desejo, medo, sonhos, que miram o por vir, o horizonte, portanto é todo um universo de antecipação que se realiza no hoje. Dessa forma, à luz do pensamento koseckliano, é que podemos falar em um passado-presente e um futuro-presente, que são categorias complementares, que incidem uma na outra.

⁵⁰ Para Koselleck somente a categorização da desnaturalização do tempo não nos fala muito, pois o tempo sempre tem a ver com a natureza, com os astros, com os processos biológicos do ser humano. O que Koselleck (2014, pp. 142-153) nos fala é da aceleração vista sempre em perspectiva causada exclusivamente pelo próprio ser humano, resultando em sua maior autonomia frente à natureza. Essa característica começa a se tornar uma máxima da experiência a partir das revoluções Francesa e Industrial.

⁵¹ Para o desenvolvimento de nossa pesquisa o trabalho de Cerqueira (2011) a respeito da importância das tradições militares no pensamento barrosiano muito nos auxiliou.

seus sonhos, temores e anseios. Discursos que têm o tempo dentro de si, que remetem a dadas dimensões do tempo e do espaço, a dadas relações sociais, nos quais estão inseridos, sendo frutos de um dado momento histórico e comprometidos com determinadas relações de poder. Discursos que operam a realidade, prática social que produz, mas que é também produzida socialmente, fabricando visões de mundo que, por sua vez, engendram discursos outros.

Depois dessa breve apresentação de seu livro e de sua cena de produção iremos no próximo tópico adentrar na análise específica do já referido capítulo.

2.3.2 A *Ucronia Barrosiana*

O conto *O OSSO DO PRESUNTO*, está inserido na última parte do livro que tem como título uma provocação: “a última guerra?”. A narrativa nos fala do encontro entre os dois amigos João Mattoso, “bacharel” e “literato” e o engenheiro Antonio Mendes, numa Rio de Janeiro futurística em que voos internacionais, carros elétricos, telefones sem fio marcam a paisagem da cidade (BARROSO, 1920, pp. 341-343). Desta forma, sua narrativa está inserida no gênero literário conhecido por utopia⁵², ou melhor, por ucronia⁵³, em que o desenvolvimento tecnocientífico, enquanto desencadeador de mudanças nas relações sociais e culturais, passa a ganhar cada vez mais destaque.

Entre alguns autores desse gênero literário que, desde meados do século XIX, colocaram a ciência e suas realizações em evidência, podemos citar: a escritora britânica Mary Shelley e sua obra “Frankenstein: ou O Moderno Prometeu” (1818); Júlio Verne e seus livros “Viagem ao Centro da Terra” (1864), “Vinte Mil Léguas” (1870); H. G. Wells, com “A Máquina do Tempo” (1895), “O Homem Invisível” (1897) e “A Guerra dos Mundos” (1898). Portanto, o jovem intelectual, no conto aqui analisado, participa de um gênero literário preocupado em representar um mundo possível numa fase futura do seu mundo real presente (ECO, 1989, p. 168).

⁵² A etimologia da palavra utopia deriva do grego “*ou*” que significa “não”, e “*topos*” que significa “lugar”, logo utopia seria um não-lugar, um lugar não existente. O termo utopia aparece pela primeira vez no livro homônimo de Thomas More em 1516, no qual é descrita uma ilha fictícia onde prevalece a ordem e a moralidade entre os homens. Sobre o paradigma utópico, ver: (BACZKO, 1985, pp. 346-396).

⁵³ Segundo Bronislaw Baczko, na segunda metade do século XVIII, abandonam-se os paradigmas do discurso utópico reinante até então – a utopia narrativa e o projeto de legislação ideal, enquanto constituição modelar, para uma sociedade abstrata, tal como formulada por More. Tal mutação vai de par com outra. O algures social deixa de estar associado só à uma espacialidade, e passa a ter no tempo imaginário lugar do investimento máximo da utopia, dessa forma ao invés de uma u-topia passamos a ter uma u-cronia. U-cronia que derivada do grego temos um “não-tempo”. (BACZKO, 1985, pp. 364-365).

Partimos dessa digressão para problematizar os seguintes pontos: (I) quais os sentidos da uchronia barrosiana? (II) Qual a relação entre experiência e expectativa na visão de mundo de Gustavo Barroso? (III) A que(m) serve essa representação espaço-temporal?

Começemos respondendo pelo fim, (III), a que(m) serve a representação do espaço-tempo projetada na narrativa barrosiana?

Entendemos seu conto como um registro da forma que Barroso experienciava o mundo à sua volta, sendo fruto de um dado momento histórico e inserido com as demandas de um determinado *campo* social⁵⁴. Inserido no turbilhão de mudanças advindas com a modernidade, Barroso fez de sua literatura uma missão contra a fragmentação de antigos paradigmas baseados numa sociedade rural, estamental e patriarcal, afeita em muito ao espírito do antigo regime servil. Perder o controle desse mundo no qual fora educado, alimentou receios, medos e frustrações. Perder a certeza de um tempo em muito idealizado, em que cada classe social sabia seu lugar na sociedade e, assim, vivia harmoniosamente, bem como, um tempo em que as mudanças só ocorriam na longa duração, sendo sentido como catastrófico. O tempo para Barroso estava fora de ordem, e ele teria se imposto a tarefa de ordená-lo.

Nos primeiros anos do século XX, parte da sociedade brasileira vivenciava uma sobreposição conflituosa de temporalidades, o Brasil transitava da antiga ordem temporal para o tempo do progresso e da modernidade com sua radical aceleração e tripartição do tempo em passado, presente e futuro. Um tempo em que se criava um abismo temporal entre passado e futuro, entre experiência e expectativa, o que tornava o presente de Barroso algo caótico. Em meio a essa tensão entre o seu *espaço de experiência* e o seu *horizonte de expectativa* Barroso fabrica, por meio da narrativa, sua própria temporalidade – a temporalidade barrosiana –, visando reorientar o sentimento de que o tempo lhe escapava. É sobre essa tensão temporal que fala o conto futurístico *O ÔSSO DO PRESUNTO* que agora iremos analisar mais a fundo.

A uchronia barrosiana começa com a chegada de João Mattoso à cidade do Rio de Janeiro, desembarcando na estação internacional aérea, onde seu amigo Antonio Mendes o esperava. Mendes o conduz, em seu carro elétrico, sem trocarem uma palavra durante o trajeto

⁵⁴ Seguimos em nosso texto com a noção de campo proposta por Pierre Bourdieu, que nos lança subsídios para que possamos compreender os *campos* como espaços sociais com suas próprias regras, princípios e hierarquia, com delimitações definidas a partir não só dos acordos e consensos, mas também a partir dos conflitos, tensões e dinâmicas. Campos que devem ser entendidos enquanto estruturas estruturantes, espaços determinados e determinantes, que se relacionam no conjunto social com outros campos, originando espaços sociais mais abrangentes, influenciados e influenciadores. Para mais detalhamento sobre o conceito de *campo*, ver: (BOURDIEU, 2011).

a sua enorme residência, um casario em que moravam cinco milhões de habitantes (BARROSO, 1920, p. 341). Apenas em casa os dois conversam e Mattoso relata sua viagem:

“– Almocei ante hontem em Nova York, com o Costes, liquidando o negocio da companhia de iluminação publica de Goyaz, o ultimo que faltava liquidar. A viagem foi sem incidentes. Esses aeroplanos fabricados no Rio são já excellentes, igualam aos estrangeiros. Cruzamos na altura da Guyana a aeronave da carreira do Canadá e vimos de Pernambuco á Bahia uns dois aviões brasileiros de cabotagem”. (BARROSO, 1920, pp. 341-342).

O futuro do progresso anunciado por Barroso fala de uma aceleração possibilitada pelas inovações técnicas, por exemplo, o carro elétrico e com mais destaque o avião, inovações essas que permitiram ultrapassar as barreiras naturais, dando a sensação de encolhimento do espaço e do tempo. Num curto ‘espaço de tempo’ Mattoso cruza uma vastidão geográfica, de Nova York ao Rio de Janeiro, que antes levaria dias ou meses. Tudo mudou mais rápido do que se podia esperar ou do que havia sido experienciado pelas gerações anteriores.

Na temporalidade moderna que o autor descreve, a partir de uma sociedade futurística que já batia à sua porta, o tempo é experienciado de forma fugaz, o próprio espaço se torna fugaz. No trajeto aéreo de Mattoso não há relatos de relações entre pessoas, tudo passa rapidamente, única coisa que se contempla são mais sinais de progresso: mais e mais aviões que cruzam os ares. Até mesmo no trajeto para casa, com Mendes em seu carro elétrico, não há diálogo “não trocam uma palavra” (BARROSO, 1920, p. 341). A aceleração não alterou apenas as relações com a tecnologia, alterou a forma de viver o espaço e de se relacionar com as pessoas. No conto barrosiano apenas no repouso do lar há espaço/tempo para a relação humana, representada no diálogo dos dois amigos.

O progresso que parece conquistar uma área após outra, onde, em relação às gerações anteriores, tudo muda mais rápido do que se poderia esperar (ou controlar), é o mesmo que constrói uma outra relação com a natureza. Nesse sentido vemos a escrita barrosiana como um registro dessas transformações, pois assim, na fala do personagem Mattoso, ele retrata a relação do mundo moderno com a natureza:

“[...] Há uma coisa, porém, com a qual não me posso habituar.”

– “Qual é?”

– “O mar.”

– “Porque?”

“Ó homem! sou um sujeito mais ou menos lido e dóe-me no coração vêr essa immensa planicie liquida deserta, inteiramente deserta. Houve tempo em que as velas brancas dos navios e, depois, o penacho fumegantes dos paquetes perturbaram a sua solidão. Hoje, não ha um barco, não se avista um vulto. O mar foi abandonado!

E eu não posso deixar de me entristecer, pensando nas navegações dos phenicios, nas sereias da Odyséa, nas façanhas maritimas dos portuguezes e mesmo naquelles crimes que, ainda não faz um século, praticaram os submarinos da Allemanha”. (BARROSO, 1920, pp. 342-343).

Então o personagem Mendes, que a essa altura já nos parece explícito que encarna a defesa do espírito do progresso, responde que o amigo está “como sempre, litterário” (BARROSO, 1920, p. 342). Dando a entender que devesse deixar para trás esse olhar saudoso, pois o passado significa atraso; para Mendes o amigo deveria olhar para as conquistas desse novo tempo que anunciava ainda mais esplendor. Barroso segue com sua narrativa:

Mattoso olhou a immensa cidade, que garimpava pelas costas das serras, enxotando as antigas vegetações luxuriantes, que os velhos livros tropicalmente descreviam. Aqui e alli, no ar macio da noite clara, roncava um avião urbano, trazendo passageiros de Iguassú e de Barra Mansa, levando gente para o Leblon e o Vidigal. Faulhavam no ceu as luminarias electricas, as scentelhas dos telegraphos e telephones sem fio.” (BARROSO, 1920, p. 343).

O mar fora abandonado em nome do progresso, mar que antes servira de cenário para o desenrolar das ações humanas, entre elas Mattoso elenca algumas sociedades, como os: fenícios que, por meio do comércio marítimo, difundiu seu alfabeto por vastas regiões inclusive a Grécia, esta considerada por muitos como berço da civilização ocidental que nos legou, entre tantas coisas, a filosofia, a literatura (e um exemplar dessa literatura é a Odisseia evocada no conto barrosiano) e a ideia de democracia. Importante ressaltar que os atores privilegiados pela visada saudosa do personagem Mattoso são aqueles que representam uma história “vista a partir de cima”, dos grandes personagens e de suas façanhas consideradas heroicas. Tudo isso num momento em que novos atores sociais ganhavam mais notoriedade por suas lutas que almejavam a conquista de novos espaços na vida brasileira.

Outro povo evocado por Gustavo Barroso, em que por meio do uso do mar influenciou a história, foram os portugueses que na perspectiva barrosiana eram vistos como descobridores. Inclusive, Barroso dedica uma parte do livro *A Ronda dos Séculos*, para falar da “era dos Descobrimentos”, essa parte do livro está dividida em dois contos, um intitulado *Anthrophagos*, que narra o sofrimento e a coragem dos portugueses ao se aventurarem pelos mares, e o segundo, *A Salomé do Sertão*, que narra a colonização do Brasil. Já que o tempo lhe escapava Barroso/Mattoso busca em evidências de um dado passado, que deveria ser recuperado, reorientar sua temporalidade.

Voltemos ao lamento de Barroso, ou melhor, de Mattoso. Segundo o historiador Durval Muniz (2008, pp. 56-57) o mundo moderno tem na cidade, no mundo urbano, seu

locus privilegiado, essa espacialidade representa o domínio da técnica sobre a natureza, o triunfo da racionalidade, dessa forma a natureza é o *outro* da civilização e, por isso, é progressivamente expulsa do espaço urbano. O progresso era sentido por Mattoso como agente destruidor de antigas espacialidades. Onde antes havia natureza e “antigas vegetações luxuriantes”, agora só restava a cidade e os sinais do progresso. Progresso que era experienciado, por meio dos sentidos: os olhos que captavam a expulsão da natureza e as luzes das “luminarias electricas” da cidade, os ouvidos que identificavam o ronco do “avião urbano” a transportar passageiros.

O conto dessa forma está descrevendo transformações espaciais e temporais vivenciadas por Gustavo Barroso e que são demonstradas pelo olhar particular do personagem Mattoso. Um olhar atento a cada detalhe do espaço que o cerca, espaço que fala de uma determinada temporalidade, espaço que tem o tempo dentro de si. Espaços que segundo o historiador Durval Muniz (2008, p. 104) “guardam, materializam e falam do tempo, de um dado tempo e de um dado espaço”. Espaços que não podem ser entendidos apenas por sua dimensão física, mas sim pelas relações humanas, vivências e experiências que ali se desenrolam, sentidos e projeções a eles atribuídos.

Espaço que é apreendido por Mattoso, através de seus sentidos que à primeira vista também parecem ser algo natural, mas, como nos lembra Durval Muniz, nossa sensibilidade é histórica, nossos sentidos, no caso da experiência do personagem Mattoso sua visão e audição e como veremos mais à frente seu paladar, nos falam também de uma determinada temporalidade. Nossos sentidos estão situados na encruzilhada entre natureza, sociedade e discurso, pois nossa sensibilidade e sentidos são forjados pela nossa condição de seres sociais e culturais (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 113). Portanto, Mattoso representa os valores e costumes de uma sociedade que se relacionava de outra forma com a natureza, que era mais afeita ao “fincar raízes na terra”, a ter “os pés no chão” e a pessoalidade das relações sociais, sociedade rural pautada em valores ditos tradicionais que via seus territórios de poder serem desafiados por uma nova ordem econômica-política-social-cultural que privilegiava o espaço urbano e via no mundo rural e na natureza a representação do atraso.

Barroso diagnostica o presente a partir de sua representação de futuro construída narrativamente que traz consigo as angústias, os medos e as esperanças da época em que foi escrita, sendo assim, o autor não nos fala de um futuro qualquer, ele nos fala do futuro prometido pelo progresso. Como toda utopia futurística – ucronia – o conto de Gustavo Barroso é fruto genuíno de sua criatividade e nos fala de um futuro que como tal não pode ser alcançado pela experiência, não pode ser examinado, necessitando assim da pressuposição de

continuidades temporais, pontos de contato não apenas com o fictício, mas com o empírico, confrontando o antigo com o que há de vir (KOSELLECK, 2014, pp. 124-125). Nesse sentido é que podemos entender a referência ao afundamento dos navios mercantes brasileiros por submarinos alemães citados anteriormente.

O personagem Mattoso deixa transparecer o estado de espírito de Gustavo Barroso que transforma seu *espaço de experiência*, “seu passado atual” (KOSELLECK, 2006, pp. 309-310), e seu *horizonte de expectativa* “seu futuro presente” (KOSELLECK, 2006, p. 310) em literatura. O tema militar era muito caro a Barroso, que se ocupou desse assunto em vários momentos da sua vida, lembremos que o ano de 1917 é bastante marcante para Barroso que ingressa na Comissão de Marinha e Guerra, e que passa a lutar enquanto deputado, pelo resgate de uma suposta tradição militar do Brasil, que ele entendia estar se perdendo, resgate esse que seria materializado sobretudo a partir da criação, por meio do projeto de lei 71 de 1917, por ele elaborado, apelidado de “os Dragões da Independência”, que teria a função de “reviver as tradições do Exército Nacional e a força que as mesmas representam como despertadoras de entusiasmo e de patriotismo” (BRASIL, 1917c, p. 572).

Entendemos a passagem do lamento de Mattoso como uma tentativa de interpretar o momento histórico em que Barroso vivia. Para Barroso os crimes de guerra cometidos pela Alemanha só foram possíveis por causa do abandono das tradições militares brasileiras e a consequente incapacidade do país em proteger suas fronteiras. Tradições essas que representavam em grande parte a alma nacional, legadas do tempo do Brasil Império⁵⁵ que na visada barrosiana estavam se perdendo e com elas se perdia também a nação brasileira entendida como uma essência, que ele via ameaçada por forças desagregadoras que pareciam escapar ao seu controle.

Narrativa que mais fala da fragilidade do seu próprio significante que vê os seus antigos territórios de poder se transformarem num espaço vazio de tradições que simbolizam a ruína de todo um sistema social em que ele fora criado e do qual pretendia ser porta-voz. Isso significa dizer que, por meio de sua literatura, Barroso mobiliza ficção futurística com fatos históricos de forma a demarcar e legitimar sua atuação política do presente, entendendo o passado como força motriz de sua experiência temporal.

Assim o conto nos fala mais de um Brasil que passava por intensas transformações. Um país que transitava do regime Imperial para a República e com isso toda uma mobilização

⁵⁵ Barroso entendia que no Brasil Império era o período por excelência da nossa história principalmente pelos grandes feitos militares, em especial a Guerra do Paraguai. (CERQUEIRA, 2011, p. 14).

simbólica que visava dar mais concretude à mudança política⁵⁶. Separava-se a Igreja da política. Findava, ao menos no papel, a escravidão, e toda organização social fundamentada nesse regime sofria o abalo de tal mudança. A solução encontrada pelo novo governo para a questão da mão de obra foi o incentivo da imigração, sobretudo de europeus, para o Brasil. A febre imigratória fomentada pelo governo brasileiro, empenhado não só em resolver a questão da mão de obra, mas também no “branqueamento do Brasil”, reconfigurou a paisagem social brasileira. Alemães, espanhóis, portugueses, italianos, libaneses, japoneses e outros povos que formavam uma grande massa de desempregados em seus países de origem foram atraídos pela propaganda da abundância nas Américas, e para cá eles vieram impulsionados pela melhoria dos transportes marítimos. E com eles novas formas de vivência, de costumes, de crenças e de organização política foram se desenvolvendo, de forma nem sempre pacífica, em território brasileiro⁵⁷.

Cidades e indústrias, já na década de 1910, ganharam um novo destaque com a crise na agricultura e a substituição das importações. Essa massa de imigrantes concentrou-se mais nas grandes cidades, principalmente na capital, Rio de Janeiro, e em São Paulo, atraídos pelas novas oportunidades oferecidas na cidade, onde poderiam colocar em prática suas especializações profissionais, malogrando a política de incentivo ao trabalho rural (SCHWARCZ; STARLING, 2015, pp. 325-326). Enquanto a população nas áreas rurais decrescia a população urbana aumentava vertiginosamente⁵⁸. Trazendo com isso remodelações e conflitos na sociedade. É essa a paisagem que Barroso descreve, por meio do personagem Mattoso, que do “casario imenso” do amigo, onde “moravam cinco milhões de habitantes” (BARROSO, 1920, p. 341) ele enxerga uma “imensa” (BARROSO, 1920, p. 343) cidade, Rio de Janeiro, situada numa região que já não é mais o Brasil, mas a “capital dos Estados Unidos da América do Sul” (BARROSO, 1920, pp. 342-343). Ou seja, no futuro do progresso o Brasil já não mais existia, fora absorvido pelos países vizinhos que formaram um grande bloco nacional.

⁵⁶ Segundo Schwarcz e Starling, nomes de ruas, praças, instituições, datas comemorativas, a bandeira, o papel-moeda foram alterados, até nomes próprios começaram a sofrer a influência dos modelos norte-americanos. Novos heróis foram buscados tudo isso para povoar o imaginário da República dos Estados Unidos do Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015, pp. 318-319).

⁵⁷ A classe operária, instituída em diferentes tipos de organizações inspiradas nos ideais anarquistas e comunistas, passava a despontar como novo protagonista na vida pública do Brasil, reagindo contra as péssimas condições de trabalho e lutando por direitos laborais, como férias, salários dignos, jornada de trabalho diária de oito horas e proibição do trabalho infantil (CARONE, 1979).

⁵⁸ Segundo dados trazidos por Schwarcz e Starling (2015, p. 326) no primeiro decênio da República a população rural decresceu 2,2%, já na área urbana houve um aumento de 6,8% mostrando que o processo de urbanização viria para ficar alterando assim a feição do país.

Defronte a imensidão de tantas transformações, Barroso via o mundo em que fora criado desmoronar, a região que mais tarde viria a ser cristalizada como Nordeste⁵⁹, da qual Barroso é oriundo enquanto representante, foi a que mais sofreu com essas transformações. A desmontagem da mão de obra servil baseada na economia do açúcar e do algodão, as grandes secas que castigavam a região⁶⁰ e a falta de políticas públicas efetivas para combater esses fatores, fomentou seu despovoamento, em detrimento dos estados cafeeiros e da busca por oportunidades nas pulsantes capitais brasileiras, mais especificamente São Paulo e Rio de Janeiro. Além da intensa migração para a Amazônia, por causa da “febre da borracha” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 326).

Dessa forma, o “barro social” que o autor usa para moldar o personagem Mattoso é o mesmo do seu *lugar social*, filho de uma elite nortista que perdia sua centralidade político-econômica para outra área do País, o eixo Sul-Sudeste, o que também transformava toda uma ordem de relações de controle social. Esse declínio levou muitos filhos dessa elite rural do Norte do país a migrarem para sede do poder central, Rio de Janeiro, caso de Gustavo Barroso, onde utilizariam do capital simbólico e cultural que ainda dispunham junto a importantes personalidades do Estado para garantirem não só condições materiais para sua produção intelectual, mas para própria sobrevivência (MICELI, 1979), a partir de sua inserção em espaços literários e/ou políticos.

É importante nos atentarmos a esse fato, pois como nos alerta Aline Montenegro, creditar a ida de Gustavo Barroso para a capital do País, apenas pela motivação de perseguição política, como ele descreve, é cairmos em sua própria armadilha que visava uma *construção de si*: “como vítima da terra, imigração enquanto destino do cearense o que retira a responsabilidade de sua escolha dos seus próprios ombros, o que cria uma identidade comum com o retirante que só sai da sua terra por causa de leis naturais” (MAGALHÃES, A. M., 2009, p. 31), e foi almejando essa inserção no mais alto círculo intelectual nacional que Gustavo Barroso chegara ao Rio de Janeiro, em 1910, portando consigo uma carta de recomendação escrita por seu pai, Antonio Felinto Barroso, endereçada a Capistrano de

⁵⁹ Trataremos mais a fundo sobre a emergência da região Nordeste no discurso barrosiano a partir das problematizações de Durval Muniz (2009) no segundo capítulo desta tese.

⁶⁰ A temática da seca é um dos principais temas de Gustavo Barroso expresso tanto em sua literatura como em sua atuação enquanto deputado. Não pretendemos neste momento adentrarmos nessa temática, apenas demarcaremos nosso posicionamento historiográfico sobre tal fenômeno que tem tanto base natural como base social. À luz do pensamento de Durval Muniz (2008, pp. 229-245), entendemos que em fins do século XIX deu-se a invenção da seca como problema regional, justamente num momento em que a região Norte enfrentava uma aguda crise econômica com a queda dos preços da exportação do açúcar e do algodão, somando-se a evasão de mão de obra escrava. Essa grave crise levou a desestabilização de todo um *status quo*. Que vendo seus antigos territórios de poder ruírem encontraram no emprego público, e no desvio de recursos enviados para tentar resolver a questão da seca, uma garantia de subsistência.

Abreu, antigo amigo de Felinto na Academia Francesa do Ceará (MAGALHÃES, A. M., 2009, p. 37).

É a partir desse *lugar social* que Barroso escreve e reescreve a história do Brasil nos primeiros anos da República. Seu conto, inserido numa obra maior, é um testemunho histórico dessas intensas transformações que colocavam em xeque a perpetuação do antigo espaço/tempo de dominação e exploração do qual ele era herdeiro. Seu *horizonte de expectativas*, seu “futuro presente”, era experienciado, sob o signo da saudade de um passado que não deveria passar.

É com pesar que, enquanto voava num “aeroplano particular de grande velocidade”, com seu amigo Mendes, que o pilotava, Mattoso interpreta essas transformações: “– A velha concepção das nações e das raças desapareceu. Hoje, o mundo não tem mais questões de limites ou de influencias”. Frases essas que “perdiam-se uma a uma no ar, como folhas secas que o vento espalha”, talvez devido “a violencia do vento e o monotono, ensurdecador ruido da machina”, talvez porque Mendes estava muito concentrado pilotando o rápido avião, ou talvez porque no mundo da velocidade não exista espaço para o diálogo entre as pessoas, mas “Mendes não deu uma palavra”. Mattoso prosseguia sua arguição: “Os antigos países parece que não existem mais, são agora grande blocos Estados Unidos da America do Norte, do Sul, da Europa, Oceania, Asia e Africa. Somente o da Africa tinha farda e serviços militares” (BARROSO, 1920, p. 344).

As nações se perdiam frente à internacionalização, porque suas raízes, encontradas numa sociedade rural-senhorial, não eram mais respeitadas. O tempo que se acelerava sobre si próprio trazia transformações que não respeitavam as antigas fronteiras que demarcavam, não apenas a geografia, mas também os corpos das pessoas. É a partir da tensão entre o que se foi e que há de vir que Gustavo Barroso ressignifica, no presente de sua escrita, tanto o passado como o futuro. O personagem Mattoso lastima o fim de uma sociedade hierarquicamente dividida pela raça, a mestiçagem agora era a regra e, nesse sentido, podemos entender o personagem Mattoso enquanto metáfora de um pensamento expresso por vários intelectuais nacionais e viajantes europeus, que enxergavam na mestiçagem o motivo do atraso do Brasil e a impossibilidade do país se constituir numa nação (SCHWARCZ, 1993, p. 13).

Segundo Lilia Schwarcz (1993, p. 19), na virada do século XIX para o XX, a questão racial no Brasil era um argumento quase consensual. E é no momento de término da escravidão e de fundação de um novo projeto político que as teorias raciais, o darwinismo social e o evolucionismo social, vão ganhar corpo no País, sendo apresentadas enquanto

modelos para justificar a substituição da mão de obra⁶¹ e a manutenção de uma rígida hierarquia social, estabelecendo critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p. 18).

Voltemos ao conto.

Os dois amigos seguem sua viagem de avião. Mattoso continua falando, dessa vez ele parece positivo, em certa medida, com o progresso: “– Já faz tempo que houve a ultima guerra! E jamais haverá outra. A guerra é uma criação social infame. Entramos decididamente na era da paz universal.” (BARROSO, 1920, p. 344). Entendemos que nessa passagem o autor se descola um pouco da roupa do personagem Mattoso, para tecer uma crítica aos seus pares que se não se mostravam confiantes com o futuro prometido pelo progresso, acreditavam ao menos terem alcançado o ápice da humanidade e, com isso, a extinção dos conflitos, mas logo foram surpreendidos com aquilo que ficou conhecido posteriormente como a Primeira Guerra Mundial.

Seguindo no conto, então Mattoso tira do frigorífico presunto e pão, e faz um “sandwichs” “– Pela moda antiga e para desenfasiar o gosto das comidas chemicas de hoje” (BARROSO, 1920, p. 345). Notemos que, com as mudanças advindas da modernidade, alteraram-se também todos os níveis do cotidiano, inclusive os sentidos, nesse caso o paladar. E Mendes, na hora de satisfazer a necessidade biológica de se alimentar, finalmente fala: “– Tens razão. Nunca mais á face da terra um homem brigará com outro homem.” (BARROSO, 1920, p. 345). Meia hora depois, o avião cai no mar por causa de intempéries naturais. Os dois amigos, então, conseguem nadar até uma ilha deserta e abandonada, pois “A conquista do ar trouxera o abandono do mar já conquistado.” (BARROSO, 1920, p. 345).

Por sorte chegaram à ilha os destroços do avião e com eles os restos dos suprimentos que estavam no frigorífico, isso lhes garantiu mais uma semana de alimentos naquela ilha esquecida em detrimento das novas tecnologias. No final restava apenas um pedaço de carne em volta do osso do presunto, aquela comida não “chimica”. Então, não havia mais dois amigos, mas sim: “duas fêras premidas pelo mesmo instinto bestial, primitivo, material, inlludível e ao mesmo tempo sublime, porque elle, fez todo o progresso humano, o instinto da propria salvação, a fome” (BARROSO, 1920, p. 346). No fim do conto, depois de uma

⁶¹ Se como já dissemos o “branqueamento” da população, a partir do incentivo à imigração europeia, foi uma solução encontrada, ela também traria inconvenientes, como a resistência dos operários brasileiros às prerrogativas de uma classe há muito acostumada com uma ordem estamental, em que as relações de trabalho escravo davam o tom, pois, junto da grande onda imigratória veio também o afluxo de ideais anarquistas e comunistas, que ao se amalgamarem com a realidade local, inflamaram a nascente classe operária brasileira.

enorme briga pelo osso do presunto, Mendes ataca brutalmente Mattoso e consegue roer o osso (BARROSO, 1920, p. 347).

O futuro anunciado pelos entusiastas do progresso se mostrava uma falácia para Barroso. A força da natureza para nosso autor se sobressai à força da tecnologia. A influência da natureza triunfa até mesmo sobre as relações sociais. O verdadeiro progresso não se encontrava nas descobertas tecnológicas e nos novos costumes de então. O verdadeiro progresso era uma essência humana, que para o bem ou para o mal, fez a humanidade se desenvolver: o instinto de salvação e a sobrevivência do mais forte, da raça mais forte, justamente aquela “velha concepção” de raça que estava desaparecendo, segundo Barroso. A paz universal nunca seria possível, já que o conflito humano é uma constante. A paz advinda pelo progresso tecnológico seria só mais uma etapa da humanidade e que trouxe consigo mais coisas negativas que positivas.

Sendo assim, o conto nos fala de um mundo, que é a representação de um determinado *lugar social*, que vai se perdendo frente às transformações históricas experienciadas nas primeiras décadas do século XX. Abre-se assim um abismo entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* de Gustavo Barroso materializado pelo personagem Mattoso, que representa a consciência do que se perdia com o progresso advindo da modernidade. A interpretação que tiramos disso é que se o presente de escrita do conto barrosiano é diagnosticado pelo autor como ruim, o futuro seria bem pior, pois para Barroso não haveria salvação na temporalidade moderna. Do tempo do progresso e das mudanças que escapavam ao seu controle, ele apenas esperava a destruição de toda uma forma de organização social, da qual ele era herdeiro e lutava para preservar.

Vivendo em mundo moderno, o *espaço de experiência* de Barroso, o seu passado atual, não orienta mais seu *horizonte de expectativa* que se realiza no hoje, futuro-presente. Entre essas duas temporalidades – passado e futuro – se comprime o presente, momento fugidio de difícil captura, no qual se dá a tensão entre experiência e expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 313) que reverbera em sua ação político/literária desejosa de criar uma “ponte temporal” que aproxime as temporalidades. Destarte, o mundo fora de ordem para Barroso era expresso por meio de sua literatura futurística, de cunho negativo que visava restaurar a antiga temporalidade que encerrava em si passado, presente e futuro, garantia da manutenção da ordem e do *status quo* da aristocracia cearense, do qual ele era herdeiro e representante no cenário político-intelectual nacional.

2.3.3 Estratos da temporalidade

Seguimos nesse subcapítulo na análise do conto *O ÔSSO DO PRESUNTO*, texto em que já não mais só o espaço, mas também o tempo se torna o lugar de investimento da utopia. Visamos dessa forma problematizar a experiência temporal barroiana, investigando a forma pela qual em um determinado tempo presente, Gustavo Barroso entrelaçou narrativamente a dimensão temporal do passado com a dimensão temporal do futuro, constituindo uma ucronia que traz consigo as esperanças, angústias e temores da época em que foi escrita.

Como um “ucronocrata”, Barroso sobrepõe estratos temporais, a fim de interpretar e de dar sentido à mudança histórica por ele vivenciada. A consequência do vertiginoso processo de urbanização, de industrialização e de desenvolvimento tecnológico era por ele sentida de forma aflitiva. Não que seja um “tudo ou nada”, ruptura ou continuidade. O que parece preocupar o intelectual é a aceleração dessas mudanças que alteravam de forma brusca toda uma dada ordem político-social.

O presente da escrita do conto barroiano fala de seu estranhamento, devido à dissociação com o passado, entendido como repositório de certezas e garantias, de manutenção de privilégios e que passava então a ser visto pelo discurso do progresso como lugar de atraso. À luz do pensamento de Koselleck, entendemos que o progresso não é apenas uma forma de se mirar um futuro, ele é também uma forma de se experimentar o cotidiano (KOSELLECK, 2006, p. 69), dessa forma ele faz um futuro presente, nutrido de fontes, como as novas relações sociais capitalistas, a prevalência da vida urbana, o desenvolvimento técnico, o aumento populacional, a transferência de poder de uma região para outra. Nesse sentido, para Barroso, o que vinha com a modernidade era toda a ruína de um antigo espaço/tempo de poder.

Dessa forma, a ficção futurística barroiana, que fala sobre um *horizonte de expectativa* prometido pelo progresso, e seus personagens que encarnam visões de mundo conflitantes metaforizando sentidos atribuídos ao prelúdio republicano, foi por nós encarada como um testemunho histórico que nos diz muito⁶² sobre seu momento de feitura: o Brasil dos primeiros anos do século XX.

O tempo não é vivido da mesma forma por todas as sociedades, para o *lugar social* em que Barroso fora criado o tempo histórico era vivenciado de forma que passado, presente e

⁶² E aqui cabe lembrar, segundo Bloch, que até o mais claro e objetivo documento não fala senão quando se sabe interrogá-lo, pois é a pergunta que condiciona a análise. (BLOCH, 2001).

futuro estavam ligados, sendo possível tirar lições de uma história quase imóvel e dessa maneira garantir a manutenção de seus privilégios – o tempo era ordenado.

Com as transformações que advieram com a modernidade, abriu-se um fosso temporal dissociando passado, presente e futuro. A temporalidade moderna desordenou toda uma sensibilidade de uma dada ordem social, essa temporalidade é o tempo do novo, do “fecundo, prenhe de novidade” (PROST, 2008, p. 101) em que não há espaço para repetição, o passado encarnava o atraso e era um “antes” que não se poderia mais modificar, o próprio presente se tornava algo estranho frente ao ritmo acelerado de tantas modificações, e apenas o futuro interessava, pois esse seria diferente, seria melhor.

Frente à sensibilidade temporal moderna que triunfava, Gustavo Barroso, pretense senhor do tempo, ucronocrata, não compartilha do otimismo prometido pelo progresso. Para ele, a temporalidade moderna era o tempo da fugacidade, da desvalorização das tradições, das nações, da natureza, da própria vida humana. A Grande Guerra (1914-1918) marcava uma comprovação da falibilidade do discurso que valorava de maneira positiva o futuro. Há assim uma grande tensão na sensibilidade temporal barrosiana em choque com a temporalidade moderna. Dessa forma, ao mesmo tempo coexistiam vários projetos de “brasis” que pertenciam a épocas diferentes, e aquele defendido, pelo autor aqui analisado, estava em desvantagem.

Era preciso colocar o tempo em ordem, para assim ordenar o próprio mundo. É nesse sentido que, no conto *O ÔSSO DO PRESUNTO*, Barroso afirma que a promessa do progresso é falha, pois a natureza é maior que tudo, ela é capaz de colocar por terra todas as descobertas tecnológicas com um só sopro. Mesmo que se apresente a possibilidade de um futuro progressivo de mais e mais descobertas e invenções. Para Barroso o ser humano tem uma essência, um já dado natural, que traz em seu âmago a luta pela sobrevivência da raça mais forte, e é nela que estaria a chave para o verdadeiro progresso.

Deste modo, acreditamos que refletir sobre a questão temporal expressa na obra barrosiana é um movimento historiográfico de três vias entrecruzadas. Uma dessas vias diz respeito a mostrar como, por meio da literatura, podemos pensar a experiência humana com o tempo. A outra via passa pela desnaturalização do próprio conceito de tempo, devolvendo sua historicidade, tratando o tempo também como obra-prima do nosso *métier*. E a outra via que passa por não perder de vista a relação da história com o mundo contemporâneo em que experienciamos uma hiperaceleração da ordem temporal promovida pelo capital e pelo fluxo de informações das novas mídias sociais (TURIN, 2017, pp. 56-70).

Vivemos hoje a coexistência de temporalidades que se tencionam. Estão em pauta, na ordem do dia, projetos que já levaram a trágicos acontecimentos, por exemplo: as duas Guerras Mundiais, as tragédias humanitárias dos imigrantes, a ameaça de uma nova guerra nuclear e a um entendimento que, mesmo durante uma pandemia, a economia não poderia parar, afinal “*time is Money*”, mesmo que esse tempo do dinheiro signifique o sacrifício de corpos precarizados no altar do deus mercado. Sabemos que o futuro prometido pelo progresso pode não ser tão bom assim. Também acreditamos que o discurso reacionário que vem ganhando força em todo mundo ocidental, a partir do crescimento de uma extrema-direita, o qual diz defender supostas tradições de um passado, que para eles não devem passar, traz embutido preconceitos sociais, étnicos, de gênero, em suma, ideais de exclusão do *Outro*.

Estratos temporais que são do campo da tensão, do conflito, mas também do diálogo, dos acordos, como podemos observar no caso do golpe político-jurídico-midiático, ocorrido no Brasil em 2016 que, mesclando a “força do passado”, numa referência, por ora explícita por ora implícita, a modelos antigos de dominação, com a “força do futuro”, utilizando como mote uma suposta “ponte para o futuro”. Um projeto que se propõe inovador, modernizador, mas que traz em si a opressão e a exclusão física e simbólica de amplas camadas sociais em nome da legitimidade do tempo produtivo do capitalismo; um passo a mais em direção às políticas de morte. O que se desenha, assim, é a promessa de um futuro que se faz cada vez mais presente no mundo da era digital e que já aparece desgastado por uma obsolescência programada não só dos aparatos tecnológicos, mas do próprio ser humano em sua pluralidade.

Dessa forma, acreditamos que problematizar a encruzilhada entre História-Espaço-Tempo-Literatura é sinalizarmos que nem tudo o é como um dado da natureza. Que existem formas outras de se experimentar o binômio tempo/espaço, apesar do tempo e do espaço que nos é imposto. Orientar-nos dessa forma é estarmos abertos para a construção de uma sociedade diferente da que aí está. É reafirmar que novos tempos/espaços são possíveis.

E é justamente sobre como Gustavo Barroso constrói discursivamente espacialidades distintas: o nosso próximo esforço de análise.

3 ESPAÇOS (IN)DESEJÁVEIS

Neste capítulo buscaremos problematizar a construção discursiva do Nordeste barrosiano, “verdadeiro lar da nacionalidade” (BARROSO, 1912, p. 194), bem como esse discurso operacionalizado por relações de poder-saber, que foi se metamorfoseando, chegando a instituir, em 1915, a materialização do Campo de Concentração do Alagadiço. Nesse sentido, nos interessa perscrutarmos: (I) Como começa a ser tecida a relação entre Gustavo Barroso e essa espacialidade? (II) Quais as fontes literárias e científicas com as quais ele interage para moldar o seu discurso sobre os espaços? (III) Quais os símbolos, sentidos e significados atribuídos por Gustavo Barroso às espacialidades distintas? (IV) Como e com quais fins a seca, especialmente a de 1915, é representada em seu discurso? Nessa empreitada serão nossas fontes: o livro *Terra de Sol* (1912); *Ideias e Palavras* (1917); *HÉROES E BANDIDOS* (1931); contos e entrevistas publicadas em periódicos entre os anos de 1915 e 1920. Outra fonte importante para nossa pesquisa são os Diários do Congresso Nacional (BRASIL, 1915), principalmente os dos anos de 1915, no qual podemos acompanhar os debates, tensões e diálogos, os jogos políticos, em torno da questão da seca e dos seus enfrentamentos.

Ao tratarmos da construção simbólica da referida espacialidade que se alterna no discurso barrosiano, por vezes, aparecendo como Norte, Nordeste, Ceará e/ou Sertão⁶³, perpassamos por questões como: a relação entre história, literatura e espaços, memória e saudade; romantismo, naturalismo e realismo; teorias oriundas do determinismo social e geográfico; sentidos sobre a reforma urbanística do começo do século XX; a transformação da seca, em especial a de 1915, em problema nacional. Além disso, por meio da questão da seca abordaremos temas, como os conflitos e as tensões na Câmara dos Deputados na disputa por recursos federais; os desdobramentos dessa seca no Ceará governado por Liberato Barroso, cuja atuação estrutura o arranjo de exclusão espacial – Campo de Concentração do Alagadiço – para lidar com os *flagelados da seca*, corpos humanos considerados indesejados, bem como as tensões e as dinâmicas decorrentes de tal medida.

⁶³ Em diversos momentos deste capítulo estaremos trabalhando com algum dessas palavras-conceitos, refletindo assim seu uso nas fontes arroladas, que, como aponta o historiador Durval Muniz, ainda no começo da década de vinte são usados como sinônimos, denotando que o Nordeste, enquanto ideia e imagem homogeneizada, ainda não se institucionalizara, substituindo assim, a antiga divisão do País em Norte e Sul, caracterizando esse período como um momento de transição e de rearrumação dessas metáforas espaciais (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 82).

3.1 À distância se fez a Terra do Sol

“... Mas nesse tempo, quando o Brazil rico e poderoso, marchar na vanguarda das nações, occupando o lugar que lhe compete entre os paizes mais fortes e progressistas, perdida já será a memoria deste livro que não é mais do que a narração verídica dos usos e costumes, dos sentimentos e das tradições do Ceará e suas zonas limitrophes, da Terra do Sol; que não é – e nem pretende ser mais do que o depoimento de um nortista...” (BARROSO, 1912, p. 271).

O livro *Terra de Sol* se pretende um depoimento verídico sobre o Ceará, suas zonas limítrofes, usos e costumes característicos dessa região, escrito a partir de um narrador que se apresenta enquanto testemunha ocular, especialista com conhecimento de causa, portanto, agente que se considera fonte fidedigna, insuspeita em seus registros sobre as ações humanas que se desenrolam nessa espacialidade. Dessa forma, é através daquilo que Simon Schama (1996, pp. 16-17) denominou de *arquivo dos pés*, ou seja, da experiência desse sujeito da história com o fato histórico e com o espaço de realização de tal fato (o Ceará) que se autoriza essa identidade “nortista” como voz privilegiada a narrar o Norte para um “Brazil” que almejava entrar na ordem do progresso. O Norte é assim apresentado por Gustavo Barroso como cenário, objeto e sujeito que tenta contornar a temporalidade e as transformações advindas com a modernidade, discurso esse que constrói a própria ideia de Norte, do qual ele seria o porta-voz.

Enquanto historiador preocupado com a formação histórica das espacialidades, devo dizer ao leitor que o espaço descarnado e sua mera existência empírica, cenário das narrativas de Gustavo Barroso, não são o foco desta tese. Outrossim, nos interessa a premissa de que “os espaços são misturas inextricáveis de dimensões concretas e dimensões simbólicas” (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 82) e é, principalmente, à luz do pensamento de Michel de Certeau, Simon Schama e de Durval Muniz, que procuramos demonstrar como essa espacialidade foi fabricada historicamente, isto é, em um determinado momento e em um determinado espaço, e como o discurso de Gustavo Barroso empreendeu sentidos e significados que determinaram formas bem características de pensar, de ver e de dizer a “Terra do Sol”, ajudando assim a compor essa configuração espacial. Portanto, discursos que não apenas representam o real, mas que instituem reais.

Logo, pretendemos devolver a historicidade a essa espacialidade naturalizada por tantas práticas imagético-discursivas que buscaram homogeneizar o diverso, entendendo-a

enquanto acontecimento histórico, constructo humano, demasiadamente humano, fruto de determinadas relações socioculturais, enlaçadas intimamente em relações de poder-saber⁶⁴.

Voltemos à epígrafe. Essa passagem organizada em um discurso regionalista em nome do estado do Ceará traz o suprassumo da preocupação barroiana: espaço, tempo e identidade fraturados pelas forças do progresso e da modernidade. Explico: o *horizonte de expectativa*⁶⁵ de Gustavo Barroso projeta no hoje a sensação de ansiedade, medo do que se perderia com o progresso advindo da modernidade burguesa e da centralização política do Estado que seria, em seu entendimento, a ruína de um antigo território de poder – a denominada região Norte do País – e tudo aquilo que ela enfeixaria, enquanto algo intrínseco e a priori: seus costumes, valores e tradições.

Assim, *Terra de Sol* começa a ser tecida sob o signo da dupla saudade. Saudade da vivência de onde se criara junto a seus amigos e familiares, pois o livro é escrito quando Gustavo Barroso já morava no Rio de Janeiro, capital do País, cidade polo econômico-político-cultural que ele escolheu para tentar seguir sua carreira política-literária e na qual lograria êxito. E saudade daquilo que Gustavo Barroso entendia estar se perdendo – todo um sistema sociocultural em que ele fora criado e que sua família parece representar bem esse declínio de poder político e econômico, pois, traçando sua própria genealogia, ele se refere ao passado aristocrático de sua família paterna:

Meu avô paterno era o capitão José Maximiano Barroso, considerado no começo do século, como sendo o homem de mais prestígio e fidalguia do Aracati. Os nomes de Fidelis e Liberato Barroso projetavam-se no cenário nacional de letras, na política e nas armas (ABREU, R., 1996, p. 1972).

Já o seu pai, Antônio Felinto Barroso, trabalharia como notário, o que segundo Durval Muniz, representava “o primeiro degrau de declínio de sua família paterna”, pois diferente dos dias de hoje, receber como concessão pública um cartório se tornava, em fins do século XIX e começos do século XX, uma forma de “amparar filhos das oligarquias em dificuldades financeiras, aproveitando a formação na área do Direito que muitos deles possuíam.”

⁶⁴ Continuamos em nossa tese com a premissa foucaultiana que relaciona poder e saber, não a partir de um modelo verticalizado (do Estado para baixo), mas multidirecional, microfísico, logo presente em todas as ramificações da sociedade. Sobre a relação poder-saber, nos diz Foucault: O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”, dessa forma poder e saber estão diretamente implicados (FOUCAULT, 2008, p. 27).

⁶⁵ Seguimos utilizando esse conceito à luz do pensamento de Reinhart Koselleck (2006) que faz referência a toda uma projeção de sensações, ansiedade, desejos, medos, sonhos, que miram o por vir, o horizonte, portanto é todo um universo de antecipação que se realiza no hoje.

(ALBUQUERQUE JR., 2013, pp. 126-127). Diferente de Albuquerque, entendemos que assumir a função de tabelião seria sim o “primeiro passo” para, a partir do rearranjo dos jogos de poder, se manter em situação de privilégio.

Pelo tronco materno, Gustavo Barroso costumava ressaltar a ascendência germânica do seu avô o engenheiro alemão Gustavo Dot (contratado para construir pontes, estradas e linhas telegráficas, ou seja, para levar “o progresso” ao que hoje é entendido de forma naturalizada como o “sertão do Nordeste”), da estirpe dos “Von Lanzerh de Damenberg, no Hannoverm e a sua mulher, a dos Von Mohlielbroeck, de Dantzig” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 128). Desse constante rememorar a pertença a um passado aristocrático, com raízes germânicas, podemos inferir uma subjetividade reativa ao mundo burguês e suas relações monetárias, em que ele não teria mais um futuro garantido ao ostentar seus sobrenomes e títulos, levando-o muitas vezes a se confundir com a nova classe média que, como veremos principalmente no próximo capítulo desta tese, ele tanto desprezava, tendo assim que se amparar nos laços de compadrio político, de parentesco e de sociabilidade para angariar espaços na capital Federal, onde principalmente por meio de sua atividade literária conseguiria alcançar o prestígio social e político almejado.

Portanto, saudade de um determinado tempo e espaço que agora lhe parecia cada vez mais distante no tempo e no espaço. Saudade, matéria-prima, que institui realidades ao fabricar tempos, espaços e sentidos para determinados corpos, como “forma de manter-se contato, resguardar e divulgar o lugar de suas origens, principalmente diante da idéia de que tudo isso viesse a acabar por causa do progresso” (MAGALHÃES, A. M., 2007, p. 4).

Para expressar essa saudade, Gustavo Barroso elabora, junto a outros enunciados produzidos nesse mesmo contexto, uma linguagem com fins de dar materialidade e substância social, cultural e histórica a tal sentimento, que passa a recortar geograficamente uma determinada área de mundo e de mando, construindo assim uma gramática e uma sintaxe de como se pensar, dizer e ver essa espacialidade que, por vezes, se confunde em seus escritos com o Ceará, Norte e/ou Nordeste, mas sempre com ênfase num sertão seco, castigado por intempéries. É o sertão da caatinga que Gustavo Barroso projeta e reifica em seu discurso. Ressaltamos que pensar, falar e ver não são aqui tomadas como meras faculdades biológicas que espelham o real, mas sim enquanto faculdades humanas carregadas de historicidade, que obedecem a certos códigos sociais e culturais que criam determinadas realidades.

Uma forma de se pensar, ver e falar sobre si também é um projeto ambicionado por Gustavo Barroso que passa a construir sua autoimagem enquanto sujeito intimamente ligado à (sua) terra e que dela não se esqueceu, sendo assim um agente privilegiado para dela falar,

havendo “mesmo um desejo de João do Norte” (MOREIRA, A. M. A., 2006, p. 17), sua identidade literária de maior renome e recorrentemente utilizada para falar justamente sobre o Norte/Nordeste/Ceará⁶⁶. Como disse a historiadora Afonsina Maria Augusto: “Foi no Norte da saudade que Gustavo Barroso trilhou sua escrita. Ou melhor, é desse caminho norteado de recordações que o autor desenhou a autoimagem de escritor telúrico. Foi na direção do Norte que ele recontou e recriou parte de sua história” (MOREIRA, A. M. A., 2006, p. 15.), criador e criatura amalgamados numa trama discursiva que muito nos diz sobre como determinados grupos sociais enxergaram e significaram seus mundos, com fins de estabelecerem seus espaços de poder.

Na crônica “De uma carta”, publicada em 25 de outubro de 1913, Gustavo Barroso, sob o pseudônimo de João de Norte, fala sobre uma tristeza que o assola e um tédio sem explicações que o inunda mesmo nas “festas elegantes, entre as casacas lustrosas ou ao lado dos decotes tentadores” ou em meio a “alegria ruidosa dos *gardens-partys* sintom-e só. Parece que em torno de mim não há ninguém e parece que me falta alguma coisa”. E arremata:

[...] Estou com saudades do sertão. A meio dos ruídos e dos estuados da vida carioca vêm-me lampejos de sol ardente das varzeas escaldantes, e, às vezes, com o rodar dos automóveis, entra-me pelos ouvidos a dentro o alto canto dos gallos de campina pela extensão sussurrante dos carnaubaes ... (BARROSO, 1913, n.p).

Ainda em “De uma Carta”, depois de muito lamentar sua ausência do Ceará, o autor de *Terra de Sol*, finaliza dizendo ao amigo Gil Amora que “Parece-me que ahi eu estaria por vezes tão triste, tão abandonado e tão só como aqui...” (BARROSO, 1913, n.p.). Temos nesse trecho um autor que se faz mostrar dividido entre Gustavo Barroso e João do Norte, entre a paisagem urbana carioca e sertaneja cearense, e essa divisão parece modificar o seu eu, como se no meio dessas duas espacialidades ele se perdesse, se modificasse. Essa é a impressão que ele parece querer passar aos seus leitores, a de um autor deslocado entre dois mundos diferentes. Já ao nosso ver temos um Gustavo Barroso buscando cativar audiência ao se fazer sujeito saudoso de suas terras, mas que, na verdade almeja, a partir de sua vivência no Rio de Janeiro, granjear novos horizontes de mundo e de mando.

Interessante ressaltar que em seus livros de memória, consta que o motivo de sua migração para o Rio de Janeiro, em abril de 1910, tenha se dado devido as restrições às suas atividades na imprensa fortalezense e à sua oposição ao grupo oligárquico dos Accyolis

⁶⁶ Durante nossa pesquisa recorrentemente encontramos textos de Gustavo Barroso assinados com o pseudônimo João do Norte justamente para tratar de assuntos sobre o Ceará, Norte e/ou Nordeste. Já os pseudônimos Claudio França e Jotanne é utilizado mais comumente para descrever cenas urbanas, principalmente da capital do país.

(BARROSO, 2000, p. 204). Aqui não duvidamos que esses fatores também tenham pesado em sua decisão, mas nos parece bem mais provável que o esgarçamento da ordem política, econômica e social da região que convencionava-se chamar de Norte, ocorrido em fins do século XIX, junto à projeção da capital do País como centro nacional das atividades político-culturais, tornara-se atrativa não só para ele, mas para toda uma gama de homens letrados que não mais tendo a certeza do seu futuro assentada na permanência de antigas castas senhoriais, almejavam viver na capital, através da atividade literária e/ou política tenha pesado também em sua decisão.

E foi a partir desse (auto)direcionamento que Gustavo Barroso fabricou o (João do) Norte e passou a granjear seu lugar no cenário intelectual nacional enquanto um homem de letras deslocado de seu tempo-espço, mas, como veremos, em profunda conformidade com os saberes deterministas característicos desse mesmo tempo-espço, homem solitário e saudoso de sua gente e de sua terra natal da qual ele, *persona* que se entendia autorizada, falaria mais em seu nome do que para eles (MAGALHÃES, A.M., 2009, p. 46).

Cabe também ressaltarmos a escolha do pseudônimo “João do Norte”, entendendo aqui que essa escolha não fora algo aleatório, mas sim uma forma de registrar sua marca e estabelecer paralelos, no caso com um cronista de grande renome, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) – Paulo Barreto (1881-1921) mais conhecido pelo seu pseudônimo “João do Rio”, famoso por, em suas crônicas e reportagens, contos e peças de teatro, manter sempre um olhar acurado às transformações urbanísticas e sociais que o Rio de Janeiro passava no prelúdio republicano. Se João do Rio já tinha seu lugar conquistado enquanto observador atento dessa espacialidade, caberia a outro João falar sobre o *outro* dessa espacialidade ligada ao progresso, ou seja, o Norte⁶⁷. Se um voltava sua atenção para o transformar-se rápido e efêmero da capital, o outro, justamente de dentro dessa vertiginosa transformação da capital do país, pensava nas permanências e constâncias do seu Norte, relegado como lugar do exótico, do raro, do ameaçado, que passava a demarcar não só um determinado território, mas uma dada subjetividade e sua corporeidade.

Podemos notar o quanto a construção dessa identidade de homem saudoso de sua terra logrou êxito, a partir de alguns relatos, como os de José Veríssimo, um dos fundadores da ABL, que em 1913 assim se referiu ao livro *Terra de Sol*:

⁶⁷ Para mais informações sobre a “dupla assinatura Gustavo Barroso/João do Norte” e a relação com João do Rio, ver: (MELO JUNIOR, 2017, p. 44-48)

“De impressões, sensações, descrições, observações e relatos da natureza e dos costumes do Norte, com preferências ao seu *folk lore* e à psicologia das suas populações é o livro Terra de Sol do Sr. Gustavo Barroso, cuja segunda edição acaba de sair à luz. Terra de Sol chama com propriedade o autor ao seu Ceará, a região nortista que viu, observou e descreveu com inteligência e amor, de modo a nos comunicar a sua própria emoção dela. (...) No mais amplo sentido da palavra é ainda geográfica, e da melhor e mais racional, pois nos dá a imagem fiel da terra e do homem que a habita, que lhe sofre as reações e sobre ela reage” (VERÍSSIMO, 1913-1915, apud MAGALHÃES, A. M., 2007, p. 5-6).

Foi, em muito, demarcando seu lugar de intelectual como “filho saudoso do Norte” que, depois de três tentativas frustradas, Gustavo Barroso conseguiu ser eleito, com 23 votos, para a cadeira 19 da Academia Brasileira de Letras, derrotando Rocha Pombo, Mário Lima e Monsenhor Landim. E, em sete de maio de 1923, Alberto Faria recepcionou o então Imortal, Gustavo Barroso, na ABL, com essas palavras:

Em 1912 irrompíeis com a Terra de Sol, que trazia em si lume de vida, bastante a fazer-vos desde logo vitorioso, sob o pseudônimo de João do Norte, que vindes metamorfoseando de bioco em resplendor. Era uma obra de etnografia e folk-lore, refletindo agudamente misérias e grandezas de solo adusto, onde luta uma raça não desfibrada pelo cosmopolitismo. Vossas inatas qualidades artísticas, servidas por observação direta do meio físico e moral, conferiam-vos à pena um admirável poder descritivo. Grava-se-nos para sempre, na retina da memória, entre outras páginas, de vigor e colorido, a objetivadora de uma praga cearense, página que me não furto ao gozo de reler [...]. Bem-vindo sois, jovem filho da terra de sol, banhada pelas verdes mares bravios, ao grêmio de nosso afeto, reparador de inclemências e confortante de injustiças! (FARIA, 1923, n.p.).

Ao associar sua assinatura a uma região acreditamos que o “jovem filho da terra do sol” buscou construir uma ponte entre aquilo que ele rememorava, enquanto sua vivência de mocidade e lembranças de um passado aristocrático de seus ancestrais, a um refinamento intelectual que fez parte da *formação discursiva* romântico-realista-naturalista, bem ao estilo do modelo de escrita euclídiano: harmonizando ciência determinista e literatura, identificação com a natureza e descrição pormenorizada, mas também com “um quê de Alencar” ao procurar fundar-se a si mesmo e a sua escrita na natureza e na saudade enquanto filho ausente, como nos diz o historiador Francisco Régis Lopes Ramos (2014, p. 100).

Em outras palavras, Gustavo Barroso participou de formas de ver e de falar sobre um determinado tema que começara a conquistar cada vez mais leitores e é proveniente de uma literatura regionalista que falava em nome de seu lugar de origem, no intuito de “mostrar o Brasil aos brasileiros”, e que são controladas por regras, das quais não se pode fugir, apenas negociar, sob risco de sua narrativa não alcançar o reconhecimento desejado. E é participando dessa *formação discursiva* que Barroso fez o (seu) Norte e se fez intelectual nortista saudoso. Não apenas criatura, filho, da “Terra do Sol”, mas um de seus criadores. Não apenas um

intelectual saudoso que inocentemente rememora sua infância, mas que buscou dar sentido a sua vida construindo uma autoimagem enquanto sujeito que seguiu uma vida linear, homogênea e que igual a tantos de seus compatriotas cearenses migrara para o Sul do país em busca de sobrevivência.

Mas como se deu sua inserção nesse circuito intelectual, nessa formação discursiva?

Afonsina Moreira (2006) nos diz que ao chegar na cidade do Rio de Janeiro, Gustavo Barroso passou a frequentar a casa de Henrique Maximiano Coelho Neto (escritor, professor, deputado federal e fundador da Cadeira número 2 da ABL) que, segundo o sítio dessa mesma instituição, “foi, por muitos anos, o escritor mais lido do Brasil”⁶⁸. E a partir dessa vivência com Coelho Neto, Barroso passou a conviver também com o mesmo círculo literário desse renomado intelectual, no qual relatava histórias do sertão, do mar e de sua saudade desse tempo/espço, e foi justamente a partir dessa interação que foi replicada em forma de um conjunto de artigos publicados no *Jornal do Brasil*, que seu livro *Terra de Sol: Natureza e costumes do Norte*, fora publicado (MOREIRA, A. M. A., 2006, p. 47). Cabe ressaltar que entre os homenageados na dedicatória do livro, consta o nome de Coelho Neto e que junto a essa atividade literária se dava sua intensa participação na imprensa, chegando a se tornar redator da *Fon-Fon* e do *Jornal do Comércio*, postos esses que lhe garantiriam uma maior regularidade salarial. Dessa forma, o falar do Norte ajudou a fabricar os sentidos e significados dessa espacialidade, mas também ajudou Gustavo Barroso a se fabricar enquanto intelectual.

Uma vez inserido nesse círculo literário, Gustavo Barroso passa a escrever sob a égide do que ele próprio denomina “sociologia sertaneja”, e aqui se faz necessário comentar uma afirmação feita parágrafos acima, qual seja: a escrita de Barroso está localizada num ponto de intersecção entre o romantismo, o realismo e o naturalismo. Expliquemos: do romantismo ele legou uma prática de escrita que amalgamava lamento e revolta, contemplação e intervenção (RAMOS, 2014, p. 28) com a falta do passado e a compreensão dos populares (sertanejos), enquanto depósitos da alma nacional, último refúgio das lendas e tradições frente ao modernismo e a modernização de cunho liberal-burguesa que passa a disputar os valores arraigados de uma sociedade patriarcal-rural transformando esses mesmos valores em mais um produto seu, pronto para o consumo. Dos pressupostos naturalistas e realistas, o autor de *Terra de Sol* operacionaliza seu estilo narrativo, a partir do eixo de entendimento em que o ser humano é fruto tanto de uma evolução social, que coloca o

⁶⁸ Informação extraída do site da Academia Brasileira de Letras. Disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/coelho-neto/biografia>. Acesso em: 10 dez. 2020.

elemento branco-europeu como ápice civilizacional, quanto resultado do meio que o cerca, assim a questão nacional aparece em sua escrita, dita objetiva e científica, da realidade brasileira sintetizada numa região, a partir de sua prática literária. Dessa forma, Gustavo Barroso dialogava com uma elite intelectual que se pretendia vanguarda política de uma nação em construção.

Outra rede de sociabilidade costurada por Gustavo Barroso, ao chegar ao Rio de Janeiro, foi sua inserção no campo político, que ele fazia funcionar junto à sua atividade literária. Nesse sentido, Barroso buscou estreitar os laços com Pinheiro Machado, criador do Partido Republicano Conservador em 1911, e do qual ele se filiou e fora eleito deputado federal em 1915. Segundo Aline Montenegro, a proximidade de Gustavo Barroso e Pinheiro Machado foi bastante forte, sendo Barroso uma visita frequente à casa de Machado que fora escolhido como padrinho de seu casamento com Antonieta Labouriau, em 5 de junho 1915, no Rio de Janeiro. Tal proximidade teria, assim, a busca por se projetar também nos mais altos círculos da política brasileira (MAGALHÃES, A. M., 2009, pp. 58-62).

Para Gustavo Barroso, a partir de um imbricamento de relações pessoais e filiações literárias, representar o sertão era representar a si mesmo, enquanto ser saudoso e porta-voz dessa espacialidade que, como regra de produção, passa a ser caracterizada por ser tão seca, ser tão sol, ser tão estável. Sertão cearense/nortista que se sobrepõe a outras formas de ver e dizer sobre esse recorte espacial, localizado assim no hiato de transição de uma formação discursiva que fala em nome do local que seria parte do todo e de outra formação discursiva que reorganizará seus símbolos e significados em nome de uma nova região – Nordeste. Sertão cearense que foi eleito objeto, cenário e protagonista em *Terra de Sol*, escrita feita à distância espaço-temporal e que tem como motor a saudade, trama narrativa que tem fome de terra, e que se propôs a revelar o ser sertanejo, em sua relação com o mundo que o cerca, que o limita e o determina.

Em sua literatura sobre a região, o sertão é tratado de forma ambígua, ora com uma visada romântica como guardião dos verdadeiros costumes e valores tradicionais, ora com uma visada realista forjada nos quadros do cientificismo, como lugar de barbáries e de bárbaros, temos assim o ponto nevrálgico desse paradoxo barrosiano que é a temporalização dos espaços: os vestígios do tempo encarnados em espaços que encerram em si um passado do qual sente saudade e, ao mesmo tempo, um passado a ser superado. Antimoderno na linha da modernidade, Gustavo Barroso fala de um tempo em que presente e passado são separados, porque do passado só se pode buscar marcas na qualidade de vestígios que poderiam ser observadas justamente na oposição entre o sertão e as grandes cidades.

3.1.1 Não existe amor ao passado em RJ

As grandes cidades brasileiras aparecem na escrita barrosiana enquanto lugares que despertam “para todas as delicias da civilização e do progresso” (BARROSO, 1917, p. 127). Nessa citação, com forte dose de ironia, ele está se referindo diretamente à “luxuosa” cidade de São Paulo que, em pleno “seculo da exactidão scientifica e realizações praticas” (BARROSO, 1917, p. 129), se deixava influenciar por “crendices” das mais diversas, que pelo nosso entendimento de sua obra seriam resquícios da influência indesejada de costumes, crenças e usos de povos por ele considerados menos evoluídos, bárbaros. Faltando, assim, o gosto, a consideração, não por qualquer passado, mas sim por um determinado passado e tudo aquilo que ele evocava, a começar pela natureza. Para Barroso as grandes cidades brasileiras do começo do século XX são lugares que privilegiavam a técnica, em detrimento da natureza, vista como símbolo do atraso e, como tal, deveria ser expurgada em nome do progresso. É com esse olhar que Gustavo Barroso nos fala em “Pelas Arvores”, sobre como de “certo tempo para cá, no Rio de Janeiro cresce o desamor pelas arvores que enfeitam e alegam as ruas” (BARROSO, 1917, p. 215).

No referido texto, Barroso apresenta um relato da então capital do país descrevendo como a urbe carioca perdia seus ares naturais para toda uma lógica de transformações humanas, nos falando de uma nova cidade que passava a ser erigida a partir de valores ligados a sociedade moderna e burguesa. Dessa forma, as árvores se tornaram alvos preferenciais de agressões provindas desde o garotinho que, uma vez ensinado a não respeitá-la, e mesmo reverenciá-la, atirava-lhe “pedrada”, até uma série de medidas do governo que visavam seu expurgo em nome do progresso, ou seja, toda uma criação voltada ao desrespeito com natureza. É com pesar que ele observa que no

“[...] canal do Mangue o asfalto ardente faz definharem as elegantes palmeiras, que têm a grande utilidade de prender os olhos dos passantes [...]. Automoveis desenfreados atiram-se sobre os oytis da Gloria. Não há temporal que não derrube dezenas de ficus benjamin, do campo de São Cristovam á praça Sete de Março. Na rua Salvador Corrêa experimentam o poder envenenador de certos liquidos mas miserias castanheiras, apesar da grita dos jornaes. Para coroar a obra destruidora, os empregados da Light espetam-lhes pregos e ganchos, aparafuzam-lhes isoladores de porcelana e vidro, prende-lhes metalicos por onde passem recados á distancia ou correntes electricas para iluminação. Algumas, as mais dignas de piedade, como uma que existe na esquina das ruas Guanabara e Laranjeiras, esteiam postes imensos, ligadas a elles por fotes cabos de arame.” (BARROSO, 1917, pp. 215-216).

Percebemos da citação acima uma profunda intimidade e sensibilidade do jovem escritor com as ruas da cidade em que ele escolhera viver. E é dessa experiência que a espacialidade carioca vem à tona em sua narrativa. Em outras palavras, é a partir da sua prática andeja, bem como por meio dos relatos dessas práticas que lhe atribuem sentidos e significados ligados a uma sensibilidade rural ressentida com uma geografia urbana adversa à natureza que Gustavo Barroso constrói a imagem de uma capital em efusiva transformação, em que a “tempestade do progresso” varria as árvores, resquícios da natureza, da cidade.

Integrando um campo de autores que visavam dar passado à nação, Gustavo Barroso foi buscar naquilo que ele denomina “*phylolatria*”, o papel das árvores na história dos homens de forma a tentar domar as forças do progresso liberal-burguês e lhe atribuir um sentido conservador. Conforme essa premissa, ele ressalta que, diferentemente do que ocorria principalmente na capital do País, em todo o mundo se desenvolveu “o amor pelas árvores”, sendo “grande seu papel na história dos homens” (BARROSO, 1917, p. 216).

Cabe ressaltarmos que a defesa das árvores foi uma luta coletiva de diversos intelectuais mobilizados em preservar valores ameaçados pelo modernismo e pela modernização das cidades. Nesse sentido, podemos destacar a forte atuação, já no começo da década de 1920, do movimento regionalista encabeçado por Gilberto Freyre e seguido por outros intelectuais, os quais podemos citar: José Lins do Rego, Julio Bello e Mario Sette, que dedicaram textos, conferências e eventos culturais em defesa das árvores expressando uma consciência e uma sensibilidade saudosa de um certo passado patriarcal. Portanto, o uso da defesa das árvores por esses intelectuais saudosos de um determinado passado serviu mesmo como “*marcador espacial*, isto é, servem para identificar um dado espaço, assim como um dado tempo” (FREIRE, D. J. F., 2014, p. 121) que estava agonizando frente às forças da modernidade.

Observador e construtor de espaços, Gustavo Barroso temia a velocidade com que o discurso do progresso rasgava a paisagem natural e a expulsava das cidades, algo que “Nenhum povo, fosse qual fosse seu grau de civilização, jámais lhes fez guerra” (BARROSO, 1917, p. 216). Para corroborar com esse argumento, Barroso remonta à uma visada da história que valoriza a presença das árvores enquanto espaço-refúgio e lugar de memória, do idílio infantil, dos costumes e das tradições, dos tempos patriarcais, daquilo que ele acreditava ser a fundação do Brasil:

Suas ramarias agasalharam o somno dos combatentes fatigados, deram ameno refugio á sesta dos zagaes, abrigaram da chuva e da canicula o repasto dos lavradores. A’ sua sombra, os meninos brincaram, os homens experientes

deliberaram guerras, os anciões reflectidos derimiram todas as pendencias e questões, julgaram todos os crimes. [...]. O grande amor das arvores chegou até nós, homens do século XX, irreverentes e de pouca fé. Professamos respeito pelas arvores e certos usos relembram o culto que tiveram no passado. O rei do Montenegro, em comença dos velhos tempos patriarchaes dos montanheses de Tcherná Gora, dá audiências publicas sentado num tóro, ao pé dum carvalho. Muitos chefes de Estado na Europa, visitando uma povoação ou cidade, plantam na praça principal, afim de allí deixar uma recordação, um olmeiro, uma faia ou um castanheiro. Dom João VI trouxe, carinhosamente, para o Brasil a primeira palmeira imperial, que enfeitou o Rio de Janeiro. Bismarck adorava o acto de plantar arvores. E um grande escriptor afirma que a vida dum homem só é completa quando tem um filho, escreve um livro e planta uma arvore. (BARROSO, 1917, pp. 216-217).

Notamos nessa citação um autor preocupado em cruzar elementos de uma paisagem natural com a história de indivíduos e de sociedades distintas no tempo e no espaço, com o objetivo de fabricar uma história comum da relação entre homens e a natureza, formando, assim, um elo identitário que era rompido “de certo tempo para cá”, ou seja, pelo ritmo temporal do progresso e da modernidade. Seu aforismo tem como objeto uma determinada paisagem natural em ativo processo formador de uma identidade ligada a outro tempo-espaço que ele entende estar se perdendo. Portanto, a evocação da natureza e do seu culto aparecem como espaço não de qualquer memória, mas de uma memória saudosista, “que faz o memorioso sentir saudade da coisa lembrada” (RAMOS, 2014, p. 103), acessível aos indivíduos e às sociedades, a partir de uma operação narrativa que empresta significados à própria paisagem, partindo da experiência histórica. Nesse sentido, entendemos a paisagem evocada por Barroso como uma construção histórica, imagem que se realiza através da memória.

Temos assim Gustavo Barroso assumindo uma postura frente ao mundo natural, às plantas mais especificamente, que denota uma sensibilidade moderna de ver o mundo da natureza referente ao seu ordenamento e organização, ou seja, domesticação no mundo urbano. A “phytolatria”, apregoada por Barroso, corresponde então a uma sensibilidade estética burguesa que passa a revalorizar o mundo natural, cada vez mais distanciado da cidade, de forma idealizada enquanto mais bonito e virtuoso que o cidadão, como nos diz Keith Thomas (2010, pp. 348-354). Domesticar o mundo natural na cidade, revela dessa forma um anseio contemplativo, sentimental, da natureza, esta entendida segundo valores burgueses, como objeto de admiração, com funcionalidade estética, de uma sensibilidade rural ressentida com o urbano.

E assim Barroso prossegue em sua narrativa:

Uma grande diferença, porém separa o nosso amor pelas arvores do respeito e adoração do homem antigo.

O critério de seus sentimentos era todo abstracto, as causas todas immateriaes, imaginarias. Elle temia os espiritos, os sêres desconhecidos ou invisiveis occultos nas folhagens densas. Precisava adora-los e adorar o seu refugio. O homem antigo tenho medo

O nosso criterio é a utilidade, o interesse, o egoismo mesmo. Precisamos de arvores pela belezza e pela frescura, pela sombra e pelos seus efeitos hygienicos. Carecemos delas, e devemos ama-las e protege-las, afim de que essa protecção se torne em proveito nosso. O homem moderno tem necessidade. (BARROSO, 1917, pp. 217-218).

Na citação acima, aparece delineado o trinômio espaço-tempo-identidade tripartidos que Barroso busca costurar, a partir do seu engenho discursivo moderno-conservador, pois entendemos que a “*phytolatria*”, desejada por Barroso, pouco tem a ver com uma volta ao passado, mas sim com sua ressignificação. Se no passado linear, vazio e homogêneo fabricado por seu discurso, as árvores e a paisagem natural que elas formam aparecem como lugar refúgio das tradições e dos costumes, estes estão impregnados de uma relação com o mistério, com o desconhecido e oculto. Já o homem moderno se liga à natureza de forma utilitária, visando interesses meramente egoístas de satisfazer suas necessidades seja de acomodação dos sentidos, seja de manutenção de um ambiente higienizado. Dessa forma, Gustavo Barroso em seu relato de espaço “*Pelas Árvores*”, ressignifica o uso e a manutenção da natureza nas cidades, a partir de uma abstração pessoal que interage com um conjunto de doutrinas que sublinham a capacidade humana para a transformação e criação da realidade natural, em detrimento de pretensos poderes transcendentais. Isto posto, entendemos que para nosso autor em estudo, as árvores deveriam permanecer nas cidades revestidas não de qualquer aura, mas daquela que evoca um passado desejado com valores mais elevados que não o uso egoísta e utilitário.

Para Barroso, outra utilidade das árvores em sua defesa de uma modernidade conservadora para as cidades, é a capacidade delas em reter memórias “*As arvores são até às vezes escolhidas para depositarem a lembrança de feitos gloriosos ou duma época notavel*” (BARROSO, 1917, p. 218). Memórias estas que não são inocentes, livres de significados, mas que visam a reconstrução de uma realidade, por intermédio das lembranças que ele seleciona enquanto relevantes acontecimentos políticos. Para explicar essa capacidade ele cita poeticamente um caso na França,

“*Sully plantou em Forez olmos e tilias, em memoria da pacificação nacional da França, chamando-os ‘árvores dos reis’*. Em 1793 e em 1848 os francezes encheram a sua patria de arvores, plantadas nas praças principaes das localidades, denominando-as ‘arvores da liberdade’. Vieram mutações sociais e politicas e, coisa interessante, das ‘arvores da liberdade’ não resta uma só, enquanto as ‘arvores do rei’, plantadas pelo grande ministro, lá estão perfiladas e viçosas no topo das colinas de Forez” (BARROSO, 1917, pp. 218-219).

Vemos assim como o autor registra acontecimentos políticos na paisagem, revestindo-a de uma aura simbólica: as “árvores do rei” que representam a tradição monárquica-sacralizada e toda uma sociedade rigidamente hierarquizada resistiram mesmo com toda a intempérie, provocada pelas ondas revolucionárias de 1793 e 1848. Já as árvores que representavam as referidas ondas, fundamentadas no direito à liberdade e aos direitos humanos, se mostram fugazes, infrutíferas. Para ele não bastava só que se mantivesse as árvores nas cidades ou que plantassem mais. Gustavo Barroso parece entender bem que a presença das árvores nas cidades antes de serem mero repouso para os sentidos, são obras da mente, paisagem que é um constructo da imaginação capaz de evocar um determinado passado de fundo tradicionalista, “patriarcal”, contrarrevolucionário e autoritário, ligado a um tempo/espaço, medieval/europeu, que persistiria, ficando raízes, a partir de suas marcas – as árvores – nos centros das cidades.

O texto se encaminha para o fim nos trazendo dados, sem mostrar as fontes, de uma Paris que tinha 561 mil árvores, Buenos Aires com 2.142.320 e uma São Paulo melhor arborizada que a capital do País, que ignorava suas próprias estatísticas de arborização. Dessa forma Barroso, imbuído na missão de “zelar pela arborização pública do Rio” (BARROSO, 1917, pp. 219-220), busca um projeto de cidade menos avesso às marcas de um determinado tempo que não deveria passar, mas que passava justamente por aquilo que ficou conhecido como “revolução urbana”⁶⁹. Em “O culto da saudade”, ele lamenta

“O descaso pelas nossas tradições vai se tornando crime imperdoável [...] Nunca se viu tanto desamor. [...] Nunca se viu uma cidade assim, em que a vida das grandes arterias condutoras do movimento, das avenidas, matasse a physionomia costumeira das festas annuaes. O Rio não tem mais tradições. Como cidade, é um exemplo único á face da terra. (BARROSO, 1917, p. 33).

O culto barrosiano da saudade é sinônimo do culto da preservação da tradição e dos seus monumentos anunciadores de um tempo vazio e homogêneo, antiquário de paisagens, datas e grandes “heróis nacionais”, que se pretendia universal e imutável, bem como um libelo contra a velocidade que passava a ordenar também o modelo urbanístico de ereção das cidades republicanas, tais como “Oiro-Preto, ninho de tradições e glórias”, Olinda e a Bahia (BARROSO, 1917, p. 36), com atenção especial voltada principalmente para a então capital

⁶⁹ Segundo Sennet (2003, p. 261), o período compreendido entre 1848 e 1945, fora marcado por intensas transformações geoeconômicas nas sociedades ocidentais, prevalecendo assim uma vida urbana em detrimento da vida rural.

federal do País, seu cartão de visitas, porta de entrada, símbolo nacional, vitrine a espelhar outras transformações País afora – o Rio de Janeiro.

Mas não era a reforma urbana em si que atormentava Gustavo Barroso, “sempre muito elegante, de polainas e luvas” (CERQUEIRA, 2011, p. 45), forma também de ser visto enquanto intelectual cosmopolita e civilizado, a desfilar pela passarela da Avenida Central, eixo do projeto urbanístico republicano (SEVCENKO, 1998, p. 26), com suas fachadas em *art nouveau*, mármore e cristal, iluminada com luz elétrica, onde ele frequentava os cafés e salões mais disputados do meio intelectual e cosmopolita da capital do país. Fato esse que é destacado em um texto do periódico *Careta*, intitulado “João Garapa”

Ao entardecer, os dois amigos, o provinciano e o carioca, retirando-se para a casa, percorriam a Avenida Central.

Paravam de vitrine em vitrine, contemplando os objectos expostos. O provinciano sempre que via um typo que não era vulgar perguntava quem era.

- Quem é? Algum figurão?

- O amigo está enganado. Esse eu o conheço, esse é o João Garapa cujo verdadeiro nome é Gustavo Barroso.

O carioca, então, compreendeu a cousa. Deu uma boa gargalhada ao verificar, sem querer, devido á tollice ingenua de um provinciano, que o elegante mancebo Gustavo Barroso, o fino escriptor João do Norte na sua provincia não passa de um meloso João Garapa. (CARETA, 18 jan. 1913).

Desconhecemos a intenção dos sentidos e significados atribuídos pelo autor da citação acima, mas o que dela depreendemos são alguns hábitos e costumes do jovem Gustavo Barroso, um “typo” que gozava dos ares cosmopolitas da moderna capital e se destacava em meio à Avenida Central – símbolo do processo de reforma urbana do que a imprensa do período, ecoando as vozes das elites republicanas, chamou de “Restauração”, mas que para toda uma gama da sociedade, formada em sua maioria por ex-escravos e seus descendentes, representou mesmo a “Ditadura do Bota-Abaixo” (SEVCENKO, 1998, pp. 23-26), um dos marcos do processo urbanístico-científico-autoritário que, em nome do progresso, não mediu esforços em banir de seu centro o que fosse considerado indesejado: tudo aquilo que recordasse o passado histórico do País, seus “grupos sociais e rituais da cultura que evocassem hábitos de um tempo que se julgava para sempre e felizmente superado” (SEVCENKO, 1998, p. 28). Nesse raciocínio, a modernidade conservadora que entendemos, Gustavo Barroso defende, seria a conservação de valores entendidos enquanto tradicionais dos potentados senhoriais-agrários, oriundos do que era denominado o Norte do País, no seio das transformações, das quais ele tanto desfrutava, estas promovidas pela burguesia capitalista.

Em comum acordo com as “elites do progresso” o mancebo escritor mantinha a aporofobia. No texto “Mendigos”, publicado sob o pseudônimo Jotaenne, no dia 06 de outubro de 1917, na revista *Fon-Fon*, Gustavo Barroso se recente da presença de mendigos no Rio de Janeiro, cuja ações da prefeitura e da polícia não lograra o êxito esperado: a expulsão destes dessa área da cidade. De forma a desenvolver seu raciocínio, Barroso mais uma vez faz uso de um determinado passado: A Europa medieval:

Nesse tempo, campos e cidades se enchiam de maltrapilhos esmolando, de mendigos falsos, de vagabundos esmolados, todos roubando quando podiam ou aproveitando o sobejo dos saques das <<brancas companhias>> dos <<esfoladores>> e dos <<armagnacs>> (FON-FON, 06 out. 1917, p. 19).

O conto segue fazendo uso da anedota de São Martinho que “tinha por costume curar todos os aleijados, dar vista a todos os cegos, sarar todos os ferimentos, vestir todos os esfarrapados” (FON-FON, 06 out. 1917, p. 19), porém Barroso nos diz que esse santo aonde chegara não cultivava o amor das pessoas, nas quais o milagre era operado, mas sim o “ódio terrível” delas, pois ao serem curadas perdiam seu meio de “ganhar a vida”.

Na minha memoria acordou a reminiscencia dessa critica á mendicidade medieval, quando acabei de ler as notas dos jornaes referentes á campanha da policia e da prefeitura contra os mendigos do Rio, que transformaram esta bella cidade num arraial em tempo de novenas, e são, na maioria, fingidos, vagabundos, preguiçosos e exploradores.

Lembrei-me, então, de aconselhar ao sr. Aurelino Leal e ao sr. Amaro Cavalcanti que, ao envez de perderem tempo com providencias que pouco resultado dão, arrajem um santo qualquer que dê vista aos cegos, movimento aos estropiados, roupas aos semi-nús. Se esse novo São Martinho surgir um dia na Avenida, todos esses pedidores de esmola darão ás de Villa Diogo... (FON-FON, 06 out. 1917, p. 19).

O tema da pobreza, visto sempre como um fator a degenerar a nação, é por ele expresso em outros livros e jornais. Por exemplo, no capítulo “a visão de Juvenal”, um sinal de decadência da Roma antiga era observada pela presença de mendigos e judeus a perambular pelas ruas da “globalizada Roma” (BARROSO, 1920, pp. 109-119). Nos aforismos “O professor Mirabelli” e “A Nigromancia”, “O Maracatu”, “Educação Carnavalesca” sua preocupação se volta para a persistência das crenças e costumes da população negra que ele denomina “arraia miuda” (BARROSO, 1917, p. 203) que persistia nas cidades brasileiras.

O que une todos esses textos? Primeiramente um olhar folclorista que entende esse mesmo povo enquanto um *Outro* que precisava ser estudado, que ele olhava de cima para baixo, que precisava de um porta-voz, tarefa por ele mesmo assumida. Depois temos uma

fobia, nojo, a população pobre, leia-se principalmente ex-escravizados e seus descendentes, que haviam migrado das zonas rurais em grandes levadas para a capital, à procura de oportunidade de trabalho, principalmente na zona portuária da cidade, fixando moradia no entorno dessa área. Vistos pelas autoridades, como ameaça à ordem pública, ao progresso e à saúde, essas camadas populares foram logo expulsas, sem direitos nem garantias, e suas manifestações culturais e religiosas proibidas pela “regeneração” promovida pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906), tendo então que buscar moradia nas zonas limítrofes da cidade. Nesse sentido é que mais à frente neste capítulo veremos como no Ceará fora erguido, em 1915, o Campo de Concentração do Alagadiço, a partir do discurso que era preciso isolar os indesejados-flagelados que esmolavam e “degeneravam” a pretendida moderna capital Fortaleza.

Importante ressaltar que a fobia aos pobres que ecoa no discurso barrosiano têm raízes profundas que remontam à sua institucionalização na forma de lei, com a criação do Código Criminal do Império (BRASIL, 1830) que tratava, entre outras coisas, como a contravenção a vadiagem (art. 295) e a mendicância (art. 296), ambos previstos em capítulo próprio denominado “Vadios e Mendigos”. Nessa mesma linha de raciocínio, o Código Penal (BRASIL, 1890) – logo após a chamada abolição – dedicou dois capítulos sobre esse assunto com o título de “Dos mendigos e ebríos” e “Dos vadios e capoeiras”. Dessa forma, a criminalização da pobreza, da qual Gustavo Barroso participa em seus discursos, não serve só ao expurgo de uma parcela significativa da sociedade, formada por uma maioria de pessoas pretas e seus descendentes que foram escravizados e formalmente libertos, do seio das grandes cidades. Esse discurso que foi se aperfeiçoando ao passar dos anos com a institucionalização política de outras práticas e leis⁷⁰, serviram mesmo ao extermínio desses sujeitos e/ou sua realocação com destino ao encarceramento, em espaços de exceção que são a regra da história republicana brasileira que erigiu, assim, espacialidades (in)desejadas a depender da classe e da cor da pele das pessoas.

Mas pelo que podemos ver, a partir de Gustavo Barroso, é que essas medidas não foram suficientes para expulsar os corpos considerados indesejados, muito menos suas crenças e expressões culturais vistas, como credices, imoralidade, criminosas e sinais de selvageria. Nesse sentido, o seu projeto de lei sobre “os indesejáveis” serviu também ao

⁷⁰ Por exemplo, a “Lei da vadiagem”, O decreto-lei 3.688/41, que previa sanções pelas contravenções, foi sancionado em 1941, quando o Brasil estava imerso no período de Estado Novo liderado por Getúlio Vargas. A norma trata de condutas que, mesmo não consideradas ofensivas, poderiam se tornar algo lesivo. Leis que formalmente vigoraram até as primeiras décadas do século XXI, mas que permanecem em prática na informalidade observáveis no tratamento com que o Estado trata essa população.

propósito de resposta autoritária de combate ao aumento da pobreza e da mendicância no Brasil ao tentar proibir, exceto se comprovado algum rendimento ou auxílio familiar que os ampare. Voltemos mais uma vez ao referido projeto de lei:

[...] os individuos de nacionalidade estrangeira, cegos, surdos-mudos, paralyticos, enfermos de molestias contagiosas ou incuraveis, mutilados do braço direito, de ambos os braços, ou ambas as pernas, idiotas, imbecis, alienados mentaes de qualquer especie, criminosos condemnados nos seus paizes de origem, mendigos, ciganos, mulheres sós, viúvas com filhos menores de 16 annos, homens maiores de 60 e menores de 16. (BRASIL, 1916a).

Sendo assim, tanto para Barroso quanto para as elites republicanas, a presença física ou mesmo simbólica (a partir de seus rituais religiosos, cantos, danças, lazeres) dessa “arraia miuda” na cidade sinalizava a decadência do País, sua degeneração física e espiritual, e para “ajustar os ponteiros” à pretensa realidade europeia cristã-católica desejada e o mundo moderno, era preciso tomar medidas que restringissem ainda mais a presença das camadas populares seja na esfera pública, seja na esfera privada no Brasil. O que de maneira alguma significou uma aceitação passiva dessa população de indesejados da República. Ao contrário, tivemos sim uma ampla rede de trocas culturais, resistências, práticas clandestinas que demonstraram, e ainda demonstram, a inventividade dessa população para (sobre)viver à essas políticas de morte e sua correlata espacialização (SEVCENKO, 1998, p. 32).

Retornando ao que atormentava Gustavo Barroso, na questão das relações de poder, que espacializam territórios e que o colocava em tensão com a ideologia da ordem e do progresso de fundo liberal-burguês. É que as novas elites republicanas olhavam com desprezo para o passado e, embotados desse sentimento, buscavam erigir os espaços da República. Já Gustavo Barroso pregava “o culto da saudade” como guia do processo de desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de conduzir o País a uma espécie de futuro-passado, ou seja, uma atuação no hoje que ligaria o futuro a uma visão do passado estritamente hierarquizada, patriarcal, recheada de datas e vultos que celebrassem uma história “a partir de cima”. De forma a buscar legitimidade ao seu pensamento, ele elenca uma série de cidades europeias que, segundo sua concepção, promoviam uma modernização de fundo conservador ao resguardar suas tradições refletidas também em pedras e mármore.

“Paris, com toda a sua refulgencia e atracção, nunca perdeu os velhos habitos [...] Nuremberg, toda cheia do hálito da idade média, onde cada aresta solar e cada estatua de nicho são recordações dos tempos feudais, é a rainha dos cortejos históricos [...] Toda uma viva riqueza de recordações da Wesphalia surge nas praças e viellas, sob o oiro do sol, que reluz e faisca nos elmos repolidos, nos metaes florejados. [...] A evocação do preterito naquellas ruas, entre o casario em cujas

traves a patina doira o relevo das arvores de Jessé e dos leopardos batalhantes, é completa e magnifica. Assistindo-a, o povo alemão, loiro e disciplinado, scisma e sonha na vida tradicional das lendarias margens do Rheno, onde as ruinas dos castellos se conservam como monumentos nacionaes. E' a historia da terra mãe, que desfila aos seus olhos, escripta revivida no ferro do soldadom no velludo dos gibões fidalgos, nos arnezes dos cavalleiros e no cajado nodoso dos pastores. E' toda a chronica guerreira, politica e feudal da Suabia, da Franconia, da Thuringia, da Baviera. A multidão respeitosa olha o passado desfilar" (BARROSO, 1917, pp. 34-35).

Nossa leitura da citação acima segue à luz das palavras do historiador Francisco Régis Lopes Ramos, ao falar sobre “o culto da saudade”, promovido por Gustavo Barroso que “pressupõe críticas ao progresso e, ao mesmo tempo, elogios aos países que, exatamente pelo progresso civilizador, não esquecem o passado” (RAMOS, 2014, p. 107). O culto da saudade é assim um ato romântico de apelo aos que não sabiam sentir a beleza da “poeira do passado” para que se freiem a aceleração geral das coisas, pressupondo, a partir de um espelhamento do progresso conservador europeu, uma inviolabilidade dos espaços que comportariam uma determinada temporalidade, e uma determinada sociedade.

O jovem saudoso escritor se mostra assim um cartógrafo que usa de conhecimentos preexistentes para, com muita imaginação, (re)construir, por meio de seu enredo literário de supervalorização dos vestígios de um passado, em muito idealizado, feudal-europeu, cristão-católico, colonial e imperial brasileiro, outros espaços representativos do que ele entendia ser a verdadeira nacionalidade a guiar o processo urbanístico em curso. Nesse esforço, ele não poupou recursos linguísticos em seus textos que buscavam despertar sensações e sensibilidades que associam uma distância temporal a uma distância espacial, a partir do gosto pela poeira e pelo desgaste (RAMOS, 2014, p. 120), por isso ele fala em “O Culto da Saudade” sobre a “melodia de antigos cantos como poeira de saudade dos tempos idos” (BARROSO, 1917, p. 34), e uma multidão (povo alemão, “loiro e disciplinado”) que, a partir de seus símbolos e signos respeitosa e “olha o passado desfilar” (BARROSO, 1917, p. 35) pelas ruas tradicionais e conservadas.

Esse recurso de evocação de órgãos sensoriais (olfato, tato e visão) expressam sua sensibilidade romântica e antiquária que objetivava despertar em seus leitores sentimentos intensos e afetivos pelos vestígios de um passado e seus predicativos que ele entendia estarem se perdendo.

Assim a modernidade e a remodelação urbanística representava em sua concepção um espaço vazio de sentidos e significados. Desta forma, Barroso constatava em seu caminhar pelas largas avenidas cariocas que no Brasil, mas especialmente no Rio de Janeiro, não existe amor... pelo passado, existe sim desprezo por ele. Experiência andeja que se refletia indignada

em seus escritos “Nunca se viu uma cidade assim” (BARROSO, 1917, p. 33). Contra o esgarçamento do tempo e dos espaços ditos tradicionais, visível nas grandes cidades brasileiras apenas o “culto da saudade resolveria”, e nesse sentido ele procedeu sua atividade literária, bem como sua atuação enquanto deputado federal em muito preocupado em “resgatar” as tradições militares e oligárquicas do Estado⁷¹. Mas como “O culto da saudade ainda não é para nós” (BARROSO, 1917, p. 36)⁷², ou seja, para as grandes e cosmopolitas cidades de então, Barroso dedica assim especial atenção a um outro Brasil, visto enquanto “o verdadeiro” onde o passado teria mais consideração: o sertão.

3.2 Discursos e recursos na fabricação do sertão

Quando falamos em sertão em começos do século XX, nos remetemos à formação discursiva do *sertão regionalista* que, como nos diz Vicentini (2007), é uma literatura que se pretende embasada em um conjunto de dados verificáveis – sua fauna e flora, comportamentos, linguagem, lendas e crenças, ofícios, psicologia etc. –, o mais documental possível, sob pena de não ser reconhecida enquanto “legítima”; falamos assim, no sentido foucaultiano, de uma malha discursiva e, como tal, quem quisesse participar tinha que:

fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se em outros saberes, como se a própria palavra não pudesse ser autorizada, senão por um discurso de verdade, uma vontade de verdade apoiada sobre uma distribuição institucional que tende a exercer sobre outros discursos uma espécie de pressão e como um poder de coerção (FOUCAULT, 1996, pp. 18-19).

Temos assim um jogo de regras e definições com as quais Gustavo Barroso interage, dialoga, tensiona, joga, de modo a satisfazer certas exigências que são em si a condição de possibilidade da emergência do seu discurso e de sua penetração nessa ordem discursiva – literatura regionalista – preocupada, a partir de saberes deterministas, com a verossimilhança

⁷¹ Como buscamos mostrar no primeiro capítulo a partir da discussão do seu projeto de lei sobre “Os dragões da independência”.

⁷² A postura romântica de Gustavo Barroso frente à manutenção/preservação dos vestígios desse determinado passado, aristocrático, patriarcal, europeu, católico, nas cidades se manteve firme pelo resto da sua vida. Em 1927, já diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso já era reconhecido como autoridade nos assuntos ligados à defesa dos monumentos”. Por exemplo, em 1928, ele publica “Ouro Preto Cidade Sagrada”, em que procurava divulgar a importância dos vestígios coloniais dessa cidade para a formação da nacionalidade brasileira. São vários os textos por ele publicados nesse sentido, atividade literária que fora feita a partir de sua ação como supervisor de obras de restauração na Cidade de Ouro Preto junto ao governo do estado de Minas Gerais sob gestão do seu amigo, e líder de partido de quando fora deputado federal, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Trabalho esse que é retomado na década de 1930. Para mais informações sobre a sensibilidade antiquária de Gustavo Barroso frente às cidades, principalmente Ouro Preto, e sua atuação como supervisor das medidas de restauração da referida cidade, ver: (MAGALHÃES, A. M., 2017).

do (seu) mundo a ser representado enquanto algo natural, matéria já dada que precisava ser revelada ao Brasil.

É preciso, assim, falar de *sertão* como produto histórico e cultural, fruto da sedimentação de outras gramáticas e sintaxes imagético-discursivas, que se sobrepõem até chegarmos à camada discursiva, a qual nos interessa nesta tese e da qual Gustavo Barroso é um de seus obreiros. Nesse caminho de dessedimentação de camadas discursivas, podemos notar a existência de “Vários sertões, cada qual filho de seu tempo e ideologicamente ligados ao grupo social que sobre eles elaborava determinado discurso” (MOREIRA, H. A., 2009, p. 22). Portanto, *sertão* antes de ser um dado da natureza é um conceito que, ao sabor dos acontecimentos, vai ganhando sentidos diversos, que tem uma historicidade.

Os primeiros registros do uso do termo “sertão” remontam à Portugal e tinham, por finalidade, definir as terras remotas, distantes de Lisboa. Com o processo de expansão marítima, as terras invadidas pelos portugueses receberam a mesma designação, no caso, a colônia brasileira seria o grande sertão português. Já no mundo de fronteiras incertas, o que seria a América portuguesa e a América espanhola, termo esse que passa a receber uma nova carga de sentido relacionada à questão fronteiriça entendida enquanto obscura, insegura de sua legalidade (MOREIRA, H. A., 2009, p. 22). Com o passar dos anos, o termo sertão no Brasil passa a ser designado em oposição ao litoral, enquanto este seria conhecido como lugar da civilização, da colonização, da centralização do poder. O sertão passou a ser identificado como vastidão, lugar pouco ou não habitado por gente civilizada, lugar de bárbaros e selvagens, dos animais, do desconhecido e exótico, dos excluídos e da exclusão (BARBOSA, 2000 apud MOREIRA, H. A., 2009, p. 23). Sertão passa assim a ser pensado enquanto o *Outro* da ocupação litorânea, das cidades.

Se afirmamos anteriormente a existência de vários significados para a palavra-conceito *sertão*, um desses permanece ainda no século XXI, cristalizado no imaginário de grande parte da sociedade brasileira: É o sertão da paisagem seca, da terra crestada pelo sol, da terra de sol. Paisagem essa que não é natural, é construção histórica, demasiada humana, que é

[...] uma criação narrativa, uma criação da e na linguagem, é espaço que se conta mais do que se vê, que se monta mais do que se crê, que se sente mais do que pensa, é um conjunto de signos que se articulam em torno de uma imagem – a seca, temática que emergiu desde os finais do século XIX. (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 216).

A seca passa, a partir do século XIX, então a ser um dos elementos definidores do ser e estar *sertão*. E aqui partimos da premissa de que a seca não é apenas um fenômeno climático, mas sim uma trama histórica concebida em determinados lugares sociais, objetivando determinados fins que, por meio de práticas imagético-discursivas das mais diversas, buscassem em um dado momento, nos finais do século XIX, fixar uma forma de ver e dizer o sertão. Vejamos, a seca não é um fenômeno novo a incorrer única e exclusivamente sobre essa região. Ao contrário, desde o período colonial do que convencionou-se chamar Brasil há registros de sua ocorrência, muitos de grandes impactos e durações prolongadas (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 231), e, mesmo assim, essas estiagens não foram consideradas enquanto um grande problema regional (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 229). Então, por qual motivo a seca emerge apenas em fins do século XIX, como agente principal de uma vasta literatura a despertar o interesse da opinião pública ao ponto de virar uma questão nacional, se ela não era um fenômeno novo?

É justamente o que ficou conhecido como a “grande seca” de 1877-1879, o marco dessa virada discursiva na imagem e no uso do fenômeno da seca. Segundo Durval Muniz, esse marco antes de explicar algo, precisa ser explicado, pois por trás da sua imagem cristalizada está o embate de forças, as relações de poder e saber entre os vários projetos de sociedade que se defrontavam, “fazendo emergir este novo objeto de saber e poder: ‘a seca do Norte’, cuja invenção deve ser apagada, remetendo-o para o reino da natureza” (ALBUQUERQUE JR., 2008, pp. 230-231). Então, qual o lugar social de produção desse discurso sobre a seca? Ou seja, quais as relações sociais em volta desse fenômeno que (re)produziram a imagem desse espaço calcinado pelo sol? Quais os interesses e demandas por trás de tal investimento?

Em fins do século XIX, está ocorrendo uma reorganização do quadro político-social-econômico do País; mudava-se o regime político (saíamos da Monarquia para a República), buscava-se trocar a mão de obra escrava para a de imigrantes europeus; nesse processo, os remanescentes da escravidão do que era entendido enquanto o Norte do País estavam sendo direcionados para as plantações de café do que seria Sul brasileiro, bem como os imigrantes foram para lá endereçados. O Norte do país enfrentava uma grave crise econômica ao ver os preços da exportação de cana-de-açúcar e do algodão despencarem, o que fez com que grande parte da população dessa região se voltasse ainda mais para a economia de subsistência bem mais vulnerável frente às longas estiagens que também afetava fortemente a produção pecuária, ou buscassem outras áreas do país em busca de sobrevivência. As elites nortistas viam assim suas finanças cada vez mais centralizadas na mão do governo imperial e depois da

nascente República, que passava a concentrar os seus investimentos e interesses na economia cafeeira do Sul, o sentimento de desprestígio só aumentou.

Nesse sentido, o longo período de estiagem de 1877-1879 veio a agravar todo um quadro social já conturbado, levando os médios produtores à falência e as vastas camadas populares, que já viviam no limite de condições de vida digna, ao completo abandono e a miséria, dado que nem as antigas relações sociais pautadas no apadrinhamento e proteção por parte dos potentados rurais, em troca de lealdade e deferência por parte dos seus subordinados, já não lhes ofereciam guarida nenhuma.

Uma vez fraturado esse universo social e com a sucessão de secas entre 1877 e 1915, a população socialmente mais vulnerável “o camponês – morador, sitiante, parceiro, meeiro, agregado – das áreas secas de uma parte do antigo ‘Norte’, transforma-se no ‘flagelado’” personagem que passa a ganhar cada vez mais atenção na vasta literatura sobre a seca, enquanto “retirante da seca – pobre, faminto, maltrapilho, doente, viciado pelas esmolas” (NEVES, 2012, p. 15). Esse retirante-flagelado passou então a buscar sobrevivência em outros espaços que não os de sua origem – o Amazonas, durante o ciclo da borracha, os cafezais, no Sul do país e as cidades litorâneas – em busca de trabalho e de possibilidades de refazer relações de proteção.

Chaga aberta de uma sociedade que se pretendia cada vez mais moderna, a presença desses retirantes nas cidades a esmolarem, maltrapilhos, doentes, subvertendo os costumes das elites citadinas e aglomerados, aumentando a incidência de epidemias, como a da varíola, que propiciou a criação de arranjos espaciais específicos para lidar com essa população, como veremos mais à frente. Nesse quadro seco de esgarçamento da ordem social outro personagem passa a ganhar relevo, justamente aquele que se negando a migrar, passa a desafiar o próprio *status quo*, entrando no cangaço e, assim, promovendo saques a grandes proprietários rurais a comerciantes citadinos.

Com esse quadro a elite nortista e seus herdeiros sentem abalada a manutenção de seus antigos territórios de poder. A solução encontrada para remediar essa situação foi a migração para as capitais provinciais, utilizando do seu capital simbólico e social junto aos políticos dessas áreas para lotearem cargos públicos e, dessa maneira, tentarem sobreviver econômica e socialmente nesse novo cenário nacional. Uma vez instalados em órgãos públicos, muitos dos membros dessa classe senhorial passam a perceber a facilidade, devido à falta de fiscalização da apropriação de recursos públicos destinados ao enfrentamento das secas, expandindo assim o domínio privado sobre o mundo da coisa pública, configurando a chamada “indústria da seca” (NEVES, 2012, p. 16). Além do desvio de verbas federais, outras

características da indústria da seca nesse período foram: a exploração semiescrava da mão de obra dos “retirantes/flagelados” para construção de obras públicas, muitas das quais atendendo a interesses privados, a exploração da prostituição das retirantes e a venda a preços abusivos dos produtos enviados para socorrer a população.

Como forma de novamente ampliar sua voz e vez no cenário nacional, as elites nortistas passam a mobilizar então uma série de práticas imagético-discursivas apoiadas em diversos campos do saber – médicos, artísticos, históricos, psicológicos, sociológicos, higienistas etc. –, com o objetivo de fixar uma imagem dessa região enquanto lugar seco, atrasado, violento, da pobreza retirante, no qual abundam figuras de coronéis, cangaceiros e beatos. Lugar que precisaria de sempre mais doações e de demonstrações de caridade, de verbas públicas, de incentivos fiscais, de concessões de crédito, de perdão de dívidas, para combater o “flagelo” que os afligia.

Discursos/recursos que uma vez destinados ao “combate da seca” acabavam frequentemente desviados em projetos superfaturados, ou ineficazes, seja por falta de planejamento, seja por beneficiarem apenas os grandes potentados locais, por exemplo com a construção de açudes e barragens em suas propriedades privadas. Relações de saber e poder que a partir de 1909, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, que logo passa a ser um órgão federal (IFOCS), demarcou geograficamente toda uma área que será vista a partir de então como um problema nacional, causado pela seca. Discurso produzido a partir de um lugar social que fabrica uma determinada espacialidade, camuflando um problema social que fomenta desigualdades e misérias – a cerca –, enquanto fenômeno natural – a seca⁷³. Cerca que não produz a seca, mas que agrava esse fenômeno e que o usa, a partir de práticas imagético-discursivas, como meio para trazer bonanças aos seus próprios bolsos. Discurso sobre o espaço que são discursos de política dos espaços, espaços de poder a serem dominados, mantidos, cercados.

Nesse sentido, podemos observar dentro das fontes arroladas para o recorte temporal desta pesquisa que “a seca de 1915” passou a ocupar espaço praticamente diário em vários jornais da época que retratavam a situação calamitosa pela qual passava a região. Dessa forma, as matérias traziam descrições pormenorizadas, com forte apelo às imagens de sofrimento, mediante a situação calamitosa que essa demarcação geográfica delimitada pelos efeitos da seca enfrentava, temos assim relatos de crianças a esmolar pelas ruas das cidades,

⁷³ A seca é um fenômeno natural periódico que pode ser contornada com o monitoramento do regime de chuvas, implantação de técnicas próprias para regiões com escassez hídrica ou projetos de irrigação e açudes, além de alternativas, como a construção de cisternas.

famílias inteiras a morrerem de fome, notícias de canibalismo, saques, solicitação de verbas ao governo federal para enfrentar a seca, cafés e reuniões para arrecadar doações para os “flagelados” e também denúncias de desvio de verba e de desperdício de dinheiro público.

Figura 4 - "Pelos Flagelados. Festival da Quinta da Bôa Vista".



Fonte: (FON-FON, 28 ago. 1915, p. 20).

Figura 5 - "O governo está desperdiçando dinheiro".

ANEIRO — SABBADO, 6 DE NOVEMBRO DE 1915

Chegou o Dr. Aarão Reis

O que S. Ex.^{ta} disse «A Rua» e o que disse aos amigos

O governo está desperdiçando dinheiro

O "Olinda", o velho paquete do Lloyd Brasileiro chegou hoje, pela manhã, dos portos do norte. A seu bordo era esperado o Dr. Aarão Reis, inspector das Obras contra as Secas actualmente addido ao Ministerio da Viação que lhe confiara uma Comissão nos Estados flagellados.

O Dr. Aarão Reis, foi inspecionar os trabalhos de obras contra as secas no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba e parte de Pernambuco.

Que teria visto S. Ex. ? O governo tem sido tão fortemente accusado pela demora em prestar socorros aos flagellados !

A nossa curiosidade era natural, tanto, mais quando se sabe que o governo em nota official deu conta do que tem feito em prol dos flagellados. Seria mesmo verdadeira a palavra governamental ?

O Dr. Aarão Reis poderia dizel-o, se quizesse. Abordamol-o já sem esperança de conseguirmos uma palavra de importancia. S. Ex. interpellado por um collega desven-cilhou-se rapidamente com evasivas.

— Dr. "A Rua" desejava as suas impressões sobre os trabalhos...

— Vae tudo muito bem. Os trabalhos para a construcção de açudes e estradas de rodagem, já foram iniciados.

— Quantos açudes o governo mandou construir ?

— São diversos e em diferentes Estados. Assim já foi iniciada a construcção de seis açudes e tres estradas de rodagem no Ceará. No Rio Grande do Norte estão construindo tres açudes e uma estrada de rodagem e finalmente no Piauí, estamos construindo um açude e uma estrada de rodagem.

— Tão pouca cousa na terra do Sr. Pires Ferreira ?

nas e interessantes, dignas de publicidade. Conversava-se sobre a construcção do açude "Riacho de Sangue", trabalho importantissimo a fazer e orgado em 700 contos.

Tem a palavra o Dr. Aarão Reis:

"É um dinheirão que se vae desperdiçar. Sou contra absolutamente contrario a sua construcção. A minha opinião já foi transmittida ao Dr. Tavares de Lyra, Ministro da Viação num telegramma de mais de 500 palavras. É um erro de graves consequencias. O local não presta."

Todos do grupo fallam ao mesmo tempo. Vem a baila o açude do Acarapé que a nota governamental, diz ter tido um augmento de 200 contos na verba de construcção:

É um mostrengo—diz o Dr. Aarão Reis— Não só pelo lado esthetico como pelos meios."

Os amigos oppõem argumentos. O Dr. Aarão continúa a sustentar a sua opinião : diz que a sua construcção não offerece segurança. Um grande volume d'agua pode fazer ruir uma das barreiras de represa e em seu favor cita o bello açude do Quixandá, dizendo:

— É uma construcção digna de louvon. O engenheiro Piquet tem dispensado muita energia em prol daquela grande obra. Parece um lago.

De uma margem não se vê a outra e ainda só tem oito metros de altura.

Os terrenos do Piquet estão completamente cobertos de plantação."

Todos elogiam e apoiam a opinião do Dr. Aarão Reis.

Casualmente a palestra que nós gostosamente surprehendiamos encaminha-se para o dinheiro. O Dr. Aarão narra então as difficuldades porque passou. Diz que o governo deu ordem ao Banco para lhe entregar 500

Fonte: (A RUA, 06 nov. 1915).

Os recortes acima, figuras 4 e 5, mostram algumas das medidas tomadas tanto pela sociedade civil e suas práticas de caridade cristã, quanto pelo Estado e suas medidas, que muitas vezes se mostraram dispendiosas e infrutíferas no combate aos efeitos das secas, como o próprio inspector de obras contra as secas, Dr. Aarão Reis, segundo o jornal *A Rua*, falara sobre a construção do açude "Riacho de Sangue": "É um dinheirão que se vae desperdiçando [...]. É um mostrengo. [...] É um erro de graves consequencias. O local não presta". Ambas as medidas, civil e institucional, serão mais aprofundadas nas próximas páginas.

Participando dessa formação discursiva do Norte/Nordeste, enquanto uma espacialidade em que “A sêca calcina a terra, resêcca os matagães, torra as capoeiras decotadas, vai amaciando as pastagens até pulverisál-as” (BARROSO, 1912, p. 177). Gustavo Barroso atuou seja em sua prática literária construtora de espaços, seja a partir de sua prática legislativa e/ou utilizando do seu capital simbólico, enquanto intelectual já com um certo renome, para chamar a atenção para o referido problema, como se deu, por exemplo, em uma conferência no ano de 1920, na Biblioteca Nacional:

Figura 6 - "O martyriologio do nordeste"



Fonte: (A RUA, 26 nov. 1920).

O jornal *A Rua*, ao abordar a questão das “longinhas terras do nordeste. Lá, da ocasião das seccas, o martyriologio tremendo imposto às populações é tal, que parece haver o diabo descalçado suas botas. Deus, para ser brasileiro não foi equitativo na distribuição dos valores naturaes do paiz”, traz a fala de Gustavo Barroso, apontando que uma das dificuldades da região para enfrentar os períodos de estiagem está nas dificuldades para o transporte de materiais para as obras contra as secas “naquela infortunada região”, sendo assim premente a execução da obra do porto de Fortaleza, a qual ele “justamente agora”, com a iniciativa do governo federal, se mostrava esperançoso (A RUA, 26 nov. 1920). Mas qual o porquê do “justamente agora”, destacando que a matéria é de 1920?

Creditamos esse sinal de esperança devido a um fator: a mudança do governo federal, a partir da eleição de Epitácio Pessoa, a quem Barroso era próximo,⁷⁴ e estava junto dele em Paris, participando da Conferência de Versalhes quando, caso único na história do Brasil, Epitácio Pessoa, político paraibano, fora eleito em 1919, Presidente da República. Mesmo apoiado pelos membros da política do “café com leite”, sua vitória representava a ascensão ao mais alto posto de um político não nascido no eixo São Paulo-Minas Gerais, mas sim do Norte/Nordeste à presidência e comprometido com as obras contra às secas. O que a partir das falas do próprio Gustavo Barroso não parecia ocorrer durante o governo de Venceslau Brás, quando o ainda deputado federal pelo Partido Republicano Conservador, solicitava medidas que olhassem para “os estados no nordeste, flagellados pela seca, como, por exemplo, a minha terra, o Ceará” (BRASIL, 1915a).

Os diários da Câmara no dia 19 de setembro de 1915, em meio a uma longa estiagem, trazem mais um registro da ação do deputado Gustavo Barroso que volta a “tratar um pouco de uma das faces do grande e grave problema do sertão brasileira”:

“Desde 1614, Sr. Presidente, a eloquencia synthetica dos relatorios coloniaes clamava junto ás côrtes de Lisboa por medidas que attenuassem os efeitos das seccas nas capitancias do nordeste do Brazil. Essas medidas do Governo Imperial e o Governo da Republica puzeram em pratica durante alguns annos, despendendo milhares e milhares de contos; foram porém, quasi nenhuns os resultados colhidos até hoje, porque a acção governamental se resentia e se resente da falta completa de continuidade na orientação geral dos seus planos, e porque sempre, em todos os serviços feitos contra as seccas, maiores despezas se realizam com os funcionarios do que com as obras a efectuar”. (BRASIL, 1915b).

Gustavo Barroso se volta aos relatórios coloniais, para mostrar outros aspectos do fenômeno da estiagem: a seca era um problema antigo, como o é o Nordeste, que na sua narrativa existe antes mesmo do Brasil ser um país independente. E ponto importante, a seca em sua perspectiva não é só um fator natural, é também um fator político que, do Império até a República consumia vultuosos recursos financeiros que não eram bem utilizados, servindo mais como uma espécie de cabide de empregos, do que de construção efetiva de obras. Temos assim um Gustavo Barroso, embasado historicamente, a solicitar mais verbas para a construção de mais obras contra as secas. Ele segue em seu argumento: “E’ necessario combater tenaz e systematicamente; é preciso agir; o Governo da Republica tem agido, mas

⁷⁴ O jornal *O Diário de Pernambuco* ao relatar a chegada do paquete “Curvello” que trazia a comitiva brasileira de regresso ao Brasil, depois de participar do Tratado de Versalhes, fala da realização de um banquete oferecido pelo coronel José Pessoa de Queiroz a Epitácio Pessoa, constando que na primeira mesa tomaram assento “o Sr. Epitacio Pessoa e mme. Mary Sayão Pessoa, dr. Rodrigo Octavio e filha, dr. Gustavo Barroso [...]”. Ver: (DIARIO DE PERNAMBUCO, 8 jan. 1919).

tem agido fraccionadamente, tem agido aos empuxões, tem agido com soluções de continuidade, sem orientação segura, podemos dizer” (BRASIL, 1915b). Essas verbas teriam que ser assim mantidas sistematicamente antes, durante e depois das estiagens, não apenas auxílio emergencial, mas renda permanente direcionada às elites dirigentes da região.

Transformada também em questão política a justificar o fluxo contínuo de recursos, se a União não mudasse sua postura, segundo Barroso, teríamos apenas a reprodução das cenas seculares de sofrimento, a partir de medidas que mostram também o desconhecimento das elites do Sul do país com medidas ineficazes, como a por ele citada:

“Em mil oitocentos e cincoenta e tantos, não me lembra a data precisa, o governo imperial cuidou que melhoraria a sorte do nordeste mandando aclimar no Ceará os dromedarios da Africa, como animaes que tivessem maior resistencia do que o gado soffredor do Ceará [...] Teem se discutido a açudagem, a lavoura secca, as irrigações, as canalizações, as barragens; tudo se tem debatido e pouco se tem feito”. (BRASIL, 1915b).

Seu argumento passa a focar ainda mais na falta de verbas e fiscalização que se refletem nas “grandes dificuldades” que a “atual Inspectoria de obras contra a Secca”, tem enfrentado, com verbas destinadas muito mais a contratação de funcionários que a compra de materiais, inclusive com a ameaça de um “córte de 300 e tantos contos, si não me engano, ninharia na poupança orçamentaria, na economia geral da Nação, e golpe seguro e forte na estrutura do funcionamento da repartição” (BRASIL, 1915b). Nesse momento de seu libelo, instaurou-se um quiproquó na Câmara a partir da consideração feita pelo deputado cearense Justiniano de Serpa, que aponta a fala do seu conterrâneo como “contradictorio” ao reclamar do corte de gastos destinados à inspetoria que acabaria por reduzir o número de funcionários. Diante da negativa em ser contraditório o deputado Barroso segue: “Por que a Comissão de Finanças, de que V. Ex. faz parte, não transportou essa verba cortada de pessoal para material?” (BRASIL, 1915b). Então o deputado Serpa, explica:

“Vê-se bem, permitta-me dizel-o, que V. Ex. não estudou o assumpto sob esse aspecto. A Comissão de Finanças fez mais do que transportar a verba de 300:000\$ para o material; deu ao governo todos os poderes para tratar de defender a população do nordeste contra a secca”. (BRASIL, 1915b).

Talvez por não querer insistir no assunto, talvez por ter percebido que na ânsia de criticar o Governo Federal e a Comissão de Finanças em busca de verbas, Gustavo Barroso tenha sido pego pela argumentação de que o governo do seu primo Liberato Barroso tinha sim recebido condições, mesmo que mínimas, para combater os efeitos da seca, o jovem deputado Gustavo Barroso encerra a discussão com o deputado Serpa, e segue em seu raciocínio no

sentido de que não acreditava em “panacéa para a região nordeste”, explicando que à cada zona da região deveria ser aplicado uma solução que fosse mais pertinente: “Aqui póde dar beneficio resultado a irrigação, a grande açudagem; ali, a arborização, adiante a lavoura secca, nesta zona barragens, naquella as represas, as canalizações” (BRASIL, 1915b), ao passo que o deputado José Augusto emenda: “Em outro ponto os poços artesianos”. Contudo, dentro do pensamento de Gustavo Barroso as medidas contra a seca que se mostravam, “Acima de todas estas, a medida mais completa e mais salvadora daquella zona está na viação-ferrea, que leva aos sertões os meios de progresso, o desenvolvimento comercial, e com este a diffusão de riquezas publicas e o bem estar das populações” (BRASIL, 1915b).

Prosseguindo em seu longo discurso, Barroso cita uma matéria do *Jornal do Commercio*, intitulada “os párias do sertão”, cujo o argumento geral é: O Nordeste é uma região de gente boa, corajosa, forte, que mesmo vivendo em abandono igual ou pior que o de outras populações que se organizavam em revoltas, como os “camponezzes russos”, os “jaques francezes, que fomentavam a anarchia”, “dos lavradores italianos” e dos irlandezes”, os sertanejos, com exceção dos cangaceiros, não se revoltam, são seres passivos que “Não recebem do Estado menor amparo. Não teem escolas. Não teem viação sufficiente. Não teem legislação que lhes garanta o trabalho” (BRASIL, 1915b). Aqui Barroso subdivide o sertanejo em dois tipos: o normal que, mesmo com todos os fatores contra sua existência, permanecem passivos. E o tipo anormal, o cangaceiro, ser revoltoso tal qual outros povos subversivos e por isso mesmo indesejados.

Remetendo a outro artigo, do que ele aponta ser do mesmo jornal e época, Barroso segue traçando o rumo de políticas públicas que continuavam promovendo o total abandono do Nordeste, em detrimento da região Sul, a partir da adoção da política de imigração de estrangeiros europeus destinados principalmente para o abastecimento de mão de obra nas lavouras de café e nas indústrias incipientes da referida região, que segundo a matéria:

“veem consumido, de longa data, sommas collosaes, mandando vir pessoal do estrangeiro, chega a ser ilogismo bronco e falta de piedade, mesmo um crime de lesa patria, deixar que num lento e trabalhado martyrio sossobre, definitivamente, aos embates do flagello, uma larga faixa de terra nacional, de si mesma fraccsima e já densamente povoada; que se extingam, morram ou se dispersem, acossados e desorientados [...]”. (BRASIL, 1915b).

Na pintura desse quadro de abandono e de políticas ineficazes estava em jogo também a manutenção da mão de obra sertaneja na região, que uma vez tratadas como “párias” encontravam na migração uma saída possível para sua sobrevivência, indo assim

povoar “Quase toda a Amazonia” (BRASIL, 1915b), desestabilizando ainda mais as elites locais que utilizavam desse excedente de mão de obra barata para conseguir extrair ainda mais lucros para si. Gustavo Barroso atua como porta-voz das elites nortistas em âmbito nacional, denunciando, pedindo recursos e, como veremos mais à frente, propagandeando e defendendo as medidas do governo do seu primo Liberato Barroso para lidar com a questão dos “flagelados” que ocupavam a cidade de Fortaleza que se pretendia moderna e civilizada.

Vocalizando assim os interesses das elites cearenses que, na reorganização da geopolítica nacional, do começo do século XX, passavam a usar da seca como arma em seu jogo político, em que de antiga zona de influência do País, o Nordeste passara a ser descrito como área marginalizada, relegada ao atraso num “lento e trabalhado” processo político de negligência que não era recente, segundo Barroso, era histórica:

“Desde as primeiras explorações lusitanas; desde as primeiras bandeiras de paulistas que vararam os carrascaes do nordeste e foram até o Piauhy: desde as primeiras feitorias hollandezas até hoje, nunca mais o sertão aprendeu nada. Foi o jesuita que ensinou e, dessapparecido este, nunca mais o sertanejo aprendeu. Sómente as populações que albergam immigração estrangeira, prosperaram; as outras ficaram o que eram nos séculos dezesete e dezoito – no vestir, no sentir, no plantar, no colher, no verso improvisado ao desafio, na trova dormente de treveiro sertanejo”. (BRASIL, 1915b).

O Nordeste aparece assim como uma espacialidade abandonada, desde os tempos coloniais, por uma política imigratória que levou prosperidade para outras regiões, enquanto ela e seu povo estavam condenados ao atraso, imbricando sua carreira política à sua atividade literária, o tema do atraso histórico do Nordeste brasileiro, apontado como determinado pelo meio e por uma política sistemática de abandono, vai ser repetida e aprofundada, alguns anos depois no livro *Heróis e Bandidos*:

Ouvindo-se uma palestra sertaneja ou poesia de pé de viola, julgar-se-á ter entrado no seio de uma sociedade de outras eras, do tempo em que os padres educavam e instruíam os matutos.

Porque, depois que o jesuita foi expulso ninguém ensinou mais coisas alguma ao sertão. Ao tempo da manarchia, eram pouco numerosas as escolas publicas. As da Republica não são também em grande numero e a politicagem impede que produzam beneficios reaes, removendo professoras, afim de servir antipathias de potentados [...]. (BARROSO, 1917, pp. 36-37).

O Nordeste barrosiano vai sendo traçado, então, como filho das secas calcinantes e do abandono enquanto projeto político, tanto das elites sulistas, quanto dos potentados locais,

estes representados pela disputa de poder no Ceará que envolviam Padre Cícero⁷⁵ e seus aliados políticos mais especificamente a oligarquia acciolyana que, durante dezesseis anos, comandou o estado do Ceará⁷⁶. Ressaltemos que todo esse debate se dá no ano de 1915, quando seu primo, Liberato Barroso, depois de tumultuados anos na política cearense⁷⁷, governava o Estado e enfrentava uma longa estiagem, talvez por isso o argumento do deputado cearense na Câmara em setembro de 1915, tenha apenas citado rapidamente as disputas internas e se concentrado mais especificamente na descrição histórica das secas, enquanto um fenômeno natural-social, e nas medidas de socorro para o flagelo de 1915, em que, segundo ele, “tres milhões de brasileiros continuam a padecer de fome, que 95% do gado existente no nordeste brasileiro já desapareceu com a secca, e que as populações continuam a emigrar” (BRASIL, 1915b), nesse sentido ele passa a ler um telegrama da “Associação Commercial de Fortaleza”:

Insistam execução immediata obras publicas, especialmente prolongamentos. Fome lavra intensamente. Grande aglomeração famintos capital, estações vias ferreas. Interior famintos devastam propriedades, resto gados e ameaçam saque, allegando melhor morrer á bala que de fome. Exodo avulta espantosamente. Saudações. – José Gentil – José Brazil, presidente e secretario associação. (BRASIL, 1915b).

Logo em seguida, o jovem deputado solicita permissão ao presidente da sessão, para a publicação nos *Diários do Congresso*, de uma carta enviada pelo governador do Ceará, endereçada também ao então presidente da República, Venceslau Brás. A carta gira em torno de tudo o que Gustavo Barroso já vinha discutindo nessa sessão do dia 19 de setembro de 1915, resumindo: os efeitos catastróficos do flagelo da seca a demandar cada vez mais e, importante ressaltar, permanentemente, o fluxo de recursos do Governo Federal, uma vez que, segundo Liberato Barroso, lido por Gustavo Barroso:

⁷⁵ Cícero Romão Batista (1844-1934), na devoção popular conhecido como Padre Cícero ou Padim Ciço. Foi um importante sacerdote católico e poderoso político e latifundiário do Juazeiro, ligado à oligarquia acciolyana, membro do Partido Republicano Conservador. Sobre o imaginário dos romeiros em torno Padre Cícero, Ramos percebe como, por meio da narrativa dos romeiros, o corpo de Pe. Cícero passa a ganhar consistência no imaginário popular à medida que torna-se ausente. Nesse sentido, muito contribuiu os poetas populares (RAMOS, 1998).

⁷⁶ Nogueira Accioly, genro de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o senador Pompeu, governou diretamente o Ceará em vários mandatos (1896-1900, 1904-1908, 1908-1912). Sua política oligárquica se caracterizou pelo autoritarismo, nepotismo e denúncias de corrupção (ANDRADE, 1995).

⁷⁷ Nos referimos aos acontecimentos sangrentos que levaram, em 1912, a derrubada de Nogueira de Accioly do governo do estado. E ao conflito violento, que ficou conhecido como a Sedição do Juazeiro (1914), em que as tropas de sertanejos partidários e fiéis do padre Cícero avançaram desde o Cariri até as portas da capital cearense promovendo saques e outras ações violentas por onde passaram, e que acabou por depor o então Presidente do Estado Franco Rabelo.

Nem a prosperidade avantajada de outros Estados deve aos seus próprios recursos, mas, sim, ao poderoso concurso das rendas de todos que são pela União devolvidas englobadamente em benefícios dos mais sympathicos, geralmente localizados na região sul. Os prejuizos materiaes que uma secca nos causa são incalculaveis, com precisão não podem ser avaliados. Só a pecuaria, que até ao começo deste anno era avaliada em duzentos mil contos, fica reduzida, depois de um anno de secca, á quarta parte. (BRASIL, 1915b).

Gustavo Barroso traz para o debate político nacional a voz das elites comerciais de Fortaleza e da elite pecuária do interior do Ceará que sofriam também com a estiagem dos seus lucros e da evasão do exército de mão de obra barata para outras regiões do País, fomentando assim elementos que discursivamente constroem à percepção de uma área – o Nordeste – maltratada pelo meio e, mais que simplesmente abandonada, era preterida enquanto projeto político pelos poderes públicos, em contraposição a uma área em franca e vertiginosa ascensão – São Paulo, Rio de Janeiro ou, de maneira geral, aqueles que não dependeram somente dos seus recursos próprios, mas sim, do afluxo de rendas da União – o Sul. De problema da ordem meramente natural, o clã dos Barrosos passa a reclamar vez e voz na política nacional, enquanto moradores e governantes de uma área que era também afetada por problemas da ordem social. Trazendo o apelo e as denúncias do governador Liberato Barroso, o deputado pelo Partido Republicano Conservador do Ceará também mostrava a atuação conjunta da sua oligarquia no combate à seca⁷⁸.

E se o combate não fora eficaz, Gustavo Barroso, já em 1916, buscava explicar os motivos, culpabilizando à União e sua política de imigração que, segundo ele, beneficiava o imigrante estrangeiro, em detrimento “dos filhos da mesma Patria”:

Os auxillios do governo federal foram humilhantes, não para minha terra, porque esta tem fome causada por uma fatalidade climaterica e não pela preguiça, mas para o decoro do proprio poder nacional, que paga immigrants estrangeiros e gasta em outras coisas superfluas, deixando morrer de fome os seus patricios, os filhos da mesma Patria.

O governo federal deu ao Ceará doses homeopathicas de esmolas. Em dez meses de tortura, enviou de auxilio directo 300 contos a 300 mil famintos. Den (sic) mais em obras, dinheiro que não enviado todo ainda, sendo a parte delle remetida, mandada em pequenos creditos, seis mil e duzentos contos!

Entretanto o governo tinha em mão, um credito cincoenta mil. (A EPOCA, 23 mar. 1916, p. 1).

Importante ressaltar que nesse mesmo ano de 1916, Gustavo Barroso apresentava um projeto de lei que visava dificultar, ao impor barreiras (sociais, etárias, de gênero e de classe),

⁷⁸ A edição do *Diário de Pernambuco*, datada de outubro de 1915, ainda repercute a leitura que Gustavo Barroso fez do telegrama do governador do Ceará, trazendo na sessão “Ultima Hora” a notícia da leitura que solicitava “urgentes socorros, devido a afflictiva situação que o mesmo atravessa por causa da secca”. Ver: (DIARIO DE PERNAMBUCO, 14 out. 1915).

o processo de imigração europeia para o Brasil, fato esse que acreditamos revelar que o seu projeto de lei também trazia as marcas das tensões regionais entre as elites do País, pois a política nacional privilegiava a vinda de estrangeiros, por ele considerados inaptos ao trabalho, em detrimento de toda uma mão de obra barata e local. Continuando sua entrevista ao jornal *A Epoca*, Barroso passa a delegar responsabilidades de forma mais específica ao acciolyismo na figura do seu representante o deputado cearense Moreira Rocha, que segundo ele “achava ter o governo federal feito os maiores benefícios ao pobre Ceará” e ao ministro da Fazenda Pandiá Calogeras “que segundo todos sabem, anda de mãos dadas com o acciolyismo e tudo faz contra o povo da minha terra”. Dessa forma ele assevera:

Não quero e não posso crer que o sr. Wencesláo Braz tenha contribuído para esse crime, porque considero um crime deixar alguém perecer á mingua; não posso acreditar que o senhor presidente da Republica tenha ma vontade contra aquelle povo. Mas afirmo, sem temor, que a responsabilidade da morte de milhares de cearenses cabe inteiramente ao sr. Calogeras [...].

É o sr. ministro da Fazenda quem impede remessas de dinheiro, retarda os credits, cria difficuldades de toda a sorte á necessidade de recorrer os retirantes.

Do coração de s. ex. fugiram os sentimentos de piedade e commiseração.

O povo cearense, que fez a abolição e tem dado em todos os tempos os melhores soldados do Brazil, que desbravou a Amazonia e conquistou o Acre, agonisa faminto ou foge empilhado nos porões dos navios, como os escravos nos tempos do negreiros! Só merece esse tratamento e essa sorte, porque expulsou de seu seio uma tribu a quem o ministro da Fazenda presta apoio material e moral. (A EPOCA, 23 mar. 1916, p. 1).

Às províncias do Norte, esmolas e humilhação, aos condenados da seca condições análogas aos tumbeiros que fizeram a travessia atlântica, trazendo corpos escravizados. Ao Sul cafeeiro políticas públicas de fomento à imigração estrangeira, a um povo, que ele traça como historicamente lutador e a serviço da nação. A traição de um Ministro de Estado em conluio com a antiga e rival oligarquia cearense que esse mesmo povo teria enxotado do poder e escolhido o clã Barroso para governá-los.

São esses os argumentos usados pelo deputado Gustavo Barroso para denunciar o jogo político que acarretara, segundo sua percepção, em um crime motivado por um desejo de vingança que culminou na morte planejada, via descaso público, de milhares de cearenses. Elaboração discursiva esta que buscava isentar o governo do seu primo (e o seu próprio mandato de deputado federal) de responsabilidades com os desdobramentos da seca, pois parte da lógica de que “a parte deles”, eles teriam feito: pedir verbas para socorrer a situação. Verbas que como Gustavo Barroso denunciara eram deliberadamente travadas pela União, a esse respeito no dia 16 de outubro de 1915, ele lê na Câmara dos Deputados um artigo do jornal *O Imparcial*, em que reforça os seus apelos e a denúncia de descaso premeditado do

Ministro da Fazenda. Segundo ele, o jornal traria a seguinte fala que demonstra não apenas incredulidade, mas sim, no sentido de espanto com o caso, um misto de denúncia, indignação e cobrança: “É impossível que o Sr. Calogeras esteja a retardar a remessa dos recursos que não são seus, de recursos que o Congresso já votou, para satisfazer o odio político de seus amigos” (BRASIL, 16 out. 1915).

Sobre o atraso da União na liberação de verbas para enfrentar os efeitos da seca de 1915, a historiadora Lara Ferreira, relata que efetivamente:

Na seca de 1915 os socorros demoraram. Somente em julho foi criada uma comissão especial, as Obras Novas Contra as Secas, para combater a seca daquele ano, tendo como inspetor o engenheiro Aarão Reis. Apenas em outubro do mesmo ano os trabalhos foram iniciados. A Política era de realização de obras – açudes, estradas, perfuração de poços – priorizando a ocupação do maior número possível de retirantes nas construções. (FERREIRA, 2009, p. 1).

Mesmo com todo o atraso da União motivado por disputas em torno de questões políticas, estaria o governo de Liberato isento de responsabilidades, como nos parece fazer crer os Barroso? Crítico contumaz da oligarquia acciolyna e mais próximo do governo de Liberato Barroso, o intelectual Rodolfo Teófilo⁷⁹ não deixou de fazer, em seu livro *A seca de 1915* (TEÓFILO, 1980), críticas à gestão do amigo Liberato Barroso, concernentes principalmente à política de Campos de Concentração que poderia provocar um surto de doenças devido à aglomeração (TEÓFILO, 1980, p. 60). Mesmo assim Rodolfo Teófilo sai em defesa do caráter de Liberato Barroso:

Os erros cometidos pelo Dr. Benjamin Barroso como administrador foram devidos aos politiqueros que o cercava. Ele não teve a precisa energia de lhes bater o pé. Além disso, ele era de uma boa fé fora do comum, confiava demais nos homens, péssima qualidade para governo. Espediu-se muito dinheiro, mas a pessoa dele se conservou imune de qualquer suspeita, a sua probidade saiu imaculada. Posso afirmar que o Dr. Benjamin Barroso saiu mais pobre do que quando entrou para o governo. (TEÓFILO, 1980, p. 120).

Em contraposição ao que escrevera Rodolfo Teófilo, havia denúncias que questionavam a idoneidade de Liberato Barroso, acusado de “aplicar em outras despesas as quantias que lhes são enviadas para socorrer os flagelados”. Denúncias essas que foram prontamente repelidas por Gustavo Barroso (A RUA, 26 out. 1915). Entendemos assim que a defesa moral do então governador do Ceará, por parte de Rodolfo Teófilo, assim como na

⁷⁹ Rodolfo Marcos Teófilo (1853-1932) foi um escritor brasileiro de estética literária regional-naturalista, poeta, documentarista, contista, articulista e farmacêutico. Que empreendeu, sem o apoio governamental, uma campanha de vacinação, iniciada em 1901, contra a epidemia de varíola que se alastrava na cidade de Fortaleza.

entrevista de Gustavo Barroso à *A Epoca*, isentando de culpa sua oligarquia e jogando toda a responsabilidade das milhares de mortes em decorrência do flagelo natural/social, faz parte de um contexto de rearranjo das disputas de poder locais e nacionais em que as elites nortistas passaram a politizar a seca “como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais do algodão e do açúcar, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados” (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 130), fazendo emergir assim uma dada forma de se escrever, de se crer e de se ver a região Norte/Nordeste, enquanto lugar castigado pela seca.

Dessa forma, antes de continuarmos problematizando a atuação política do clã Barroso, suas ações e discursos, bem como as consequências das medidas adotadas, durante a seca de 1915, achamos importante analisar como Gustavo Barroso fez parte dessa formação discursiva de se es/crer/ver o sertão, por meio de sua prática literária que construiu uma dada imagem sobre essa espacialidade.

3.2.1 *Ser tão estável, seco, duro*

No discurso barrosiano delimitado nesta tese (1912-1920) o sertão aparece como matéria pronta, destrinchada em seus aspectos físicos, usos e costumes, e assim encaixados sob o rótulo do que ele e seus contemporâneos chamaram de “sociologia sertaneja” a ser descrita especialmente em dois livros: *Terra de Sol* (1912), literatura regionalista que fala em nome de um estado específico – o Ceará. E, publicada cinco anos mais tarde, *Heróis e Bandidos* (1917), no qual se dá um alargamento da ideia desse sertão, no sentido de que, ao problematizar o fenômeno do cangaço como determinado pelo meio e pela sociedade, ele passa a discorrer sobre essa questão que abrange o Ceará e mais seis estados, compondo o que seria o Nordeste como um grande sertão preñado de dadas especificidades. Então, quais são os símbolos, sentidos e significados por ele atribuídos a esse recorte espacial que não é um já dado da natureza, e sim um produto histórico, e como tal, suscetível a mudanças?

No campo literário, o tema “sertão” aplicado dentro de um recorte regional (província/estado) fora, a partir de fins do século XIX, amplamente utilizado de forma a despertar uma relação de pertencimento à nação em construção. Tendo por base a relação homem-natureza, sertão-sertanejo, esse recorte espacial passou a ser representado sob a categoria do regionalismo que, ao debruçar-se sobre os espaços periféricos do País, foi literariamente, regionalizando a nação em busca de um “Brasil verdadeiro”, interiorano,

exótico, em contraposição ao cosmopolitismo e ao estrangeirismo que grassavam nas principais capitais do País, bebendo em muito da tradição romântica de fabricação de um passado mítico, lugar-refúgio, de tradições, costumes e pureza, verdadeiro protótipo nacional. Entre os autores que, cada qual com suas particularidades, fizeram parte desse movimento de redescoberta da nação regionalizada ou da regionalização da nação, com foco específico no Ceará, podemos destacar as produções de Afonso Arinos, Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso (MOREIRA, H. A., 2009).

Com foco especial na análise da obra barrosiana sobre o sertão brasileiro entendemos seus discursos enquanto *relatos de espaços* que, como diz Michel de Certeau, atravessam e organizam lugares, relatos que descrevem, que fixam e que fundam espaços (CERTEAU, 1998, p. 209). Espaço, produto e produtor de histórias, que na narrativa barrosiana não é um ser inanimado, mas personagem central com vida própria e ativa, a ser destacado desde o título: “Terra de Sol”. Voltemos então nossa atenção para essa prática discursiva que participa da feitura do sertão enquanto lugar seco, parado no tempo, tendo sempre em mente, como nos lembra Durval Muniz, que “Um espaço é feito de natureza, de sociedade e de discursos” (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 108).

Na prática literária barrosiana, o sertão cearense aparece como objeto, espaço e personagem, a enformar a alma sertaneja (MENDES, 2008, p. 13): “Sóbrio como todo animal dos paizes agrestes, rude como as rechãs despidas” (BARROSO, 1912, p. 167), ele segue:

“A alma do sertanejo é calcada na alma do sertão. Lá a natureza quando recusa seu auxílio, nega avaramente a sombra, nega cruelmente a gota d’água recusa tudo. Mas, quando dá, dá de mais, dá com fartura, com abundância. Dahi os dois aspectos do caracter do homem do sertão: a tenacidade na lucta, quando o meio o hostiliza e procura esmagá-lo; o descuido, a indolencia e a imprevidencia de quem repousa de longa lucta, nos tempos bons. A sêca calcina a terra, resêcca os matagães, torra as capoeiras decotadas, vai amaciando as pastagens até pulverisá-las: o sertanejo lucta estoicamente. O inverno alegre o sertão farto: elle preguiça e modorra” (BARROSO, 1912, p. 177).

O modo descritivo da narrativa barrosiana constrói metaforicamente, de forma idealizada, o sertão seco com fisionomia, com intencionalidades, e é esse o fio condutor do seu discurso. Barroso assim continua no mesmo raciocínio que descreve o comportamento e a aparência humana como reflexo do meio que o cerca:

gente que parece ter infiltrado no seu imo toda a grande desolação das sêcas, das lanhuras crestadas que o vento varre, escarnado; gente que parece retratar na alma a feição morbida, uniforme e doentia do meio physico que a cêrca, que a molda e esculpe assim tão triste, tão dôce, tão humilde e tão heroica!...” (BARROSO, 1912, p. 217).

Com o olhar de cidadão e buscando mostrar a realidade social e cultural do sertão, Barroso interage com vertentes literárias, como o naturalismo e o realismo, à luz de saberes deterministas, construindo a imagem do homem condicionado pelo meio hostil, que desenha sua corporeidade e sua subjetividade. A natureza aparece assim como determinante das formas de ser e estar no mundo, estruturando sociabilidades⁸⁰, pois a secura não é só um recorte geográfico, seca também são as emoções e as relações sociais experienciadas nesses espaços que produzem, ecoando palavras euclidianas, um tipo social que é a verdadeira “rocha viva de nossa nacionalidade”. (BARROSO, 1912, p. 171).

Ponto importante que não podemos deixar de ressaltar: essa aproximação entre o homem e o meio é um artifício utilizado pelo próprio autor para, numa escrita de si, se autorreferenciar, a partir de sua assinatura em busca de legitimação em outros espaços físicos e sociais: João, mas não um qualquer, de qualquer lugar, é o João do Norte, que tem no uso da saudade do sertão o seu norte de escrita, a partir de “uma narrativa ‘antiquária’” que descreve tal região sob o signo do passado (MAGALHÃES, A. M., 2009, p. 45), que se perdia diante da modernidade.

Partindo de uma relação anímica, esse mesmo sertão aparece antropomorfizado em várias passagens: quando há seca, “Na natureza não desabrocha um sorriso; o céu não derrama uma lagrima [...] e a cópa verde dum joazeiro ao longe, perdida nas catingas esqueléticas, tem um tom de raridade e heroísmo” (BARROSO, 1912, p. 21). À fauna também é atribuída valores humanos a rez “olhos tristes, mornos, de uma grande doçura e de uma grande bondade” (BARROSO, 1912, p. 50). Quando abunda as chuvas, “Tudo está alegre, seivoso, vivo [...] Tudo sorri, a selva, prado” (BARROSO, 1912, p. 41). Temos assim a atribuição de processos mentais, atitudes, gestos e intenções ao meio natural. Porém, se homem e natureza, por vezes, se confundem em sua escrita, mesmo assim, é o meio que determina o ser social:

Os sociólogos afirmam que o homem, de origem e pela própria organização, tem todas as necessidades e inclinações da animalidade de que proveio, certo prazer mental, inerente á mesma animalidade, em fazer sofrer os entes mais fracos e que só a **força da civilização consegue modificar esses instintos primévos**, contudo sem os extirpar de vez. (BARROSO, 1931, p. 19, grifo nosso).

Recorrendo à citação de vários intelectuais, tais como Domingos Sarmiento, Carlos Letourneau, Audubon, Houzeau, Stendhal e Spencer, por exemplo (BARROSO, 1931, p. 19),

⁸⁰ Discussão essa que será mais aprofundada no próximo capítulo em que trataremos da construção discursiva de identidades, a partir do discurso barrosiano.

sua narrativa deixa pouco espaço para a ação transformadora do homem no sertão, pois este tem ares de paralisia do tempo, pretensões de imortalidade e de imutabilidade proporcionados pela própria natureza que serve de barreira espaço-temporal impedindo as forças da civilização e do progresso. Como exemplo disso, ele cita o Planalto da Borborema⁸¹, enquanto verdadeiro baluarte que “impedem a marcha dos elementos civilizadores que vêm do litoral” (BARROSO, 1931, p. 13), do qual temos a dedução lógica do seu pensamento determinista de que, se o meio não muda, o homem, seu *fac-símile*, também não muda, durante séculos, nenhuma só linha de suas atividades quer “moraes, quer phychicas.” (BARROSO, 1912, p. 175)

Em contraposição à dinamicidade e flexibilidade do lugar social e geográfico, marcado pelas relações capitalistas burguesas, do qual ele (re)produz seu discurso – o Rio de Janeiro – o sertão nordestino aparece, como lugar moroso e rígido, representação da estabilidade, do ritmo social, dito natural, logo, de relações que instauram no espaço um outro tempo ligado às usanças e aos costumes do medievo europeu: “Como na idade-média havia justas, no sertão ha vaqueijadas de luxo, cujo fim é a ostentação da força e da destreza” (BARROSO, 1912, p. 56). Espaço que, em busca de uma legitimidade calcada em raízes mais antigas que o próprio País, seria possível atestar práticas de “guerras medévas de barões feudais com incendios de burgos e assédios de castelos roqueiros”.

É a partir de vetores de velocidade de tempo conflituosos que a produção narrativa do espaço sertanejo barroso é elaborada considerando um sertão em que o tempo demora a passar. Do lugar da velocidade vertiginosa, ansiosa de futuro, que passava a adquirir, em nome da urbanização e da industrialização, ares artificiais, é que ele arquiteta uma espacialidade da estabilidade, da naturalidade, receptáculo de onde pode-se observar um passado de tradições e costumes feudais. Sertão, lugar da tradição, congelado no tempo, que só vive estando morto em sua capacidade de mudança, de multiplicidade, de devir. Sertão, microcosmo da nacionalidade desejada por Gustavo Barroso.

Como buscamos mostrar anteriormente, para Barroso, o litoral-urbano é o lugar da sacralidade da temporalidade moderna, da mudança vertiginosa, da aceleração, do mundo cosmopolita com desprezo ao passado e suas reminiscências, e com fome de futuro, do domínio da técnica sobre a natureza, cada vez mais expulsa dessa paisagem, onde: “A **penetração** de energias civilisadoras é mais fácil” (BARROSO, 1931, p. 34, grifo nosso).

⁸¹ O planalto da Borborema, ou serra da Borborema, ou ainda, planalto Nordeste, é uma região serrana no interior da região denominada Nordeste brasileiro. Medindo aproximadamente 400 km em linha reta norte-sul, localizada nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Dessa citação destacada, podemos depreender que a cidade aparece, em sua escrita, enquanto um papel feminino ligado à fluidez e à passividade, lugar feito para ser penetrado pelo progresso violador de tempos, espaços e corpos. Esse corpo feminino (a cidade) penetrado e fecundado por valores que lhes seriam estranhos, segundo Gustavo Barroso, irá parir um tipo de sujeito indesejável que, como veremos no próximo capítulo, se caracteriza por ser urbano-burguês, logo impotente, fraco, mole, débil e afeminado.

Escrita que transfigura distância espacial em distância temporal, que atribui relação de gênero à terra, descrição da geografia e da sociologia sertaneja que se transforma em literatura histórica a preencher essa espacialidade com símbolos, sentidos e significados, embebidos no saber cientificista, oriundo do determinismo geográfico e à luz do romantismo de Victor Hugo, do qual ele assevera que “A alma da terra passa para o homem”. Essa é uma máxima tão forte do seu pensamento que aparece citada diretamente em pelo menos dois dos seus livros, *Terra de Sol* (BARROSO, 1912, p. 167) e *Heróis e Bandidos* (BARROSO, 1931, p. 21).

Mas que alma é essa que, segundo sua concepção, passa do meio natural para o homem, não só demarcando-o espacialmente, mas também determinando uma corporeidade e subjetividade específica? Em sua narrativa a alma do sertão é impenetrável, pois os próprios meios naturais são obstáculos a impedir o progresso e a marcha da cultura (BARROSO, 1931, pp. 30-31). É alma do sertão que, uma vez dura e hostil, como o meio natural, penetra corpos e mentes, fecundando tipos sociais e sociabilidades. Sertão, espacialidade masculina a produzir a alma que Barroso postula ser a fonte do verdadeiro progresso nascido da evolução humana em contato íntimo com a natureza; “a sêca é um factor de progresso, porque fôrma e mólda uma raça de fortes” (BARROSO, 1912, p. 25).

Espacialidade macho, reproduzidor de mais seres masculinos, pois explana ele: é em seu momento de maior severidade, a seca, que o corpo sertanejo produto do meio “mais se enrija, e mais robustece sua titanica virilidade. Um minuto de fraqueza, um momento de desanimo, um instante de desacorajamento – e o sertão esmagál-o-á (BARROSO, 1912, p. 25). Assim, entendemos que seu discurso falocêntrico está interagindo com todo um arquivo de imagens, conceitos, enunciados e regras de enunciação que fabricam a imagem da terra dura, rígida, onde habita o “cabra macho” que tem que ser tão forte, hostil, severo, viril, pois sua “macheza” é testada a cada instante. O sertão que, em sua prática literária, produz esse tipo étnico é também um lugar construído para a manutenção da dominação violenta de um certo tipo de masculinidade, ligada a uma elite branca, aristocrática, rural e patriarcal.

Nesse sentido, *Heróis e Bandidos* passa a relatar “episódios históricos” em sua segunda parte intitulada “Os Typos” que é especialmente dedicada a explicar as causas do banditismo da região, enquanto problema determinado não só pelo meio, mas também por fatores sociais que a relegaram ao abandono. O que vemos a partir daí é uma série de contos que se desenrolam num “ambiente feudal, no qual odio e a vingança não têm fim” (BARROSO, 1931, p. 170). Aparecem, assim, como personagens, praticados por esse espaço e a praticarem o mesmo, figuras como a do “senhor feudal Valetim Lobato”, o coronel Ildefonso Ayres, “chefe político e senhor feudal” (BARROSO, 1931, p. 221); cangaceiros como Jesuino Brilhante, Antonio Silvino, “o maior vulto de criminoso dos sertões de nordeste e a sua historia domina a historia de uma região inteira ” (BARROSO, 1931, p. 227), que “Indignado com a injustiça que lhe faziam, inclinado ao crime pelas tendencias herdadas e augmentadas pela influencia do meio” (BARROSO, 1931, p. 229) cometera o primeiro crime; Honorato o “ mestiço, curiboca” (BARROSO, 1931, p. 172); o Rio Preto, “negro alto e musculoso, de queixo ponteagudo e braços longos, como o dos macacos, dedos nodosos, beijo inferior caído, tendo a testa saliente em demasia, característico o mais visível e expressivo de sua degenerescencia moral” (BARROSO, 1931, p. 156), cujo povo murmurava que “o demonio em pessoa se encarnava nelle” (BARROSO, 1931, p. 155).

Dessa forma, o sertão barrosiano participa de uma formação discursiva que o caracteriza por ser tão sol, tão seco, tão estável no tempo e no espaço, repositório da verdadeira nacionalidade. Sertão macho, sertão violento, tradicional, ligado a outros tempos e espaços. Discurso que descreve uma espacialidade ambígua, (in)desejada, pois nesse mesmo cenário de onde ele inscreve a permanência de uma ausência desejada – o passado –, também marca a reminiscência de elementos indesejáveis não mais compatíveis com sua visão modernizadora de fundo conservador: sertão da violência, da revolta e da “crendice”, do atraso civilizacional, oriundo também de causas políticas.

3.2.2 Território de violência e revolta

Seguindo na premissa cerтеаuniana de que “[...] não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras” (CERTEAU, 1998, p. 209), entendemos que Gustavo Barroso não apenas polariza Cidade X Sertão, que seria uma materialização da disputa temporal entre Futuro X Passado. Sua prática literária modeladora de espaços cria uma clivagem, uma fronteira, entre o que é desejável e o que não o é, dentro desse mesmo sertão.

Temos assim uma polarização de outra matriz, qual seja: sertão desejado, lugar da tradição e dos costumes, que ligam os homens a natureza numa relação espaço-temporal, como uma dada Europa medieval X Sertão indesejado, pois incivilizado, que precisa ser superado, a partir de um projeto de fundo modernizante e conservador. Se no tópico anterior discorreremos sobre um sertão a ser mantido, fruto das relações naturais com o meio e das relações sociais pré-capitalistas, sob a égide (que se pretende) harmoniosa do patrimonialismo-senhorial, que teria produzido uma gente ordeira de sertanejos, fazendeiros e vaqueiros que não se revoltavam. Adentraremos agora nesse *outro* sertão barroiano, caracterizado como zona do terror, da revolta, da violência, do misticismo. Sertão do cangaço e dos beatos.

Ao invés dos espaços, enquanto elaborações da astúcia humana, de suas mais variadas práticas, temos em Gustavo Barroso um espaço modelador da humanidade, espaço-masculino produtor de uma determinada forma de ser homem. Assim como o meio e o clima são violentamente esmagadores, a dominação do “cabra macho” também é exercida por meio de uma violência entendida natural, pois: “Matar não é crime hediondo no sertão; é coisa commum, crime lá é o crime contra a honra e não crime contra a vida. **Assim estabelecem as usanças e querem as condições climatericas e ethnographicas.** Havendo ocasião, todos matam, mas nem todos roubam”. Segundo Barroso, nessa sociedade patriarcal, falocêntrica, fruto do meio e do cruzamento das raças, matar é permitido, é mesmo comum e aceitável, dado que “está de acordo com os preconceitos e o meio”. Dessa forma, segunda sua análise sociológica, os maiores crimes são justamente os que atentam contra a honra e a propriedade (BARROSO, 1931, p. 86, grifo nosso).

Temos assim, Gustavo Barroso expressando uma violência permitida, pois assentada em relações naturais, morais e pessoalizadas de uma sociedade regida por homens (ALBUQUERQUE JR., 2008, pp. 302-303) que determinam primeiramente às mulheres lugares generizados, lugares de subalternidade, como o da obediência, o da maternidade e o da cozinha, segundo ele: “A mulher do sertão cuida da casa, faz o queijo, ajuda na colheita e no plantio dos roçados. Não se mette em conversas de homens, quasi não aparece ás visitas. Pouco fala; não ri alto. E’ recatada e de um immenso acanhamento.” (BARROSO, 1912, p. 180). Se se atenta à honra dessa mulher recatada e do lar, a violência é permitida, dado que esta é em muito ligada ao papel social feminino de ser protegido pelo homem, de ser seu objeto. Logo, uma ofensa à mulher é uma ofensa a uma propriedade da família ou do seu cônjuge. Mulher e propriedade na sociedade sertaneja são assim descritas como parte de um mesmo bem privado-masculino já dado pela natureza que pode e deve ser guardada.

A violência justificada contra quem atenta à propriedade privada no geral também expressa as relações de classe como forma de sociabilidade, baseada numa sociedade aristocrática-tradicional estritamente hierarquizada em que a posse é algo intocável, sagrado. Dessa forma, justifica-se a violência valorada positivamente enquanto um ato de restabelecimento da ordem e da moral, uma vez que, seja em defesa de, seja por vingança a um atentando contra a propriedade; seja ela a mulher, seja ela a terra, ou mesmo um ato de defesa do oprimido (BARROSO, 1912, p. 122), nesse caso o autor do ato violento é visto mesmo como um justiceiro, “herói” que o meio fez bandido (BARROSO, 1931, p. 265).

Já o autor do crime contra a honra e/ou a propriedade é colocado enquanto “bandido”, descrito como “raramente brancos, sempre mestiços de infimo cruzamento” (BARROSO, 1912, pp. 124-125), características biopsicossociais que trataremos mais afundo no próximo capítulo, mas que aqui se fazem importantes, porque Barroso as explica por meio de argumentos deterministas geográficos:

Foi a alma do sertão que moldou e fundiu a do cangaceiro. Afim, de viver nessa região agreste, batida de sol, é demasiadamente sóbrio. O eterno combate contra o meio inhospito desenvolve-lhe a coragem e a resistencia. A ameaça continua de perecer dá-lhe o fatalismo e estoica resignação para todos os males. Um facto mostra a importancia das condições climaticas. Ribeiras houve regadas longos annos seguidos por invernos fecundos e abastecidas por abundantes colheitas, durante o periodo de fartura, não surgia um bandido. Os enxotados das vizinhanças não pousavam, porque lhes davam caça. Vieram sêcas. Os seareiros fugiram para os povoados, emigraram para a Amazonia, ou, de agricultores, se tornaram miseros cabreiros. As terras amaninharam-se abandonadas. O cangaceiro veiu de fóra e domiciliou-se ou irrompeu da propria gente arruinada. Perquerindo o recesso da alma do bandido sertanejo, econtram-se as mesmas asperezas que á face do solo onde nasceram e em cuja aridez medram os vegetaes espiculantes. O caroá, o gravatá, a cubeba e a palmatoria enchem o respaldo dos chapadões. A corôa de frade vermelheja entre umburanas, juremas e facheiros. As macambiras entremeiam-se ás unhas de gato, á sombra do rompe-gibão, dos sabiás, dos juás e das favellas. O mandacarú e o xique-xique agrupam-se em touceiras. Todos esses espinhos, cada qual com sua forma e sua maneira de ferir, elle os têm na alma para atirar contra o inimigo! (BARROSO, 1931, pp. 22-23).

Temos assim, segundo a “sociologia sertaneja” barrosiana embebida no caldo cultural das teorias deterministas, que o cruzamento entre as raças e a relação com o meio – o sertão seco, áspero e espinhento –, enquanto moldadoras de características físicas e psicológica, em que natureza e homem já não se separam mais. Destarte, a literatura barrosiana é também partícipe da construção da identidade espacial do sertão como região da violência natural e naturalizada, pois delimitada pela natureza, já que:

A grande região compreendida entre o rio São Francisco e o valle do Cariry, estendendo-se da serra do Quicuncá á do Martins, dahi ás faldas da Borborema, aos

contrafortes da Baixa Verde e dos Dois Irmãos, é o habitat do banditismo. Alli se encontram e se aproximam as fronteiras de sete Estados, tendo nesgas de territorios que se enfiam umas nas outras, como cunhas. O meio, a cumplicidade do habitante e a facilidade de fugir de um Estado para outro oferecem guarida segura a todos os criminosos. (BARROSO, 1931, p. 11).

Se no livro *Terra de Sol* o sertão é definido em nome do Ceará, em *Héris e Bandidos*⁸², como podemos ver, a partir da citação acima, é que o recorte “**nordeste brasileiro**” aparece bem definido numa configuração espacial que abrange **sete estados** (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) que, apesar de suas fronteiras descritas a partir de marcos naturais, se entrecruzam e comungam da mesma sociabilidade que favorece a formação de uma zona de terror, na qual é abundante a prática cangaceira.

Do dito, dois pontos: primeiro, o conceito nordeste aparece grafado em minúsculo e seguido de sua pertença ao nacional localizado no interior do País. Segundo, destacamos a quantidade de estados que Gustavo Barroso elenca em seu escrito, que desenha uma região, a partir de elementos da natureza e da ação social humana (o banditismo), como forma de darmos ênfase a mais uma característica de como as fronteiras que demarcam o que hoje temos como região Nordeste, composta por nove estados, estava se formando.

Então, segundo Barroso o que explica a existência do que ele tipifica em tipos normais e tipos anormais? Quais as causas do banditismo no sertão nordestino? A resposta seria dada a partir de fatores sociais que insularam o sertão (BARROSO, 1931, p. 27). Dessa forma não era só a natureza que impunha obstáculos para que o sertão se civilizasse, existia mesmo uma política de descaso planejado em que “os poderes publicos criminosamente deixam entregue á miseria aspera do clima” (BARROSO, 1931, p. 26), em que se dá “a luta feroz desse homem desprezado pelo poder publico, insulado, contra a natureza armada” (BARROSO, 1931, p. 27), quadro de abandono que segundo ele era observável desde a expulsão dos jesuítas, passando pela monarchia até à República (BARROSO, 1931, p. 37).

Ressaltamos que em fins do século XIX e começo do século XX, as elites da então região Norte, estão passando por uma grave crise econômica e uma perda progressiva de espaço dentro da política nacional, fatores que somando-se às estiagens, formaram um quadro de esgarçamento e reordenamento da ordem social patriarcal-paternalista, em que grandes contingentes populacionais encontraram no cangaço um meio de vida e na crença popular

⁸² Mais uma vez se faz importante ressaltar que infelizmente não tivemos contato com a primeira edição do referido livro, e que ao trabalharmos com a segunda edição, publicada já nos anos 1930, a ideia de Nordeste já se desenhava com mais nitidez, sem deslizar entre o uso indiferenciado entre Norte e Nordeste, bem característica dos anos iniciais do século XX.

uma salvação para a alma. Assim, temos Gustavo Barroso, descendente e representante dessas elites, participando da produção do sertão enquanto espaço do medo e da violência, filho da seca e de um projeto político centenário que desprezou a região Norte/Nordeste do Brasil, e apresentando a solução para essa situação: mais verbas da União para realização de obras como estradas de ferro e de rodagem que pudessem “civilizar” a região (BARROSO, 1931, p. 29).

Em sua análise histórica sobre o “insulamento do sertão”, grande parte da culpa desse quadro se concentraria no poder central desde o que ele denominou de “Os erros da colonização”, que não forneceram meios ao progresso sertanejo (BARROSO, 1931, p. 73), passando pela

Monarquia (que) deixou-o em abandono, porque a organização do trabalho, no seu tempo, unicamente se baseava no alicerce falso da escravidão. A Republica até hoje quasi nada fez para instrui-lo ou melhorar-lhe a sorte. Antes tem explorado o banditismo para fins políticos. O jagunço é, ás vezes, a ultima ratio do governo federal afim de dominar num Estado rebelde (BARROSO, 1931, p. 73).

Além de discorrer sobre o antigo quadro de abandono político do sertão, temos na citação acima Gustavo Barroso apontando o Governo Federal, em busca da centralização do poder, como diretamente responsável pelo avançar do banditismo na região ao armar jagunços para, em conluio com potentados locais, possa contar com o domínio político da área. O que segundo sua percepção levava ao “desprestigio das autoridades, já tão rebaixadas pela politicagem” (BARROSO, 1931, p. 74), em que “Juizes, prefeitos, delegados são, na maioria, meros joguetes dos mandões de aldeia. Segundo as alternativas dos partidos e o resultado dos conchavos, são demitidos, renomeados e transferidos” (BARROSO, 1931, p. 74). Dessa forma, Barroso, a partir da retórica burguesa-moralista de anticorrupção, começa a tecer críticas concernentes não mais somente a política em seu aspecto nacional, mas sim em dimensão local, colocando os “senhores da terra” (BARROSO, 1931, p. 76) como fomentadores do banditismo da região.

Mas, segundo Gustavo Barroso, quem seriam esses “mandões de aldeia”, “senhores da terra” que por “politicagem” rebaixam as autoridades institucionais e transformam o sertão de lugar refúgio das tradições em zonas de terror e do banditismo?

Fazendo de sua literatura uma arma política das disputas internas pelo poder no Ceará, Barroso traz o caso do que ele afirma que foi denominado pelos seus signatários, como “fê política”, qual seja:

A 4 de outubro de 1911, reuniram-se na Camara Municipal da então villa do Juazeiro os chefes politicos de dezessete municipios do Cariry, entre os quaes havia **padres e doutores**. Fizeram lavrar uma acta da reunião na qual apoiavam os sentimentos de tristeza do presidente do Estado pelas discordias reinantes naquella região. (BARROSO, 1931, p. 78, grifo nosso).

Na citação acima o grifo nosso marca a nota de rodapé número 68 do livro *Heróes e Bandidos*, em que o autor descreve quem seriam esses “padres e doutores”: “Padres Cicero Romão Baptista e Augusto Barbosa: o doutor Arnulfo Lins” (BARROSO, 1931, p. 78), este que era juiz de direito da comarca de Barbalha no Ceará. O Juazeiro, à época, tinha recentemente se emancipado do Crato, e conhecia sob a liderança do padre Cicero Romão, grande desenvolvimento econômico, sobretudo por causa da produção de algodão e maniçoba, voltados para o mercado internacional, o que atraía pessoas das mais diversas classes sociais fugindo da fome, da miséria, da violência, em busca de trabalho e dos concelhos do “padrin” que, gozando de grande prestígio, havia articulado a autonomia política do Juazeiro, acirrando a disputa entre os coronéis da região.

Essa disputa entre os coronéis enfraquecia ainda mais o presidente do Estado, Nogueira Accioly, rival político do clã Barroso. Dessa forma a denominada “fé política” foi o que na historiografia ficou consagrado como o “Pacto dos Coronéis”, um acordo entre os coronéis do Vale do Cariri, região que abrangia dezessete municípios, entre eles: Missão Velha, Barbalha, Milagres e o Crato, em torno do objetivo de firmarem um pacto de harmonia entre os coronéis da região e de apoio incondicional à oligarquia Accioly que, dominando a política local desde fins do século XIX, já demonstrava sinais de decadência.

A súmula desse pacto, Gustavo Barroso faz questão de trazer em seu livro *Heróes e Bandidos*, mas que podemos resumir, em: a) a resolução dos integrantes de não apoiar deposições na região; b) o desejo de fortalecer os laços pessoais e políticos entre os coronéis do Vale do Cariri; e c) manter a lealdade incondicional a Antônio Nogueira Accioly. Sobre os participantes desse pacto, ele assevera: “Confessavam-se tacitamente co-autores da anarchia, porque se propunham estabelecer a amizade e apaziguar os odios. Se nas suas mãos estava fazer cessar as lutas com um simples acordo, é que elles lhes davam origem.” (BARROSO, 1931, p. 79). Assumindo um teor explícito de crítica à política local nessa primeira parte do referido livro, dedicado as causas do banditismo na região, Barroso imputa justamente a Padre Cícero e seus aliados políticos (coronéis ligados a oligarquia de Accioly que governara o Ceará entre 1896 a 1912), a origem social da desordem e violência causada por jagunços e cangaceiros, braços armados dos coronéis de então e um dos esteios da forma deles

comandarem a região, fazendo do sertão uma zona de terror permanente, por causa dos conflitos armados resultantes dos velhos ódios e disputas entre esses potentados locais.

E é justamente na figura de Padre Cícero que Gustavo Barroso encarna outro elemento que, amalgamando problemas naturais e sociais, causaram o “atraso do sertão”: o fanatismo religioso a compor mais um quadro do que seria o sertão.

“Não há povo mais cheio de credices, mais propenso a acreditar em bruxêdos, do que o sertanêjo. Crê em todas as feitiçarias por mais ingnobéis e estupidas que sejam, misturando na sua pratica crenças africanas, indígenas e européas, estas adquiridas por hereditariedade, aquellas pelo contacto das raças. As reminiscências das bruxarias africanas e indígenas formam a base de todas as feitiçarias onde as européas aparecem apagadamente, com seu cunho religioso velado pelo fetichismo das duas raças inferiores. Um typo interessante synthetisa toda essa inclinação e toda essa ignorancia: - é o curandeiro [...] É quasi sempre um negro idoso [...] o um mestiço esquálido” (BARROSO, 1912, p. 154).

Barroso enquadra costumes e vivências religiosas do povo sertanejo como uma espécie de corruptela da tradição Católica Apostólica Romana, oriundo de um processo de mestiçagem entre europeus e as “raças inferiores” (povos originários e negros) que se deu também no nível religioso, como expressão de “mais completa mistura da crença catholica ás abusões sertanejas”(BARROSO, 1912, p. 159). Tratadas como credices e ignorância, a negação dos aspectos da cosmovisão dos povos originários e da experiência afro-diaspórica, reinventadas no Nordeste brasileiro em contato com tradições cristãs, tais como práticas de magia, o uso de amuletos, orações fortes e de corpo-fechado, rezas e benzeduras, por meio de beatos e curandeiros vistos como charlatões (BARROSO, 1912, p. 157) e vigaristas compõe, para Barroso, membro de uma elite letrada, a permanência do atraso de um Brasil que se queria afinado com a idealizada tradição europeia-católica.

A moral religiosa foi abafada pelas mais absurdas credices e abusões que corromperam o culto, pela **ignorancia** que conduz os espiritos a todos os fanatismos e fa-les descambar para os mais grosseiros fetichismos ou deixa-os a meio caminho dessa decadencia, no periodo da crença em fantasmas e genios. [...] No Cariry, houve padres que benzeram os cacetes dos capangas antes das brigas. O padre Macario, vigario de Santa Maria, na Parahyba, era chefe de cangaceiros. [...] Muito bandoleiro mergulha o punhal na agua benta das pias. Os "romeiros" trazem nos chapéus pencas de medalhas entre as quaes uma que tem, no verso, a imagem de Nossa Senhora, no reverso, a figura do Padre Cícero (BARROSO, 1931, p. 87-88, grifo nosso).

Temos na citação acima, Gustavo Barroso remetendo a cosmovisão que expressa as relações do povo sertanejo – muitos destes, pessoas marginalizadas, que viam no clérigo um intercessor dos santos e operador de milagres – com o sagrado ao campo da ignorância e do

fanatismo. Comportamento típico de uma elite letrada que negou, e ainda nega, às populações locais sua cultura, sua sociabilidade, suas expressões religiosas e sua humanidade.

Terra de Sol, de jagunços e cangaceiros liderados e abençoados por coronéis e beatos, que tinha sua maior expressão na figura do “Padim Ciço”, “co-autor da anarquia”, um dos que lhes “davam origens”, que utilizava a crença religiosa para conseguir adesão popular e junto aos coronéis do interior interferir na vida política do sertão, levando caos e revolta a um povo que, como Barroso descrevera, antes era passivo e pacífico. Nesse sentido, Gustavo Barroso está denunciando a participação direta do Padre Cícero e de seus aliados políticos, a partir do “pacto dos coronéis” nos desdobramentos político-sociais que levaram ao episódio conhecido como “A sedição do Juazeiro”.

Além disso, seu livro faz a defesa da diretriz hierarquizada e centralizadora da Santa Sé que, seguindo a política de “Romanização”, buscou uma padronização doutrinária da fé Católica Apostólica Romana, a partir da definição e fiscalização do conteúdo e dos ensinamentos de sua crença, bem como da definição de quem poderia ensinar sobre a fé católica. O que andava em desacordo com as práticas religiosas promovidas por Padre Cícero, visto por muitos dos seus seguidores como santo milagreiro (RAMOS, 1998, p. 125), e que acabara suspenso de exercer seu ministério sacerdotal pela Igreja no começo do século XX⁸³. Dessa forma, entendemos o livro *Heróis e Bandidos*, como um movimento narrativo de alcance amplo, pois faz o: esforço de interpretação da sociedade sertaneja, o que acaba por ajudar a fabricar uma imagem dessa mesma espacialidade; uso político da defesa da ortodoxia católica; e um ataque ao domínio oligárquico do seu grupo rival – os Acciolys.

Nesse sentido ele traz a fala do seu primo, coronel Benjamin Liberato Barroso, em 1915, na Assembleia Legislativa do Ceará, enquanto presidente do Estado a tratar do tema do banditismo:

“Actualmente, homens de responsabilidade e familias importantes, fazendeiros, lavradores, creadores e doutores, por qualquer rixa com outras familias ou visinhos, organizam cangaço, grupo de individuos ferozes, mantendo-os armados, afim de intimidar ou exterminar os contendores, na primeira ocasião (BARROSO, 1931, p. 78).

⁸³ Segundo os fiéis, o milagre se dera durante uma missa, na “Semana Santa”. A hóstia consagrada por padre Cícero teria se consubstancializado em sangue na boca da costureira e beata Maria de Araújo. Fato que se repetira outras 104 vezes. Após investigação, dois exames foram favoráveis ao milagre. No entanto, um terceiro parecer deu negativo, e os especialistas da Igreja Católica não reconheceram o fato. Então acusado, entre outras coisas, de forjar um milagre, padre Cícero teve suspensas suas funções eclesiais. Somente mais de um século depois, no ano de 2015, foi que o Vaticano perdoou as punições impostas ao padre Cícero Romão Batista.

O referido livro ainda traz um caso ocorrido em 1914, quando “jagunços do Joazeiro” (liderados por Padre Cícero), “com o fim de entrar num motim qualquer”, assassinaram “o Sr. Pedro Arthur de Vasconcellos, guarda-livros, homem pacífico e doente”. Fato interessante é a nota de rodapé que ele traz sobre esse caso, afirmando que à época desse crime, ele ocupava o cargo de secretário do Interior do Ceará, sendo o primeiro que teve notícia do assassinato e que o governo, do seu primo, “fez o que estava nas suas mãos afim de punir os homicidas, os quaes se acham presos em virtude de condenação” (BARROSO, 1931, p. 142).

Realmente, nesse ano ele havia voltado ao berço de sua oligarquia para assumir esse cargo na administração do seu primo, mas sua volta ao Ceará não ficara só nisso. Segundo Aline Montenegro, ele assumiu o cargo de Secretário do Interior e Justiça do Ceará em 1 de julho de 1914 (o que durou pouco, pois em 29 de outubro do mesmo ano, pediu demissão para concorrer ao cargo de deputado federal), mas assumiu também a direção do *Diário do Estado*, jornal situacionista do clã Barroso que se destacava por imprimir críticas ao governo anterior, os Accioly, “de modo a sublinhar os aspectos positivos da administração Liberato-barosseana” (MAGALHÃES, A. M., 2009, p. 62).

Temos aqui Gustavo Barroso, empenhado em não só denunciar as forças políticas-religiosas que transformaram o sertão em uma zona de terror, mas colocando, a partir da fala do seu primo e de sua ação político-intelectual, a família Barroso como contraponto ao banditismo, ao fanatismo, a revolta e ao atraso. O clã Barroso despontaria assim, como vanguarda de um Ceará moderno de fundo conservador.

Sertão, espaço da “anormalidade quase normal” (BARROSO, 1931, pp. 14-15), do primitivo e da barbárie, da seca, da fome e da miséria, produto e produtor de discursos e demais recursos que visavam a dominação política regional e, sobretudo, a reabilitação no cenário nacional de uma elite desejosa de manter seus privilégios. Sertão decadente, fabricado para permanecer no tempo e no espaço, útil para a obtenção de verbas que diziam destinadas ao combate às secas, ao messianismo e ao cangaço, mas que acabaram, em muito, servindo aos interesses privados dessas mesmas elites. Produto imagético-discursivo que nas primeiras décadas do século XX foi amalgamando interesses oligárquicos diferentes em torno de uma mesma imagem que passa a transitar do localismo provincial para a imagem unificada em torno da região Norte e Nordeste usados ainda como sinônimos.

Sertão do atraso, instrumento das elites nortistas que fora construído para ser lido e visto em jornais e livros, dito em discursos inflamados no legislativo nacional e em palestras comoventes realizadas por organizações beneficentes. Operação que silencia a multiplicidade de sertões e seus respectivos universos culturais e sociais, em prol de uma imagem

uniformizada, para sempre atrair mais e contínuos recursos com a promessa do combate à seca.

Sertão para se dizer, ver, falar, sentir, mas não para ser vivido no seio de uma sociedade que se pretendia moderna, superior, pois civilizada e ordenada, de acordo com o padrão idealizado de progresso europeu e que, por isso mesmo, deveria ser mantido longe das grandes cidades, mas próxima aos corações e mentes, por intermédio de discursos e práticas imagético-discursivas as mais diversas e das quais Gustavo Barroso fora um dos grandes pensadores.

Sertão, espacialização das relações de poder e saber que construíram, assim, mundos separados.

3.3 Os condenados da cerca

“Através da cerca de arame, apareciam-lhe os ranchos disseminados ao acaso. Até a miséria tem fantasia e criara ali os gêneros de habitação mais bizarros.”
Rachel de Queiroz em O Quinze

A epígrafe que abre este tópico é tirada do romance *O Quinze*, da escritora Rachel de Queiroz. Neste livro a autora retrata a vida dos retirantes do Ceará, durante a grande seca de 1915, até seus desdobramentos na capital cearense. Imbuída de um forte teor social sua narrativa dá um enfoque especial à experiência de concentração de pessoas que, fugindo da fome que grassava no interior, foram parar no Campo de Concentração do Alagadiço, localizado na zona oeste da cidade de Fortaleza. O projeto de construção do referido Campo, que no discurso das elites cearenses visava dar-lhes mínimas condições de sobrevivência, foi levado a cabo pelo Presidente do Estado, Benjamin Liberato Barroso, em 1915.

Nesse sentido, o objetivo desse tópico é problematizar a existência do arranjo espacial que possibilitou a construção do Campo de Concentração do Alagadiço, enquanto um paradigma espacial projetado e conduzido metodicamente para lidar com corpos humanos considerados indesejáveis, ilegais, excessivos e supérfluos. As perguntas que nos movem nessa empreitada são: A quem e com quais fins interessava o controle e o ordenamento político dos corpos e dos espaços? Quais relações de poder-saber viabilizaram esse arranjo espacial? Qual a participação de Gustavo Barroso na elaboração desse arranjo espacial concentracionário?

Visando responder a tais questionamentos, partiremos principalmente das análises de Michel Foucault e de Giorgio Agamben, que nos fornecem insumos para entendermos as relações de poder-saber que instituem arranjos espaciais de exceção do tipo Campo de Concentração, enquanto paradigma de governo do Estado moderno utilizado para isolar todos aqueles considerados indesejados para ordem e o progresso almejados por uma elite urbano-burguesa conservadora e autoritária. A interlocução com o pensamento de Frantz Fanon e Achille Mbembe também nos acompanha nesse percurso de problematização sobre um projeto de mundo dividido, compartimentado, para fins de exploração, exclusão e erradicação.

3.3.1 Fortaleza, ordem e progresso, para quem?

Abrimos esse tópico com uma citação de *O Quinze*, referente à chegada e concentração de levas de migrantes desvalidos na cidade de Fortaleza durante o evento que ficou conhecido como “A Seca de 1915”. Porém, essa não fora a primeira, nem a última, vez em que pessoas, quando esgotados seus recursos próprios, ou distribuídos pela caridade, pelo governo ou pelos laços de compadrio, cruzaram o interior do Ceará em direção à capital para fugir da fome e da miséria, por isso achamos necessário recuar nosso recorte para falarmos um pouco sobre o ordenamento político dos corpos e dos espaços anterior “a seca do 15”.

Rodolfo Teófilo em seu livro *História da Secca do Ceará (1877-1880)*, relata que durante a estiagem de 1845, uma multidão tomara as ruas de Fortaleza, sem que o governo da província adotasse qualquer política que dirimisse tal situação. Segundo Teófilo, “fizeram-se preces, o governo remetteu esmolas, e ficou n’isso” (THEÓPHILO, 1922, p. 71), o que denota a falta de interesse político em lidar com a situação.

Quadro que começou a se modificar a partir da seca de 1877, quando, em julho desse mesmo ano, se constroem os “abarracamentos” que foram alojamentos feitos para “abrigar” a população “retirante”. Mas o que explica tal inflexão na forma de tratar os corpos e os espaços em períodos de grandes secas?

Muito em decorrência da valorização do algodão no mercado mundial, sobretudo com a Inglaterra e a França, a Fortaleza de meados do século XIX aspirava o progresso e a modernidade, seguindo o padrão de aformoseamento urbano ao estilo da *Belle Époque* europeia. Entretanto, outros fatores também contribuíram para o impulso modernizador da capital cearense, tais como: o favorecimento político-administrativo do Império e a chegada de comerciantes europeus que abasteceram o mercado local com seus produtos (GARCIA,

2006, p. 29). E foi justamente buscando se ajustar aos padrões comerciais de produção e consumo que as transformações na urbe foram realizadas principalmente, a partir do último quartel do século XIX.

Tal modernização restrita ao perímetro central da cidade deveria ser acompanhada também de um ordenamento social em que os hábitos da população citadina também “respirasse” modernidade e “civilização”, nesse sentido podemos citar a elaboração dos Códigos de Posturas: dispositivos legais que buscavam regulamentar a realidade cotidiana da cidade, desde a limpeza urbana e a conservação de vias e calçadas, passando pelas edificações, abastecimento de água, comércio, indústria, aferições de medidas, disposição, higiene e saúde pública, até as práticas morais da população. Códigos esses que expressam um caráter normativo e punitivo, que, embora nem sempre tenham alcançado o êxito de suas proposições, já demonstram desejos e intensões arquitetadas pela Administração Pública.

Em 1877, o pequeno mundo burguês-urbano da capital do Ceará que se pretendia moderna e civilizada, cidade do futuro, sólida, de concreto e ferro, de ruas traçadas em xadrez e avenidas largas, cidade limpa e higiênica, em que carne e pedra concretizariam verdadeiras fortalezas do progresso e da civilização, cidade branca, planejada pelas elites locais e somente para elas desfrutarem desses espaços se vê invadida pelo seu *Outro*: a cidade sertaneja, cidade do atraso, dos mestiços de negro e índio, enfim, do sertanejo, não apenas rústico e selvagem, mas bárbaro e faminto.

Fome. Aqueles a quem primeiro lhes foram negados a terra têm fome de tudo, mas a fome de nutrientes se faz presente em seus olhares tristes, em seu quase rastejar, nos seus corpos devastados pela longa procissão a cruzar o interior da província, devastados também pelas doenças (entre elas podemos elencar as epidemias de tifo, escarlatina, escorbuto, beribéri, mas principalmente a da varíola) que têm como causa principal a mesma fome que enfraquece seus corpos e mentes. Fome muitas vezes saciada com alimentos estragados e tóxicos que acabavam levando a mais mortes.

Uma multidão de pessoas, trazendo os horrores da fome, da sede e da epidemia não só em seus corpos esqueléticos, mas também em sua subjetividade calcinada, invadiam a fortaleza da modernidade cearense. Miséria advinda não só da seca, mas principalmente das prisões da cerca, da política latifundiária, com suas gigantescas propriedades improdutivas e seu desenvolvimento que desenvolve a desigualdade e os condena a uma vida miserável de exploração e de sacrifícios mesmo em “tempos bons”, de chuva, mas que se vê chegar ao limite, quando fatores climáticos e fatores sociais se amalgamam, crestando suas últimas esperanças relegadas aos antigos laços de compadrio, vendo-se assim, forçados ao êxodo rural

massivo, em busca de caridade ou do trabalho semiescravo, em troca daquilo que eles mesmo produziam – comida.

Fome, miséria e perigo. Foi a partir disso que todo um campo do saber foi mobilizado para, a partir da seca de 1877, definir os corpos de pessoas das classes empobrecidas que buscaram a capital em busca de socorro. Como procuraremos problematizar mais profundamente no próximo capítulo, esses corpos/classes foram vistos e compreendidos pelas elites cearenses, enquanto perigosos por trazerem crime e doença, por serem rústicos, bárbaros, portadores da peste, a partir de toda uma gama de significados e sentidos construídos imagético-discursivamente.

A elite fortalezense que projetara sua própria imagem em sua cidade se via agora às voltas com uma multidão de homens, mulheres e crianças a vagarem pelas ruas, procurando emprego, esmolando, prostituindo-se, roubando para sobreviver. A cidade que então tinha por volta de 25 mil moradores, foi tomada entre 1877-1879 por mais de 100 mil retirantes (NEVES, 1995, p. 102), em cenas de “assassinatos, suicídios, saques, loucura, antropofagia!” (NEVES, 1995, p. 94), “uma das desordens urbanas e sociais mais graves que Fortaleza já experimentou” (NEVES, 2005, p. 114 apud MONTEBELLO; SILVA, 2018, p. 64), transformando o espaço que se pretendia do moderno e do belo, em espaço do medo e da repugnância que lhes causavam aquela horda de enfermos e desnutridos, tornados assim pela mesma negação radical que a política de cercas lhes infringiam.

O mundo que eles mesmos haviam cindido, a partir da lógica maniqueísta do Moderno X Atrasado, Civilização X Barbárie, Eu X Outro, apresentava-se em toda sua crueza e miséria em meio aos seus espaços públicos, ruas e calçadas, agora invadidos por essas figuras que passaram, a partir de toda uma ordem de saberes, a ganhar outro significado também naturalizado: retirantes.

Aos camponeses que fugiam da miséria do mundo, cercado por arames no sertão, apenas para encontrar mais miséria, exploração e desprezo no mundo cercado por concreto nas cidades, fora impingida essa máscara de retirantes e perigosos⁸⁴. Como nos diz Achille

⁸⁴ A prática de segregar corpos indesejados do centro da cidade já vinha sendo colocada em uso em várias cidades brasileiras a partir do discurso urbano-higienista de modernização ao estilo europeu. Conforme o historiador Sidney Chalhoub, em seu livro *Cidade Febril*, essa prática ganhava força na capital do país desde pelo menos a década de 1870, a partir da lógica governamental da “administração competente” e da “gestão técnica” da coisa pública, o que permitiu aos governos “ocultar, ao menos dissimular, desde então, o sentido classista de suas decisões políticas”, que visava erradicar radicalmente do centro da cidade as habitações coletivas por eles consideradas lócus de moradia das classes perigosas. Ainda segundo Chalhoub, a expressão classes perigosas e classes pobres denotando o mesmo significado, teria surgido na Europa no começo do século XIX, e norteou desde meados desse mesmo século as discussões no parlamento brasileiro sobre o que fazer com o fim da escravidão. Tal premissa considerava, e ainda considera, que a pobreza seria suficiente para produzir malfetores e que por suas habitações – denominadas cortiços – no centro da cidade terem sido um cenário

Mbembe ao tratar de como o racismo é um projeto desumanizador que no lugar da humanidade negada engendra o seu duplo, um simulacro, que produz uma “infravida” ao lhe vestir uma máscara:

No lugar deste rosto, faz-se renascer das profundezas da imaginação um rosto de fantasia, um simulacro de rosto, até uma silhueta que, assim, substitui um corpo e um rosto de homem. Aliás, o racismo consiste, antes de tudo, em converter em algo diferente, uma realidade diferente (MBEMBE, 2014, p. 66).

Esses retirantes eram vistos como pessoas mal afamadas também por causa de seus costumes, hábitos e pela única forma que encontraram de habitar o espaço urbano, devido ao descaso das autoridades públicas: sob o abrigo das árvores nas praças e ruas, expostos em sua miséria, dormindo em “choupanas, rêdes suspensas aos galhos dos cajueiros, cúpulas improvisadas com entrançamentos das ramagens dos muitos arbustos” (PATROCÍNIO, 1970, p. 122 apud GARCIA, 2006, p. 70). Aglomerados sob as sombras das árvores, nas ruas e nas praças viam, à luz dos transeuntes burgueses, um cenário de sofrimento, penúria e falta total de privacidade. Nesse mundo compartimentado, planejado pelo discurso da ordem e do progresso, tal qual nos lembra Frantz Fanon ao falar sobre o mundo colonial, as elites da capital fizeram dos retirantes uma espécie de quintessência do mal, não apenas sem valores civilizados, higiênicos, mas refratários a eles (FANON, 1968, p. 30).

Mundo sertanejo que agora se chocava numa escala sem precedentes com os sonhos modernizadores da capital e num momento de esgarçamento da ordem político-econômica-social da sociedade agrária. Passa-se então a uma nova forma de se lidar com esses corpos indesejados nascidos do flagelo da cerca, dessa forma toda uma tecnologia de poder-saber é mobilizada para dar ordem a um mundo visto enquanto desordenado: era preciso afastá-los, apartá-los do centro da cidade, ordená-los, discipliná-los e, se possível, lucrar com eles.

Nesse momento vários foram os nomes que, em períodos curtos, ocuparam o Governo da Província: Caetano Estellita (1877), João José Ferreira D’Aguiar (1877-1878), Dr. José Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1878), Dr. Antônio Pinto Nogueira (1878) e José Julio de Albuquerque, o Barão de Sobral (1878-1880). Contudo, todos eles em consonância com as elites locais (políticos, burgueses, letrados, inclusive médicos e

importante da luta da população negra contra a escravidão, estariam assim associadas à uma memória de revolta, insubordinação, acolhimento, solidariedade, entre trabalhadoras e trabalhadores forros ou fugidos, espécie mesmo de quilombo urbano, que precisava ser apagada. Para esses mesmos setores da sociedade, além de carregar “o vírus do crime” a pobreza também seria vetor de doenças, sobretudo a febre amarela. De tal feita, para as elites ditas civilizadas e modernas, expulsar das cidades as classes pobres/perigosas era uma tarefa urgente e levada a cabo por uma política de higiene social que acertaria o tempo/espaço do Brasil com as sociedades ditas evoluídas. (CHALHOUB, 1996, p. 8-35).

engenheiros). Como nos lembra a historiadora Kênia Souza Rios, foram uníssonos dessa tradição percebida desde 1877, de se buscar controlar os retirantes para evitar desordens na cidade, não havendo assim divergências, entre as elites, sobre a necessidade do isolamento dos retirantes (RIOS, 2014, p. 35).

Nesse sentido, uma das medidas tomadas foi a promoção da saída desses retirantes para outras áreas do País em expansão, a partir de passagens subvencionadas pelo poder público, entre os principais destinos estavam: São Paulo para trabalhar nos cafezais; Pará, Maranhão e Amazonas, sendo estes os mais procurados, sobretudo, por causa da extração da borracha que já fazia parte da corrente de imigração dos sertanejos.

A segunda medida em uníssono de afastamento dos indesejados da cidade, foi sua alocação para os “abarracamentos”. Estes foram fundados em julho de 1877, primeiramente feitos sem organização, depois, à luz da ciência da época, apoiada na teoria dos miasmas, passaram, com o uso da repressão policial, a serem erigidos por de um controle de planejamento ao oeste da cidade, o que em tese evitaria que os ares trouxessem para a cidade as epidemias. Tal realocação previa ainda a distribuição de roupas e de alimentos, denominados socorros públicos, de forma a expulsar os retirantes que já estavam na cidade, bem como direcionar a multidão de famintos, que não cessava de chegar à capital, para esse espaço outro.

Dessa forma, a partir da seca de 1877, o poder público, regido por toda uma gama de saberes técnicos, passou a desenvolver uma geopolítica, em consonância com uma biopolítica na forma de administrar o controle populacional, baseado na seguinte fórmula: segregação espacial e disciplinarização dos corpos, como forma de evitar a presença daquelas pessoas entendidas, enquanto indesejadas e de transformar um corpo inválido em corpo válido à ordem burguesa. Em outras palavras, o governo provincial, buscando abolir a antiga prática de distribuição de esmolas, a partir de então entendidas enquanto mal costume, passou a empregar os retirantes, em troca de ração, roupa e dinheiro⁸⁵ em diversos serviços de melhoramento da cidade, bem como na construção de suas próprias moradias (os abarracamentos), as quais, atendendo às pretensões da cidade moderna, foram construídas nos arredores da cidade. O que demonstra uma prática de ordenamento espacial, a partir do

⁸⁵ Sobre o salário dado aos flagelados, Tyrone Cândido, em sua tese de doutorado, nos dá um panorama do que significava essa relação: “Eram assalariados? Parcialmente sim, contanto que tenhamos sempre em mente que uma parte considerável de seus pagamentos eram feitos através de fornecimento de comida e roupas; em dinheiro, quase não tocavam. O trabalho forçado ao qual tantos eram submetidos não permite que se diga que eram propriamente trabalhadores livres, mas tampouco eram escravos.” (CÂNDIDO, 2014, pp. 25-26).

afastamento dos corpos indesejados para áreas limítrofes, bem como o disciplinamento desses corpos, agora alvos do poder.

Corpos antes inaptos e perigosos, que mendigavam, prostituíam-se, roubavam e matavam⁸⁶, passaram a ser manipulados, treinados, docilizados, moldados em corpos que obedecem, corpo útil, ao mesmo tempo submisso e produtivo (FOUCAULT, 2008, p. 26). Tentativa de controle e de disciplinarização que não se deu de forma passiva, que encontrou resistência⁸⁷. A esse respeito, nos diz o historiador Tyrone Apollo Pontes Cândido:

As elites viam nas obras de socorro público um meio estratégico de auxílio aos retirantes porque os converteriam “de mendigos em trabalhadores”. Mas o engajamento nas obras estava longe de ser espontâneo. O trabalho intenso e o disciplinamento, a direção de engenheiros autoritários – muitos deles estrangeiros –, a falta constante de água e comida, a moradia compartilhada em abarracamentos improvisados, as doenças, tudo isso fazia os retirantes evitarem essas obras sempre que podiam. Do seu estranhamento em relação aos códigos de trabalho surgia um cotidiano marcado por conflitos (CÂNDIDO, 2014, pp. 20-21).

Vemos assim uma nova forma de gerir a população que, uma vez desprezada de políticas públicas e abandonadas pelos seus “padrinhos” em tempos tão difíceis, buscaram também nos saques, na mendicância e na prostituição uma maneira de (sobre)viver. Nesse quadro social se desenvolve uma política dos, e sobre os, corpos em que a fome e o trabalho passaram a ser utilizados como forma de controle para diminuir os impulsos rebeldes dos corpos alvos, de modo a canalizá-los para uma forma passiva e economicamente rentável em dois sentidos: primeiro, como mão de obra quase gratuita a ser empregada em melhoramentos urbanos e demais “obras de socorro”, como na estrada de ferro Baturité. Segundo, como forma de atrair recursos do governo federal destinado ao combate da seca. Ou seja, o que representava seca e miséria para alguns, para outros passou a significar um bom inverno e fartura.

Estamos falando assim, à luz do pensamento de Michel Foucault, de uma forma de poder positiva, no sentido de que não é só repressiva, mas que também amparada na observação e no acúmulo de saberes, constrói um modelo de controle e de ordenamento político dos corpos e dos espaços e que tem no Ceará seu ponto de inflexão, a partir da seca de 1877, não se tratando apenas de expulsar os corpos indesejados, mas de normatizá-los, de

⁸⁶ Não por “reação instintiva” ou impensada para matar a fome. Ações que traziam consigo um conteúdo político alimentado por valores ligados à tradição do apadrinhamento. (RAMOS, 1998, p. 47).

⁸⁷ Sobre essas formas de resistência que fogem ao escopo de nossa tese, ver o trabalho que consideramos seminal do historiador Tyrone Cândido, que aborda as diversas maneiras pelas quais os proletários das secas (1877-1919) burlaram o controle operário, desviando as regras pretendidas pelas autoridades, transformando tal projeto disciplinador também em um aprendizado de formas de resistência, incorporando inclusive outras tradições rebeldes. Ver: (CÂNDIDO, 2014).

redefini-los, inclusive espacialmente definindo presenças controladas, fixando-os em determinados lugares para facilitar seu controle e higienização. Medicina dos corpos e dos espaços, medida profilática para conter as aglomerações populacionais no centro da cidade já que a varíola se expandira de tal modo que em 1878, das 57.780 pessoas que morreram em Fortaleza, 24.884 delas fora por varíola (MONTEBELLO; SILVA, 2018, p. 72).

Isolamento e disciplinarização, técnicas e procedimentos de medicalização, micromecânica dos espaços e dos corpos, microfísica do poder aspectos sob os quais a burguesia fortalezense se voltou, não tanto por atenção aos retirantes, mas pelo poder que incide sobre eles, e do qual tiraram um lucro político e uma utilidade econômica. Racismo de Estado voltado contra sua própria sociedade, mais especificamente contra aqueles entendidos enquanto os párias da modernidade, a sub-raça de bárbaros: os sertanejos. Nova tecnologia “do fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287), expressa na seguinte fala do Barão de Studart:

Poder-se-á julgar ao certo o que era o Ceará de 1878 sob o ponto de vista da hygiene, das molestias e da mortalidade? Impossivel. Onde a hygiene com a pavorosa aglomeração dos que a desgraça feria? Onde a hygiene, si 300000 emigrados se agrupavam nas cidades e villas do litoral, apinhados sob as árvores, em choças miserrimas ou em immundos abarracamentos? Que resistencia poderiam oferecer ás enfermidades organismos extenuados pela fome e sede, e por todas as dores moraes? Febres de diferentes typos, beriberi, a anasarca ceifavam os pobres retirantes; os abarracamentos se convertiam aos poucos em hospitaes; Fortaleza, o derradeiro marco na via dolorosa, era como uma necropole, porquanto ja não havia ricos e sim irmãos e socios de infortunio, vinha afinal extender seu manto de horror a variola, a inesquecivel epidemia de varíola. (STUDART, 1997, p. 41 apud MONTEBELLO; SILVA, 2018, p. 72).

De construções que num primeiro momento eram feitas sem muita preocupação à sua posterior fixação, atendendo aos rigores de uma medicina urbana higienista que fixou os abarracamentos nas áreas a sotavento (para onde vai o vento, no sentido terra/mar), ou seja, nas zonas limítrofes do centro da cidade, o que podemos notar é uma política não de preocupação com os retirantes, mas sim com as técnicas de controle sobre eles e atinentes a fazer viver o corpo dócil, lucrativo político-economicamente, ou simplesmente deixá-los morrer sem assistência, pois com a saúde cada vez mais debilitada pela fome, pela extenuante jornada de trabalho e aglomerados em condições insalubres, tornaram-se ainda mais vulneráveis às doenças, como a varíola, nas verdadeiras necrópoles que se tornaram essas instalações.

Política do deixar morrer, pelos surtos epidêmicos, muitos desses retirantes aglomerados precariamente nos “abarracamentos”. Doenças que não respeitaram as barreiras

sociais criadas pelas elites cearenses, chegando a vitimar mesmo a própria primeira-dama da província, a esposa de José Júlio de Albuquerque Barros, o “Barão de Sobral”, Marieta Raja Gabaglia e que, em apenas um dia, vitimou 1008 pessoas. A respeito desse dia que ficou conhecido como “o dia dos mil mortos”, Durval Muniz assim o descreve:

Com o esgotamento da capacidade de enterramento do cemitério da cidade, abriu-se uma grande vala comum na região praiana de Jacareacanga. Cerca de sessenta presidiários e coveiros foram mobilizados para fazer o enterramento dos corpos que, por falta de caixões, eram transportados em redes e, com a falta delas, amarrados em pedaços de madeira. Muitos corpos, dado o estado de decomposição, iam deixando pedaços pelo caminho.

Os coveiros trabalharam durante todo dia, devidamente protegidos pela ingestão de cachaça (a cloroquina da época, já que ela evitaria a contaminação), já entrada a noite, mais de duzentos cadáveres ainda se encontravam insepultos. Ao chegarem no dia seguinte, para continuarem o serviço, viram urubus e cachorros disputando o repasto dos mortos. Essa vala comum foi descoberta em janeiro de 1994 por profissionais da companhia de esgoto do Estado. (ALBUQUERQUE JR., 2021, n.p).

Abarracamentos que, durando formalmente até 1879, acabaram por expandir a área perimetral da cidade, possibilitando o desenvolvimento de alguns bairros⁸⁸ vistos ainda hoje enquanto “espaço outro”, pois periférico, da cidade. Mecânica de controle dos corpos e dos espaços que não ficou restrita à essa experiência, mas que adquiriu novas formas a partir de outras relações de poder-saber.

3.3.2 Campo de concentração do Alagadiço: a exceção que é a regra

No início de 1915 uma nova estiagem se anunciava no horizonte do credo sertanejo que buscava na interpretação de fenômenos da natureza os sinais da esperada chuva... que não veio. Mais uma vez a estiagem associada à falta de políticas públicas direcionadas àquelas pessoas que viviam das pequenas lavouras de subsistência e castigados também pelo latifúndio excludente e perpetuador de relações sociais e econômicas de submissão e dependência, assim como de destruição da própria natureza, passava a calcinar as esperanças dessa população sobreviver em seus territórios de origem. A retirada em busca da sobrevivência se apresentava mais uma vez como oportunidade para os filhos da cerca que novamente voltavam a cruzar, famélicos, o interior do Ceará rumo à capital Fortaleza, ou aos outros destinos promissores que já faziam parte do itinerário dessa população (os cafezais no Sudeste ou as áreas de extração da borracha na região amazônica).

⁸⁸ Entre esses bairros podemos citar: Aldeota, Parangaba, Jacareacanga, Mucuripe. (GARCIA, 2006, p. 17).

Mudança significativa desse período foi a preocupação das elites cearenses com o despovoamento do Estado. Se antes a distribuição de passagens como forma de aliviar a pressão dos retirantes nas cidades fazia parte das medidas governamentais, em 1915, sem contar com a escravidão formal como mão de obra. Tal prática passou a ser entendida enquanto duplo prejuízo econômico: o primeiro, diz respeito à necessidade de se manter uma mão de obra extremamente barata a ser utilizada em “tempos bons” nas práticas agrícolas, e nas obras de socorros públicos e aformoseamento da capital, quando das estiagens⁸⁹. Segundo, é que a manutenção da imagem da seca, do flagelo, da dor e da miséria dessas pessoas fazia parte do *discurso da seca* utilizado como arma para atrair recursos federais e doações, como buscamos mostrar, principalmente, através da atuação do deputado e intelectual Gustavo Barroso que se voltou para o estudo e hierarquização do que seria tal “raça” e suas “subdivisões”, originadas, segundo seu raciocínio, do cruzamento racial entre brancos-europeus, negros-africanos e “índios”. Por exemplo, em artigo publicado na revista *Fon-Fon*, em 1916, ele escrevera que:

Não resta a menor dúvida que o Norte é mais rico de tradições que o Sul. Os seus habitantes são os mais conservadores. Quasi não têm mistura de sangue estrangeiro. Mas têm os typos de mestiçagem inteiramente nacionaes. [...] No Norte, muito especialmente no Nordeste, existem em grande quantidade, dominando, o sangue portuguez e o indígena. O negro é até raro na maioria dos Estados compreendidos entre Alagôas e Piauhy [...]. (FON-FON, 6 mai 1916).

Questão interessante, temos na citação acima Gustavo Barroso separando o Norte do Nordeste. Podemos inferir, segundo o autor, que as semelhanças entre essas áreas do País é que ambas são depositárias do tempo vazio e homogêneo da tradição e do conservadorismo e, por isso, são mais ricas que o Sul moderno e cosmopolita. Já as diferenças entre essas duas espacialidades, que pela primeira vez vemos distintas em seu discurso, esta, especialmente no “Nordeste”, compreendida entre os estados de Alagoas e do Piauí, seria o lugar de uma mestiçagem descrita como nacional, pois fruto da união entre os elementos portugueses e indígenas e de uma minoria de negros, articulando assim, a ideia de uma mestiçagem sem conflitos, quase que natural, além de apagar a presença negra nessa região ao relegá-la ao lugar da exceção, da raridade, em sua formação.

⁸⁹ Não que tal prática tenha sido extinta, ela foi sim redimensionada, e o próprio Gustavo Barroso atuou no sentido de conseguir com que os “flagelados” fossem encaminhados para outras regiões do País, como o *A Gazeta de Notícias*, em publicação de 9 de agosto de 1915, mostrara. Segundo a matéria, Gustavo Barroso “Condoído e penalizado pela sorte de seus patricios” conseguiu em acordo com o deputado federal por São Paulo, Rodrigues Alves, que conversara com Paulo de Moraes Barros, diretor de agricultura “do grande e rico Estado” “a acolhida necessária que os emigrantes cearenses necessitam neste momento angustioso de secca, sede, fome e miseria”. (BARROSO, 1915b)

Como vimos anteriormente, essa mestiçagem, principalmente entre negros e indígenas, segundo seu pensamento, somada a fatores ambientais e sociais teria produzido também corpos indesejáveis – os cangaceiros –, bem como uma espacialidade indesejável, pois território da revolta⁹⁰. E era justamente essa espacialidade da revolta, que se chocava de forma mais acentuada com a espacialidade do ordenamento burguês em períodos de seca. Outro ponto importante desse artigo da *Fon-Fon*, que foi sagazmente observado pela historiadora Aline Montenegro, concerne ao fato de que Barroso faz uso de um periódico que se destacava por estar antenado com os “valores da modernidade para cultivar o passado, reivindicar respeito às tradições e divulgar suas posturas conservadoras”, o que segundo a conclusão da referida autora não seria um paradoxo em si mesmo, mas apenas uma forma dele mostrar que “a tradição pode ser ponto de partida para o novo, para uma nova ordem” (MAGALHÃES, A. M., 2009, pp. 116-117), temos assim um antimoderno na linha da modernidade.

Outra mudança significativa advinda no Ceará com a inflexão política na forma de tratar corpos e espaços, produto de mais uma estiagem foi que em 1915, o cenário de procissão dos retirantes pelo interior do Estado sofrera alterações: as longas e muitas das vezes mortais caminhadas cruzando o interior do estado rumo à capital, característica marcante e enraizada nas memórias sobre a seca de 1877-1879, foram em grande parte substituídas pela corrida em direção às estações da malha ferroviária que compunham a Estrada de Ferro de Baturité, iniciada em 1870, construída a partir de então por esses próprios sertanejos, e que em 1915 se estendia até o Sertão Central do Estado no município de Iguatu. Essa busca pelos caminhos por onde os trens cruzavam o sertão, como válvula de escape da seca, passou a configurar, segundo a historiadora Kênia Rios (2014, p. 20-22) “uma geografia da migração”. As estações de trem passaram assim a ser antessalas do que esses emigrados encontrariam na Capital.

⁹⁰ Ressaltamos que esse tema será mais aprofundado no próximo capítulo, mas que lançar luz sobre a atribuição de sentidos e significados a determinados corpos construídos como (in)desejáveis, faz-se útil neste momento para não perdemos de vista que desde fins do século XIX, uma série de discursos vieram a dar legitimidade, pois entendidos enquanto científicos, e a aprofundar tecnologias de poder que, cada vez mais voltadas sobre carnes e pedras, erigiram mundos compartimentados, racionalizados, a partir de um discurso que se apresentava enquanto técnico, por isso mesmo neutro, e que mal camuflava o sentido de classe de sua decisão política, que teve em Gustavo Barroso um dos seus principais articuladores.

Figura 7 - "Famintos aglomerados na estação de Iguatú".



Fonte: (ALBANO, 1918, p. 27).

A figura 7 retrata pessoas aglomeradas na estação de trem em Iguatu no ano de 1915. Provavelmente chegaram cambaleando a esse destino depois de cruzarem léguas por estradas de miséria, pedras, sol e fome. São corpos esqueléticos, crianças, mulheres, homens em farrapos, pele e ossos, em condições precárias, insistentes (ou seriam penitentes?) em sobreviver nos sertões da cerca e da seca. Esperavam o trem que, por suas vias férreas, faziam circular o capital, “a civilização”, mas também a desolação, os famintos, “a barbárie”. Em nossa perspectiva, à luz do pensamento benjaminiano, não há contradição na viação desse progresso técnico e econômico tido como inevitável, linear. Há “apenas” a desigualdade social, essa sim a verdadeira barbárie, criada por esse mesmo sistema capitalista a pesar sobre a maioria da humanidade de forma escancarada, nua, catastrófica.

Tal foto fora utilizada pelo então deputado Ildefonso Albano no seu livro publicado em 1918, “O secular problema do Nordeste”, livro este que tem sua origem num discurso

proferido pelo referido autor na Câmara dos Deputados em 1917, no qual ele intencionava expor o que seria a realidade do flagelo da seca. Mas como bem observou Kênia Rios, essa foto, o discurso e o livro do mencionado deputado, não são livres de intensões, e sim, mais um esforço de sensibilizar seus pares e a opinião pública da necessidade de se destinarem cada vez mais verbas federais para a região. (RIOS, 2014, pp. 23-26). A referida imagem também fora utilizada em 1915 pelo periódico carioca *Selecta*, sob o título “A SECCA NO NORDÉSTE DO BRASIL”, para que, a partir de passagens do livro *Terra de Sol*, “nossos leitores tenham uma idéia do que é o flagello da secca no nordéste brasileiro”. (SELECTA, 28 jul. 1915).

Como podemos imaginar nem todos os retirantes conseguiram passagens nos trens, então seja pelas locomotivas, seja pela prática andeja, segundo o historiador Armando Pinheiro Neto, findado o marco simbólico do credo sertanejo do dia de São José enquanto anunciador de chuvas ou seca (PINHEIRO, 2014, p. 67), em 23 de março de 1915, os jornais da época já noticiavam a chegada dos primeiros retirantes à capital, número esse que passou a crescer a cada dia. Retirantes que passaram a somar-se à toda aqueles cidadãos pobres, excluídos e marginalizados do processo de aburguesamento do espaço público e que tentavam se ajustar à vida numa cidade aformoseada por eles, mas não para eles.

Dezenas, centenas, milhares de corpos indesejados, mais uma vez tomavam a capital do Ceará, trazendo em sua parca bagagem a memória e os costumes de um tempo e de um espaço que não eram aceitos nessa cidade, que também não fora feita para eles. Eram os corpos esqueléticos que traziam o atraso e o perigo do sertão, a memória dos saques – que remetiam também aos acontecimentos recentes da chamada Sedição do Juazeiro – da prostituição e da peste da varíola que varrera Fortaleza, entre 1877-1879, passando a se instalar bem no meio do passeio público, local privilegiado para o lazer das elites fortalezenses.

Figura 8 - "Passeio Público".



Fonte: (ALBUM VISTAS DO CEARÁ..., 1910 apud PINHEIRO, 2014, p. 94)

Corpos, espaço e tempo do medo a assombrar os pretensos desejos modernizantes da urbe fortalezense que se sentiam então ameaçados não pela seca, mas por aqueles que dela fugiam e ainda em meados de 1915, chegavam ao número de três mil pessoas aglomeradas em

meio ao passeio público, lugar feito para o lazer e o desfile de hábitos afrancesados, das melhores roupas, de uma moral burguesa que se pretendia limpa e civilizada, e agora se encontrava tomada pela fome, que ganhava forma e feições nesses retirantes, que vagavam maltrapilhos a esmolar, saquear, mantendo em meio às praças relações sexuais, se prostituindo (e quem explorava, usava e abusava desses corpos, se não os membros dessa mesma elite?), defecando e urinando nos arbustos. O pequeno mundo burguês das elites fortalezenses se encontrava fora de ordem, era preciso ordená-lo! Era preciso erguer uma verdadeira fortaleza.

No sentido de ordenar o mundo burguês das elites cearenses, como já apontado anteriormente, a atuação de Gustavo Barroso foi bastante significativa, pois a partir da conjugação de sua atividade legislativa e literária, tanto na elaboração da imagem do sertanejo enquanto pobre e/ou perigoso, como na elaboração discursiva do Norte/Nordeste enquanto uma terra castigada pela seca, lugar da tradição, mas também da violência, em muito serviram para consolidar esse imaginário no restante do País e, assim, captar recursos públicos, via governo federal, e donativos, via sociedade civil organizada, para a região.

O jornal *Diário de Pernambuco*, de 7 de julho de 1915, traz uma informação interessante sobre a atuação de Gustavo Barroso, como intermediário entre a escala federal e estadual em se tratando da seca de 1915, qual seja: sua excursão ao Ceará junto de uma comitiva composta por seis pessoas (pela matéria sabemos o nome de, além de Gustavo Barroso, o deputado federal pelo Ceará, Alvaro Fernandes e o médico e político ligado ao grupo de Padre Cícero, dr. Floro Bartholomeu). Segundo a matéria, a comitiva telegrafou de Iguatu, município localizado na região central do “sertão” do Ceará, para “a bancada cearense na Camara Federal e para a imprensa carioca, descrevendo a situação horrorosa que atravessa o Ceará, com a secca que assola a zona sertaneja” (DIÁRIO DE PERNANBUCO, 7 jul. 1915).

Até então compreendemos ser essa excursão como mais uma ação que visava, a partir da exploração incessante da imagem da miséria “causada pela seca”, atrair olhares e recursos para o Ceará. Fatores que consideramos relevantes nessa matéria: o primeiro que vale ser destacado, a comitiva juntava grupos políticos rivais na escala estadual (o representante do clã Barroso e um aliado do padre Cícero e do clã Accioly), por sinal foi nesse mesmo mês de julho de 1915 que, como vimos anteriormente, fora criada a comissão especial de Obras Novas Contra as Secas. Segundo ponto, se metade da matéria do *Diário de Pernambuco* se dedica a mostrar os “horrores da seca”, a outra metade destaca uma outra intenção da comitiva:

- Consta que o dr. Gustavo Barroso, deputado federal por este Estado, entrará para o corpo diplomatico, sendo substituido, na Camara, pelo sr. Thomaz Cavalcanti.
- O “Jornal do Povo” diz que o deputado Alvaro Fernandes é o candidato mais viavel a presidencia”. (DIÁRIO DE PERNANBUCO, 7 jul. 1915).

Temos assim uma espécie de “frente ampla” cearense empenhada em difundir uma determinada imagem da zona sertaneja do Ceará, enquanto paisagem crestada pelo sol e pela seca e disso conseguir afetar seus pares e a sociedade civil, com fins de se conseguir vantagens político-econômicas, bem como podemos notar o aproveitamento da presença de deputados federais e outras figuras que disputavam a política local no Estado para movimentar o tabuleiro político estadual. A esse respeito, o periódico carioca *O Malho*, na edição de 16 de outubro de 1915, publicou a seguinte charge:

Figura 9 - No acampamento do Ceara': a disciplina da miseria



Fonte: (O MALHO, 16 out. 1915).

Notemos, no canto esquerdo da figura 9, com uniformes militares diferenciados e descritos com títulos de alta patente, temos Coronel Liberato, representando a situação e o

General Thomaz Cavalcanti, candidato da oposição para as eleições estaduais. Ambos estão em frente à refeição, no cardápio temos a “boia da sucessão”. Liberato Barroso, com o controle da máquina administrativa, a colher de pau, prepara a “boia”, a sucessão, e a oferece ao recruta, seu parente, o deputado Álvaro Fernandes que se mostra de acordo com o cardápio. Lino Justo, outro possível nome para a sucessão, contesta e diz que o prato já não apresenta mais um bom cheiro para Alvaro Fernandes, como a indicar que ele também estaria no páreo. O recruta do meio da charge, e também parente do Coronel Liberato Barroso, deputado federal Gustavo Barroso, apenas consente com essa refeição, preparada por seu primo e superior imediato, que ele espera ser boa para “nós” – seu clã. Ambos os recrutas aparecem totalmente submissos à hierarquia parental/militar. Temos assim a receita do funcionamento de uma oligarquia específica: os Barroso.

General Thomaz Cavalcanti, militar bastante experimentado no jogo político cearense (tendo sido eleito deputado federal entre os mandatos de 1894-1896, 1903-1908, 1910-1914 e 1918-1920)⁹¹, no alto de sua hierarquia, sabedoria e prepotência, trata os recrutas barrosianos como disciplinados e ingênuos. O Cabo Moreira Rocha⁹², com um telegrama na mão representado por uma espada, como se tivesse algo de ameaçador, afirma que não concorda com os preparos de Liberato Barroso, pois a “boia” deveria agradar a todos. Ao que, no canto superior direito da charge, Padre Cícero está conversando com o “Ceará”, um homem magro, roupas simples e pés descalços. Padre Cícero diz: “sem meu tempero não ha boia que resista... Não é mesmo?”. O personagem Ceará então responde: “Vossa reverendissima é quem manda! Vossa reverendissima é quem tem de abençoar ou amaldiçoar o guisado ou desaguisado, para que eu possa ter a sua opinião...”.

Com “pitadas” de crítica e sátira a charge, assinada por Yost, nos parece bastante rica de informações sobre a leitura que o periódico carioca *O Malho*, de grande circulação à época, fazia ver da conjuntura político-social do Ceará: Se há alguns parágrafos falamos em “frente ampla”, envolvendo as oligarquias cearense, esta tinha um limite de aproximação muito bem definido: a luta por verbas públicas. Já dentro desse campo de tensões, situação e oposição preparavam seu banquete e brigavam por quem mais se fartaria, a despeito da fome que grassava ainda mais com os efeitos de uma nova estiagem na região. Padre Cícero, liderança político-religiosa, com forte influência entre as oligarquias e a população mais humilde do

⁹¹ As informações sobre Thomaz Cavalcanti estão disponíveis em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ALBUQUERQUE,%20Tom%C3%A1s%20Cavalcanti%20de.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

⁹² Moreira Rocha foi o fundador do Partido Democrático no Ceará e deputado federal entre 1912-1923 e 1927-1930. Mais informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/crisanto-moreira-da-rocha>.

Ceará, era quem decidiria o pleito. Já o Ceará, representado por um flagelado embebido no caldo cultural da fé e do fanatismo religioso, apenas obedece aos mandos e desmandos do “Padim Ciço”. Toda essa trama se desenrola no “Acampamento do Ceará”, como a representar o Campo de Concentração do Alagadiço, onde reina a miséria, a disciplina e as denúncias de desvio de verbas destinadas para socorrer os “flagelados”.

O discurso de combate à seca também foi útil para aglutinar os representantes dos “deputados nortistas em prol de seus Estados flagellados pela seca”, o que segundo o jornal *A Gazeta de Noticias*, acendeu um alerta nacional sobre o resgate de um espírito regionalista com ares separatistas, movimento esse que segundo a matéria teria sido iniciado deputado Juvenal Lamartine, seguido por Moreira Rocha e seria continuado por Gustavo Barroso. Sobre esse assunto o referido jornal procurou o então deputado federal Gustavo Barroso, que preferiu falar pela boca de João de Norte, pois “o escriptor melhor conhece a terra e a gente, do que o politico” (BARROSO, 1915a, n.p). A esse respeito “João do Norte” afirma que:

[...] os representantes nortistas nada mais fazem do que advogar os interesses de sua terra, cuja população está ameaçada de morte horrível, ou antes já começou a morrer de fome. Si o governo não tem numerario, para ir em auxilio, conforme preceitua a constituição, dos Estados que presentemente agonizam, deve arranjar-o de qualquer sorte. (BARROSO, 1915a, n.p)

Segundo o político representante do Ceará que prefere falar em nome do já reconhecido escritor de *Terra de Sol*, talvez por achar que assim consiga mais prestígio em sua denúncia, está descartada qualquer possibilidade de separatismo, já que “desde os tempos da monarquia que o sul tem recebido mais proveitosas medidas que o norte. Durante toda a história da Republica, o mesmo tem sucedido e nós nunca nos balançamos a reclamar nada”. Gustavo Barroso segue então denunciando o descaso secular dos governos para com essa região que abriga “os velhos caracteres ethnicos da verdadeira sub-raça brasileira”, que tanto já contribuíra derramando o próprio sangue pela união da nação (elencando para isso passagens históricas como a Guerra dos Farrapos, a Guerra do Paraguai e o combate à Canudos) e por sua expansão e conquista do Acre e da Amazônia sem precisar do “braço estrangeiro” (BARROSO, 1915a, n.p). Podemos assim observar mais uma vez Gustavo Barroso se valendo da posição de intelectual para legitimar sua demanda política.

Dessa forma inferimos a seca, ou melhor, seu uso, como um grande balcão de negócios e oportunidades para determinados grupos políticos e aqui voltamos atenção especial para o clã Barroso que tinha em Benjamin Liberato, enquanto presidente do Estado, e Gustavo

Barroso, deputado federal e intelectual que passara a angariar cada vez mais espaço nos meios políticos e intelectuais da capital do País, como seus principais representantes.

Em discurso na Câmara dos Deputados no dia 14 de outubro de 1915, Gustavo Barroso denunciava, a partir do telegrama recebido pelo Presidente do Ceará, os horrores da seca e o descaso que o tema tratado por parte do Ministro da Fazenda, o “SR. Dr. Calogeras”:

Sr. Presidente, para dar idéa da situação afflictiva em que se debate a minha terra, apesar das promessas e dos recursos de que se tem falado aqui, no Rio, on paper e in nomine, peço licença para ler o seguinte telegrama que recebi do Presidente do Ceará, o Sr. Benjamin Liberato Barroso

<<Deputado Gustavo Barroso—Rio—Diariamente cresce o numero de retirantes que affluem a esta capital em estado lastimavel. Os que veem pela Estrada de Ferro Baturité ainda encontram esse lenitivo em materia de transporte, porém, os que demandam Fortaleza a pé chegam, cambaleando de fome e dizem terem deixado á margem das estradas varios membros de suas familias alli sepultados. [...] Os poucos açudes mandados construir pelo Governo Federal absolutamente não accomodam a vigessima parte dessa população faminta e deslocada de seus lares. [...] Segundo dados provaveis, á margem das duas ferro-vias do Estado estão aglomeradas cem mil pessoas! Dahi se meça a extensão de nossas aperturas. [...] Os donativos enviados por Minas, S. Paulo e Rio Grande do Sul estão quase esgotados e teem sido exclusivamente empregados em assistencia aos retirantes [...]. (BRASIL, 1915c).

A leitura do telegrama segue detalhando as condições tanto do interior quanto da capital do Estado com mais uma estiagem. Terminada essa leitura, Gustavo Barroso avisa aos colegas que o mesmo recado fora enviado também para o Presidente da República, e termina sua fala atacando o Ministro da Fazenda, Pandiá Calogeras:

E espero que, amanhã, lendo o Diario Official, o Sr. Dr. Calogeras, Ministro da Fazenda, tenha um pouco de piedade dessa gente que morre de fome, e não crêe mais os embaraços que tem creado, as delongas que tem tido, no enviar as sommas votadas pelo Congresso para socorro desses pobres patricios nossos. Era o que tinha a dizer. (BRASIL, 1915c).

Notemos que em seu discurso de intermediário entre as esferas do âmbito estadual e federal, Gustavo Barroso vai à tribuna expor a necessidade de programas, recursos e donativos para a região e o faz destacando os dramas sertanejos, tentando sensibilizar sua audiência, mas não sem deixar de alfinetar o então Ministro da Fazenda por seu descaso que aparece como fruto de uma decisão deliberadamente política. E a ele próprio caberia o papel de arauto dessa região, da voz do governo local e dessa população de sertanejos que deslocava-se, moribunda, em direção à capital do Ceará que já não se apresentava enquanto uma fortaleza, sólida e segura, mas ameaçada, sem barreiras, pelas hordas que traziam o duplo perigo da violência e da peste em seus corpos.

Para esse mundo fora de ordem, para que Fortaleza se tornasse uma verdadeira fortaleza dos valores ditos modernos e civilizados, a medida adotada foi mais uma compartimentação espacial: A construção do Campo de Concentração do Alagadiço, o que segundo o Presidente do Estado à época, facilitaria a distribuição de socorros, ofereceria trabalho e serviços organizados pelo governo, em troca de “alimento abundante para todo o pessoal” (ESTADO DO CEARÁ, 1916, p. 7 apud PINHEIRO, 2014, p. 74).

No ano de 1916, durante a mensagem anual dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará, o Presidente do Estado, Coronel Benjamin Liberato Barroso assim justificou a constituição do Campo:

Nesta capital os flagelados foram agasalhados, a princípio no Passeio Público, enquanto o número não excedeu de três mil, mas para logo subiu de uma maneira tão rápida que foi preciso retirá-los e localizá-los em um vasto terreno no Alagadiço, cercado, bem arborizado, que tomou o nome de Campo de Concentração, em que foram feitas ligeiras instalações inclusive de luz elétrica que facilitava a fiscalização à noite. Isso deu lugar a que não fossem registrados atos de desrespeitos ao pudor (ESTADO DO CEARÁ, 1916, p. 7 apud PINHEIRO, 2014, p. 74).

O ano de 1915 marca assim uma inflexão nas relações de poder-saber que constituem uma nova mecânica de controle e ordenamento dos elementos e dos espaços que não repetissem os erros das experiências anteriores dos “abarracamentos”, “que enfeiavam e contaminavam os ares da cidade que vaidosamente se modernizava” (NEVES, 1995, p. 94), instituí-se então o Campo de Concentração como política de confinamentos dos indesejáveis retirantes, agora vestidos com outra máscara desumanizadora, outro simulacro a produzir nova forma de “infravida” – o flagelado. A esse respeito Rodolfo Teófilo, fala:

Os retirantes estiveram no Passeio Público até se preparar no Alagadiço o futuro "abarracamento", o qual tomou, não sei por quê, nome de "campo de concentração" e o povo batizou de "curral". O retirante perdeu seu antigo e expressivo nome e começou a chamar-se "flagelado". Coisas do tempo e da moda. Em todas as secas chamou-se ao sertanejo que emigra de "retirante" e não de "flagelado" (TEÓFILO, 1915, p. 55).

Nos atendo à citação de Benjamin Liberato Barroso e a de Rodolfo Teófilo, logo percebemos que existiu uma disputa em torno da nomenclatura a ser dada a esse novo método de exclusão dos indesejados/flagelados. Não mais o caos da configuração espacial “abarracamentos”, mas a ordem instituída do lugar de internamento em uma nova roupagem, agora científica, lhe é dada oficialmente: Campo de Concentração. Expressão que, como lembra Pinheiro Neto, vinha sendo bastante utilizada no contexto da Grande Guerra (1914-1918), em referência aos locais onde prisioneiros, tropas e equipamentos ficavam à espera do

momento de seguir para o *front* (PINHEIRO, 2014, p. 74). Então, Liberato Barroso usa uma nomenclatura moderna que busca expressar, não mais um espaço qualquer de mero despejo de corpos, mas sim um lugar racionalizado, estruturado para o confinamento que remeteria ao novo – Campo de Concentração – mesmo que com certo imprevisto: “foram feitas ligeiras instalações”. Ao passo que o saber popular logo denominara de “curral do governo” (NEVES, 1995, p. 105), demonstrativo de como os confinados entenderam a estruturação desse lugar feito para formas de vida que têm sua humanidade negada.

Antes de adentrarmos mais sobre o Campo do Alagadiço achamos necessário ressaltar que quando falamos em Campos de Concentração logo nos remetemos à imagem da máquina burocrática de *fazer morrer* seus indesejados, posta em prática pela experiência nazista do Holocausto. Mas tal denominação – Campo de Concentração – que expressa a intenção de internar civis indesejados, tem uma historicidade anterior mesmo ao caso citado da Grande Guerra. Tal denominação foi primeiramente usada na chamada Guerra dos Bôeres (1899-1902) na África do Sul, quando as tropas inglesas confinaram *africaners*, a partir do entendimento de que se tratava de pessoas “cujas ofensas não se podiam provar, e que não podiam ser condenadas pelo processo legal comum” (ARENDRT, 1973, pp. 373-374), prática que condenou quase 30 mil bôeres, entre homens, mulheres e crianças, a morte. Um outro tipo de morte, *o deixar morrer* por doenças e fome, por inanição, ou como nos diz Foucault: “por tirar a vida não entendo simplesmente o assassínio direto, mas também tudo o que pode ser assassínio indireto. O fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.!” (FOUCAULT, 1999, p. 306).

Ao encaminhar tal premissa não estamos igualando modelos de arranjo espacial, seja a cerca, as senzalas, abarracamentos, os Campos (dos Bôeres, do Aladiço ou nazistas), as favelas, as prisões, etc., voltados para fins de exclusão e/ou erradicação de uma determinada população fabricada e institucionalizada enquanto infravida, subespécie. Não, todas esses espaços de exclusão são diferentes no tempo e no espaço, seguindo pressupostos de racionalização e métodos sobre o controle dos corpos de formas também diferenciadas. Mas, que mantêm um objetivo equivalente, estruturado na lógica do fazer/deixar morrer, que expressa a permanência de um sentimento de crueldade: isolar por meio de barreiras físicas e/ou simbólicas uma parte da população entendida enquanto indesejada, pois inumana.

Dessa forma trabalhamos com o conceito de Campo de Concentração, próximo do que fora definido por Giorgio Agamben,

“O campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra. Nele, o estado de exceção, que era essencialmente uma suspensão temporal do ordenamento com base numa situação factícia de perigo, ora adquire uma disposição espacial permanente que, como tal, permanece, porém, estavelmente fora do ordenamento normal” (AGAMBEN, 2010, pp. 164-165).

Tais Campos são assim espaços de exceção possíveis, a partir de todo um aparato literário, médico, arquitetural, jurídico, entre outros saberes, que dão sustentação científica e legal a uma forma de governar sobre corpos que têm sua humanidade negada, por serem vistos enquanto bárbaros, incivilizados, ou mesmo animais, ameaçadores de uma certa forma de vida dita superior, desenvolvida, civilizada. Uma vez que relações de poder-saber destituem de humanidade e de proteção jurídica esses corpos, cria-se o que Agamben chamou de *vida nua*, ou seja, uma experiência de desproteção e de estado de ilegalidade de quem é submetido a viver em estado de exceção e em espaços de exceção edificados para interditar certas formas de vida e proteger outras. Como sistematiza Natália Monzón Montebello e Marcílio Medeiros Silva:

Então, o que é um campo? Espaço da exceção, o campo torna possível a interdição daqueles que, de uma maneira e/ou de outra, ameaçam certa forma de vida. Ele aciona um discurso, legitima práticas de aniquilação, tranquiliza as consciências e desculpa, sob o manto do bem geral, a sistematização da violência, da exclusão, da morte. Mais do que um lugar, muito mais, o campo é um acordo, um arranjo, um acerto: trata-se de estabelecer quem está fora (MONTEBELLO; SILVA, 2018, p. 73).

Sendo assim, entendemos os Campos de Concentração como frutos de uma relação de poder e saber que estruturam metodicamente, por meio de mecanismos entendidos enquanto democráticos e científicos, arranjos espaciais de exclusão à uma outreidade radical, vista como ameaça ao seu modo de vida. Política de Estado exercida enquanto democratização do direito de matar ou de deixar morrer.

E foi assim que, não só enquanto materialização das relações de poder-saber, mas eles próprios produtos e produtores de novos saberes e novas formas de poder (NEVES, 1995, p. 94). Na zona oeste de Fortaleza, atendendo assim às teorias miasmáticas, aproximadamente a seis quilômetros do centro da cidade, o governador Benjamin Liberato Barroso ordenou a construção do primeiro campo do Ceará. Em suas próprias palavras, “cercado e bem arborizado”, ali “foram feitas ligeiras instalações, inclusive de luz elétrica que facilitava a fiscalização à noite”, no vasto terreno de 2,5km² chamado de Alagadiço. Pelas palavras de Liberato Barroso podemos perceber uma preocupação em mostrar o Campo do Alagadiço

enquanto um lugar ordenado com condições dignas e modernas para o recebimento dos três mil flagelados que estavam abrigados no Passeio Público.

Uma pergunta que busca reforçar nossa premissa: havia mesmo, por parte de Liberato Barroso, e dos que ele representa, a preocupação com as condições de vida dessas pessoas confinadas no Campo do Alagadiço? Como a resposta já havia sido dada antes da pergunta, busquemos dar mais materialidade às nossas afirmações.

A resposta pode ser buscada a partir do documento que Armando Pinheiro Neto traz em sua dissertação: o Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavor em maio de 1916, no qual há o relato de uma conversa entre o Dr. Carlos da Costa Ribeiro e o Coronel Liberato Barroso, em que este “afirma que não é a fome o maior problema dos retirantes, mas a varíola e “o assalto a honra das donzelas”, e faz recomendações de que o Inspetor resolvesse o primeiro problema que ele resolveria o segundo” (PINHEIRO, 2014, p. 77).

Temos assim um argumento moralista-patriarcal de defesa da honra e da moral das “donzelas”, como uma das motivações para a construção do Campo. Notemos assim, nas falas do então Presidente do estado do Ceará, o dispositivo da sexualidade burguesa que passa a incidir sobre o corpo feminino e masculino, penetrando-o, disciplinando-o, normatizando-o e codificando-o, de maneira cada vez mais detalhada como objeto de controle populacional (FOUCAULT, 2011, p. 118). Espécie de “polícia do sexo” que define os crimes sexuais modernos, cartografando condutas sexuais enquadradas no campo do permitido e do inaceitável, do normal e da perversão, do saudável e da patologia.

Dessa forma, temos no dispositivo da sexualidade das elites fortalezenses do começo do século XX, a construção dos “flagelados da seca” como seres degradados moralmente e pervertidos sexualmente, por isso cabíveis de serem confinados no Campo de Concentração do Alagadiço, ao mesmo tempo em que eles, os homens dessa elite, constroem sua autoimagem idealizada, enquanto seres respeitosos e dignos, incapazes de subverterem a moral e os “bons costumes”, dos quais seriam guardiões. Já às mulheres cidadinas fica relegado o papel de seres indefesos, ingênuos, frágeis, que precisam ser submissas ao masculino e protegidas pelo Estado patriarcal. Como veremos no próximo capítulo, Gustavo Barroso, por meio de seu discurso, em muito colaborou para a construção discursiva desses corpos o que resultou na territorialização destes em espaços (in)desejáveis.

O cuidado em manter o campo iluminado “para a fiscalização”, numa época em que essa prática ainda era bem precária na Fortaleza do começo do século XX, também denota uma preocupação com a manutenção da ordem, mantendo espaços claros, observáveis,

evitando assim assaltos e outras práticas consideradas imorais à ordem burguesa, baseada na noção de que a propriedade privada, o patrimônio num sentido mais amplo, ao adquirir status de direito absoluto valeria mais que a vida desses corpos enclausurados.

Dessa forma, não havia arranjo espacial Campo do Alagadiço, logo construído para três mil pessoas, mas que logo chegara ao número de oito mil, preocupação alguma com a saúde e o bem-estar dos internos. Segundo o engenheiro e escritor Thomaz Pompeu Sobrinho:

Naquele enorme recanto, coberto de grandes cajueiros e mangueiras, os retirantes se abrigavam como podiam, uns sem mais anteparos que as copas frondosas, outros em toscas barracas de ramos ou simples guarda-ventos ou latadas que apenas os protegiam contra o sol canicular do verão. [...] Abrigo é expressão por demais lisonjeira, irônica; eufemismo que se impunha na falta de um vocábulo que melhor exprimisse o simulacro de arrancho, onde mal repousavam e dormiam forasteiros, expostos às intempéries senão tanto ao sol direto, pelo sombreado das ramas verdes, mas ao sereno, neblinas e chuvas outonais ou de caju que, ordinariamente, caem no litoral nos meses de setembro e outubro (BRASIL SOBRINHO, 1982, p. 21 apud PINHEIRO, 2014, p. 85).

Notamos assim que no Campo do Alagadiço não houve por parte do governo a preocupação em construir abrigos que possibilitassem o mínimo de dignidade para os retirantes. As únicas estruturas feitas pelo governo do província foram: a cerca para isolar, a luz para vigiar, e uma área reservada, ao fundo do terreno, para fazer o papel de banheiro (TEÓFILO, 1915, p. 60), situação da qual mal conseguimos imaginar a real situação de tão precária instalação. Dessa forma, pelas palavras de Thomaz Pompeu Sobrinho, vemos que a nomenclatura que a sabedoria popular teria cunhado “curral do governo” estava mais em sintonia com o lugar que não tratava seus confinados enquanto seres humanos. E que a tentativa de dar ares “humanizados” a esse arranjo espacial não saíra do papel, sendo utilizado mais como forma de se construir uma autoimagem do governo enquanto moderno e civilizado, preocupado com os interesses sociais e necessitando de cada vez mais verbas para continuar efetuando sua missão “salvacionista”.

Importante ressaltar que quando afirmamos que o discurso governamental sobre o Campo de Concentração do Alagadiço difere do que foi praticado, não estamos apontando uma simples incoerência ou um erro do governo do Estado, ao contrário, o campo/curral foi montado para funcionar exatamente dessa maneira, demarcando quem está fora e quem está dentro do projeto civilizatório das elites cearenses. Até mesmo porque avisos de que o campo de concentração se transformaria em campo de morte não faltaram.

Rodolfo Teófilo no seu livro *A seca de 1915*, relata que, quando ainda se esboçava a planta do Campo, destinado aos flagelados, avisara ao Presidente do Estado que “aglomerar os retirantes era matá-los” (TEÓFILO, 1980, p. 52 apud PINHEIRO, 2014, p. 97), dado que a

concentração de pessoas debilitadas pela fome e pela miséria, em locais insalubres e em condições precárias de higiene era desaconselhável e provável fonte de disseminação de doenças contagiosas. E foi justamente essas condições que ele constatou no Alagadiço, desde o lugar onde os internos cozinhavam suas comidas, passando por seus precários abrigos e pelo lugar reservado às necessidades fisiológicas até a forma de obter água (TEÓFILO, 1915, pp. 57-60).

Sendo assim o Governo, ecoando as vozes das elites fortalezenses, não se importou com o bem-estar dos flagelados. Houve sim uma preocupação em manter a ordem, em defender a moral burguesa e a propriedade privada, em defender uma forma de vida urbano-burguesa, que se via ameaçada pela invasão desses corpos sertanejos vistos, enquanto transportadores da barbárie e da peste. Barbárie expressa nos saques, na prostituição, na mendicância, como forma de subsistir. Memória da peste da varíola, que em 1915 já havia sido controlada pela campanha de vacinação⁹³, mas cujo medo de contágio de outras doenças advindas da falta de higiene dessa população ainda imperava. Sertão não desejável, território do atraso e da revolta, como Gustavo Barroso definia, que se chocava com o mundo do progresso-conservador, do qual ele se dizia porta-voz e do qual foi um dos seus principais construtores.

Sobreposição de tempos-espacos e corpos considerada inadmissível pelas elites cearenses, que os toleravam enquanto material de estudo, de mão de obra barata, motivo para se arrecadar mais verbas, mas não para dividir o mesmo espaço, daí a necessidade de isolá-los, de mantê-los longe, a partir da edificação de mais um espaço de cercas – o mundo concentracionário do Campo do Alagadiço – e ainda assim retirar deles vantagens político-econômicas.

A outra medida tomada e que caminhava *pari passu* com a política de isolamento, que visava manter a cidade dos ricos parcialmente afastada da miséria, a partir do isolamento da pobreza, foi, inspirado no discurso humanitário de influência cristã católica, a caridade e a exploração da força de trabalho.

⁹³ Rodolfo Teófilo se destacou também por seus esforços para conter a epidemia de varíola em sua província, a partir de iniciativas que compreendiam desde a compra de animais para o processo de produção das vacinas a viagens exaustivas a cavalo pela periferia de Fortaleza, para fazer as aplicações, em povo que, confiando em seus próprios métodos, muitas vezes se revoltava e se recusava a se vacinar. Dessa forma, Teófilo recorreu ao emprego de um carismático poder de persuasão para convencer os moradores pobres das áreas periféricas da cidade de que eles deveriam permitir-se vacinar, chegando então a inventar a figura de são Jenner, na verdade remetendo a Edward Jenner, que em fins do século XVIII descobriu a vacina contra a varíola. Fundador da Liga Cearense contra a Varíola, Teófilo dessa forma distribuiu suas vacinas pelo interior do estado, chegando a gastar o próprio dinheiro com a produção dos antídotos. Mais sobre a atuação de Rodolfo Teófilo no combate à varíola, ver: Rios (2014)

A professora Kênia Rios em seu livro *Isolamento e poder Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932*, demonstra de forma muito lúcida, de que maneira o discurso da caridade fora utilizado pelas elites fortalezenses para a manterem o carnaval do ano de 1916. Segundo a referida historiadora, enquanto vários jornais se manifestavam contrários, em decorrência da grande seca de 1915, à realização da festa de momo, um consenso fora achado, qual seja: nos bailes de carnaval do grupos dominantes da cidade, se arrecadariam donativos a serem revertidos em prol dos flagelados, “desse modo, os ricos se divertiriam sem muitos constrangimentos” (RIOS, 2014). Solução ideal para uma sociedade que, pautada no discurso e nas aparências burguesas/cristãs, odeia pobres e por isso mesmo os marginalizam, mas tem profunda compaixão pela pobreza e pela marginalidade.

Durante todo ano de 1915 também foram realizados vários eventos de caridade para socorrer os flagelados.

Figura 10 - "Pelos Flagellados".



Fonte: (FON-FON, 24 jul. 1915).

A matéria intitulada “PELOS FLAGELLADOS” da *Fon-Fon* do dia 24 de Julho de 1915, traz dois exemplos dessa prática de humanitarismo de caridade. Na parte superior da figura 10, podemos notar uma ação beneficente envolvendo o então Presidente da República, Wenceslau Brás, que como vimos no tópico anterior vinha sofrendo severas críticas por meio

da bancada de deputados cearenses, mais especificamente pelo deputado Gustavo Barroso, ligados ao Presidente do Estado, que culpava principalmente o então Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, entre 1914 e 1915, Pandiá Calogeras, de não liberar as verbas para a construção de obras contra a seca, atendendo assim as demandas da oligarquia acciolyna. Dessa forma, o Presidente da República mostrava “todo seu empenho e cuidado” com a população do Norte ao participar de um ato beneficente às “vítimas da secca”. Na parte inferior da referida imagem, temos mais uma ação de caridade, agora promovida por “senhoritas”, almejando arrecadar fundos para ajudar a Cruz Vermelha e os flagelados. Ambas imagens remetem assim à caridade cristã, útil às classes altas brasileiras para exibirem sua “generosidade” e sensibilidade social e tão distantes de promoverem políticas de justiça e igualdade social.

No mesmo sentido das ações de caridade acima mostradas, o *Jornal do Commercio*, de 24 de setembro de 1915, traz a notícia para a abertura no Municipal de mais um espetáculo organizado pelos acadêmicos da Polytechnica e da Escola de Medicina “em benefício das vítimas da secca no Norte”. Em tal espetáculo, que segundo o jornal contaria distintos artistas, seria representado o drama regional cearense em 2 atos “O sangue não mente”, “da lavra de João do Norte cujo exito no conto e na novella autoriza o prognostico de um brilhante sucesso tambem no palco”. (JORNAL DO COMMERCIO, 24 set. 1915).

Na edição de dois de junho de 1915, o *Jornal do Commercio* traz uma matéria com o título “Secca do Norte”, no qual destaca que a representação cearense na Câmara dos Deputados resolveu, por proposta ao deputado Gustavo Barroso, subscrever não só ao congresso, mas a “todos os meios sociaes desta Capital” auxílios para socorrer os “retirantes doentes e enfraquecidos que chegam a Capital do Ceará”, de forma que os membros da referida bancada iniciariam o compromisso direcionando os donativos para a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza (JORNAL DO COMMERCIO, 02 jun. 1915). Já o jornal *Correio do Ceará*, de 6 de setembro de 1915, traz a matéria “Subscrição em favor da Santa Casa de Misericórdia – Donativos arrecadados pelo deputado Gustavo Barroso”, elencando nomes importantes da política e a respectiva quantia doada por cada um, entre eles destacamos: Thomaz Rodrigues, Moreira Rocha, Eduardo Studart, Gustavo Barroso, Alvaro Fernandes, Ildefonso Albano doando cada um 100\$. E até mesmo um já citado contendor político, Mauricio Lacerda que doou 10\$. No final o arrecadado por Gustavo Barroso fora um total de 3:000\$. (CORREIO DO CEARÁ, 06 set. 1915).

Façamos notar que, como dito anteriormente, quando Gustavo Barroso, por vezes, em seus discursos condenava a distribuição de esmolas, ele assim o fazia também como forma

de combater a presença desordenada dos corpos por ele considerados indesejados nas cidades. Dessa forma, entendemos que sua destacada atuação, junto à bancada cearense na Câmara, de pedidos de verbas, denúncias de descaso do governo federal e arrecadação de donativos “em prol dos flagelados”, visava dirimir essa situação de desordem no meio citadino, o que possibilitaria a garantia da materialização do tempo do progresso de fundo conservador na cidade de Fortaleza que se pretendia moderna e civilizada. Racionalização e centralização das arrecadações que possibilitaria uma melhor administração desses corpos e dos espaços... e das verbas e doações recebidas.

Voltando à edição de 2 de junho de 1915 do *Jornal do Commercio*, a matéria traz ainda telegramas endereçados ao “Directorio Pro-Flagellados do Norte”, com notícias sobre a situação calamitosa de várias cidades e estados dessa região, tais como: Benjamin Constant (CE) e Remanso (BA). Nos chamando mais a atenção os telegramas vindos do Crato (CE) e o recebido pela bancada norte-rio-grandese. Do Crato a notícia que chegava remetia ao “aumento extraordinario população faminta põe em sobressalto Crato Barbalha Missão – Velha receiosa saques. Urge providencias”. Já à bancada do Rio Grande do Norte era direcionado um telegrama, vindo de um templo maçônico de Natal (RN), no qual consta a preocupação com a “Capital ameaçada invasão de famintos”, apelando aos sentimentos patrióticos do governo para que olhe para essa situação que seria um: “espetaculo vergonhoso peor conflagração Europa” (JORNAL DO COMMERCIO, 02 jun. 1915).

Entre os telegramas trazidos pelo *Jornal do Commercio*, enfatizamos os casos do Crato e de Natal, pois eles sintetizam, em conformidade tanto com o discurso e ação da bancada cearense, representada pelo deputado Gustavo Barroso, quanto com o das elites de Fortaleza, o uso da caridade como prova de uma idealizada generosidade que mal camufla o medo de verem seus espaços de mando e de mundo, invadidos pelo *Outro* da sociedade da ordem e do progresso – os flagelados e com eles seus “territórios de revolta”. De tal forma que a preocupação recorrente em ambos os casos não é com emancipação, justiça social, dignidade e equidade para com essa camada populacional oprimida, mas sim com a construção de uma autoimagem de justeza entre seus pares, de patriotismo e, principalmente, com a exclusão dessas formas de vidas tratadas enquanto menores e ameaçadoras.

A exploração da força de trabalho também foi usada pelas elites fortalezenses, a partir de uma lógica de caridade para com os flagelados, pois como dito anteriormente, a prática da mendicância passara a ser entendida como algo prejudicial, degenerativo, usada principalmente por, nas palavras de Gustavo Barroso, “fingidos, vagabundos, preguiçosos e exploradores” (FON-FON, 06 out. 1917). Dessa forma usou-se do discurso de que o trabalho

libertava, engrandecia e dignificava o homem, para se produzir um corpo dócil, disciplinando, uma força que deveria ser direcionada da rebeldia e do caos, dos saques e das revoltas, para o ordenamento e a lucratividade político-econômica, não só evitando o perigo que esses corpos representavam à sua ordem, mas empregando-os de forma útil aos interesses do capital.

Segundo o então Presidente do Estado, era questão de empregar os flagelados “rapazes e homens moços e sadios, embora enfraquecidos” que já estavam na urbe em 1915, em “trabalho de terraplanagem nas ruas e praças da cidade” (CÂNDIDO, 2014, p. 110), construindo e/ou reformando calçadas e prédios públicos, bem como de forma a impedir um maior afluxo desses sujeitos à capital e contendo a fuga de mão de obra do Estado, empregando-os em obras de socorros nas construções da comissão de Obras Novas Contra as Secas, que se encontravam espalhadas pelo interior do estado e no caminho dos retirantes em direção à capital cearense, tais como: o prolongamento de estradas de ferro, construção de grandes e pequenos açudes, reforma do porto, abertura de canais, dentre outras iniciativas. Temos assim que na origem do Campo de Concentração do Alagadiço está toda uma heterogeneidade de discursos e práticas que envolvem religião, valores burgueses e todo desenvolvimento técnico-científico voltado para maneiras de produzir e de acumular riquezas.

Importante ressaltar, à luz da pesquisa do historiador Tyrone Cândido, que o desenrolar desses projetos, tanto na capital quanto nas frentes de trabalho espalhadas pelo interior do Ceará, foram marcadas por condições degradantes, exploração, fome, castigos, doenças (CÂNDIDO, 2014, p. 40), mão de obra quase gratuita a labutar em troca de moradia, ração e roupas. Exploração da mão de obra barata que ajudou a construir uma cidade feita por eles, mas não para eles, que trouxeram melhoramentos para determinados setores da cidade e do interior, a partir de obras que eram realizados principalmente atendendo aos interesses dos potentados locais, trazendo benefícios e lucros dos quais esses homens, mulheres e crianças, submetidos à condições de trabalho insalubres e desumanas, não desfrutariam.

Infortúnio de uns, riqueza de outros. O jornal *A Rua*, na sessão “Última Hora”, de 15 de novembro de 1915, trouxe a seguinte manchete “Emquanto a fome faz victimas... o governador do Ceará dança e banquetea-se. A triste narrativa de uma senhorita cearense: oito mil flagellados nos campos de concentração”, a que segue-se a fala dessa “senhorita” quando indagada pela amiga sobre o destino do dinheiro enviado para socorrer os flagelados:

– Ah ! Não sei. Não posso fallar a tal respeito. O que eu sei dizer, é que enquanto o governador não paga o funcionalismo publico, não socorre os flagellados senão em escala minima, verdadeira ridicularia, offerece pomposo baile no Club dos Diarios, á guarnição do navio nacional “Benjamin Constant”, despendendo mais de 10 contos. Não contente ainda em prestar tão desnecessaria homenagem a um navio nacional,

cuja officialidade deve estar a par da miseria no Ceará, pois são testemunhas visuaes do que por lá vae, offereceu-lhes, também.. um pic-nic em Maranguape, que custou ao Thesouro mais de tres contos. Com tanto dinheiro gasto inutilmente o governo não poderia minorar os soffrimentos de alguns infelizes cearenses? (A RUA, 15 nov. 1915).

Segundo a própria matéria do jornal *A Rua*, esta foi feita com base numa conversa entre duas mulheres, uma destas vinda do Ceará abordo do navio “Pará”, e que acabaram de se encontrar no porto do Rio de Janeiro, cuja conversa o jornalista escutou e pediu para publicar na condição de não revelar os nomes delas. Mediante de tais informação ou da falta delas é que buscamos mais informações sobre a passagem do navio Benjamin Constant por Fortaleza, e o mesmo jornal *A Rua*, no dia 26 de setembro de 1915, relata a ida desse navio para Recife, constando que na despedida da fragata, houve a realização de um almoço entre a tripulação da referida embarcação e o governador do Ceará, Liberato Barroso. (A RUA, 26 set. 1915).

O jornal *A Rua*, segue então com uma série de denúncias sobre como o dinheiro enviado pelos “irmãos do Sul”, vinham sendo desviados pelo então Presidente do Estado Liberato Barroso, para fins outros que não o cuidado com os “flagellados”. Nesse sentido, a edição do dia 25 de outubro de 1915, na coluna “Novas e Ecos”, reportava indignação com o fato de Liberato Barroso e o governador do Piauí, Miguel Rosa, estarem “desvirtuando o dinheiro das esmolas”. O primeiro, a empregar o dinheiro enviado no “jardinamento de Fortaleza e no concerto de açudes”. O segundo, em construções de escolas, o que segundo a matéria configuraria um “verdadeiro roubo para quem o desvia”, colocando assim em xeque futuras doações. (A RUA, 25 out. 1915).

Ainda trazendo denúncias sobre a administração do coronel Barroso frente ao governo do Ceará durante à seca de 1915, o jornal *A Rua*, de 27 de outubro do referido ano, traz a denúncia de um “sincero leitor”, com o seguinte o título “A exploração dos dinheiros dos flagellados”, diz ele:

Meus saudaes. Sendo sempre um vosso constante leitor desde a fundação deste defensor do povo que se denomina “A Rua” e tendo varias vezes dado o grito em favor dos flagellados da secca no Ceará, e a pouco tempo regressando da capital que denominam Fortaleza, logradouro mais concorrido que chamam “Praça do Ferreira” ouvi alguma pessoas conversando, como o Coronel Benjamin dava applicação dos dinheiros que recebia enviado dos nossos irmãos do Sul em favor das victimas do flagello—Uma certa importancia tinha sido entregue ao Prefeito Coronel Cazemiro Montenegro, para que este benemerito Prefeito ajardinasse algumas praças, e o Cazemiro que tinha alguns terrenos em Fernandes Vieira (Rua principal de Fortaleza) mandou alguns pedreiros levantar as ruinas de sua casa (que puzeram fogo quando fizeram a mesma cousa nas casas dos Acciolys) e hoje em poucos dias se verá o palacete do Prefeito novamente prompto a custa dos nossos irmãos que,

lendo e compadecendo de tanta infelicidade dos pobres retirantes, que jazem pelas estradas embaixo dos cajueiros.

O tal prefeito era um pobretão que muita gente sabe, e hoje é um ricasso! Depois não fica hai, como dizia as pessoas que conversavam; o Hermino não tem gostado muito disto, logo a quem foi ser entregue esta quantia, para o Cazemiro endireitar as ruínas da casa que antes disto nunca pudera fazer nada! E eis Sr. caro Redactor a boa applicação que dão os dinheiros! Eu francamente alguns “nicólaos” que tivesse de dar isto não faria, pois nas mãos dos necessitados não chegam! Muito grato lhe fico de ter lhe importunado com mais esta. (A RUA, 27 out. 1915).

As denúncias de que as verbas públicas e os donativos destinados aos “flagelados” do campo de concentração do Alagadiço estavam sendo desviadas para o aformoseamento da cidade prosseguiram e extrapolaram as manchetes dos jornais da época, chegando a virar assunto na Câmara dos Deputados, casa legislativa essa que contava com o empenho de Gustavo Barroso em seu papel de contraponto às denúncias e de defesa da política segragacionista implementada pelo seu primo Benjamin Liberato Barroso. Inclusive no jornal *A Rua*, de 23 de novembro de 1915, em matéria sobre os “flagellados”, diz-se que “Dentre os deputados barrosistas aquelle que melhor representa o pensamento do actual presidente do Ceará é, sem duvida, o Sr. Gustavo Barroso, o representante cearense na Camara que mais se tem interessado pela sorte dos flagellados do Noroeste” (A RUA, 23 nov. 1915). Tal atuação pode ser verificada nos diários da Câmara dos Deputados do dia 27 de outubro de 1915, quando Gustavo Barroso pede a palavra pela ordem:

– Sr. Presidente, ha alguns dias atrás o nobre Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, cujo nome peço permissão para declinar, o Sr. Mauricio de Lacerda, leu, por occasião da discussão da acta desta Casa, um telegramma em que se reclamava do Ceará contra os serviços feitos pelo Presidente do Estado nos Jardins da capital, embellezamento da mesma á custa dos socorros daqui para os retirantes.

O *Correio da Manhã* publicou há uns dous ou tres dias um suelto no mesmo sentido e *A Rua* repisou o mesmo assumpto, fazendo as mais duras accusações ao Governador do meu Estado.

Nada mais injusto e cruel do que essa campanha. O Presidente do Ceará tem distribuido soccorros aos retirantes vindos do interior e agglomerados intensamente na capital do Estado da maneira mais humanitaria e mais correcta possivel. (*Apoiados*). Em vez de humilha-os com esmolos, elle manda que façam trabalhos e paga esses trabalhos. De modo que isso aproveita os retirantes e se aproveitam as obras sejam federaes, estaduaes ou municipaes, não importa, ou mesmo particulares. O soccorro é, assim, feito diariamente, perfeitamente e honestamente. (BRASIL, 1915f).

As ações de Benjamin Liberato Barroso são defendidas por seu primo como “humanitaria” e “correcta”, cotidiana e impecável, em suas palavras “perfeitamente” e “honestamente” postas em prática, seguindo ainda a premissa de que o trabalho é algo mais digno do que a esmola e de que todos se beneficiam disso, sejam os próprios retirantes, os poderes públicos em todas as suas esferas, do executivo e até mesmo “particulares”, do que

podemos inferir de que a mão de obra dos retirantes, custeada com recursos públicos, era também empreendida em serviços privados.

Recebendo o “apoiados” de seus pares, Gustavo Barroso segue sua defesa lendo o que ele diz ser o Diário do Estado do dia primeiro de outubro de 1915:

<<Já se acham concluídos os serviços de nivelamento e limpeza da rampa que existe ao lado esquerdo do gazometro. Esse importante melhoramento para a nossa capital foi executado por uma turma de retirantes pagos pelo Comité Cearense da Bahia. Esteve encarregado da direcção dos trabalhos e do pagamento dos trabalhadores o Exmo. Sr. Barão de Studart, benemerito cidadão que tem seu nome ligado a muitas outras obras que o recommendam á estima e veneração dos cearenses.>> (BRASIL, 1915d).

E, agora lendo uma matéria que ele diz ser oriunda do *O Correio do Ceará*, datada de 27 de setembro de 1915, prossegue:

<<O revmo. Sr. arcebispo D. Manoel, de accôrdo com os Exmos. Srs. Governador do Estado e prefeito do municipio acaba de prestar mais um valioso serviço á nossa cidade mandando um turma de retirantes fazer a limpeza e desentulho do reservatorio do Pajehú, importante obra que nos legou a proficua administração do antigo Presidente Dr. José Bento de Figueiredo Junior>>. (BRASIL, 1915d).

Nas duas citações acima notamos um Gustavo Barroso preocupado em mostrar os resultados, que seriam imediatos e eficientes, da política levada a cabo pelo seu primo, e que contou com o apoio e com a participação de outras figuras cearenses de prestígio. Prosseguindo em seu longo discurso, o deputado então faz a leitura de um telegrama enviado a ele pelo Governador do Ceará o qual relata que os retirantes estão divididos em dois grupos: o primeiro, em número de “tres mil e tantos” que, não querendo embarcar rumo à outras áreas do País, escolheram trabalhar no melhoramento das estradas de rodagens de Messejana, Parangaba, Pacatuba, Maranguape e Soure. Já o segundo grupo, em número de “mais de quatro mil” aguardam, no campo de concentração do Alagadiço, o embarque. Segundo o referido telegrama esses retirantes concentrados estavam sendo bem assistidos, recebendo “comida e roupa, um pequeno salario, e trabalham por turma de 300, por três ou quatro horas por dia nas praças, ruas, avenidas e jardins, em serviços de movimento de terra, nivelamento e limpezas”. Esses serviços, segundo o telegrama, foram pagos “por conta do Estado e não dos donativos remetidos de outras partes”. Já as roupas dos “trabalhadores” teria sido fornecida pelas “senhoras de caridade”, às quais ele mesmo teria destinado “23 contos dos donativos que recebi” (BRASIL, 1915d).

A leitura do telegrama segue exaltando as ações do governo estadual agora com foco no que seria seu tratamento humanitário e exemplar, para com as pessoas concentradas no Campo do Alagadiço. Nesse sentido, ele nos diz que entre aqueles que já foram embarcados para “norte e sul” do País “nunca até agora houve delles a menor reclamação nem entre elles houve o menor incidente, o que prova terem tido carinhosa acolhida”. Já dos que estavam trabalhando nas obras de melhoramento urbano e de enfrentamento à seca, não “trabalhavam velhos e crianças, nem aquelles que se queixam do meno incommodo”. Já mulheres e moças,

“offerecem-se expontaneamente a dar tres, quatro horas de trabalho diario ao Governo em troca de assistencia que esse lhe dá no campo de concentração, um excellent sitio arborizado e salubre, onde se distribui por dia 8, 10, bois, vinte mil bolachas, 25 saccas de farinha, cinco de feijão, dous de assucar; café em quantidade bastante e leite ás creancinhas de mama, estas protegidas tambem pela Assistencia á Infancia; além disso, os retirantes teem nesse campo remedios, medicos, sabão em quantidade sufficiente e outros cuidados hygienicos indispensaveis pelo terror que ha de qualquer epidemia” (BRASIL, 1915d).

Nesse momento Gustavo Barroso interrompe sua leitura e é categórico “Isso é verdade”. Retomando as palavras de Benjamin Liberato Barroso no telegrama, o tratamento dispensado às pessoas cercadas no Campo do Alagadiço é descrito como feita “de maneira carinhosa e confortante”. Como forma de fortalecer o argumento de idoneidade do governo estadual, o telegrama traz ainda menções de figuras importantes da época como a de Rodolfo Teófilo que teria dito “nunca ter visto os retirantes tratados com tanto desvelo”, e do inspetor de obras contra as secas, Dr. Aarão Reis, que teria proferido elogios ao governo de Liberato Barroso (BRASIL, 1915d). O que, como vimos nos tópicos anteriores, difere em muito das denúncias feitas por ambos personagens – Rodolfo Teófilo e Aarão Reis – ao tratamento dispensado aos “flagelados” pelo governo Barroso. Rodolfo Teófilo que, mesmo defendendo as “boas” intenções do Presidente do Estado, não poupou críticas às precárias condições de higiene do Campo de Concentração do Alagadiço. E Aarão Reis que, segundo o jornal *A Rua*, tendo voltado ao Rio de Janeiro, depois de uns dias no Ceará, teria dito que o governo do Estado estava desperdiçando dinheiro com obras, como a construção do açude “Riacho de Sangue” (A RUA, 06 nov. 1915).

Como forma de demonstrar o apoio da burguesia cearense ao governo do primo, Gustavo Barroso se encaminhando para o desfecho de sua defesa, cita um telegrama da “Associação Commercial do Ceará” em relação ao governo do Estado:

“Em nome do commercio cearense, representado por esta Associação Commercial, cumprimos o dever de trazer a V.Ex. a expressão dos applausos pela maneira brilhantemente incisiva com que V. Ex., em telegramma de ante-hontem, descreveu, mais uma vez, aos olhos da Nação, o quadro de infinitas miserias que assoberbam o

nosso Estado. A digna attitude por V. Ex. tomada, desde os primordios da calamidade que pesa sobre o Ceará e as medidas que, em synthese acaba de apresentar aos dirigentes da Republica brasileira, demonstram á sociedade o ardor patriotico que V. Ex. vem mantendo na defesa vigilante da causa do Estado”. (BRASIL, 1915d).

Notemos que Gustavo Barroso em sua defesa da oligarquiam a qual pertence produz uma narrativa que rejeita não só as acusações de desvio de verbas recebidas, mas que constrói uma ideia de unidade (incluindo intelectuais, clero e comércio) em nome da política governamental do campo de concentração, descrito mesmo como algo perfeito, modelo humanitário e civilizatório da forma de tratar os retirantes/flagelados. Dessa forma, Gustavo Barroso se coloca não só como arauto das oligarquias cearenses, é ele também um disposto defensor e arquiteto de mundos apartados, condenando milhares de pessoas a viverem cercados numa espécie de exílio em sua própria terra.

Terra arrasada não tanto pelo fator climático, mas pela política de cerca e de seca que produziu entre outras barbáries o Campo do Alagadiço, que visava ordenar a população, produzindo um verdadeiro “campo santo” como avisara Rodolfo Teófilo, e nesse ponto se faz necessário lembrarmos de Eduardo Galeano: “Não há nada mais ordenado do que um cemitério” (GALEANO, 2010, p. 261), e que inferimos estar em total sintonia com o lema republicano: “Ordem e Progresso”.

Temos assim um cenário em que as obras contra a seca e a imagem dos flagelados eram utilizadas sistematicamente em jornais, livros e discursos políticos inflamados, com o objetivo de persuadir a opinião pública e conseguir cada vez mais verbas federais e donativos que acabavam por garantir a riqueza de poucos e a manutenção da miséria de muitos que, uma vez expulsos de suas terras (pela política latifundiária que em sua expansão expandiu também a fome), acabaram presos nas cercas do mundo concentracionário burguês que se alimentava de sua força, corpos, miséria, fome e de sua morte.

Gestão da miséria e dos miseráveis, saberes e técnicas empregados na edificação de espaços da modernidade sobre os escombros de espaços da exclusão de pessoas que, como nos diz Hannah Arendt (1973, p. 376) “mesmo que consigam manter-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido”. Pessoas que só têm sido lembradas para o esquecimento após a sua utilização, esquecimento este que caracterizaria o verdadeiro horror do mundo concentracionário.

Poder soberano que se volta para os espaços, produzindo espaços do moderno, do civilizado, do desejável, e espaços do atraso, da revolta, da barbárie, do indesejável. Terra de

sol e de heróis e de bandidos, mundos que para não se chocarem deveriam estar apartados, separados, por cercas simbólicas e materiais.

Poder soberano que se volta cada vez mais para a vida, produzindo uma forma de vida desejável para ocupar os espaços da modernidade, e produzindo formas de vida despojadas dos direitos mais básicos. Política sobre a vida que não deixa de infundir também a morte, não mais direta, mas sim a morte indireta e aceitável do deixar morrer, a partir da redistribuição do espaço social, seja nos esquecidos rincões do sertão tomado pelo latifúndio, seja nas estradas, estações e trens abarrotados de retirantes, seja nos portos e navios lotados, de onde “saíram 50.783 passageiros de 3ª classe” (CÂNDIDO, 2014, p. 116) somente de Fortaleza em 1915, em viagens deploráveis, em uma verdadeira “viagem de agonias”⁹⁴, rumo às outras cidades que também não foram construídas para eles e que também produziram seus próprios projetos de mundos, apartados a partir de uma racionalização concentracionária.

Campo de Concentração do Alagadiço, feito e cercado com o discurso humanitário cristão de facilitar a distribuição dos socorros e permitir um tratamento mais humano aos “flagelados”, mas que logo se mostrou “verdadeiro depósito de seres humanos” (NEVES, 1995, p. 99), ambiente propício, pela alomeração e falta de condições mínimas de higiene, à proliferação de doenças, como o sarampo, a varicela e outras moléstias que encontraram nos corpos desgastados pela fome e pela miséria, extenuados pelas longas jornadas de trabalho forçado, pelo abandono político deliberado que não fornecia medicamentos suficientes e chegou mesmo a distribuir leite adulterado para os internos, entre eles crianças e idosos.

Campo de Concentração que logo transformou-se num verdadeiro “campo santo”, como alertara Rodolfo Teófilo ao amigo Liberato Barroso, atingindo até dezembro de 1915, um total de 2.785 pessoas (PINHEIRO, 2014, p. 115), sendo a maioria crianças (NEVES, 1995, p. 98), afinal não basta apenas silenciar sobre o passado dessa população que aparece de forma uniforme sob o manto do flagelo e do flagelado e exterminar seu presente, foi preciso também eliminar o seu futuro.

Campo do Alagadiço que fora dissolvido já em dezembro de 1915, mas experiência que retorna no Ceará em 1932 de forma mais sistematizada e interiorizada, a partir de outras relações de poder-saber. Campos de Concentração, resultados de um estado de exceção que permanece – que é a regra – sob novas máscaras, tais como as cercas, as celas, as favelas, os

⁹⁴ Assim o Jornal *A Rua*, intitulou uma matéria que contava os horrores que um jornalista cearense presenciou embarcado no navio *Olinda* que transportava o “rebanho” de imigrantes para o Rio de Janeiro de onde seriam distribuídos para outras cidades para trabalharem também em condições desumanas nos cafezais e demais lavouras e/ou engrossar as filas dos mendigos nas capitais da região Sudeste. Ver: (A RUA, 18 set. 1915).

muros, os cercos, as fronteiras que lançam seus condenados numa zona de negação da humanidade, destinada aos sub-humanos ou não-humanos, infra-vidas, que não podem habitar o mesmo mundo nascido do “Humanismo racista do europeu que só pode fazer-se homem fabricando escravos e monstros” (FANON, 1968, p. 17). Mundo subdesenvolvido, mundo da miséria, mundo de cercas e currais, da desumanidade, edificado sobre o dorso de toda uma população humilhada e oprimida, viabilização somente possível, pois construído a partir de várias práticas imagético-discursivas que fizeram com que determinadas pessoas fossem vistas como (in)desejáveis e que demarcaram rigidamente espaços onde se está autorizado a existir e onde a exceção é a regra.

Mundo de cercas e de opressões voltado para pessoas que tiveram, objetivando a exclusão e a exploração, sua humanidade negada. Mundo concentracionário que encontrou também nas práticas e discursos do clã Barroso, a partir de diversas relações de poder-saber, em começos do século XX, sua materialização e defesa. A culpa pelas mortes? Gustavo Barroso, em entrevista ao *O Imparcial*, em 4 de março de 1916, impinge ao governo federal que durante o ano de 1915 e o primeiro trimestre de 1916 teria enviado “em doses homeopáticas” o valor de 6:000:000\$ em auxílio ao Ceará, o que segundo Barroso apenas mostrara o desprezo com que o governo republicano tratava as províncias do norte, afinal em secas anteriores sob o governo do Império as verbas voltadas para a região foram bem maiores, da ordem de “15:000:000\$ gastos em 1888, e os 72:000:000\$ distribuídos em 1877, mas da comparação o que resulta é a prova do descaso lamentável e criminoso da administração federal” (BARROSO, 1916). Quando questionado pelo jornal sobre a responsabilidade do governo estadual, a resposta foi:

Não posso deixar de consignar aqui a prova provada de que o Sr. coronel Benjamin Barroso, presidente do Ceará, nesta hora de infernal amargura para seus patricios, tem estado sempre na brecha, falando ao governo federal, em todos os tons, a verdadeira linguagem, a única de acordo com a tétrica situação cearense. (BARROSO, 1916, n.p).

Clã Barroso, mais um dos edificadores de mundos concentracionários, gestores – em comunhão com o descaso deliberado do governo federal de Venceslau Brás e com a visão hienista da burguesia local – da condenação da cerca, clã esse que aparece, na figura 11, banqueteadando vitorioso em comemoração ao fim do mandato de Liberato Barroso em 1916, na fotografia da *Fon-Fon*, na qual Gustavo Barroso logo assumiria o cargo de diretor de redação (MAGALHÃES, A. M., 2009, p. 149). Na imagem temos Gustavo Barroso o

primeiro em pé da esquerda para a direita e Benjamin Liberato Barroso, o terceiro sentado da esquerda para a direita.

Figura 11 - "Banquete ao Coronel Liberato Barroso".



Fonte: (FON-FON, 1916, p. 20).

Sobre a construção de sentidos, voltados a determinados corpos, que ajudaram a forjar a figura dos (in)desejados da nação, será, a partir do discurso barrosiano, emaranhado em toda uma rede discursiva, o tema do nosso próximo capítulo.

4 CORPOS (IN)DESEJÁVEIS

*Maldito seja Canaã; servo dos servos seja aos seus irmãos.
Gênesis 9:25*

Nos interessa neste capítulo problematizar a forma como Gustavo Barroso buscou produzir, por meio de sua atividade intelectual e de sua atuação enquanto deputado federal, sujeitos desejáveis e indesejáveis para a Nação. Isto é: como, por meio de suas práticas discursivas, que implicam relações de poder e saber, Gustavo Barroso pensou sujeitos nacionais tradicionais, governáveis, dóceis, mansos, disciplinados, adaptados ao meio, por isso mesmo, resistentes – desejáveis? Ademais, como forjou toda uma gama de sujeitos considerados inaptos, desclassificados, degenerados, fracos, uma vez que ligados aos valores da modernidade burguesa, ou do atraso promovido pelo abandono político, somado aos determinismos do meio e da raça, – indesejáveis – alvos ideais das ações repressivas das autoridades republicanas no começo do século XX.

Esse processo de sujeição dos indivíduos aos controles de uma determinada elite social, que buscava a manutenção de seus poderes centralizadores e dominadores no advento do regime republicano, foi operacionalizado por Gustavo Barroso, por meio do seu discurso impresso em livros, jornais e revistas, bem como, por meio de sua prática legislativa dedicada às leis migratórias, ambas embasadas em teorias deterministas biológicas e geográficas, justamente num cenário em que novos atores sociais, os imigrantes e seus descendentes que chegavam ao Brasil, como construtores de riquezas alheias, viriam a somar nas lutas por contestação de antigas relações de poder.

Portanto, neste capítulo, problematizaremos saberes literários, jurídicos, legislativos e científicos que foram mobilizados por Barroso no afã da formação de uma “nova raça brasileira”, que não fosse “degenerada” pela mestiçagem e pela modernidade e que se apoiasse em valores ditos tradicionalistas. Destarte, Barroso se mostra um intelectual/político preocupado com a formação da nação brasileira, a partir da perspectiva de um progresso conservador antagônico ao projeto de progresso liberal/burguês.

Nesse sentido, nos interessa questionar: (I) Quais as condições históricas que tornaram possíveis os sentidos e significados atribuídos por Gustavo Barroso aos sujeitos? (II) Quais os saberes operacionalizados nessa fabricação de corpos (in)desejáveis? (III) Quais

eram os corpos, por ele, considerados desejáveis e indesejáveis nesse período? Objetivamos também ao problematizar essas questões não perder de vista, como esses corpos não foram apenas sujeitos passivos frente aos projetos da ordem e do progresso republicano, mas sim corpos insubmissos, resistentes, demonstrando assim, um cenário de tensões, conflitos e dinâmicas que marcaram as primeiras décadas do século XX no Brasil?

Visando responder as perguntas norteadoras deste capítulo iremos instrumentalizar a construção social da noção barroiana de (in)desejável, a partir do referencial teórico oferecido pela genealogia do poder de Michel Foucault e sua discussão sobre o conceito de *anormal* (FOUCAULT, 2001) e de *corpos dóceis* (FOUCAULT, 2008) e Giorgio Agamben e sua ideia de *estado de exceção* (AGAMBEN, 2004; 2010) que nos auxiliará a aprofundar mais os temas abordados na genealogia foucaultiana. Os referidos autores se fazem essenciais para problematizarmos o aspecto: de que maneira a política se volta para a vida natural – *biopolítica* –, visando submeter a vida ou as formas de vida a seus fins, ditando também quem pode viver e quem deve morrer, pois um Estado que se preocupa com a vida não deixa também de infundir a morte – *necropolítica*.

Falamos em política de morte à luz do pensamento do filósofo e historiador Achille Mbembe (2019) que trata sobre o desenvolvimento de uma política centrada na produção da morte em larga escala – *necropolítica* –, seja pela ação direta e repressiva, seja pela forma indireta da negligência calculada, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”, definindo assim quem é desejável e quem não é para um Estado que apela à exceção e à fabricação de uma noção ficcional do inimigo, no caso do nosso estudo o sujeito indesejável, para justificar a exclusão via criação de mundos apartados e o extermínio em massa dessa população.

Também a partir das “lentes” de Mbembe problematizaremos, como o projeto de lei de indesejáveis de autoria de Gustavo Barroso, ao buscar excluir sujeitos considerados inúteis ao funcionamento do capital, pois entendidos enquanto improdutivos, já passou a formular um “racismo sem raça”. Dessa forma, subsidiaremos hipóteses sobre como desde os primeiros anos da República, Gustavo Barroso, vocalizando os interesses de determinados setores da burguesia, preocupados em acertar os ponteiros com o tempo do capital, um sistema econômico, cada vez mais global e brutal, passou a generalizar a exploração e a seleção de certos corpos, abrindo caminho a novas figuras de precariedade, processo esse que Mbembe (2014) denomina de *devir-negro do mundo*. Ou seja, os riscos sistemáticos aos quais os corpos negros foram expostos, desde a colonização, passam aos poucos a constituírem o

quinhão de toda a humanidade subalternizada por esse sistema de exploração produtor e legitimador do racismo⁹⁵.

Para discutirmos sobre os “indesejáveis”, os “desclassificados”, as “sobras” da modernidade e do progresso da Primeira República se faz salutar a obra da historiadora Lená Menezes (1996) e seu olhar aguçado sobre aqueles que lutavam para sobreviver nos interstícios da capital da ordem e do progresso. Por fim, mobilizaremos, a partir de Patricia Hill Collins (2019), o conceito de *imagens de controle*, com a finalidade de problematizarmos a forma como Gustavo Barroso definiu formas (in)desejáveis do ser feminino.

Metodologicamente, nos primeiros tópicos deste capítulo, os subsídios fornecidos por Michel Foucault em textos, como *A ordem dos discursos* (FOUCAULT, 1996) e *O que é um autor* (FOUCAULT, 2002), nos serão úteis. Optar por esse caminho significa que estaremos atentos às condições históricas de existência de um discurso e ao conjunto de regras determinadas no tempo e no espaço que buscaram definir, em uma dada época e para um determinado lugar social, as condições de exercício de certa função enunciativa, regendo assim, a emergência de regras, conceitos, temas ao mesmo tempo distintos e regulares que produziram uma *vontade de verdade*⁹⁶ e, com isso, um conjunto de dizibilidades e visibilidades sobre determinados corpos.

Enveredar por tal caminho metodológico também implica afirmar que a origem do discurso não está em sujeitos individuais, mas sim nas diferentes posições – e esse plural é importante – que esse sujeito, no caso Gustavo Barroso, ocupa na ordem do discurso⁹⁷. Significa dizer que o intelectual aqui abordado fala de algum *lugar social* e, portanto, *não é dono livre* de seus atos discursivos, mantidos sempre na esfera do estabelecimento de diálogos, convergências, tensões e dinâmicas em que seu *jogo discursivo* se engendra a um antimodernismo na linha da modernidade, ou como viemos apontando ao longo da nossa tese, sua modernidade é acompanhada de um sentido conservador, elitista e autoritário.

Nesse sentido, este capítulo se encontra dividido em dois momentos, cada qual com suas respectivas subdivisões: Um primeiro que busca perscrutar a *formação discursiva* sobre

⁹⁵ Estamos cientes de que o *devir-negro do mundo* é um processo que se acelera ao longo do desenvolvimento de novas tecnologias de exploração do mundo capitalista, principalmente na fase contemporânea denominada neoliberalismo. Em nossa tese, buscamos a partir da análise da lei barrosiana que versa sobre a entrada de imigrantes no país, apontar alguns passos desse processo de universalização da condição negra.

⁹⁶ Tal conceito em Foucault (1996, pp. 18-19) tem relação com uma prodigiosa maquinaria, apoiada sobre uma distribuição institucional que tende a exercer sobre outros discursos uma espécie de pressão e como um poder de coerção que exclui todos aqueles que procuram contornar essa *vontade de verdade*.

⁹⁷ Segundo Foucault (1996, pp. 36-37), ninguém entrará na *ordem do discurso* se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Disso infere-se que nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis.

os indesejáveis da Primeira República e sua condição de funcionamento, e um outro que leva em consideração, como Gustavo Barroso fabricou discursivamente corpos (in)desejáveis.

Acreditamos que problematizar a questão da construção de corpos/sujeitos/identidades (in)desejáveis no prelúdio republicano é não perder de vista também nosso tempo presente, no qual práticas oficiais e não-oficiais que atuam numa zona “cinzenta do direito”, restritivas e excludentes a direitos e diferentes formas de (re)existir foram, e seguem sendo, a partir de novos arranjos de poder-saber, o *continuum* da história brasileira.

4.1 A formação discursiva em torno do projeto de lei “os indesejáveis” (1916)

Tomamos neste momento a discussão em torno do projeto de lei apelidado de “os indesejáveis”, apresentado em 1916, por Gustavo Barroso, então deputado federal pelo Partido Republicano Conservador do Ceará, como início de nossa análise, embora não o entendamos como ponto de partida e/ou chegada de práticas discursivas que moldaram corpos (in)desejáveis no prelúdio republicano. Entendemos sim esse discurso, como um dos vários projetos que se correlacionaram numa inter-relação entre poderes e saberes dispersos e instituídos, possibilitando a emergência de uma *formação discursiva* sobre determinados corpos.

Neste primeiro momento do capítulo estaremos preocupados com a *formação discursiva* sobre os *indesejáveis*, dessa forma objetivaremos apreender as condições de existência e as possíveis correlações com outros saberes instituídos que possibilitaram o projeto de lei barrosiano e que fabricaram as figuras dos indesejáveis para caracterizar determinados grupos humanos. Assim, nossa análise do discurso que hora segue à luz do pensamento foucaultiano incidirá sobre uma série de enunciados que buscaram, a partir de diversos saberes, difundir a ideia de corpos (in)desejados. Devemos, dessa maneira, alertar que se o nome de Gustavo Barroso aparece de forma mais constante neste momento isso se faz por uma escolha deliberada que vê em tal personagem o esforço por conjugar e operacionalizar diversos saberes, com os quais ele dialoga e que se encontram imersos, e muitas vezes dispersos, em determinadas relações de poder.

4.1.2 A questão da emigração e a lei de indesejáveis

No dia 25 de maio de 1916, conforme registrado nos diários da Câmara dos Deputados, Gustavo Barroso trouxe para o debate, a partir de uma matéria do *Jornal do Commercio*, a questão da “emigração”. Segundo o referido deputado, a matéria fez o seguinte alerta: “o Brazil ia ser, dentro em breve-, um asylo de invalidos e que era necessario evitar esse perigo decorrente das consequencias da guerra européa”. Depois de lido esse trecho, Barroso passa então a desenvolver o seu raciocínio sobre o assunto, qual seja: sempre depois de grandes convulsões sociais, o mundo enfrentava “ondas” migratórias, devido aos efeitos devastadores dos conflitos. Algumas dessas “ondas” migratórias seriam positivas “não só foram fundar as Republicas da Africa do Sul, como tambem contribuíram para o progresso da America do Norte”. Outras seriam, em seu entender, totalmente negativas e nesse caso ele cita as “ondas” migratórias que chegavam naquele momento ao Brasil: “não trazem nem a força physica nem a energia das idéas, nem capitaes nem elemento de progresso de especie alguma” (BRASIL, 1916c, p. 234).

A fala de Gustavo Barroso, inserida num debate sobre os rumos da Grande Guerra, remete, dessa forma, às “grandes ondas” migratórias modernas do século XIX e XX, vinculadas, sobretudo, à expansão do capital que intensificou um processo, iniciado com as grandes navegações, viabilizado e potencializado pelas transformações tecnológicas (nos referimos principalmente às inovações industriais, ao navio a vapor, as ferrovias e ao telégrafo), de busca pela unificação do mundo, a partir das bases capitalistas, o que possibilitou e exigiu cada vez mais o consumo de matérias-primas e novos mercados consumidores exequíveis pelo aumento da demanda de mão de obra⁹⁸. Nas cidades europeias tal demanda foi buscada justamente nos camponeses que, uma vez aliados de seus sustentos, através da transformação das terras comunais em propriedade privada, o que privou-os de produzirem seus meios de subsistência, tiveram que procurar nas cidades os meios para sua

⁹⁸ Segundo Hobsbawm (1996, p. 58), as razões da acelerada expansão econômica que tomou conta do século XIX podem ser encontradas no contraste entre o aumento do potencial produtivo da industrialização capitalista e sua incapacidade de superar suas limitações concernentes a expansão dos mercados para seus produtos, bem como para o capital acumulado, questões essas ligadas inerentemente à circulação. Essa questão foi resolvida graças as inovações técnicas-científicas, que conferiram os meios de transporte e de comunicação adequados aos meios de produção. Resultando na expansão/conquista do espaço geográfico transatlântico onde a economia capitalista poderia desenvolver-se a partir de uma demanda cada vez maior de mão de obra, abrindo oportunidades para os excedentes populacionais do velho continente, que liberava cada vez mais trabalhadores.

sobrevivência, vindo a constituir um excedente de mão de obra sujeita a desvalorização salarial, carga de trabalho excessiva e péssimas condições laborais⁹⁹.

Em países devastados pela crise econômica como Itália, Portugal e Espanha, a solução encontrada por várias pessoas, fugindo da fome, da guerra, de perseguições políticas e ideológicas, foi a emigração para a América atraídos pela promessa de melhores condições de vida. Dessa forma, o massivo recrutamento e transporte de emigrantes pelo Oceano Atlântico em navios a vapor tiveram como principais destinos os Estados Unidos da América, Argentina, Uruguai e Brasil.

Segundo a historiadora Lená Medeiros de Menezes, a imigração é um fenômeno da modernidade, que no Brasil (sem levar em consideração a vinda de colonizadores e negros escravizados) começou com a chegada da Coroa portuguesa ao Brasil (1808), intensificou-se em 1870 e adquiriu sentido massivo em fins do século XIX, com a substituição da mão de obra escrava pela europeia. E qual seria a dimensão da entrada desses imigrantes no Brasil?

A referida historiadora afirma que nunca saberemos, pois, lacunas documentais, com séries nominais e quantitativas incompletas, variações nos procedimentos de registro e, até mesmo, da inexistência deles somando-se à imigração clandestina, impossibilita esse trabalho (MENEZES, 2011, pp. 26-27). No entanto, estima-se que no período republicano, compreendido entre 1889-1930, ingressaram no País mais de 3,5 milhões de estrangeiros (BIONDI, 1960). Diferentemente de outros países, como os EUA e a Argentina, a economia brasileira nesse período passava por um incipiente processo de industrialização, sendo voltada particularmente para a agroexportação, portanto a política imigratória brasileira teve uma inserção prevalente de tipo rural, ainda mais levando em consideração a política de subvenção, posta em prática pelos governos federal e estadual, que previa a concessão gratuita da passagem e da moradia, e que previa a concentração dos imigrantes em hospedarias, para que fossem direcionados principalmente aos latifúndios das principais regiões rurais, estas que hoje conhecemos como eixo Sul-Sudeste do País. De toda forma, o perfil médio do imigrante típico no Brasil foi o do camponês europeu pobre, vindo junto com seu núcleo familiar para se estabelecer no Brasil e, assim, fugir da fome, quebrar os laços de subordinação originários, preservar ou adquirir a condição de camponês independente, de

⁹⁹ Sobre a relação entre o advento estrutural da sociedade capitalista, os altos impostos cobrados dos pequenos arrendatários e as parcelas de terras tomadas (os cercamentos) dos camponeses que levou à ruína grande parte do campesinato nesse período e sobre o processo violento de expulsão dos camponeses das terras comuns que gerou as precondições para o capitalismo na Inglaterra rural, efetivando as “duas transformações pelas quais os meios sociais de subsistência e produção são transformados em capital; e os produtores imediatos, em trabalhadores assalariados” (MARX, 1977, p. 875).

salvaguardar a cultura camponesa, o núcleo familiar e as redes familiares e comunitárias, mesmo que em um “novo mundo” distante e desconhecido (BIONDI, 1960).

Uma vez na zona rural esses imigrantes e seus descendentes se depararam com uma política imigratória que sustentada pela lógica dos latifundiários obstaculizou a difusão da pequena propriedade. Portanto, o sonho do acesso à propriedade da terra logo se mostrou frustrado no curto prazo, gerando assim um excedente de mão de obra que foi funcional para os setores agroexportadores, principalmente os ligados ao complexo cafeeiro. Nessa conjuntura esses imigrantes se depararam com um Estado, ao serviço do latifúndio e suas gigantescas porções de terras improdutivas, incapazes de absorvê-los integralmente no mercado de trabalho e em condições estruturais lastimáveis, o que fez muitos deles procurar se fixarem nas regiões portuárias e nas grandes cidades, não menos excludentes, localizadas principalmente na região Sudeste, que se desenvolviam em ritmo acelerado e proporcionavam maiores oportunidades de ascensão social, saúde e educação (BIONDI, 1960).

Esses imigrantes que vinham em “ondas” que ora avançavam, ora se retraíam, provinham de vários países, como Portugal, Itália, Espanha, Síria e Japão, e desembarcavam principalmente nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, trazendo suas vivências próprias, suas formas de se relacionar, de trabalhar, de se divertir, de professar sua fé, de se organizar politicamente (inclusive com muitos inspirados em teorias comunistas e anarquistas), encontrando um mundo rural em muito saudoso dos recentes tempos das senzalas e nas cidades uma organização submetida aos interesses e às exigências do capital que mobilizou uma série de saberes e de técnicas que objetivavam a *disciplinarização* dos corpos.

Esse processo de disciplinarização dos corpos teve o objetivo de torná-los dóceis, através de um trabalho insistente, metucioso, anatomia mesmo dos detalhes, que se exerce sobre o corpo das crianças, dos soldados, dos sadios, com fins de aumentar a força econômica do corpo, ao mesmo tempo em que reduz sua força política (FOUCAULT, 2008, p. 119). O adestramento e a normalização desses corpos era realizado não só no interior das fábricas, mas em todos os níveis do seu cotidiano, até mesmo no campo das subjetividades, alcançando assim uma escala microfísica; projeto que visava a imposição do modelo imaginário/idealizado de trabalhador e família burguesa.

A ausência de legislação trabalhista logo gerou um cenário de exercício desenfreado e arbitrário de exploração no interior do processo produtivo, que encontrou, na organização do movimento operário (ligas, uniões, sindicatos, jornais) e nas suas diversas formas de reagir dentro das fábricas (greves, boicotes) e fora destas (comícios, encontros e atividades

culturais), grande resistência. Assim, um dos principais jornais anarquistas surgidos na Primeira República o *A Plebe*¹⁰⁰, se referia no artigo que abre sua primeira edição:

Para se conseguir vencer o monstro social que infelicitava o povo produtor não bastará decepar-lhe uma de suas monstruosas cabeças que, como as da hydra de Lerna, renascem com redobrado vigor para a sua maléfica acção. [...] A humana espécie sómente poderá considerar-se verdadeiramente livre e começar a gosar da felicidade da qual é merecedora quando sob os escombros fumegantes desse burgo podre que é o regimen burguez desaparecerem para todo o sempre, com a maldição de todas as gerações soffredoras, o Estado, a Igreja e o militarismo. (STRONGREN, 2015, p. 9).

A partir desse artigo do jornal *A Plebe*, podemos observar que determinados setores do movimento operário confrontavam não apenas a exploração capitalista, mas o próprio *status quo* ao colocar, como o monstro mitológico “hydra”, não só o estado burguês, mas também a religião e o militarismo. Toda essa reação operária que logo se alastrou, enfrentando a repressão e as estratégias disciplinares dos setores fabris quebrou as expectativas das elites brasileiras, calcadas sobre o estereótipo do imigrante europeu trabalhador, subserviente e honesto (RAGO, 2014, p. 31).

Segundo a historiadora Margareth Rago, “Mais do que qualquer outro grupo social, os imigrantes aparecem aos olhos dos setores privilegiados da sociedade imersos num estágio ameaçador de transição: recém-saídos de seus países, de suas regiões de origem, ainda não definiram o novo modo de vida [...]” (RAGO, 2014, p. 32). Vistos com desconfiança, por buscarem preservar suas tradições, crenças, valores, costumes, e aderindo cada vez mais as pautas anarquistas e anarcossindicalista, os imigrantes e seus descendentes que chegavam ao Brasil, em fins do século XIX e começo do XX, instauraram um presente de conflitos político-sociais que ameaçavam romper, principalmente nas cidades, a transposição da idealização de um tempo passado tranquilo e submisso dos trabalhadores brasileiros frente aos desmandos dos senhores para seus dias atuais. Desenhava-se, assim, um campo de tensões e conflitos, cujas medidas jurídico-repressivas foram sendo utilizadas pelas elites brasileiras para contornar essa situação, a qual Gustavo Barroso acompanhava de perto, dado que residia na efervescente capital do País – Rio de Janeiro – e buscava intervir, a partir da sua atuação político-literária.

Exemplo de como Barroso acompanhava de perto essa situação e de sua preocupação com a questão da mão de obra no país, pode ser observada em seu primeiro discurso,

¹⁰⁰ Fundado em junho de 1917, pelo tipógrafo anarquista Edgard Leuenroth, em substituição ao jornal anticlerical *A Lanterna*, consagrando-se como um dos principais jornais anarquistas da história do Brasil (STRONGREN, 2015).

enquanto deputado federal, realizado no dia 06 de outubro de 1915. Esse discurso na Câmara abre com uma questão contemporânea: a constituição do que ele denomina de expedições nos:

Estados do Paraná e Santa Catharina, contra os indios botucudos daquela região [...]. De ha muito, quasi se não tem cuidado no Brazil da população aborigene, que vive homisiada em cerca de 12 Estados da União e no Territorio do Acre. Com muito pouco methodo tem sido executada qualquer medida a favor dessa gente, quasi se não tem cogitado de protegel-a, trazendo-a á vida civilizada; pelo contrario, não teem sido evitada as devastações e se tem tratado antes de destruil-a do que de outra cousa. (BRASIL, 1915e).

Podemos observar aqui um Gustavo Barroso acusando que há muito o Brasil não cuidava de seus “índios” (como se em algum momento anterior na colonização ou sob a monarquia houvesse tido algum cuidado nesse sentido), deixando-os isolados, sem proteção, muito pelo contrário, ele denuncia mesmo uma política de extermínio contra esses povos. A solução por ele encontrada é então “trazê-los à vida”. Sua fala segue recheada de datas, eventos e documentos oficiais sobre a colonização e como se deu, a partir disso, a relação com os povos originários, comparando com medidas adotadas na Europa e Estados Unidos da América, girando em torno, principalmente, da questão de qual medida seria melhor para o País, o isolamento racial ou a mestiçagem. Dessa forma, Barroso passa então a defender – numa visão romântica e silenciadora de toda a violência – união entre “selvagens e civilizados” (BRASIL, 1915e).

Desenvolvendo seu raciocínio, favorável a união racial, Barroso aponta, como um exemplo de falibilidade, a política de isolamento racial promovida nos Estados Unidos para com a população negra:

O exemplo máo do isolamento de uma raça no seio de outra está visivel e palpavel nos Estado Unidos, que até hoje não conseguiram, tendo feito a abolição da escravatura muito antes de nós, diminuir a população negra. Ao contrario, tem augmentado, dia a dia, não só dos negros do paiz como dos das Antilhas, que se refulgiam no Sul dos Estados Unidos. (BRASIL, 1915e).

Notemos que na fala do jovem deputado a segregação racial estadunidense é apontada como falha por não ter conseguido diminuir a quantidade da população negra em seu território, mas sim aumentá-la, trazendo consigo o que ele considerava outro erro, a imigração de mais pessoas negras (colonos das Antilhas) para o país. Portanto, a forma ideal para “diminuir a população” indesejada seria a política de branqueamento populacional a partir da mestiçagem. Nesse ponto de sua fala, o deputado pelo Maranhão, Dunshee de Abranches, fala sobre um estudo que compara a política racial adotada pelos Estados Unidos

com a adotada pelo Brasil. Ao que Gustavo Barroso responde que já escrevera no *Jornal do Commercio*, uma crítica a tal estudo¹⁰¹ afirmando que:

<<É mais que certo que o brasileiro tem aversão ao negro, ao indio, ao mestiço. Todo brasileiro quer ser branco. É quasi insulto chamal-o mulato, cabra, caboclo ou mameluco. E isto é extraordinariamente logico. Nós nos educamos a considerar das tres raças que nos cercam a branca como superior, vindo por todos os lados para igualal-a em intelligencia e outras qualidades tendiam todos os esforços. E demais sempre vimos o branco como dominador orgulhoso e o negro, apesar da sua affectividade, reduzindo á humilhante condição de escravo, e o indio, máo grado seu valor guerreiro, seu grande amor da liberdade, extinguindo-se, fugindo, deixando o campo livre á dominação européa>>. (BRASIL, 1915e).

Ao que o deputado Dunshee de Abranches, pontua, “o preconceito vae até mais longe: só queremos ser latinos”, e Gustavo Barroso, concordando com o colega, responde: “E’ facto, e até os que teem metade do sangue germanico, como eu, tambem se dizem puros latinos.” (BRASIL, 1915e). Para Gustavo Barroso seria lógica a premissa de que o elemento branco é racialmente superior, pois assim aprendemos que deveria ser, ensinamento esse que ele não questiona. Dessa forma, o branco sempre é visto como “superior”, imagem essa que seu discurso expresso em jornais, revistas e livros ajuda a construir, já o negro e o “indio” são descritos, enquanto agentes de sua própria desgraça, pois, notemos; o primeiro não é reduzido a escravo, ele foi “reduzindo”, já o segundo elemento, ele não foi sendo extinto, ele foi “extinguindo-se”, de forma passiva, “fugindo, “deixando” seus lares. Sendo assim, a forma nominal dos verbos no gerúndio por Gustavo Barroso, visava mostrar que eles (negros e indígenas) eram os responsáveis pela sua “inferioridade” e que essa ação ainda estava em andamento. Discurso que se seguiu criticando a ideia de uma identidade nova e avessa ao passado colonial – uma identidade latina –, em detrimento de uma identidade mais antiga, “tradicional”, europeia, da qual Gustavo Barroso tanto se orgulhava de ter correndo em suas veias.

E o que toda essa digressão sobre a mestiçagem entre brancos e indígenas tem a ver, como afirmamos anteriormente, com a questão da imigração europeia a ser usada como força de trabalho o Brasil? A esse respeito Barroso, assevera em seu discurso na Câmara dos Deputados, depois de uma longa fala que ele denomina de “contribuição histórica”:

Com a orientação moderna, precisamos ainda considerar o indígena, como um factor economico, e ponderar que, quando cada immigrante estrangeiro nos custa contos de réis, deveriamos tratar não de matar, mas de aproveitar essa gente, que, si não por si

¹⁰¹ Demonstrativo de como essa questão seguiu forte no pensamento de Gustavo Barroso é que essa referida crítica por ele feita no *Jornal do Commercio*, fora publicada mais tarde em forma de capítulo intitulado “O negro no novo mundo”, do seu livro *Idéas e Palavras* publicado em 1917.

imediatamente, ao menos por seus descendentes, convenientemente educados, poderá ser excelente elemento de progresso para o país [...].
Como não considerar uma raça, que assim trabalha, como factor economico de ponderavel valia? (BRASIL, 1915e).

Inferimos desse longo discurso, o primeiro do seu mandato, que Barroso quis defender que segregar os indígenas não surtiria efeitos práticos em sua eliminação, como o caso dos Estados Unidos teriam provado, muito pelo contrário, eles poderiam aumentar, bem como “simplesmente” matá-los seria não um crime, mas um prejuízo econômico. Recuperemos o início de sua fala, contrária ao extermínio indígena e ao descaso das políticas públicas a eles dirigidas, em que ele propõe trazer os “índios” ao que seria a vida, não qualquer vida, mas a vida dita civilizada.

A civilização defendida pelo referido deputado, a partir da “orientação moderna”, deveria considerar o indígena (talvez não os adultos, por já serem demais “selvagens”, mas quem sabe com seus descendentes, uma vez que misturados com o elemento “civilizado” branco e educados desde pequenos), como um fator econômico lucrativo em amplo sentido, pois seriam uma raça afeita ao trabalho e um **produto** menos custoso que a mão de obra estrangeira.

Para Gustavo Barroso, porta-voz das elites nortistas e deputado pelo Partido Republicano Conservador, que defendia um progresso de fundo conservador, a economia brasileira não poderia parar pela falta da mão de obra escrava, nem deveria desperdiçar dinheiro trazendo imigrantes. Para ele, civilizar os “índios” era um destino que, partindo de uma visão de mundo excludente do que seria a humanidade, seria, além de tudo, rentável, útil economicamente¹⁰².

Voltemos a questão das “ondas” migratórias que se agravaram ainda mais com o advento da Grande Guerra (1914-1918). Mesmo estando longe dos palcos principais das ações bélicas, o Brasil foi afetado de diversas formas¹⁰³ e entre elas temia-se agora a vinda de pessoas que traziam os horrores da guerra em seus corpos e em suas mentes: os massacrados e mutilados na Guerra, o *Outro* da civilização moderna, pessoas sem braços, sem pernas, sem visão, com saúde mental abalada, sem família, sem dinheiro, mendigos, pessoas consideradas inaptas para o trabalho e para a vivência na almejada sociedade da ordem e do progresso.

¹⁰² Contra essa visão de mundo que Gustavo Barroso ecoa e nos chega até nosso momento de escrita, faz-se muito importante as reflexões do pensador e líder indígena Ailton Krenak, em “A vida não é útil” ao apontar que a civilização da “Ordem e do Progresso” está pautada, sobretudo, no consumismo desenfreado que não poupa nem o meio ambiente nem vidas consideradas indesejadas (KRENAK, 2020).

¹⁰³ Segundo Mendonça (2008, p. 126), podemos destacar os impactos no comércio exterior brasileiro com a quase extinção das importações europeias e as drásticas restrições em suas exportações.

Essa preocupação pode ser observada no jornal *A EPOCA*, em sua edição de 12 de junho de 1916, em coluna, sob o título de “Desembargue dos mendigos e estropiados”, escrito por Alfredo Balthazar da Silveira. No referido artigo, o autor, em tom de cobrança, afirma que a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, ainda não teria dado o parecer sobre a indicação “de um representante cearense, que quiz saber si ao governo era licito impedir o desembarque dos estropiados e mendigos que hão procurado abrigo na nossa terra” (*A EPOCA*, 1916, p. 2). Sobre essas pessoas ele fala:

Não será por ventura de natureza a impressionar o publico desta capital o degradante espetaculo que lhe offerecem os mendigos, aleijados, as creanças, as mulheres com o corpete desabotoado, exhibindo os seios minguidos pela fome, que esmolam nas portas dos theatros, nos dégraos das egrejas e horas de missas de defuntos ricos, horrivel espectaculo que a mais esforçada pollicia não pôde evitar? (*A EPOCA*, 1916, p. 2).

Notemos que Alfredo Balthazar, em seu artigo, está preocupado com a presença desses sujeitos a macular, com seus corpos e práticas considerados abomináveis para certos setores da sociedade carioca, o espaço público da pretendida moderna capital brasileira. Ainda segundo o artigo, nem a polícia estaria conseguindo combater a presença desses corpos indesejados e nem mesmo a prisão deles seria a solução, pois ela “não é evidentemente o mais seguro expediente para reduzir a mendicidade: além de agravar as despesas do Estado, que se vê assim obrigado a sustentar os vagabundos, ella contribue para o desenvolvimento da criminalidade.” (*A EPOCA*, 1916, p. 2).

Ressaltemos algumas constatações do autor do artigo “Desembargue dos mendigos e estropiados”, sobre a ineficácia das medidas punitivas de encarceramento. Primeiro ponto, o argumento classista de que prender é oneroso ao Estado, pois este terá que manter os “vagabundos” com abrigo, comida e roupas; um destino que, o texto dá a entender, seja até um destino preferível por essas pessoas. Segundo ponto, Alfredo Balthazar constata que a prisão é uma fábrica de mais criminalidade.

Já que nem a repressão estava funcionando para expulsar esses corpos indesejados de uma cidade, onde “a pobreza é enorme” e “onde não se faz nada para evitar-se a propagação de males que estragam uma raça” (*A EPOCA*, 1916, p. 2), palavras que denotam o argumento de classe na busca da formação de uma identidade nacional burguesa, e nem mesmo a remoção deles do espaço público para a prisão seria uma medida eficaz, ao contrário, posto que não reduz a criminalidade, é custosa aos cofres públicos e que leva a reincidência do que autor denomina de “vagabundos”, qual seria então a forma eficaz de se fazer justiça?

Para Alfredo Balthazar era preciso que a Constituição “Em face da ‘Eugenia’, a nova sciencia que por objecto estudar os melhores meios de se conseguir uma raça sadia e robusta” impeça a entrada dessas pessoas no Brasil, de modo semelhante ao que os Estados Unidos já faziam ao não admitirem o “desembarque de imigrantes analphabetos”. Argumentos operacionalizados pelo autor do texto que visavam a formação de uma raça mais desenvolvida, bem como o “desejo de ver o trabalho de modo a produzir incessantes lucros”. E é baseado nesses pressupostos que ele é levado “a applaudir a indicação do deputado cearense, que eu desejára ver transformada em lei.” (A EPOCA, 1916, p. 2).

É nesse sentido que, em 18 de setembro de 1916, Gustavo Barroso, o “deputado cearense”, que Alfredo Balthazar exalta em seu artigo no A EPOCA, apresenta a sua, já citada, lei que visava proibir a entrada de pessoas consideradas indesejáveis no Brasil. Sobre o “problema dos indesejáveis”, o jornal *A Rua*, em novembro de 1918, cobrou: “Para quando a solução? Que os poderes publicos apressem a votação, a sancção e a execução do projecto Gustavo Barroso” (A RUA, 25 nov. 1918, p. 1).

Depreendemos dessa matéria do jornal *A Rua*, em conexão com a conjuntura delineada nos parágrafos anteriores, que uma pergunta rondava a mente de determinados setores das elites brasileiras, qual seja: como se prevenir da onda migratória de europeus que passavam a serem vistos, como indóceis, e que se agravava com a questão dos fugidos da Grande Guerra, sendo a maioria destas pessoas mutiladas, viúvas, crianças e idosos, portanto considerados impróprios para mão de obra seja na lavoura, seja nas incipientes indústrias?

4.1.3 Uma lei em muito desejada

A partir das considerações acima abordadas é que a questão sobre os imigrantes passa a ganhar cada vez mais relevância nos jornais, principalmente da capital do país, como acompanhamos na fala do então deputado Gustavo Barroso, nos quais podemos observar os rastros das tensões produzidas neste momento entre uma vasta população de excluídos da ordem e do progresso republicano e uma elite desejosa por um progresso material/moral e um ordenamento social legitimado por saberes sintonizados com determinados valores, que objetivavam produzir um novo indivíduo aos seus moldes: corpo saudável, *puro*, disciplinado, dócil politicamente, rentável economicamente, voltado para a produção e informado na ordem da moralidade burguesa, cuja existência ansiava por uma nova formação racial para o Brasil.

É seguindo esses pressupostos que Gustavo Barroso apresenta, no dia 18 de setembro de 1916, o já mencionado projeto de lei sobre os indesejados:

Art. 1.º O Governo Federal impedirá a entrada no territorio da Republica aos individuos de nacionalidade estrangeira, cegos, surdos-mudos, paralyticos, enfermos de molestias contagiosas ou incuraveis, mutilados do braço direitos, de ambos os braços ou ambas as pernas, idiotas, imbecis, alienados mentaes de qualquer especie, criminosos condemnados nos seus paizes de origem, mendigos, ciganos, mulheres sós, viúvas com filhos menores de 16 annos, homens maiores de 60 e menores de 16. (BRASIL, 1916a, p. 17).

Cabe ressaltar que no trecho anteriormente citado do Jornal *A Rua*, “anarchistas e outros que tanto trabalho dão a policia” entrariam no rol desse projeto de lei que perseguiria não só corpos, mas também ideologias indesejadas. Segundo a historiadora Lená Medeiros de Menezes o uso do termo “indesejável” já tinha uma conotação política forte, remontando justamente aos anarquistas que chegavam ao Brasil em fins do século XIX e começo do XX. Sendo esse termo muito utilizado para valorá-los de maneira negativa não por sua cor, ou destino de origem, mas por causa de seus ideais que ameaçavam degenerar a sociedade da ordem e do progresso burguês. Vale ressaltar, ainda sob o entendimento de Menezes, que o termo “indesejável” também foi muito aplicado aos imigrantes que, por diversas razões, passaram a ocupar espaços nos mundos da contravenção e do crime, sendo então perseguidos todos aqueles que se envolvessem em atos considerados de desordem frente ao projeto civilizatório da sociedade burguesa que preconizava uma limpeza moral, material e étnica (SARMIENTO; MENEZES, 2015, pp. 164-180).

Dessa forma, o deputado Gustavo Barroso, por meio de seu projeto de lei, se apresenta imbuído na tarefa de formação social, a partir do respaldo de um corpus de proposições consideradas verdadeiras, pois ditas científicas, enformando seu discurso no jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos, numa operação de sentidos que associa numa mesma atividade simbólica os excluídos da República: os menos favorecidos economicamente (em sua maioria africanos e seus descendentes), bem como determinados grupos de imigrantes considerados inaptos, enquanto mão de obra e/ou indóceis por seus valores contestadores da ordem como sujeitos indesejáveis¹⁰⁴.

Façamos notar que, por tudo que já foi até aqui discutido, conceitos caros a Gustavo Barroso como tradição, passado, não tem lugar em seu projeto de lei. Este é apresentado sob o signo do capital. A lei de indesejáveis se volta para aquelas pessoas que são consideradas

¹⁰⁴ Como podemos observar na citação em que trazemos um trecho da “lei de indesejáveis” destaca-se também na política imigratória barrosiana uma questão de gênero. Esse aspecto será mais aprofundado nos próximos subtópicos.

inúteis ao funcionamento do capital, esses corpos (mulheres sem renda, mutilados, doentes, crianças, idosos, ciganos) são assim classificados para serem vistos como anormais, corpos dispendiosos, o *Outro* da sociedade capitalista, do qual é preciso proteger-se ou mesmo desfazer-se. Então, junto aos condenados da terra de sol, cercados no Campo do Alagadiço, somam-se esses novos rechaçados, barrados, expulsos do País, condenados da terra, por não constituírem capacidade produtiva. Temos assim um racismo de estado gerenciando modos de eliminação dos indesejáveis, dos inúteis, descartáveis, para o bom funcionamento da nação-empresa.

Dessa forma, Gustavo Barroso, o antimoderno na linha da modernidade, visou a construção do ser nacional, a partir de um fundo conservador e elitista, calcado na classificação e na exploração da força de trabalho. Quem não se encaixasse na atualização do modo de produção herdado do escravismo e da plantação, seria uma espécie de infra-vida, farrapo humano (MBEMBE, 2014, p. 231), nem mesmo digno de entrar no País, quanto mais vir a ser parte dele. Racionalidade política elaborada e legitimada, a partir de conhecimentos científicos e desenvolvimentos técnicos que como nos lembra Walter Benjamin em sua tese XI sobre o conceito de história (LÖWY, 2005, p. 100), trouxe verdadeiros retrocessos sociais ao promover as mais diversas formas de crimes e genocídios.

Os saberes operacionalizados por Gustavo Barroso para a elaboração de corpos (in)desejáveis será o tema do nosso próximo subtópico.

4.1.4 Saberes Indesejáveis

Neste tópico nos interessará problematizar as condições de funcionamento de uma determinada prática discursiva que fabricou corpos (in)desejáveis nas primeiras décadas do Brasil republicano. Em outras palavras, sob quais condições o deputado Gustavo Barroso buscou exercer o poder de fazer viver, expulsar ou deixar morrer, expondo à morte largas camadas da sociedade ao propor uma lei tão excludente? Quais os saberes mobilizados para tal intento? Quais as condições históricas de existência desse discurso? Mover-nos segundo essas premissas do pensamento foucaultiano significa lançar luz sobre os locais, no qual o discurso sobre indesejáveis foi produzido e circulou, bem como sobre as condições de sua

prática discursiva e a partir de que regras se formou e funcionou o sujeito Gustavo Barroso que veio preencher a *função autor*¹⁰⁵ do projeto de lei apelidado de “os indesejáveis”.

Antes de começar a procurar responder essas indagações, permita-nos trazer uma citação com o fim de aprofundar mais nossa discussão sobre a construção de uma identidade nacional, pautada na exclusão de sujeitos considerados párias da sociedade:

Nada ha de mais importante e decisivo para o futuro do Brasil, já tão mal servido ethnicamente e que só com a acção do tempo se irá libertando dos elementos pessimos que o atopem, do que a formação de uma raça physica e moralmente sadia [...] expurgada de sangue máo e de tendencias perniciosas. (A RUA, 23 set. 1916, p. 1)¹⁰⁶.

Essa fala de Gustavo Barroso está na matéria do Jornal *A Rua* que ressalta a importância de se votar logo o seu projeto de lei apelidado de “os indesejáveis”. Pela citação acima notamos um discurso interessado/endereçado ao futuro de uma dada nacionalidade, a partir da sua composição étnica, mas essa não era uma preocupação só de Gustavo Barroso e do jornal *A Rua*. Nem o referido jornal, muito menos o proponente da lei pairavam livremente sobre a sociedade, a condição própria da existência e circulação desse discurso está assentada numa determinada *ordem do discurso*, apoiada sobre uma distribuição institucional que tende a exercer sobre outros discursos uma espécie de pressão, como um poder de coerção (FOUCAULT, 1996, pp. 18-19). Portanto, a prática discursiva barrosiana e sua circulação em determinados lugares de poder (como a Câmara dos Deputados, círculos literários e meios de comunicação) só foram possíveis, uma vez que fundamentados, racionalizados e justificados a partir de sua relação com outros saberes. Trabalharemos assim com três destes, a saber: o científico, o literário e o político. Como dito na introdução deste capítulo, a escolha pela problematização de tais saberes é intencional, uma vez que vemos em Gustavo Barroso a busca pela costura entre eles, partindo de sua prática literária (que se pretendia científica) conjugada com sua atuação política enquanto deputado federal.

Desde 1870, toda uma gama da intelectualidade brasileira passou a importar – principalmente da Europa e dos EUA – teorias como *determinismo geográfico*, *evolucionismo social*, o *positivismo*¹⁰⁷ e a *eugenia*¹⁰⁸. Essa intelectualidade local que estava vinculada à

¹⁰⁵ Para Foucault (2002) não é que o autor não exista, mas que se faz mais importante entender sob que regras se formou e funcionou o conceito de *autor*, ou seja, quais as condições nas quais é possível um sujeito preencher essa função, qual o lugar ele pode ocupar em cada tipo de discurso, que funções exerce e obedecendo a que regras. Segundo Foucault, trata-se de retirar do sujeito seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa dentro do discurso.

¹⁰⁶ Como o senhor Gustavo Barroso justifica seu projeto. (A RUA, 23 set. 1916, p. 1).

¹⁰⁷ Podemos destacar, a partir de Schwarcz (1993), como expoentes desse pensamento, o etnólogo e geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), fortemente influenciado pela teoria darwinista da evolução. O

diferentes instituições (museus, institutos históricos e geográficos, faculdades de direito e medicina), foi ressignificando e adaptando tais saberes à sua própria conjuntura conferindo-lhes novos significados (SCHWARCZ, 1993, p. 17). Uma vez encaixadas à realidade brasileira essas teorias foram mobilizadas para explicar as especificidades dessa sociedade, através do conceito de *raça*, no qual se passou a classificar grupos humanos em uma hierarquia biológica em que o elemento branco ocuparia o topo desse sistema classificatório e o elemento negro (africanos escravizados, ex-escravos e descendentes) constituía não só uma classe perigosa, mas também a razão pelo atraso brasileiro frente às outras sociedades ditas civilizadas.

Nesse cenário, o Brasil era apontado, tanto internamente quanto externamente, como um País extremamente miscigenado racialmente (SCHWARCZ, 1993, pp. 11-14). Isso levou a uma questão central dentro de uma conjuntura de substituição da mão de obra – o fim da escravidão e a importação de braços europeus – e a busca pela manutenção de uma sociedade hierarquicamente dividida, a saber: qual o destino dessa nação cujo, se entendia, o cruzamento de raças se deu de forma tão acentuada? A miscigenação era um fator positivo ou negativo? A miscigenação produziria “degeneração” e a própria impossibilidade do Brasil se constituir enquanto nação? Ou, a miscigenação, a partir de uma ideologia de branqueamento gradual da sociedade que buscava conformar a identidade nacional brasileira à uma herança branca-europeia, negando qualquer resquício de identidade brasileira advinda de uma herança negra-africana e/ou indígena, produziria, à medida que ficasse cada vez mais branca, uma população mais sadia, tanto culturalmente quanto fisicamente? Partindo do escopo desses saberes

determinismo geográfico tinha como principal eixo o entendimento de que: as características físicas de uma área, como o clima, têm um impacto essencial e direto na vida dos habitantes locais. Dessa forma, ambiente e clima definiriam o comportamento geral e a cultura de uma sociedade. Já como expoentes da teoria do evolucionismo social, destacamos pensadores como Edward Burnett Tylor e Herbert Spencer. Aplicando teorias iluministas e o evolucionismo biológico, tal como preconizado por Charles Darwin, ao nível da estruturação das sociedades humanas, tal entendimento preconizava que se os organismos vivos podem se desenvolver, de acordo com as leis deterministas e evolutivas, o mesmo poderia ser aplicado às sociedades. Dessa maneira, formulava-se que as sociedades têm início em um estado primitivo e gradualmente tornam-se mais civilizadas com o passar do tempo. Nesse contexto, o primitivo é associado com comportamento animalístico; enquanto civilização é associada com a cultura europeia dos séculos XIX-XX. Já o positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores Auguste Comte e John Stuart Mill. O positivismo preconiza a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro e de encaminhar o progresso da humanidade, que depende exclusivamente dos avanços científicos.

¹⁰⁸ O termo “eugenia” (o eu vem do grego, e significa “bom” e Genia quer dizer “linhagem”) foi criado pelo britânico Francis Galton, na década de 1880, preocupado com a formação do que seria uma sociedade perfeita, o que adaptado ao Brasil do pós-abolição significou a busca por desenvolver uma nação menos negra, menos indígena e menos pobre, a partir de uma seleção artificial, em que o “sangue branco” se sobreporia aos demais, promovendo uma “boa linhagem”. No Brasil, podemos citar a nível de exemplo, como alguns dos principais defensores do eugenismo, escritores, políticos, médicos e juristas, tais como: Belisário Pena, João Batista de Lacerda, Euclides da Cunha, Raimundo Nina Rodrigues, Renato Ferraz Kehl, Monteiro Lobato, Oliveira Viana.

deterministas – positivo-evolucionista-eugenista – que as respostas para essas questões foram buscadas e efetivadas no Brasil a partir de fins do século XIX.

Essa discussão também se refletiu na literatura do final do século XIX e começo do século XX, por meio do movimento artístico e cultural conhecido como *naturalismo*, que surgiu em meados do século XIX na França, muito ligado ao *realismo*¹⁰⁹. No campo das letras seu precursor foi o escritor francês Émile Zola, a partir da publicação da obra *O Romance Experimental* em 1880, e de uma de suas mais populares obras, *Germinal* publicado em 1885. Com a publicação da obra de *O Crime do Padre Amaro* em 1875, o escritor português Eça de Queiroz, também foi um nome bastante influente dessa escola. Os adeptos dessa literatura estavam preocupados em demonstrar, a partir de princípios que buscavam o “máximo de realidade e mínimo de ficção”, os problemas da realidade social, política e econômica.

Entre os principais temas abordados por esse estilo literário destaca-se: a miséria, a violência, os crimes, as patologias humanas, a sexualidade, o adultério, entre outros que preconizavam uma análise social, à luz de saberes deterministas. Dessa forma, aquilo que foge da norma ou do desejável ganha um papel de destaque na literatura naturalista que passa, a partir de normas discursivas, a produzir efeitos excludentes que instituem sujeitos, corpos e identidades outras como sujeitos abjetos, indesejáveis. Sobre a materialização do corpo a partir de um discurso identitário, a filósofa Judith Butler nos fala:

Apresentado como uma superfície e cenário de uma inscrição cultural: “o corpo é a superfície inscrita pelos acontecimentos”. [...] O limite do corpo nunca é meramente material, mas que a superfície, a pele, é sistematicamente significada por tabus e transgressões antecipadas; [...] as fronteiras do corpo se tornam os limites do social *per se*. (BUTLER, 2015, pp. 224-227).

No Brasil o *naturalismo* ganha força em fins do século XIX, e tem como marco inicial a publicação do romance *O Mulato* (1881) de Aluísio de Azevedo, também merecendo destaque sua obra *O Cortiço* (1890). Outros adeptos dessa corrente literária em terras brasileiras foram: Raul Pompéia, Julio Ribeiro, Inglês de Souza, Adolfo Caminha e Euclides da Cunha¹¹⁰.

¹⁰⁹ O realismo foi um movimento artístico e literário surgido nas últimas décadas do século XIX na Europa, mais especificamente na França, em reação ao romantismo. Entre 1850 e 1900 o movimento cultural, chamado realismo predominou na França e se estendeu pela Europa e outros continentes. Os integrantes desse movimento repudiaram a artificialidade do neoclassicismo e do romantismo, pois sentiam a necessidade de retratar a vida, os problemas e costumes das classes média e baixa não inspirada em modelos do passado. O movimento manifestou-se também na escultura e, principalmente, na pintura e em alguns aspectos sociais.

¹¹⁰ Outros livros como *O Ateneu*, *Bom Crioulo*, além do já mencionado *O Mulato* caracterizam bem que o realismo, e, em especial, o naturalismo, eram voltados ao retrato do abjeto na elaboração de uma ideia do binômio nação/identidade, ver: (SOUZA, 2010, p. 4). O sociólogo Richard Miskolci desenvolve, de forma

Devido a importância que Gustavo Barroso atribui ao pensamento de Euclides da Cunha, nos permitam reservar um espaço para um breve comentário sobre o autor de *Os Sertões*.

Egresso da Escola Militar da Praia Vermelha e aluno de Benjamin Constant, Euclides da Cunha foi um ardoroso defensor do discurso científico de orientação positivista e evolucionista. Em 1897, imbuído desse pensamento e colaborando para o jornal *O Estado de São Paulo*, Euclides da Cunha embarca para a Bahia para cobrir o conflito de Canudos, o qual ele testemunha e transmite via telégrafo, o massacre ocorrido no Arraial de Belo Monte. Cinco anos mais tarde, a partir da sistematização de sua experiência nesse conflito com um enfoque ainda mais amplo e mantendo o tom de indignação, publica o livro *Os Sertões*, no qual ele não apenas narra o conflito, como também busca compreender e explicar cientificamente o sertão, o homem e a guerra desenrolada em Canudos, sendo a tônica do livro justamente a relação entre o tripé meio, raça e luta pela sobrevivência (SOUZA, 2010, p. 1-6).

Impregnado dos pressupostos naturalistas é que Euclides da Cunha passa a identificar as características biológicas, físicas, morais e atávicas da “sub-raça sertaneja”. Segundo o referido escritor, essa “sub-raça” seria fruto da: miscigenação entre o homem branco e o indígena do norte que, totalmente adaptada ao meio hostil do sertão baiano, desafiou e resistiu duramente as investidas do exército brasileiro. Dessa forma, publicado em 1902, *Os Sertões* foi um sucesso editorial imediato tendo três edições em apenas três anos, de 1902 a 1905, sendo que a primeira se esgotou em pouco mais de dois meses (SOUZA, 2010, p. 2). O êxito comercial e literário da referida obra ao denunciar a existência de vários “Brasis” que diferiam daquele civilizado e ordenado apregoado pela recente República, é sintomático da circulação e aceitação das teorias deterministas que circulavam amplamente na pauta de diversos setores da sociedade brasileira, na virada do século XIX para o XX, preocupados em acertar os ponteiros do País com o tempo da ordem e do progresso aos moldes europeu-estadunidense.

Importante destacar que esse discurso dito científico era ensinado em faculdades do Brasil, como as de São Paulo, da Bahia, de Recife e do Rio de Janeiro, esta última sendo o local onde Gustavo Barroso bacharelou-se advogado. Tal percurso acadêmico trazia esses critérios para as práticas de saberes tais como o direito e sua cadeira de direito criminal em que os estudos lançavam luzes não sobre o crime, mas sim sobre o criminoso, a partir da

bastante interessante, essa perspectiva sob o prisma da nacionalidade montada a partir de padrões heteronormativos na literatura brasileira. A esse respeito, ver: (MISKOLCI, 2009, pp. 547-567).

ênfase em seus elementos anatômicos e psicológicos, tal como preconizava intelectuais como Nina Rodrigues e Cesare Lombroso, que:

[...] por exemplo, criou uma minuciosa tabela, subdividida em “elementos anatômicos” (assimetria cranial e facial, região occipital predominante sobre a frontal, fortes arcadas superciliares e mandíbulas além do prognatismo); elementos fisiológicos (tato embotado, olfato e paladar obtusos, visão e audição, ora fracas ora fortes, falta de atividade e de inibição). (SCHWARCZ, 1993, pp. 166-167).

Como procuraremos mostrar mais adiante, esse tipo de preocupação com elementos físicos e psicológicos foi também bastante utilizado por Gustavo Barroso, por meio de sua literatura o que fazia com que esses saberes rompessem os muros da academia e alcançassem, assim, outros circuitos da sociedade.

A partir dessa rede de instituições do saber, que uma vez inter-relacionadas compuseram uma regularidade discursiva, sobre quais os corpos seriam indesejados para a nação brasileira, que a solução tomada por determinados setores da elite local tanto para a constituição da nova força de trabalho quanto para o intuito de se formar uma população brasileira moral e fisicamente qualificada foi buscada no incentivo a imigração europeia-branca, praticamente relegando à marginalidade e à exclusão da sociedade toda a massa dos, a partir de 1888, ex-escravizados, seus descendentes e de amplos setores sociais abandonados deliberadamente pelo poder público sem direito à educação, nem à saúde, com suas expressões culturais negadas e/ou proibidas, sem trabalho, sem moradia, sem condições de igualdade socioeconômica, sem dignidade humana, isto é, uma *necropolítica*. Uma política projetada para lidar com corpos humanos considerados indesejados, supérfluos, uma produção massiva de corpos descartáveis produzida pelo Estado que, ao ditar o “fazer viver e deixar morrer”, determina as condições de aceitabilidade, para quem vive e como vive, e quem deve morrer e como deve morrer: seja pela violência direta, seja pela morte por descaso deliberado.

Situação semelhante também enfrentava uma grande leva de imigrantes e seus descendentes sujeitos às oscilações e às dificuldades de um mercado de trabalho que trazia muito vivo na lembrança e na prática aspectos do antigo regime servil, reforçando assim um modelo de nação bastante conservador e autoritário que relegava a maior parte da população que aqui vivia à precarização (subempregos e desempregos), à marginalização, à opressão e mesmo ao extermínio sistemático, por meio de leis que visavam o controle da força de trabalho e o tratamento violento aos excluídos de uma sociedade que buscava em começos do século XX se inserir na ordem do progresso a qualquer custo, no qual a industrialização,

urbanização e a imposição de um determinado modelo de vida eram os objetivos desejados por amplos setores das elites republicanas.

Tomaremos como exemplos dessas práticas legislativas em que o Estado, ao utilizar-se do seu aparato jurídico-repressivo, para garantir o ordenamento das relações socioeconômica-cultural, buscou decidir quem deve viver e como se deve viver, e quem deve morrer: as leis de vadiagens (CARVALHO, 2007, pp. 2-11), as “Leis Gordo”¹¹¹ e o projeto de lei barrosiano de 1916. Essas leis caracterizam uma forma de poder exercido sobre o corpo humano em todos os seus aspectos – *biopoder* – que é inserida não apenas no individual, mas também no coletivo. Não em corpos singulares, mas sim em grande parcela da sociedade considerada supérflua, por isso mesmo podemos falar em uma *biopolítica* que não para de ensejar uma *necropolítica*.

Portanto, leis que objetivavam: a expulsão ou mesmo a proibição da entrada no País de pessoas entendidas enquanto indesejadas, a criminalização e o encarceramento (nos mais diversos espaços de exclusão) de sujeitos por condutas, como “vadiagem”, mendicância, embriaguez e de práticas religiosas e/ou culturais, como a capoeira, visando assim a perseguição às camadas mais pobres e despossuídas da população brasileira, marcando a prática de uma política de enquadramento e higienização social, no qual os sujeitos considerados indesejados são vistos e tratados como potenciais criminosos, cujo possível comportamento desviante (herdado por condições biológicas e/ou geográficas) tinha que ser prevenido de todas as formas, e como fatores degenerativos para a formação de um tipo nacional desejável.

Modelo esse que foi posto à prova pela reação e insubmissão dessa sociedade de excluídos que opunham diversas formas de resistências difusas, organizadas ou não, que iam desde microconflitos sociais do cotidiano, como: o culto à outras crenças religiosas, as danças, as formas de lazer, as lutas por direitos políticos e laborais, até a sabotagem nas indústrias, o roubo de peças, o boicote e as greves que questionavam mesmo o *status quo*

¹¹¹ O republicano Adolfo Afonso da Silva Gordo (1858-1929) teve uma longa carreira como deputado e senador federal pelo estado de São Paulo. Destacando-se entre outros projetos apresentados o que propunha as Leis de Expulsão de Estrangeiros. As primeiras propostas de leis nesse sentido foram discutidas já em 1894, depois em 1902 e 1906, como resposta das classes dominantes às crescentes mobilizações de trabalhadores imigrantes que questionavam suas péssimas condições de trabalho e alguns que questionavam o próprio *status quo*. Em janeiro de 1907 a lei de expulsão de estrangeiros, que ficou conhecida mais pelo nome de seu proponente como, “Lei Gordo”, foi sancionada pelo presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Afonso Augusto Moreira Pena. Mas as contestações, denúncias de arbitrariedade das autoridades, manifestações e greves dos operários continuaram. Dessa forma a Lei de 1907 foi entendida como insuficiente, sendo modificada, com a defesa de Adolfo Gordo em 1912 (ROGÉRIO, 2008).

(RAGO, 2014, p. 44), marcando assim uma sociedade de excluídos que precisou e que ainda precisa se reinventar constantemente para continuar (sobre)vivendo.

É a partir desse corpus de proposições literárias e científicas consideradas verdadeiras que Gustavo Barroso adentra na *ordem do discurso* sobre indesejáveis no Brasil durante a Primeira República. Buscaremos agora analisar como Barroso atribuiu sentidos e significados sobre os indesejáveis dentro desse emaranhado discursivo, pois acreditamos ser preciso considerar que se não existe autoria pura, nem total liberdade dentro da *ordem dos discursos*, as experimentações do autor produzem uma linguagem que assinala sua relação com a estrutura histórica na qual estava inserido.

4.2 Batismo de sangue

O *ser humano* é uma conceituação, o fato de sermos seres biológicos, dependentes da natureza, não significa que esse conceito seja um já dado dela. Dessa forma, o *ser humano* não é um a priori. Os signos e significados que dizem o que é *ser humano* são construídos nos âmbitos das tensões sociais e culturais de determinadas temporalidades e espacialidades. Sendo assim, o que entendemos como *ser humano* tem uma historicidade. Problematizar como Gustavo Barroso, em diálogo com uma dada sociedade e um dado tempo, pensou e construiu discursivamente esse conceito é nossa tarefa nesse momento. Assim podemos perguntar, para Barroso: O que define o ser humano? Quais corpos são considerados (mais ou menos) humanos? Que imagem tem o corpo humano (in)desejável? Quais os saberes e argumentos retóricos-discursivos utilizados por ele nessa fabricação de uma identidade nacional cindida entre o corpo desejável e indesejável?

Como dito anteriormente o projeto de lei apelidado de “os indesejáveis” não é uma inflexão em seu pensamento, ao contrário, como demonstrado por Queluz e Babinsk, já podemos perceber o forte teor eugenista no discurso barrosiano desde 1909 (BABINSKI; QUELUZ, 2017, pp. 152-176), portanto desde seus primeiros passos no mundo das letras, ainda no Ceará¹¹², como expresso no texto intitulado *A Derrocada*:

A derrocada da nação se accentua dia a dia; o descalabro do paiz é palpavel a todos.

¹¹² Como buscamos demonstrar em *Gustavo Barroso, O FÜHRER BRASILEIRO*, esse pensamento vai continuar sendo desenvolvido, incorporando outros temas a partir de novos acontecimentos, ao ponto de, pelo teor de seu discurso antissemita e xenófobo, ser considerado uma das maiores expressões do pensamento nazifascista no Brasil durante os anos 1930 (DANTAS, 2015, p. 238).

A razão de tudo isso está na nossa organização política, na nossa dogmática e plagiada constituição: e mesmo até na falta do **batismo purificador de sangue**, que ha de produzir muita dor e muita aflicção, mas que será o **pollem fecundante, que regenerará a sociedade brasileira**, produzindo uma geração nova e austera que vio as barricadas nas ruas, as poças fumegantes do sangue dos recontros e lucto, fuzil em punho, em defesa de seus direitos postergados!...

Dessa explosão surgirá o que nos é preciso - um homem de contextura granítica, ferreo e honrado, tendo no peito entranhado **amor á terra do berço, no rosto o desprezo profundo do estrangeiro**, que se apoie na bruteza fria da espada, e que leve a pontapés e a chicote a nação inteira estrada do Progresso em fóra, embora nella deixe rastos de sangue que envolta com a lama lhe salpique o centro, pois o juizo imparcial dos posteros, ha de lava-los com a agua limpida dos beneficios que deixar... (BABINSKI; QUELUZ, 2017, p. 162, grifo nosso).

Preocupado com o progresso brasileiro, Barroso constrói a imagem de uma nação em decadência, degenerada. Uma nação que falta ordem, falta elementos próprios, que se perde frente aos estrangeirismos e aos estrangeiros: para Barroso, da Constituição até o nível molecular sanguíneo, estávamos contaminados com uma espécie de vírus estrangeiro. Era preciso uma luta social, muita dor e aflicção para purificar a sociedade, para que desse literal “batismo de sangue” surgisse uma nova geração, um novo tipo verdadeiramente nacional. Barroso assim deixava claro que a violência e o autoritarismo eram horizontes mais que possíveis, eram necessários para a redenção do corpo nacional e da própria Nação que, ao seu ver, encontrava-se ameaçada, ou, seguindo a metáfora bíblica/higienista que Barroso usa ao falar em purificação, diríamos: amaldiçoada, suja. Nacionalismo exacerbado, a guerra contra um inimigo comum, a fim de produzir uma “nova e regenerada raça”; é assim o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* barrosiano que constrói discursivamente sentidos e significados sobre quais corpos poderiam viver no País.

Ainda a partir do texto *A Derrocada*, como seria o corpo nacional desejado por Barroso? Para ele, esse corpo teria espessura: é um corpo viril, forte, como o granito e o ferro. O corpo rígido desejado por Barroso tem desejo: amor à terra em que nasceu e desprezo a tudo aquilo que é externo ao Brasil. O corpo rígido que tem sentimentos intensos desejado por Barroso é algo por se fazer na luta, com fuzis em punho, no batismo de sangue, na dor. É do enfrentamento entre sua geração e o que ele entende que degenera o País – o estrangeiro – que nascerá, a partir do “pollem fecundante”, uma nova sociedade.

Pólen, sangue, virilidade, batismo, queda, progresso, purificação, elementos da natureza, são algumas metáforas evocadas no texto *A Derrocada*, sendo assim façamos notar que a preocupação com o recurso metafórico é algo central no discurso barrosiano e não só no texto recém citado como procuraremos demonstrar. Recurso este que não é um mero ornamento, pois essas metáforas nos oferecem uma informação nova acerca da realidade (RICCEUR, 2011, p. 77) e contém um excedente de significado, o qual ele faz uso da

ambiguidade de maneira produtiva, de forma a apresentar didaticamente seus reais anseios que visam fabricar tipos (in)desejados.

Dessa forma entendemos, à luz do pensamento ricceriano, que Barroso busca compor uma unidade metafórica, em torno de um tema principal que seria a construção de um modelo ideal de nacionalidade que, segundo ele, se encontrava condenada, pois degenerada por elementos externos, e que precisaria de um verdadeiro batismo de sangue. E, como já citado anteriormente, precisaria da ação do tempo para conseguir se libertar “dos elementos pessos que o atopem”, a partir da “formação de uma raça *physica* e moralmente sadia [...] expurgada de sangue máo e de tendencias perniciosas”, para enfim alcançar sua regeneração, sua *redenção*. Buscaremos, então, mostrar que o uso do recurso metafórico só funciona enquanto tal, situado em seu contexto de enunciação, cuja análise do texto, no qual estão inseridas, nos permite fazer uma reflexão sobre os seus determinados sentidos.

Como essa operação discursiva, que busca projetar um modelo de sujeito nacional (in)desejado, foi sendo efetuada por Gustavo Barroso veremos nos próximos tópicos.

4.2.1 O sertanejo, o cangaceiro e a busca por redenção

Exemplar de como Barroso harmoniza ciência e literatura em uma escrita recheada de metáforas com a preocupação de uma identidade nacional é a publicação do livro *Terra de Sol* (1912), “que não é – e nem pretende ser mais do que o depoimento de um nortista...” (BARROSO, 1912, p. 271). Não mais vivendo no Ceará há 2 anos, Gustavo Barroso estava radicado definitivamente na capital da República, espaço que se pretendia moderno e civilizado, cidade ilustrada, espaço da política, da paisagem urbana e que engatinhava seu processo de industrialização, do tempo acelerado e vertiginoso, das relações sociais cada vez mais individualistas e monetizadas. É desse lugar geográfico e social que Barroso pensa o sertão e o sertanejo numa operação memorialística que revela a saudade de um passado, de uma espacialidade, das relações sociais que, uma vez romantizadas, percebem-se desgastadas, deterioradas, ameaçadas pelas forças da modernidade e da modernização que ele objetivava domar.

Dedicado a falar (e construir uma visibilidade e uma dizibilidade) sobre o tempo, o espaço e o ser sertanejo, Barroso apresenta uma trama fortemente impregnada não do passado tão evocado em seu livro, mas do presente por ele entendido como caótico que articula uma dada forma de olhar para esse passado, portanto nesse momento nos interessará analisar seu

olhar etnográfico para buscarmos problematizar a construção narrativa do ser sertanejo e do seu lugar na sociedade pensada pelo referido intelectual.

Na obra, Barroso antropomorfiza a natureza e naturaliza o sertanejo. Explicamos, o sertanejo em sua visada é um produto do meio: “Todo sertão é duma grande tristeza, na côr, no silencio, no aspecto; e sua tristeza em tudo se infiltra e impregna tudo; um galho que range de encontro a outro lembra um gemer de moribundo [...]” (BARROSO, 1912, p. 11). Se durante a seca tudo é triste, quando chove as plantas e os animais, antes lamurientos, agora se alegram, ganham vida: “Tudo está alegre, seivoso, vivo [...] Tudo sorri, a selva, prado” (BARROSO, 1912, p. 41). À fauna e à flora, Barroso atribui sentimentos, intencionalidades, gestos, ações. Essa mesma paisagem humanizada do sertão explicaria a formação física e psicológica dos seus habitantes – os sertanejos. Citando Victor Hugo, ele define:

<<A alma da terra passa para o homem>>, disse Victor Hugo. A alma do sertão modelou a alma do sertanejo: Sóbrio como todo animal dos paizes agrestes, rude como as rechãs despidas [...] hospitaleiro como todo homem primitivo. [...] Geralmente bom e honrado, o eterno combate com o meio envolvente desenvolve-lhe a intelligencia e a coragem que já lhe **legará a raça, o cruzamento ancestral.** (BARROSO, 1912, p. 167, grifo nosso).

Natureza e homem se confundem na perspectiva barrosiana que constrói o tipo sertanejo, este é fruto do que ele chama “cruzamento ancestral”, mas qual seria esse cruzamento? Segundo Barroso: “Na maioria o sertanejo resulta do cruzamento do indio com o portuguez [...] “Negro é quasi raro” (BARROSO, 1912, p. 169). A explicação dessa escassez do elemento negro na formação do povo sertanejo seria a baixa intensidade dessa mão de obra nas “provincias do Norte” (BARROSO, 1912, p. 169). Dessa forma, o sertanejo seria fruto do meio em que vive e da mestiçagem de raças que originaram “typos” de sertanejo: cigano, holandês, mestiço acobôclado, mestiço do negro com indio, negro com português – mulato (BARROSO, 1912, p. 169).

É a vida do homem sertanejo em seus mínimos detalhes e o seu estágio evolutivo que Barroso destaca em sua obra. Empregando pressupostos evolucionistas e deterministas como referências centrais em sua literatura, importava ao autor de *Terra de Sol*, identificar as características biológicas, a constituição física-moral-intelectual e os supostos atavismos dos sertanejos, assim como a formação de uma raça singular que se erigia à margem da República, no “Norte do País”. Mas qual o lugar reservado a cada raça que forma o sertanejo na leitura barrosiana sobre a realidade brasileira?

Seu olhar etnográfico colocava cada raça hierarquicamente dividida no seu devido lugar. Em sua enorme maioria a contribuição de elementos físicos e culturais dos negros e indígenas são entendidos por Gustavo Barroso, como agentes de deterioração, de selvageria, de bestialidade e de inferioridade. Por exemplo, ao comentar sobre um valor moral do sertanejo os “multirões”, os “adjunctos” – nos quais os sertanejos se ajudam na colheita de seus grãos – Barroso fala das festas durante esses encontros e dos “namoricos” que, às vezes, provocam brigas de facas “ferozes”, nos quais se notam “o resto de **selvageria** que o sangue indio, casado ao negro, deixou na alma tôrva dos mestiços” (BARROSO, 1912, p. 68, grifo nosso).

Uma subdivisão do homem sertanejo que Barroso nos fala é o cangaceiro “selvatico e feroz, sofrendo de um descalabro nos nervos – producto da ancestralidade e do cruzamento ethnographico” (BARROSO, 1912, p. 121). Para o autor de *Terra de Sol*, existem dois tipos de cangaceiros: o primeiro, “mixto inexplicavel de psychopathias sanguinarias, de cavalheirêsca generosidade e de amor ao castigo dos que opprimem os fracos, dos que abusam da força e da astucia, dos que roubam pecunia ou honra tem “nevroses mysticas” (BARROSO, 1912, p. 122); o segundo tipo:

[...] infelizmente em maior quantidade, ha os profundamente infames e infinitamente miseraveis, degenerados completos, nevropathas ignobeis, tendo a audacia de todas as torpezas e a inclinação para todos os crimes, **almas de lama** que nunca esboçaram um gesto de compaixão e nunca possuiram o menor sentimento de homem; perversos, covardes, crivados de todas as tãras, **atupidos de todas as psychopathias, raramente brancos, sempre mestiços** de infimo cruzamento, brachycephalicos, prognatas, malformados, **faces horrendas, simiescas com contrações de orango e um abrir de mandibulas, desmesurado, bestial** [...] **São verdadeiros monstros:** às vezes epilepticos, de facies envelhecidos, craneos deformados, accumulando heranças tôrvas, systematisando as mais tãras hereditãrias. (BARROSO, 1912, pp. 124-125, grifo nosso).

O primeiro tipo de cangaceiro, apesar das “psychopathias sanguinarias”, é idealizado enquanto indivíduos que seguem um certo código de condutas que o ligam a um passado romantizado, cavalheiresco. Esse tipo de cangaceiro, tem uma temporalidade e uma espacialidade ancestral bem característica: o medieval europeu. Por tudo que já viemos analisando de Gustavo Barroso e sua representação da Europa Medieval, podemos concluir que se esse tipo de cangaceiro representa tais traços de coragem e honra, isso se deve a sua ancestralidade, no qual predomina os traços de uma suposta raça pura, portanto superior, sendo as “nevroses mysticas” ligadas ao contato negativo com outras raças (negros e indígenas) e com outro meio ambiente (a fauna e a flora do que seria o “sertão” brasileiro). Fecha-se assim o trinômio de, na acepção barrosiana, **tempo-espaco-sujeito** desejáveis. Esse

tripé “passado, ambiente e raça” seriam fundamentais para identificar as qualidades definidoras da identidade desejada, bem como para marcar os limites daquilo que Gustavo Barroso considerava desejável.

Já ao segundo tipo de cangaceiro fica reservado todo um conjunto de avaliações negativas feitas, através do recurso metafórico da animalização, encoberta pela aura dos saberes oriundos do determinismo biológico-geográfico. Assim, depreendemos dessa leitura que a ascendência dos “verdadeiros monstros”, que “raramente são brancos, sempre mestiços”, cabe aos outros dois elementos formadores do ser sertanejo, em sua acepção: o negro e o índio.

Segundo esse raciocínio, a mestiçagem atuava não apenas sobre a formação do caráter desse tipo de sertanejo, cuja “alma era de lama”, ou seja, uma mistura de elementos naturais que resulta numa massa pastosa que, pelo teor do discurso, é algo apresentado enquanto abjeto, labéu. Mas também nas transformações dos seus caracteres físicos, possibilitando um distanciamento espiritual e biológico mesmo com a raça humana, sendo então descritos por sua aparência e comportamento, como seres monstruosos, simiescos, bestiais, demoníacos. Atestando assim a ideia de que esse sertanejo nascido quase que exclusivamente da mistura do negro com o índio era um quase humano, geneticamente inferior, por causa da ausência do sangue e dos valores “superiores” da raça branca-europeia.

Barroso subscreve esse discurso sobre o cangaceiro – como um tipo de sertanejo degenerado, *anormal*, sub-raça determinada pelo meio e pela ancestralidade – no livro *HERÓES E BANDIDOS (OS CANGACEIROS DE NORDESTE)*¹¹³. Na produção escrita do referido livro, ele busca estabelecer uma ponte bem estruturada com as “modernas correntes sociológicas e criminalistas” (BARROSO, 1931, p. 16), visando entender “a razão da existência do tipo social do cangaceiro, alma feita de contrastes, anormalidades quase normal na primitiva e estiolada sociedade sertaneja” (BARROSO, 1931, p. 15).

Em *HERÓES E BANDIDOS*, o autor recorrentemente faz uso das citações e referências para embasar cientificamente sua escrita, ou seja, ele busca estabelecer um diálogo com determinadas ideias e, dessa forma, entrar na ordem discursiva da sociologia de sua época, objetivando ter seu discurso reconhecidamente visto como científico ao atender a determinadas exigências, métodos, técnicas obedientes às regras de uma *polícia discursiva* (FOUCAULT, 1996, p. 35).

¹¹³ Em nossa pesquisa não obtivemos acesso ao referido livro em sua primeira edição que fora publicado em 1917, trabalhamos assim com a segunda edição, publicada em 1931, gentilmente fornecida pelo professor Francisco Régis Lopes Ramos.

Sendo assim, encontramos um Gustavo Barroso preocupado em localizar sua obra junto a de outros estudiosos internacionais da sociologia, citando, interagindo e dialogando com autores como: E. Ferri, Letourneau, Stendhal, Sarmiento, Houzeau, Waitz, Jean Finot, Spencer, entre outros, inclusive se referenciando a partir de seu próprio livro *Terra de Sol*, encaixando-se assim como uma referência da literatura sociológica ao lado do já renomado autor Euclides da Cunha. Dessa forma, o fenômeno do banditismo é visto não apenas como um resultado geográfico e hereditário, mas também como um fenômeno das relações sociais, tema de uma vasta bibliografia da qual ele se mostrava conhecedor e com a qual ele dialogava.

Meio, raça e fenômenos sociais (tais como: corrupção política, moral, costumes, religião, fatores econômicos), são assim as “bases para um systema de idéas que nos dê as razões explicativas do banditismo sertanejo” (BARROSO, 1931, p. 16) que “não são productos exclusivos das terras brasileiras de nordeste” (BARROSO, 1931, p. 17). Nessa perspectiva, Barroso cita, *Os criminosos*, de E. Ferri:

O crime sob todos os aspectos e formas, da mais equívoca à mais evidente, da mais perdoável à mais infame, passa integralmente da vida à ciência, que o submete ao bisturi da anatomia physica ou moral e à lente da sociologia, afim de procurar em seguida, por indução, os remedios positivos da hygiene e da medicina sociaes. (BARROSO, 1931, p. 17).

A fabricação discursiva do sujeito cangaceiro, que pelo raciocínio barrosiano é um “typo do sertanejo”, como um criminoso, monstro humano, anormal, “quasi normal”, obedece, como nos diz Foucault, a *efeitos de saber* (FOUCAULT, 1999, p. 15), que funcionam como *discursos de verdade*, pois amparados em discursos com “estatuto científico, formulado por pessoas qualificadas, no interior de instituições científicas” (FOUCAULT, 2001, p. 8). Nesse sentido, à luz do pensamento foucaultiano, é preciso termos em mente que o discurso que se pretende científico, denominado por Barroso de “sociologia sertaneja”, enseja questões, como: qual o sujeito e qual o saber que tal discurso quer minimizar, relegando-os a outros campos que não o da hierarquia de poder das ciências ocidentais? Qual o papel social reservado aos que fazem um discurso científico?

Ainda segundo Foucault, é preciso destacarmos que a formulação desse saber que funciona como *discurso de verdade* é uma prática coletiva, operacionalizada por diferentes pessoas e instituições, que Barroso fez funcionar em seu discurso, costurando saberes jurídicos, médicos, sociológicos e literários que fabricam formas de ver e de dizer o cangaceiro, como um monstro humano, “sempre mestiço”, capaz das maiores barbaridades,

por causa dos seus instintos primitivos, herdados do meio e da raça e potencializados por causas sociais. Causas essas que, após estudadas, precisariam ser submetidas aos “remédios positivos da hygiene e da medicina sociaes”.

Quais “remédios” seriam esses? Barroso não explora em *HERÓES E BANDIDOS*. O que podemos inferir, das citações e fontes já trazidas até aqui, é a sua crença na ação do tempo, bem como na perspectiva aberta de um “baptismo purificador” que produzirá “muita dôr e muita afflicção, mas que será o pollem fecundante, que regenerará a sociedade brasileira”. Relativo a isso, também, a construção de arranjos espaciais, como o Campo de Concentração do Alagadiço, com fins de segregar esses corpos indesejados, úteis para falar em nome deles em seus livros, revistas e jornais e, com isso, angariar espaços de privilégio no campo das letras e no campo político, mas entendidos enquanto ameaçadores, atrasados, pervertidos, inaptos, para se conviver no seio da sua desejada espacialidade que trazia uma temporalidade bem característica dentro de si: um Brasil moderno, porém cultuador do passado, composto por uma raça forte e viril sem estrangeirismo.

Adentremos mais nas questões “sociaes” citadas anteriormente que Barroso elenca como um dos fatores explicativos do ser sertanejo e de sua variação típica em um “anormal, quase normal” cangaceiro. Nessa perspectiva, uma das causas sociais apontadas por Barroso está na predominância, no sertão, do modo de vida pastoril, onde “Todos os costumes e tradições se baseam na vida do pastoreio” (BARROSO, 1931, p. 23). Para Barroso a vida no pastoreio é uma vida nômade e em oposição ao sedentarismo das sociedades agrícolas, sendo assim, esse modo de vida nômade fez com que as pessoas do sertão contraíssem hábitos de insulamento comunitário, tornando o homem um ser desconfiado das associações sociais, um ser corajoso, que por conta da atividade pastoril teve que aumentar seus ódio e instintos de defesa (BARROSO, 1931, pp. 23-24).

Para Barroso, a sociedade agrícola é mais intensa e organizada (BARROSO, 1931, p. 23), afeita ao desenvolvimento, ao progresso – de fundo conservador – e avessa à ociosidade devido as muitas horas e braços para o labor no campo (BARROSO, 1931, p. 24). Portanto, uma sociedade forjada em relações de trabalho (importante destacar que Barroso elogia o trabalho agrícola, não o industrial que ele presenciava em sua moradia no Rio de Janeiro) que promovem a agregação social, o estreitamento de laços comunitários, e o corpo útil, dócil, economicamente rentável.

Já a civilização do sertão, insulada pelo meio ambiente e abandonada pelos poderes públicos que “criminosamente o deixam entregues à miséria aspera do clima” (BARROSO, 1931, p. 26), é uma sociedade anacrônica, “procurando imitar os antepassados e praticar hoje

as acções compatíveis com o estado social de séculos atrás” (BARROSO, 1931, p. 27). Ignorada e abandonada, no tempo e no espaço, para Gustavo Barroso a sociedade pastoril sertaneja vive “primitivamente como povos que demoram no mesmo estágio de civilização: gaúchos, beduínos, esclavónios, tartaros ou *cow-boys*” (BARROSO, 1931, p. 26), portanto numa escala social menos evoluída e que encontra semelhanças em outras civilizações.

Notemos aqui que há uma clara divisão entre Sociedade Agrícola X Sociedade Pastoril, no qual abre-se um fosso espaço-temporal entre esses dois modelos de sociedade, ficando o passado cada vez mais diferente do futuro, sendo assim o presente para Gustavo Barroso é experimentado como uma temporalidade em ruptura.

Foi graças a esse meio hostil e atrasado que se desenvolveu uma atividade que requer que o camponês viva isolado dentro das matas, “campeando gado, caçando, caminhando dias inteiros sem topar uma casa, o homem adquire o costume de viver longe da comunidade e de sómente contar consigo” (BARROSO, 1931, p. 23), e com muito tempo ocioso, pois o pastoreio “requer cuidados menores”, dado que o gado pode viver solto. Essa ociosidade, segundo Barroso, tem ainda um agravante oriundo do clima, pois no inverno:

[...] um vaqueiro dá conta de duzentas rezes com facilidade. Sobra-lhe muito tempo, que emprega em **preguiçar, jogar ou beber**. [...] Das emoções da jogatina e da beberrónia, nas vendas e tavernas que marginam os caminhos, para a caça de aventuras maiores e emoções mais vai sómente um passo. (BARROSO, 1931, p. 24, grifo nosso)

E, segue, citando Afranio Peixoto, “Dos bandidos sertanejos aos caudilhos das cidades a linha é recta” (BARROSO, 1931, pp. 24-25). Para, então, fazer um paralelo entre a vida nos pampas com a sertaneja, corroborando com as palavras de Sarmiento, “Naquella vida tão sem emoções, o jogo desperta os espiritos enervados, o licor accende as imaginações entorpecidas” (BARROSO, 1931, p. 25). E, enfim, concluir seu pensamento sobre o papel da ociosidade, dos jogos e do alcoolismo na degeneração do sertanejo num tipo indesejável – o Cangaceiro:

Esse flagrante da vida pampeana é um instantaneo da vida sertaneja, porque no interior do centro-norte a scena é a mesma, os motivos indenticos, as razões iguaes e muita vez das bodegas matutas saém os maiores criminosos e os caudilhos inferiores, que ameaçam subverter com a jagunçada o proprio meio social de que vieram. (BARROSO, 1931, p. 26).

Tal premissa – o atraso sertanejo causado por motivações políticas e ambientais –, segundo a linha de raciocínio do autor de “Heróis e Bandidos”, explicaria a adesão de

cangaceiros e jagunços à causa dos potentados locais em referência (in)direta às tensões e aos conflitos da política local cearense, tal como discutido no capítulo anterior.

Como citado anteriormente, ociosidade e alcoolismo já estavam inclusos na previsão da “vadiagem”, como ilícito penal, o que remete às ordenações filipinas, ao Código Criminal do Império de 1830 e ao Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, conhecido como Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Em outras palavras, um conjunto de leis que iriam desembocar no Decreto-Lei nº 3.688/41 que traz, em seu artigo 59, o tipo penal de vadiagem, que vigorou até a segunda década do século XXI. Mas existe um fator, relevante já no Código Criminal do Império de 1830, que acaba por escancarar sua finalidade de segregação e higienização social: o Capítulo IV, que trata dos “vadios e mendigos”, e o artigo 295, anteviam pena de “prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias”, quando “não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta e útil de que possa subsistir, depois de advertida pelo juiz de paz, **não tendo renda suficiente**”. (BRASIL, 1830, grifo nosso). Portanto, o ilícito estaria relacionado em primeiro lugar com a associação entre pobreza e vadiagem e com a formação de um cidadão produtivo economicamente, a partir da ocupação do tempo e do espaço.

E aqui é preciso reforçar ainda mais o caráter *biopolítico* de tal lei que intersecciona raça e classe ao permitir que aqueles que estivessem desempregados e sem comprovação de renda fossem enquadrados nessa categoria jurídica. Ora, quem eram esses “vadios”, esses seres (in)desejáveis para a ordem republicana? Eram justamente os excluídos da sociedade, os que não se conformavam com a ordem estabelecida. Eram em sua grande maioria seres humanos escravizados e seus descendentes que, uma vez libertos da institucionalização da escravidão, foram presos nas senzalas modernas do *racismo institucional* que permeia todas as instâncias da vida dessas pessoas que tiveram, e ainda têm negados direitos básicos, como moradia, educação, saúde, cultura e lazer.

O ilícito de vadiagem também alcançava os imigrantes que logo viram seus sonhos de prosperidade em terras brasileiras se chocarem com a dura realidade das péssimas condições de trabalho e de vida, produzidas por um sistema que necessitava de um excesso de mão de obra, para que, beneficiando-se desse excesso, pudesse demandar remunerações e condições de trabalho cada vez mais precárias. Tal configuração resultou em uma massa de estrangeiros que não fora absorvida pelo trabalho “formal”, restando para muitas dessas pessoas sem ocupações formais a mendicância, a prostituição, o lenocínio e os jogos de azar. Portanto, um sistema que cria sujeitos supérfluos, como condição *sine qua non* de sua própria existência e reprodução.

A tipificação dos “vadios” como ilícito, era um mecanismo nada sutil e deveras qualificado para o funcionamento, controle e manutenção sobre a força de trabalho das minorias pobres da sociedade brasileira. Mecanismo esse que se espraiava para fora dos ambientes de trabalho, invadindo o cotidiano dos espaços de convivência, diversão e sociabilidade dos excluídos da ordem e do progresso republicano, preconizando a formação de corpos dóceis politicamente e úteis à produção de riquezas. Se, para determinados setores que queriam acertar os ponteiros do Brasil com a ordem dos países ditos civilizados, “*time is Money*”, o corpo que não tivesse renda e rendimentos comprovados e que não se enquadrasse nesses termos, o corpo que tem muito tempo para “preguiçar, jogar ou beber”, como nos dizia Barroso no livro *HERÓES E BANDIDOS*, preocupado com a questão da força de trabalho ativa, é um corpo que precisa ser analisado, quantificado, a partir de um conjunto de saberes, para assim serem aplicadas as medidas de regeneração cabíveis que passam pela domesticação até a exclusão como métodos higienizadores da sociedade.

As referidas “leis de vadiagem” estavam em consonância com outros saberes, como os saberes médicos que se questionavam, em princípios do século XX, se o álcool seria responsável pela produção dos sintomas de desordem mental ou se essa desordem já era latente em determinadas pessoas consideradas propensas, pela ação do meio e/ou pela hereditariedade, ao uso abusivo do álcool que funcionaria como um fator desencadeante da patologia psíquica.

Para cientistas como Bénédict Augustin Morel (1857), “as degenerescências são desvios doentios em relação ao tipo normal da humanidade, transmitida hereditariamente”, que, quando instalada, “ela segue seu curso e se transmite aos descendentes até a extinção da linhagem”(CASTEL, 1978, p. 259 apud SANTOS; VERANI, 2010, p. 403). Morel também elaborou uma síntese que levava em conta, além dos atavismos, o ambiente e a degeneração social: “Elaborei todo o livro a fim de ampliar o estudo das causas especiais da alienação, acrescentando nele, as causas de degenerescências intelectuais, físicas e morais da espécie humana” (CASTEL, 1978, p. 261 apud SANTOS; VERANI, 2010, p. 411).

A partir de toda discussão já levantada, entendemos que para Gustavo Barroso, marcadamente influenciado por tais teorias, o alcoolismo seria desencadeado, tanto pelos atavismos da raça quanto pelo meio social (condições de vida, trabalho, costumes). Dessa forma, recordando uma citação anterior, para Barroso à doença que foi instalada no sertanejo – a partir da miscigenação do branco com elementos negros e indígenas, gerando o “typo” sertanejo do cangaceiro “degenerado completo, atupidos de todas as psychopathias, raramente brancos, sempre mestiços” – assoma-se o modo de vida concernente ao meio ambiente e à

atividade pastoril, na qual as práticas cotidianas, costumeiras em muitos setores das classes populares, como os jogos de azar e a frequência em botecos, passaram a ser comportamentos interpretados, cientificamente, não apenas enquanto problemas exclusivamente individuais dado que atinge, a partir da desordem pública e do prejuízo no mundo do trabalho, toda a sociedade, passando então a serem vistos enquanto uma doença social que precisaria ser submetida ao “bisturi da anatomia physica ou moral e à lente da sociologia”, a fim de procurar em seguida, por “indução, os remedios positivos da hygiene e da medicina sociaes”, com o escopo de redimir, de purificar toda uma raça considerada degenerada.

Vemos assim Gustavo Barroso, por meio de sua atividade literária, ecoando discursos científicos e práticas jurídicas de sua época que criminalizavam condutas ligadas às camadas mais pobres e despossuídas da sociedade sertaneja, a partir do argumento da ociosidade, do vício em jogos e do alcoolismo destes (sendo esses fatores creditados ao meio social – condições de vida, trabalho, costumes e hábitos de uma sociabilidade descrita como essencialmente masculina – junto às influências do meio natural). Ressaltemos o *lugar social* de onde parte o discurso barrosiano: a relação crime-doença com a ociosidade e práticas etílicas, são aplicadas apenas àqueles que não tem renda e que não conseguiram, como nos lembra Alain Corbain, privatizar essas práticas¹¹⁴, fato que podemos notar também na questão da repressão aos jogos de azar.

O capítulo I do código Penal do Império de 1830, artigo 281, previa a pena de 15 a 60 dias de prisão e multa para as casas públicas de “tabolagem para jogos” que não tivessem a devida licença das Câmaras Municipais (BRASIL, 1830). Já a outorga do Código de Processo Criminal, promulgado em 1890, na sessão “Das contravenções em espécie”, proibiu os jogos de azar por toda a extensão territorial. Entre as inúmeras tipificações presentes no capítulo III, que trata especificamente “Dos jogos e das apostas”, podemos elencar: O artigo 369 que proibia casas de tavolagem para jogos de azar, prevendo-se multa para quem for pego jogando e multa e pena de prisão, de um a três meses, àquele que banca o jogo. O artigo 370, especificava jogo de azar, como todo jogo que depende exclusivamente da sorte, excetuando as apostas de corrida a pé ou a cavalo; já segundo o artigo 374 imputava como “vadio” todo aquele que se sustentar do jogo, cabendo julgamento e punição na forma da lei prevista (BRASIL, 1890).

¹¹⁴ Uma visão marcadamente classista que, ao relegar os menos favorecidos economicamente ao campo da depravação dos moral a partir dos vícios dos jogos e das bebidas, isenta toda uma classe social destas mesmas práticas e costumes. (CORBAIN, 1991, p. 580).

Atentemos que apostas, como loterias federais e corridas de cavalo, um esporte bastante difundido pelas elites brasileiras, principalmente aquelas localizadas na capital da República, que tinham ampla repercussão em peças publicitárias nos jornais, visando desvinculá-las das jogatinas consideradas ilegais (MAGALHÃES, F., 2005, pp. 52-55), eram permitidos e bem aceitos. Já os jogos realizados nas esquinas, pequenos comércios e bares passavam a ser alvos da repressão e da penalização, em prol de uma dita limpeza moral e material da nova ordem instituída (SARMIENTO, 2015, p. 169).

Costurando narrativamente saberes criminológicos e médicos, Gustavo Barroso busca, a partir da observação e descrição das práticas populares da vida sertaneja, indícios de uma anormalidade social – a degeneração da raça e sua conseqüente propensão à criminalidade. A ociosidade, o bar, a bebida, o jogo, rementem, a seu ver, também a costumes ancestrais que insistem em não querer passar, ligados a falta de educação e cultura, “instrução e incentivos”, de uma sociedade que vivia presa numa temporalidade cíclica, avessa às transformações que entendia que “Progredir, modificar é atentar contra a memória da ascendência e os designios de Deus” (BARROSO, 1931, p. 40). Os sentidos atribuídos ao ser sertanejo e seu modo de vida são assim buscados na interpretação de um passado entendido “tal como aconteceu” e hierarquizado, a partir de escalas evolutivas, no qual esse sujeito é um ser que ainda não evoluiu (BARROSO, 1931, p. 35), um ser pré-civilizado que por viver da repetição de costumes ancestrais é sempre reativo às “inovações” (BARROSO, 1931, p. 40).

Segundo Gustavo Barroso, essa reação, entendida enquanto fruto da ignorância, gerou um povo insubmisso e rebelde a tudo o que signifique progresso. Para sustentar tal argumento, Barroso fabrica sua versão do passado, narrando o que para ele seria uma “epopéia de horrores” (BARROSO, 1931, p. 41). Em sua narrativa de um passado “tal como aconteceu”, ele elenca dois eventos que a partir de sublevações locais se expandiram cobrindo um amplo território que mais tarde seria entendido e fixado enquanto a região Nordeste do país.

O primeiro desses eventos que Gustavo Barroso traz em seu livro é o que ficou conhecido como Revolta do Quebra-Quilos, convulsão social iniciada na Paraíba em 1874, e que se opunha às mudanças introduzidas pelos novos padrões de pesos e medidas do sistema internacional, recém introduzidas no Brasil que logo se alastrou por outras vilas e povoados da Paraíba, estendendo-se a Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas (DANTAS, 2011, p. 449-483). Tal movimento popular foi por Barroso reduzido à apenas uma ação de “ignorantes e brutos” contra a alteração do “rudimentar” sistema de pesos e medidas que fora

levado a cabo pelo Império brasileiro. Os custos e as outras leis que instituíam novos impostos a uma sociedade já há muito tempo explorada foi deixada de lado por Barroso.

O outro movimento de revolta popular trazido em *HERÓES E BANDIDOS*, é aquele que ficou conhecido por Balaiada. Sobre tal convulsão social, uma das maiores do Brasil Império, que marcou a luta de maranhenses contra injustiças praticadas por elites políticas e as desigualdades sociais que assolavam o Maranhão do século XIX (JANOTTI, 1987), Barroso destaca apenas que os “chefes eram os expoentes da ignorância e do atraso do meio”.

Numa operação de sentidos que visava a deslegitimação das principais lideranças dos balaios, Barroso nos fala de três desses expoentes, são eles: Francisco dos Anjos Ferreira Balaio, um antigo vendedor de cestos e balaios, o vaqueiro Raymundo Gomes, ambos são descritos por serem brutos além de analfabetos; Jytirana “chefe dos mais cruéis, descendente de índios e tão ignorante e selvagem como esses” é descrito também como alguém adepto de práticas cruéis; E, Cosme, descrito apenas como negro, que fugiu da cadeia e sabia ler e que terminara sua vida num quilombo do qual era “chefe” e onde fundara uma escola, o que era por Barroso sublinhando como um “contraste interessante num reducto de pretos fugidos, que viviam de depredações, rapinas e mortandades”.

Notemos que entre os personagens dessa “epopéia de horrores”, como Barroso nomeia as revoltas populares, os elementos que ele traz à tona tem classe, raça e características bem definidas: são mestiços, negros e índios, que por se rebelarem contra o que entendiam ser injustiças, foram caracterizados como violentos, brutais, ignorantes, primitivos (BARROSO, 1931, p. 42), que fizeram do Sertão brasileiro, restrito às províncias do Norte/Nordeste, um território de revoltas.

O Norte/Nordeste e sua população seria assim um espaço-corpo cindido entre o tempo do: desejável, reduto de tradição e valores positivos sempre que ligados à uma idealizada Europa, ao cristianismo e à submissão. E do indesejável, sempre que ligado à mistura de raças, crenças e à insubmissão contra a ordem instituída. Espaço-corpo que seria algo como um grande *quilombo* visto pelo “olhar de cima”, dos dominantes, que fixa tal conceito no lugar do atraso, da ignorância, da violência, da fuga e da morte. Imagem essa da qual nos distanciamos, pois o entendemos enquanto potência de vida e de liberdade, projeto de (n)ação (e de nacionalidade) protagonizado por negras, negros e negres, mas incluído a outros grupos subalternos como indígenas e pessoas brancas precarizadas. Espaço-corpo, pois se onde se está, se é, como nos diz Beatriz Nascimento (RATTS, 2006, p. 59).

Rebelião e revolta estão em seu discurso ligados à criminalidade, banditismo, violência, atraso civilizacional, pobreza, hereditariedade e à região, nas quais as “repetidas jacqueries

sertanejas”, assim como outras revoltas (BARROSO, 1931, p. 41-42), são reações contra as medidas político administrativas que visavam o novo, seja ele “**novos** systemas, de **nova** lei eleitoral, de **novo** imposto” (BARROSO, 1931, p. 43). Mais uma vez gostaríamos de destacar o aspecto peculiar do progresso defendido por Gustavo Barroso. O que parece preocupá-lo não é uma mera antítese entre Tradição e Progresso. Para o autor oriundo do Ceará e radicado no Rio de Janeiro, que se fez João de um bem característico Norte, nesse momento de ruptura espaço-temporal que ele experienciava, era preciso um progresso de fundo conservador, ou seja não devia-se temer o “novo”, mas adestrar suas forças, de modo que as antigas estruturas de poder e suas respectivas hierarquias sociais (o que passa pela intersecção gênero, raça e classe), das quais ele é herdeiro, fossem mantidas.

Podemos assim perceber sua profunda preocupação com o eixo de formação do ser sertanejo a partir de todo um arcabouço científico que ao legitimar-se como tal, relega outros saberes ao lugar do indesejável. À luz desses saberes pretendidos enquanto científicos, Gustavo Barroso buscou em seus estudos sobre “sociologia sertaneja” destrinchar aspectos dessa vida, desde suas atividades laborais até características de seu cotidiano, para poder diagnosticar práticas sociais consideradas indesejadas. Para que, uma vez com esse exame em mãos, pudesse prescrever os “remédios positivos da hygiene e da medicina sociaes”.

Essa depuração social passaria por um projeto de mudança, de formação de uma nova figura do trabalhador e do ser sertanejo, verdadeira busca por redenção desse sujeito a partir de mecanismos de controle e vigilância social que incidiriam tanto na vida privada quanto em seus ambientes de trabalho, objetivando sua domesticação, a fim de neutralizar e excluir qualquer sintoma de desordem social e de revolta. Ressaltemos, sua preocupação é da ordem do corpo útil ao capital, ao sistema de produção.

Estando sempre as revoltas sertanejas ligadas à barbárie, a criminalidade, que por mais que se iniciem até por motivos por ele considerados justos¹¹⁵, sempre acabavam descambando para a “cupidez de roubar, odio dos mestiços aos que são *brancos, amarelos* como chamam, necessidades vingativas”(BARROSO, 1931, p. 43). O grifo nessa última citação é do próprio Gustavo Barroso que, entendemos, visa mostrar uma espécie enganosa de “racismo reverso” no qual sujeitos historicamente oprimidos agiriam contra grupos étnicos historicamente dominantes por causa de um inexplicado ódio nutrido por aqueles que ele considera de raças inferiores que, não por coincidência, são adeptos da cor vermelha estampada em seus lenços:

¹¹⁵ Segundo Barroso as ações de revolta no sertão nascem muitas vezes como reações às medidas impositivas do governo, porém pelo próprio meio em que vivem e pela hereditariedade os motivos primeiros da revolta “desaparecem”, perdendo assim o seu sentido. (BARROSO, 1931, p. 43).

Signal de valentia e fereza. A côr encarnada não poderia significar outra coisa. Muito viva, grava-se nas memorias rudimentares dos semi-barbaros, em que o predomínio das acções reflexas pede sensações fortes. O vermelho é preferido pelas raças inferiores. Os selvagens têm a paixão dessa côr. Na Nova Zelandia todo objecto pintado de rubro fica sagrado (tabu). Os juizes e carrascos, antigamente, se vestiam de encarnado afim de inculcar *terrore* e *spavento aos réus*. Vermelhas, as fardas dos soldados de Rosas. Vermelhas, as blusas dos garibaldinos, as tunicas dos “farrapos”, as capas dos chapéus dos romeiros do padre Cicero. Vermelhas, as bandeiras dos povos mais atrasados. Vermelho, sangue e barbarie. Os balaios queriam obrigar toda a gente a andar de camisa e ceroulas encarnadas. (BARROSO, 1931, p. 94-95).

O vermelho aparece assim como símbolo do horror, da barbárie, pois evocativo da revolta popular, em várias épocas e espacialidades, contra determinados setores dominantes. Para Gustavo Barroso, sempre alerta contra o “perigo vermelho”, todo movimento que viesse a subverter a estrutura de governabilidade e os valores por ele entendidos como tradicionais, representaria um risco promovido por elementos incivilizados, primitivos, advindos de camadas populares e de raças inferiores que deveriam ser estudados cientificamente para melhor serem neutralizados, reprimidos, enclausurados, concentrados, normalizados e, em última instância, descartados.

A raça inferior no sertão, segundo seu raciocínio, viria assim da miscigenação entre o branco, o índio e o negro, em que o atavismo do negro e do índio na formação do sertanejo é elencado por Barroso de forma a deturpar todas as instâncias sociais e culturais desses dois elementos: por exemplo, se o sertanejo resolve brigas na faca é porque “vê-se o resto de selvageria que o sangue índio, casado ao negro, deixou na alma tôrva dos mestiços” (BARROSO, 1931, p. 68). Mais uma vez a moral sertaneja é explicada também na mestiçagem “Havendo ocasião, todos matam, mas nem todos roubam” (BARROSO, 1931, p. 142). Até as cosmologias de origens africanas e indígenas são vistas como inferiores, crendices, bruxarias:

Não há povo mais cheio de crendices, mais propenso a acreditar em bruxêdos, do que o sertanejo. Crê em todas as feitiçarias por mais ignobéis e estupidas que sejam, misturando na sua pratica crenças africanas, indígenas e européas, estas adquiridas por hereditariedade, aquellas pelo contacto das raças. **As reminiscências das bruxarias africanas e indígenas formam a base de todas as feitiçarias onde as européas apparecem apagadamente, com seu cunho religioso velado pelo fetichismo das duas raças inferiores.** Um typo interessante synthetisa toda essa inclinação e toda essa ignorancia: - é o curandeiro [...]. É quasi sempre um negro idoso [...] o um mestiço esqualido. (BARROSO, 1931, p. 154, grifo nosso).

Façamos notar retomando a operação discursiva construída em *Terra de Sol*, que o elemento branco sempre é destacado em seu discurso como algo positivo, pois portador

mesmo de valores europeus ditos civilizados e superiores que foram conspurcados pela mistura das raças inferiores. Portanto, se para Barroso a fé sertaneja guarda algo de positivo, falamos especificamente da fé católica, cristã-ocidental, isso se deve aos traços europeus por ele entendidos enquanto pertencentes a ordem da civilização, e mesmos as chamadas reminiscências europeias relegadas ao campo das credices, aparecem em seu discurso apagadamente, como elementos que ele faz questão de não desenvolver em seus escritos, se fazendo sentir a partir da influência do que ele denomina de raças menores. As demais formas de expressões religiosas amalgamadas no sertanejo aparecem representadas como inferiores, ignorância, males que constroem sujeitos torvos, opacos física e moralmente, “almas de lama”.

Mesmo fruto da miscigenação de elementos desejáveis e indesejáveis a raça sertaneja identificada a partir de suas características biológicas, da sua constituição física, dos caracteres morais e intelectuais, dos atavismos, das crenças e costumes se fez uma raça forte pela influência do processo de adaptação do homem sertanejo ao meio hostil:

Emfim, um dia, o gado começa a cahir de fome, de sede e de fadiga. É a época mais terrível; é quando a nortista mostra a sua energia inflexível, quando mais se acrisolam suas dificuldades combativas, e mais se enrija, e mais robustece sua titanica virilidade. Um minuto de fraqueza, um momento de desanimo, um instante de desacorajamento – e o sertão esmagál-o-á. Mas elle não abranda e nem se verga. Só contra a impassibilidade da natureza, lucha, lucha sempre. Alguns desertam as fileiras; mas os que ficam continuam o combate. É dahi, não seja, talvez, paradoxo o dizer – que a sêca é um factor de progresso, porque fórma e mólda uma raça de fortes. (BARROSO, 1931, p. 25).

Nota-se assim o eco euclidiano “Raça de fortes” forjada e moldada nas agruras do meio ambiente que delineia, junto a fatores hereditários, a fisiologia e psicologia do sertanejo. Adaptados ao meio, entregues à vida agrária o sertanejo (que não o cangaceiro resultado essencialmente da mistura entre negros e indígenas) apesar de tantos aspectos negativos¹¹⁶ é fruto do verdadeiro progresso: o progresso da adaptação ao meio natural, progresso esse que guarda as tradições de um tempo-espaço-corpo quase imóvel: “Durante seculos a physionomia da sociedade sertaneja não se tem modificado numa só linha em nenhuma de suas atividades quer moraes, quer phisicas, quer phychicas. O sertanejo é inalteravel no seu modo de vestir, de falar, de plantar, de criar de viver” (BARROSO, 1931, p. 175).

A resistência e a aclimatação ao meio tão hostil foram, segundo Barroso, um fator decisivo na formação de uma “raça forte” rija e de titânica virilidade (BARROSO, 1931, p.

¹¹⁶ Segundo Barroso entre outras características do sertanejo, pode-se observar: “Ademais na sua alma inculta e despolida predominam os sentimentos primitivos, rudes e informes, alguns maus [...] ignorantes completos [...] fala mal [...] Muitos são mentirosos”. (BARROSO, 1931, p. 180-186).

25), “verdadeiro *typo ethnico* da nacionalidade brasileira!” (BARROSO, 1931, p. 194). O embate com a natureza forja assim uma determinada forma de ser homem, de masculinidade: a do homem viril, macho, rijo, potente, a fecundar o novo ser nacional almejado.

O sertanejo que emerge em sua narrativa é apontado como base representativa ideal para uma nação também idealizada, muito embora como viemos aqui discutindo a presença dos elementos negro e indígena na formação desse tipo nacional fossem retratadas sempre pelo prisma da negatividade, enquanto que o elemento branco de matriz europeia é exaltado, dessa forma entendemos que para Barroso o verdadeiro tipo ideal era algo ainda por se fazer com a progressiva sobreposição dos traços da raça branca sobre as outras que lhe constituem.

Parece e é complicada essa articulação exposta no parágrafo anterior que ganha contornos ainda mais problemáticos quando Barroso assevera que: o sertanejo, nascido da adaptação ao meio, é o melhor representante do homem brasileiro, pois em suas “veias não corre sangue estrangeiro” (BARROSO, 1931, p. 194), construindo assim a imagem do estrangeiro como tipo indesejável. Malabarismo discursivo que elabora uma organização social piramidal na qual ao elemento branco-europeu, portanto estrangeiro, caberia o topo da civilização (façamos notar que o gênero está sempre flexionado no masculino, característica essa que iremos abordar mais adiante) enquanto os outros elementos, entre eles as populações africanas e seus descendentes escravizados trazidos da África, aparecem na base.

Para entender essa questão é preciso ressaltarmos que o intenso fluxo migratório transoceânico que marcou o período de 1880-1930 como período da “Grande Imigração” foi um processo muito mais amplo que trouxe em seu bojo mais que afluxo de pessoas, trazendo sim processos interligados de transformações científicas-tecnológicas, formas organizacionais de trabalho, entrada de capital que modificaram radicalmente as antigas estruturas sociais transferindo inclusive o polo econômico do país que migrava da então conhecida região Norte (de onde Barroso era originário) para as regiões Sul-Sudeste (para onde ele mesmo migrou). Por todas essas transformações o estrangeiro e o estrangeirismo, frutos da modernidade, são tão veementemente criticados por Barroso que, como vimos anteriormente, se move numa perspectiva de progresso-conservador antagônico ao projeto de progresso liberal/burguês.

Tempo, espaço e o próprio ser nacional agora se encontravam ameaçados pela “marcha progressiva do litoral para o centro do Brasil, a pouco e pouco vai a civilização eliminando os *typos* tradicionais e apagando ou deturpando os velhos costumes” (BARROSO, 1931, p. 111). Nesse sentido, exemplar de um “*typo* tradicional” que já fora eliminado pela “marcha do progresso”, segundo Barroso, foi o “passador de gado”:

[...] homens afeitos áquela vida meio-selvagem, gozavam da illimitada confiança de seus patrões; eram honestissimos, fortes, decididos e valentes”.

[...] Hoje em dia, a Estrada de Ferro modificou as comunicações. Não se enviam mais boiadas a Pedras de Fôgo. Desapareceu a razão de ser do passador de gado: elle apagou-se. (BARROSO, 1931, p. 112).

Mas “O progresso matou-o” (BARROSO, 1931, p. 112). O progresso do qual Barroso se ressentia é o que ele não consegue domar, é do questionamento dos valores senhoriais nos quais ele fora criado, é o da aceleração oriunda da modernidade que trazia em seu bojo os valores citadinos, cosmopolitas e de inovações técnico-científicas que desprezavam as inventadas tradições de um determinado tempo-espaço harmônico. Esse sertanejo, “sub-raça ignorante e infeliz” (BARROSO, 1931, p. 194), assim como o tempo e o espaço, discutido anteriormente, é um elemento que para Barroso está se perdendo. Adaptado ao sertão e “inalterável” em todos os aspectos de sua vida o sertanejo logo seria tragado pelas forças da modernidade que Barroso associava às modernas “ondas” imigratórias, fato esse que só iria se agravar com a eclosão e os desdobramentos da Grande Guerra Mundial, e com o afluxo de pessoas que fugiam dos horrores desse conflito para outros países, pessoas essas que por serem consideradas inaptas no interior de um processo produtivo amplo, serão relegadas à dimensão do descartável, do indesejável.

Destarte, para Barroso, a base sólida de nossa nacionalidade deveria ser o sertanejo, mas o sertanejo redimido num batismo de sangue que, por inferência ao seu artigo *A Derrocada*, citado no início deste capítulo, poderia ser gradual e seguro (um processo hereditário) ou mesmo violento (por vias agressivas e/ou repressivas), no qual os entendidos atavismos de negros e indígenas fossem sendo suplantados pela “raça superior” branca-europeia. Batismo esse que passa também por certos filtros, referentes à entrada de estrangeiros no País, como expresso em seu projeto de leis sobre indesejáveis, constituindo assim um tipo de imigrante (in)desejável que perscrutaremos mais à frente.

Mas, o que faria o jovem Gustavo Barroso, radicado no fértil meio intelectual carioca, urbe que passava por intensas transformações não só em sua estrutura, mas em sua composição étnica com a chegada das “ondas imigratórias”; lançar esse olhar tão saudoso para o trinômio tempo-espaço-identidade? Nossa interpretação vai no sentido de que Barroso se apegava ao estilo memorialístico e autobiográfico, como forma de suprir a distância/ruptura espaço-temporal que vivenciava (MOREIRA, A. M. A., 2006, pp. 16-17), além de “pegar carona” na grande e positiva repercussão de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que despertou o interesse num público ávido em conhecer mais sobre essa face do Brasil, apresentada como algo raro e exótico, que o discurso da ordem e do progresso queria superar.

A partir de uma literatura dominada pelas teorias científicas da época, Barroso se faz alguém que, apesar de se pintar enquanto antimoderno, parece-nos mais preocupado em domar as forças dessas transformações. Para isso, ele passa a instrumentalizar os saberes que são bem característicos desse período, atribuindo assim um determinismo absoluto para todos os fenômenos humanos, no caso específico desse tópico para o sertanejo, além de ser alguém que conseguiu tirar bastante proveito desse tipo de escrita que não se encontrava “insulada” no começo do século XX, contando mesmo com a adesão de vários intelectuais e cientistas,¹¹⁷ que mobilizavam seus saberes como instrumentos de intervenção social.

Dessa forma o autor de Gustavo Barroso segue “a receita do sucesso” de *Os Sertões*, chegando até mesmo ao ponto de ser chamado de “continuador de Euclides da Cunha” (MAGALHÃES, A. M., 2007, p. 6), conseguindo então angariar um espaço no disputado círculo intelectual do País no começo do século XX. Entre os demonstrativos da recepção de sua obra, especialmente de *Terra de Sol*, podemos elencar o comentário de José Veríssimo, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, amigo próximo de escritores como: Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay, Lúcio de Mendonça, entre outros:

De impressões, sensações, descrições, observações e relatos da natureza e dos costumes do Norte, com preferências ao seu folk lore e à psicologia das suas populações é o livro *Terra de Sol* do Sr. Gustavo Barroso, cuja segunda edição acaba de sair à luz. *Terra de Sol* chama com propriedade o autor ao seu Ceará, a região nortista que viu, observou e descreveu com inteligência e amor, de modo a nos comunicar a sua própria emoção dela. (...) **No mais amplo sentido da palavra é ainda geográfica, e da melhor e mais racional, pois nos dá a imagem fiel da terra e do homem que a habita, que lhe sofre as reações e sobre ela reage.** (VERÍSSIMO, 1913 apud MAGALHÃES, A. M., 2007, pp. 5-6, grifo nosso).

Outro exemplo da recepção da referida obra de Gustavo Barroso é o discurso proferido pelo “Imortal” Alberto Faria, na ocasião de seu ingresso na Academia Brasileira de Letras em 1922:

Em 1912 irrompíeis com a *Terra de Sol*, que trazia em si lume de vida, bastante a fazer-vos desde logo vitorioso, sob o pseudônimo de João do Norte, que vindes metamorfoseando de bioco em resplendor. **Era uma obra de etnografia e folk-**

¹¹⁷ Podemos aqui a título de exemplo ressaltar dois cientistas que defendiam ideias que à época eram consideradas científicas e avançadas: João Batista de Lacerda (1846-1915), fluminense, formado em medicina. Foi presidente da Academia Nacional de Medicina e diretor do Museu Nacional e um dos principais expoentes da “tese do embranquecimento” entre os brasileiros, tendo participado, em 1911, do Congresso Universal das Raças, em Londres; Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico e antropólogo maranhense, professor na Faculdade de Medicina da Bahia. Nina Rodrigues é considerado um dos grandes percursores da antropologia criminal, da antropometria e da frenologia no Brasil. E mesmo o médico Aurelio de Lavor (a quem ele dedica o conto *Athayde* no livro *Heróis e Bandidos* “Ao meu amigo Aurelio de Lavor”) que em 1913 sugeriu o nome da recém fundada associação médica cearense – sociedade que teria como objetivos o desenvolvimento científico e seria órgão oficial dos médicos – que chegou a ditar costumes higienistas no estado do Ceará.

lore, refletindo agudamente misérias e grandezas de solo adusto, onde luta uma raça não desfibrada pelo cosmopolitismo. Vossas inatas qualidades artísticas, servidas por observação direta do meio físico e moral, conferiam-vos à pena um admirável poder descritivo. Grava-se-nos para sempre, na retina da memória, entre outras páginas, de vigor e colorido, a objetivadora de uma praga cearense, página que me não furto ao gozo de reler, gozo que desejaria comunicativo [...]. Bem-vindo sois, jovem filho da terra de sol, banhada pelos verdes mares bravios, ao grêmio de nosso afeto, reparador de inclemências e confortante de injustiças! (FARIA, 1923, grifo nosso).

Façamos notar que os comentadores da obra barrosiana, aqui citados, o saúdam por seu “olhar geográfico”, no qual celebram a imagem do homem “fibrado”, coligado com a terra, bem como por sua ideia de uma “raça não desfibrada pelo cosmopolitismo”. Queremos com isso demonstrar que a circulação da grade de conceitos dos comentadores (de importante destaque no período) corroboram explicitamente a visão proposta pelo autor de *Terra de Sol*, que encontrara um terreno fértil para o desenvolvimento de suas ideias.

Mas devemos ter em mente que esse reconhecimento que a obra barrosiana começa a galgar com a publicação de *Terra de Sol* não foi possível apenas pela “excelência” de sua escrita. A ascensão de Gustavo Barroso aos mais altos círculos da intelectualidade brasileira, conquistada plenamente na década de 1920, e da qual *Terra de Sol* é um grande “cartão de visitas”, não se deu de forma acidental. Ela foi construída a partir de estratégias de sociabilidade como: sua proximidade junto a intelectuais do porte de Capistrano de Abreu (CERQUEIRA, 2011, p. 45), amigo do seu pai Antônio Filinto Barroso; a intensa participação em periódicos como o *Jornal do Brasil*, *Fon-Fon* (na qual ele ingressa em 1910, como colaborador, e já em 1916 consegue alcançar o segundo maior cargo da revista enquanto diretor de redação), *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *A Pátria*, *O Dia*, *O Jornal*, *Correio Paulistana*, num momento em que a atuação na imprensa era uma forma de ingressar no mercado de trabalho intelectual representando uma fonte de renda, de expansão dos contatos e de apresentação a um determinado público (GOMES, 1996); bem como a participação assídua nas principais rodas literárias da capital republicana, tais quais o salão de Coelho Neto e a Confeitaria Colombo, na qual, segundo Brito Broca, Barroso frequentava “sempre muito elegante, de polainas e luvas” (CERQUEIRA, 2011, p. 45).

Figura 12 - "Gustavo Barroso (João do Norte)".

N. 227 | RIO DE JANEIRO — SABBADO — 5 — OUTUBRO — 1912 | ANNO V



Gustavo Barroso
(JOÃO DO NORTE)

Gustavo Barroso, vulgo João do Norte, é o autor fulgurante da *Terra de Sol*.

Foi nas alegres columnas desta austera revista, espichado sob a graça risonha de esfusiantes contos humorísticos enviados da longe *Terra de Sol*, que começou a apparecer, nesta perfumosa cidade dos jardins, o popular pseudonymo que absorveu o nome de Gustavo Barroso.

O escriptor, quer escreva com a responsabilidade familiar do seu nome ou com a auctoridade litteraria do seu pseudonymo, quer confunda, entrelaçando-os com intimidade, como no portico da *Terra de Sol*, nome e pseudonymo, é um dos mais vigorosos, dos mais fortes e dos mais brilhantes das novas gerações.

Nos ultimos tempos, as callidas regiões do norte não produziram outro prosador comparavel ao joven rapshodo do Ceará, cujo estylo vibrante e impetuoso, cuja phrase burilada e precisa, cujas raras virtudes de observador justificam o seu rutilo destaque e legitimam o seu esplendido successo.

Além das suas magnificas qualidades litterarias, possui Gustavo Barroso nobres qualidades de caracter, mas aquelle dos seus invejaveis dotes de que mais se ufana o modesto João do Norte, é a sua meiga boniteza de rapaz galante, pois no candido pensar de João do Norte e no ironico dizer do critico Miguel Mello, o elegante Gustavo Barroso é o mais formoso cultor das nossas lettras.

Gustavo Barroso VOL-TAIRE

Fonte: (CARETA, 05 out. 1912, p. 11).

Mas nem só de elogios e de “esplendido sucesso” viveu o “joven rapshodo” que buscava sua inserção nos meios intelectuais da “perfumosa” urbe carioca, reforçando sua identidade, João do Norte, enquanto cearense saudoso. Como buscamos mostrar ao longo da nossa tese, Gustavo Barroso, arguto e incessante escritor, falou muito sobre muitos temas, fato que para outros autores soava como indicativo de falta de profundidade, da produção de apenas esboços, em seus escritos. Portanto, questionavam-se mesmo da qualidade de sua escrita (CERQUEIRA, 2011, p. 46), elementos que foram observados por Alberto Faria no mesmo discurso de recepção a Gustavo Barroso na ABL, em que ele apontava a obra barrosiana como “copiosa, extensa e progressiva, argui milagre de talento, pois a produzistes rapidamente, antes da idade crepuscular, sem tempo para estudos repousados, andando aos saltos de terra em terra, a cambiar sempre posições, numa existência curta e afanosa” (CERQUEIRA, 2011, p. 47). Notemos que Alberto Faria não só ironiza a escrita barrosiana

pela falta de profundidade, como também questiona sua avidéz em galgar reconhecimentos e postos, como sua própria inserção na Academia Brasileira de Letras que ele concorrera três vezes, começando em 1918, até conseguir êxito ao se candidatar em 1922.

Entendemos que problematizar os consensos e dissensos no interior do campo intelectual, pelo qual se movia Gustavo Barroso, em princípios do século XX, se faz salutar para demonstrarmos que sua escrita que fabrica corpos (in)desejáveis não estava isolada, não pairava sozinha sobre os homens, ao contrário, estava em constante diálogo e tensão com bases científicas, literárias e sociológicas, e que ajudaram a compor uma narrativa, na qual os corpos indesejáveis são corpos marcados pela herança do meio e das raças – os mestiços –, sendo alguns mais indesejáveis que outros, o que em sua verdadeira natureza de estrutura social é essencialmente racista e vitalmente ameaçadora para com os povos originários e negros, aos lھے negar vez, voz, humanidade, conferindo poder e privilégios apenas ao elemento o branco-cristão-europeu-patriarcal.

Logo, podemos voltar a entrevista de Barroso na abertura deste capítulo para uma melhor conclusão de como ele opera a construção discursiva do ser sertanejo. Para Barroso o corpo realmente desejável está no devir que se constitui a partir de um *horizonte de expectativa* que não perde o passado de vista. Isto é, mirando em valores de um passado idealizado, Barroso projeta um futuro que se realiza a partir do (seu) hoje.

O corpo nacional para Barroso é um corpo “mal servido etnicamente”, composto por “sangue máo e de tendencias perniciosas”, que encontra sua melhor expressão no tipo sertanejo justamente por sua capacidade de adaptação ao meio, fator esse produtor de uma raça que, mesmo degenerada física e moralmente por causa das influências negativas oriundas do contato com o negro africano e o indígena do continente, produziu um corpo específico: “Raramente se encontra um sertanejo gordo. São magros, angulosos, todos musculos e nervos. [...] Tem uma calma e serenidade admiraveis [...] signal do immenso vigor da raça do Norte que o grande Euclýdes da Cunha chamou - <<rocha viva de nossa nacionalidade>>” (BARROSO, 1912, p. 171) “bom e honrado” que “Nunca se queixa. Jamais lamenta [...] rotineiro e não gosta de inovações” (BARROSO, 1912, pp. 173-174).

Portanto, Barroso descreve um sujeito ideal iminentemente apto para o trabalho (rural) e de comportamento dócil e submisso, enquadrado na ideia de um passado de relações fraternais, entre comandantes e comandados, no qual essa “rocha viva” – o sertanejo – seria, assim, o alicerce da nação vindoura, uma vez redimida seja pela ação do tempo, seja por meio de leis ou até mesmo, como citado em seu artigo *A Derrocada*, do “baptismo purificador de

sangue que há de produzir muita dôr e muita afflicção, [...] que regenerará a sociedade brasileira!”.

Dessa forma, para Gustavo Barroso, a separação e o expurgo da descendência, advinda do sangue e das influências negras e indígenas, causadoras da barbárie, dos saques, das revoltas “vermelhas”, das mortes, do cangaceiro e do jagunço (braço armado dos coronéis que, não por acaso seriam, rivais de sua oligarquia), marcariam o advento de um espaço-tempo erguido agora por uma raça regenerada da maldição legada pelo cruzamento de raças, pelo meio e pela política de abandono deliberado do sertanejo.

Assim, entendemos que o sujeito nacional desejável por Gustavo Barroso, enredado em toda uma *ordem discursiva*, passa por uma política de branqueamento da população sertaneja em sua estrutura física, moral e espiritual, portanto, uma visada redentora e higienista da miscigenação. Visão esta que muitos intelectuais juntos a setores, principalmente ligados a economia cafeeira da época, compartilhavam, fomentando o sentimento positivo sobre a miscigenação brasileira, com um diferencial ao projeto barrosiano, qual seja: apostando na intensificação da importação da mão de obra europeia. Mas qual será a opinião de Barroso sobre a imigração e sobre o imigrante? Existiria o imigrante desejável e o indesejável? Por tudo que foi trabalhado até esse momento, nos permitam adiantar a resposta para essa última pergunta: Sim.

O como essa operação foi discursivamente realizada pelo pensamento barrosiano será o tema do nosso próximo tópico.

4.2.2 Imigrantes indesejados: Anarquistas, mutilados e “Frangotes”

Figura 13 - "Projecto contra os indesejaveis".



Fonte: (O MALHO, 30 set. de 1916, p. 21)

Forte, jovem e viril, assim o periódico *O Malho*, traz em sua charge, figura 13, um homem que acreditamos ser a representação do próprio Gustavo Barroso, apresentando o seu projeto de lei sobre os indesejáveis. Pelas roupas que o personagem veste, ele não está apresentando o projeto de lei aos seus pares deputados, ele parece estar na rua. Portando, trajes de esporte, com os braços fortes, musculosos, expostos (ao contrário, como podemos observar nas fotos da época, do próprio franzino Barroso). O público é outro, a mensagem é direta: se todos os brasileiros fossem tal e qual a representação do proponente do projeto, os “estropiados” da guerra não entrariam mais no Brasil, o periódico em questão parece ansiar por um exército de “Barrosos”, composto por homens fortes com a solução para a mão de obra a mover o progresso brasileiro.

Lembremos que o referido projeto de lei, como vimos anteriormente, visava proibir a entrada no Brasil de: cegos, surdos-mudos, paralíticos, enfermos de doenças contagiosas ou incuráveis, mutilados do braço direito, de ambos os braços ou ambas as pernas, “idiotas, imbecis”, “alienados mentais de qualquer espécie”, criminosos condenados em seus países de origem, mendigos, ciganos, mulheres sóas, viúvas, com filhos menores de 16 anos, homens maiores de 60 anos e menores de 16 anos. No artigo 2º, que trata das exceções, destaca-se a comprovação de renda própria e/ou o acolhimento certo em seio familiar brasileiro (BRASIL, 1916a, p. 17). Em um momento que, a partir de pressupostos entendidos enquanto científicos, se buscava uma constituição nacional racialmente forte, através da importação da mão de obra europeia, o projeto barrosiano encaixava-se perfeitamente, pois preconizava filtros regulatórios para a imigração, tais como: filtros raciais, sociais e de gênero, ou seja, não poderia ser qualquer europeu, mas apenas o de corpo sadio e forte, apto para o trabalho a ser empregado na lavoura e nas incipientes indústrias brasileiras.

Corpo rentável economicamente e dócil politicamente, era o desejo de uma classe dominante que já conhecia a força das revoltas de seres humanos escravizados e perseguidos e que agora buscava combater qualquer movimento social que viesse contestar a ordem vigente. Entre estes movimentos, podemos citar os de inspiração socialistas e anarquistas, de matriz europeia, que contavam também com a adesão de muitos estrangeiros que aportavam no Brasil.

Estas correntes, cada uma múltipla e plural em sua composição, disputavam entre si a pretensão de orientadoras do proletariado rumo à construção de um novo mundo que se pretendia livre de hierarquias sociais e da exploração humana. Tendo obtido destaque dentro do movimento operário brasileiro, especialmente nos principais centros em industrialização

no País, durante as duas primeiras décadas do século XX, o *anarcossindicalismo*¹¹⁸ que “a partir de, aproximadamente 1903, conseguiram adentrar em sindicatos e em federações que contavam com a participação de militantes socialistas e colaboracionistas, ‘numa época em que as correntes ideológicas ainda não estavam claramente definidas’” (OLIVEIRA, 2009, p. 57). Portanto, um movimento que consideramos essencial para a organização dos trabalhadores brasileiros e imigrantes no Brasil.

Tal corrente de pensamento tão múltipla e heterogênea almejava reunir e estimular a prática revolucionária dentro do sindicalismo (um movimento visto por muitos anarquistas como reformador), buscando construir formas de ação coletiva que, ao mesmo tempo em que denunciasses os maus tratos e as violências sofridas, no interior do âmbito trabalhista, e reivindicasse pautas, como as oito horas de trabalho e melhores salários, pudessem difundir ideais revolucionários. Dentro dessa perspectiva podemos destacar o pensamento de Georges Sorel, o qual preconizava que greves parciais junto com boicotagem e sabotagem seriam momentos preparatórios para que a classe trabalhadora desenvolvesse a consciência de sua função histórica chegando ao ponto da “greve geral revolucionária” (OLIVEIRA, 2009, pp. 90-91) e a luta final, da qual nasceria “uma terra sem amos”.

Com novos atores em cena, os reflexos das reivindicações operárias se faziam sentir em sucessivas greves. Entre as várias experiências de mobilizações operárias ocorridas no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, ganhou destaque a Greve Geral de 1917, que teve início em fins de junho, em uma conjuntura que mostrava a ligação do Brasil com os acontecimentos do resto mundo, desde a influência da insurreição, de fevereiro de 1917 na Rússia, em que mulheres que trabalhavam na indústria têxtil, deram início a protestos e a uma paralisação que teriam consequências que findariam na “Revolução Russa”, até os efeitos da carestia brasileira intensificada pelos desdobramentos da Grande Guerra (por exemplo, a má qualidade dos produtos alimentícios, o aumento das horas de trabalho nas fábricas para suprirem os esforços de produção num panorama de conflito mundial, em que os produtos brasileiros passaram a substituir os importados e a serem exportados).

A Greve de 1917 teve início quando quatrocentos trabalhadores da fábrica Cotonifício Crespi, em São Paulo, passaram a reivindicar aumento salário, regulação do

¹¹⁸ O anarcossindicalismo é uma corrente autônoma, concentrada no movimento operário e fundamentada em uma doutrina própria, que conserva tanto elementos do anarquismo, como do marxismo, que acredita que os sindicatos podem ser utilizados como instrumentos para mudar a sociedade, substituindo o capitalismo e o Estado por uma nova sociedade democraticamente autogerida pelos trabalhadores. Os princípios básicos do anarcossindicalismo são a solidariedade, a ação direta e a autogestão. No Brasil essa corrente teve como uma das principais fontes de inspiração o pensamento do anarquista Errico Malatesta. Mais sobre o movimento anarquista no Brasil, ver: (OLIVEIRA, 2009).

trabalho de mulheres e crianças e a abolição de uma contribuição compulsória que seria destinada às vítimas italianas na guerra (OLIVEIRA, 2009, p. 104). Tal mobilização, que contou com um número expressivo de mulheres, se expandiu e sofreu a repressão policial. Isso só deu mais fôlego ao movimento que se alastrou por outras fábricas e logo conquistaria uma parcela significativa dos quase quinhentos e cinquenta mil habitantes da capital paulista (LOPREATO, 1996, p. 36).

O aumento da repressão culminou com a morte, pelas mãos das forças repressivas do Estado, no dia 10 de julho, do sapateiro espanhol Antonio Martinez de apenas vinte e um anos de idade. O cortejo fúnebre de Martinez reuniu mais de dez mil pessoas que caminharam pela cidade, intercalando comícios até o cemitério do Araçá. A comoção em torno desse assassinato, fez o número de grevistas eclodir chegando aos quarenta e cinco mil (OLIVEIRA, 2009, p. 104). No dia 12 de julho, leiteiros, padeiros, trabalhadores da empresa de luz *Light*, da companhia de gás e dos transportes aderiram à greve. Sem leite, pão, luz, gás e transportes, São Paulo estava paralisada e a greve geral deflagrada (LOPREATO, 1996, p. 38). Disso resultou o aumento das ações grevistas, tais como: depredações, saques e a tentativa de impedir o abastecimento no centro da cidade e o já esperado aumento da reação opressiva do Estado.

A greve se alastrou pelo interior e litoral paulista e teve ressonâncias em outros estados, como na capital da República, Recife e Porto Alegre, onde os trabalhadores com a participação de movimentos sindicais, anarquistas, socialistas entre outros grupos descontentes iam às ruas principalmente contra o alto custo de vida, redução de aluguéis, contra o trabalho de crianças, os baixos salários, equiparação salarial entre homens e mulheres, diminuição da jornada de trabalho. Tudo isso agravado pela conjuntura de guerra em que o Brasil, mesmo distante do palco principal desse conflito, vinha sofrendo consequências, em especial na vida dos trabalhadores em que se fazia pesar o aumento do preço dos produtos agrícolas que não fora acompanhado pelo aumento dos seus salários e a ampliação das jornadas de trabalho, tudo isso para suprir as demandas dos esforços de guerra.

Em São Paulo, quem passou a vocalizar essas demandas foi o Comitê de Defesa Proletária (CDP) que reunia representantes de diversas categorias em greve, formado em 9 de julho. O então governador Altino Arantes junto ao patronato propôs uma negociação que fora intermediada por uma junta de jornalistas do *Estado de São Paulo*. O historiador Tiago Bernadon divide as pautas aceitas pelo Estado e pelos empresários em três aspectos:

a) medidas que dizem respeito especificamente aos grevistas: nenhum seria preso ou demitido e todos os que haviam perdido seus empregos por ocasião da greve seriam readmitidos em seus cargos, e os presos seriam soltos; b) medidas que interessavam diretamente os operários em relação a trabalho e salário: reconhecimento do direito de associação dos trabalhadores; proibição de trabalho aos menores de 14 anos e do trabalho noturno aos menores de 18 anos e às mulheres; pontualidade no pagamento dos salários, a ser efetuado quinzenalmente ou no máximo em vinte dias; estabelecimento da jornada de oito horas diárias; aumento de 35% nos salários inferiores a 5\$000 e de 25% para os mais elevados; e, por fim, aumento de 50% em todo o trabalho extraordinário; c) medidas que interessavam a toda a população, não apenas operários e grevistas, sob o ponto de vista das condições de vida: que o Estado garantisse o barateamento dos gêneros alimentícios, requerendo os gêneros indispensáveis à alimentação pública, a fim de evitar a especulação, a adulteração e a falsificação dos produtos alimentares; que os aluguéis até 100\$000 sofressem redução de 30%, sendo permitida a permanência dos inquilinos que não pagarem o aluguel aos proprietários que se recusassem a reduzir os preços. (A PLEBE, 1917, p. 3 apud OLIVEIRA, 2009, p. 105).

A partir dessa reunião que contou com o aceno positivo do governo de São Paulo e de alguns empresários, os representantes do CDP (Edgard Leuenroth, Antonio Candeias e Theodoro Monicelli) conclamaram os grevistas para, no dia 16 de julho, decidirem a suspensão do movimento tido como vitorioso e ponto de partida para novas e maiores conquistas (LOPREATO, 1996, pp. 55-56); uma multidão compareceu e votou, pelo método do levantamento de mão, pela retomada ao trabalho nos estabelecimentos cujos patrões aceitaram as pautas grevistas e a permanência da mobilização contra aqueles que se mostraram indispostos a cumprir os termos conciliatórios. Os jornais paulistanos então comemoraram a vitória moral e econômica dos grevistas (LOPREATO, 1996, p. 57).

A greve geral teve seu termo, mas as condições dos trabalhadores não melhoraram de fato, pois suas pautas não foram todas atendidas e não demorou muito e a repressão passou a pesar principalmente sobre aqueles considerados figuras destaques do movimento, caso de Edgard Leuenroth, responsabilizado por saques e depredações de patrimônios privados, sendo então, processado e preso. Mas ficou a lição que a união e organização dos trabalhadores juntos a outros grupos da sociedade poderiam abalar as estruturas da ordem vigente.

Uma vez que muitos imigrantes trouxeram consigo ideais socialistas e anarquistas, passando a atuar na organização de movimentos sindicais e outros movimentos sociais que contestavam *o status quo*, estes passaram a se enquadrar perante as classes dominantes num perfil não mais desejável para a formação de uma “raça brasileira” ideal. Dessa forma, os imigrantes que não se enquadraram no novo modelo de comportamento e de vida (que passava pela domesticação, disciplinarização do proletariado e pela formação da família aos moldes normativos burgueses) – ação política, *biopolítica*, de fabricação de um determinado corpo –, passaram, a partir de uma operação discursiva, a serem retratados enquanto indícios

de uma anormalidade social muitas vezes sob o rótulo de “anarquistas”, incivilizados, grevistas, selvagens. Não mais imigrantes, mas sim “estrangeiros”, agentes externos da desordem, da subversão, ou melhor “inimigos externos”, bode expiatório para os problemas da República.

A esse respeito muito serviu as leis de expulsão de imigrantes, principais ferramentas para banir anarquistas, tratadas no início deste capítulo, que ao operarem com a mudança conceitual de *imigrantes para estrangeiros-anarquistas*, ajudou a construir a imagem do “imigrante-militante”, “planta exótica à nossa terra”, que trazia a ameaça de intranquilidade social e da degeneração da raça, por meio da contaminação moral e física. Dessa forma, criminalizava-se não apenas seres humanos, mas também todo um sistema de valores, pensamentos e lutas por um outro tipo de sociedade que não a da Ordem e do Progresso.

A especificidade do projeto de lei barrosiano, que seguia esses mesmos preceitos de criminalização, residia justamente na busca por responder as demandas do seu tempo presente, advindo das consequências da Grande Guerra: o que fazer com o fenômeno da imigração em massa de pessoas fugindo dos horrores desse conflito, horrores estes inscritos em seus próprios corpos e mentes? Dessa maneira, assomava-se em seu projeto de lei a figura do estrangeiro-militante – corpo indócil – à imagem do estrangeiro-mutilado – corpo improdutivo.

Sendo assim, por meio do projeto de lei barrosiano concatenava-se toda uma massa populacional de seres humanos recém-saídos da escravidão institucional e de outros corpos considerados supérfluos (trabalhadores improdutivos e/ou mutilados, pobres, idosos, ciganos, mendigos, mulheres que não atendiam aos valores da família dita tradicional, crianças de rua e doentes mentais), construindo um quadro geral dos indesejáveis do prelúdio republicano.

Corpos estes relegados muitas vezes à morte ativa, direta, da pena de morte não escrita, mas levada a cabo, por meio da ação repressiva do Estado – *fazer morrer* – e/ou à morte passiva, por abandono de políticas públicas voltadas a essas pessoas, em um processo de produção social da marginalidade e do *deixar morrer*. Política de morte que não foge à regra, mas sim que é a própria regra, na qual as mortes de uns são usadas para afirmar a vida de outros. *Modus operandi* de uma *necropolítica*, em que medidas de exceção convivem com medidas ditas democráticas, voltadas para aqueles cuja existência pode ser, e é, considerada uma ameaça física, biológica e moral.

Corpos e mentes indesejáveis “expurgados de tendências perniciosas” essa é a chave de leitura para se entender a lógica barrosiana exposta em seu projeto de lei de triplo alcance: temporal, pois disputava a narrativa sobre o tempo do progresso; espacial, pois preocupado

com a construção de uma determinada nação brasileira; e identitário ao buscar construir um corpo físico e moralmente sadio para essa nação. Esse “expurgo” que Barroso nos fala em sua entrevista para o jornal *A Rua*, de 23 setembro de 1916, teria dois caminhos: o primeiro já fora sinalizado desde antes, no já citado texto *A Derrocada*, que seria o “batismo purificador de sangue” que viria do “fuzil em punho, das barricadas das poças de sangue em defesa dos direitos postergados”, esse caminho já indicava que a primeira ação seria a busca por direitos que se não fossem atendidos, culminariam em uma saída mais direta, em um violento banho redentor do sangue, ou seja, uma medida necropolítica do fazer morrer.

O segundo caminho indica que, uma vez sancionada sua lei de indesejáveis, a mudança de determinados valores junto à ação temporal seriam os responsáveis pela higienização social por ele almejada. Contudo, de quais valores Gustavo Barroso se referia mais especificamente?

No conto “Frangotes”, publicado pela revista *Fon-Fon* (24 mar. 1917, pp. 19-25), sob o pseudônimo Jotaenne, Gustavo Barroso, nos fala diretamente sobre o que ele pensa da “nova geração masculina” do Brasil: “Inuteis, os frangotes, meu amigo! Inuteis!”. Analisemos o referido conto.

Segundo o narrador, era mais uma bela tarde no Rio de Janeiro, mais precisamente na estação de Petrópolis, onde toda a alta sociedade da capital do País (nomes das finanças, do comércio, jornalismo, da literatura, nobreza, justiça, política e diplomacia) se encontrava a espera de um trem, esse maravilhoso símbolo do progresso. E de lá observavam as encantadoras mulheres, “lindas mocinhas entre seus 15 anos”, muitas delas atraentes e bonitas, todas elegantes, nas quais se observava “O trigueiro ou o branco da sua pelle, as linhas do corpo e o formato dos labios, a cor dos olhos e dos cabellos, mostravam ora o typo delicioso da morena brasileira, ora as misturas de sangue europeus já se fundindo, amalgamando na nossa sociedade” (FON-FON, 24 mar. 1917, pp. 19-24).

Nesse momento, ele e seu amigo Marechal, ao observarem o que chamam de “meninas moças” se questionam sobre a nova geração feminina e masculina de brasileiros. Para seu amigo, Marechal, a geração feminina mesmo afetada pelas modas e costumes de outros países, são “sempre cheias de graça”. O corpo feminino aparece assim enquanto corpo-objeto submisso ao deleite masculino. Mas para ele, Jotaenne, a nova geração masculina tinha outras prioridades que não “as meninas moças”, eles estavam mais preocupados com suas roupas apertadas, seus anéis de ouro tão falsos quanto os títulos que esbanjavam, e tinham outros interesses como dançar tango, *one-step* e carnaval, verdadeiros “frangotes” e por isso inúteis (FON-FON, 24 mar. 1917, pp. 19-24).

O conto “Frangotes” nos fala assim de um mundo social em ruínas: o mundo dos antigos códigos de masculinidade característicos da sociedade agrária e escravocrata que se perdiam frente aos códigos de masculinidade urbanizada, industrial e moderna, de modos requintados, títulos de nobreza falsos, de palavras e costumes estrangeiros, determinados hábitos, costumes, valores e relações que moldavam um outro *ser-homem* no início do século XX, o que tornava obsoleta a masculinidade – o ser macho – das elites rurais e agrárias, em que Barroso fora criado, modo esse encarnado em personagens como o Marechal e seu amigo que, com um ar de desprezo, raiva e angustia, viam na nova geração de homens, todos das mais altas classes sociais, a incapacidade da atualização de códigos masculinos tradicionais. Esses novos homens modernos, cidadãos de hábitos estrangeiros, alguns representantes das novas forças sociais emergentes, eram homens fracos, “frangotes”, e por isso mesmo inúteis, indesejáveis.

Outro aspecto dessa nova masculinidade indesejada podemos notar no conto *Ganhar Dinheiro* (FON-FON, 16 set. 1916, p. 19). Essa história se passa mais uma vez na capital do país, e mais uma vez num dia claro – uma constante nesses últimos contos, como a nos dizer que as transformações denunciadas pelo autor acontecessem assim mesmo à luz do sol, à vista de todos. Jotaenne (pseudônimo mais utilizado para tecer suas críticas à modernidade carioca e corruptela de seu outro pseudônimo, João do Norte, que tem suas iniciais nas letras J e N, mais famoso por falar do sertão do Norte/Nordeste) e seu amigo Claudio França, observam no “*ground* da rua Guanabara”, as moças a desfilar em seus lindos vestidos. Notemos que as mulheres apresentadas, nesses últimos contos por nós arrolados, não têm voz, desejos, sonhos. É apenas o olhar masculino que as retrata como objetos, não muito diferentes dos seus vestidos, para o deleite do homem.

Nesse domingo era dia de regatas e de “*foot-ball*”, de filas de homens sadios e fortes encostados às grades ou às árvores, que “zumbia, grulhava” com esse esporte e seus “*shoot, goal-keeper, half-back, off-side*”, que às vezes se hostilizavam com as decisões do “*referee*”. E quando acontecia o “*goal*”? “Barbarizo, uivos, gritos, assovios, vivas”. Sobre todos esses novos costumes e formas de falar, a partir de uma língua estrangeira, o autor nos diz: “Era medonho!” (FON-FON, 16 set. 1916, p. 19). Destaquemos que a juventude que se acreditava civilizada, moderna, é descrita por Barroso muitas vezes, a partir de seus hábitos, com características animais, como a apontar não os limites das pretensões de civilidade das elites burguesas, mas o que ele entendia ser sua verdadeira natureza.

Em meio a esse cenário aparece o personagem Claudio França, espécie de alter ego barrosiano, descrito sempre como pessimista pelos outros personagens, mas que ao fim do

conto se revela um observador astuto da realidade brasileira sempre a desnudar os males sociais. Nesse momento Claudio França fala sobre a juventude que se volta aos Estados Unidos da América, como exemplo a ser seguido e, dessa forma, se “yankisa”. Exemplo disso é a “invasão” de palavras em inglês observadas nos “*foot-ballers*”, esporte que começava a conquistar os corações dos brasileiros. No entanto, Claudio França ressalta que essa “yankisação” tem seu lado positivo, pois ela se dá, por meio dos esportes e do “desenvolvimento *physico*”. Dessa forma, ele se alegra por ver os brasileiros desenvolverem exercícios que aumentam o vigor e a saúde que moldam um corpo atlético e forte assim como, ele nos diz, os gregos e os romanos o faziam (FON-FON, 16 set. 1916, p. 19).

Corpo atlético, saudável, vigoroso, a partir de práticas que podem até derivar do “novo mundo”, mas que têm suas raízes numa tradição europeia-milenar. Corpo apto ao trabalho que ele celebra, dado que com o fim da escravidão foi-se perdendo o traço negativo, principalmente no campo, de que o trabalho braçal “deslustra e deshonra”. Corpo produtivo, disciplinado, era esse o aspecto positivo, aceito, desejável, por parte dos imigrantes e de sua influência em nossos costumes.

O porém vem a seguir, pois Claudio França ressalta “Os meus temores se accentuam pelo lado moral”. Então, qual seria essa moral? Seria a formação cristã e europeia que, segundo ele, povoou a Virgínia e as Carolinas (estados agrários e escravistas) “os puritanos, os presbiterianos, os aristocratas dos Stuarts desthronados e os soldados de Cromwell” (FON-FON, 16 set. 1916, p. 19). Este seria o alicerce da formação estadunidense que desenvolveria um corpo saudável e forte, e uma formação moral que permitiriam uma “evolução dessa raça”.

A preocupação de Gustavo Barroso, vocalizada por meio do personagem Claudio França, é a formação da raça brasileira, pois, segundo ele, do que adiantaria ter um corpo forte se a moral não estivesse alicerçada, tal qual a estadunidense, naquilo que ele entendia serem os mais altos valores sociais: uma pretensa tradição cristã e aristocrática europeia. Já no Brasil ele não via paralelos, pois segundo o próprio, o Brasil tem em suas raízes “degredados, selvicolas, negros e fóra o mais que se não póde e se não deve dizer, pelo menos em voz alta...” (FON-FON, 16 set. 1916, p. 19).

Dessa forma, Gustavo Barroso ajuda a construir a imagem de um País colonizado pela escória portuguesa e por outras “raças inferiores” (os negros e os povos originários). Esses outros que ele diz que não pode nomear “em voz alta” não aparecem de forma explícita nesse conto, mas pelo que depreendemos de seu pensamento exposto em outras obras nos parece ser uma referência às populações do Oriente, sempre retratados em seus textos

enquanto selvagens, bárbaros, inimigos do Ocidente, portadores de um plano de expansão e dominação mundial.

Ocidente e Oriente aparecem em suas narrativas, principalmente como conceitos naturalizados, representações e fontes criadoras de representações diversas, nas quais Barroso divide a humanidade, em que o ocidental seria o divino por excelência, o harmonioso, o sem conflitos, a luz. Já o oriental seria o grande *outro*, a negação de toda doutrina espiritualista cristã, o não fixo, o que não se contenta apenas com seu território, o que ameaça a civilização luminosa do Ocidente (BARROSO, 1917, p. 239), as trevas, por isso precisava ser combatido. Podemos elencar, como exemplo desse discurso, que constrói o Ocidente, a partir do seu duplo indesejável – o Oriente –, os textos: “Roma ‘Versus’ Bysancio”, “De quem será Constantinopla”, “A Reconquista de Bysancio”, “Captivos”. Todos esses aforismos estão presentes no livro *Idéas e Palavras* ¹¹⁹.

Exemplo maior dessa articulação, das quais Barroso, partindo do olhar e de um corpo elaborado de teorias e práticas ocidentais (SAID, 2007, p. 34), constrói a imagem do *outro* oriental, em vias de termos dicotômicos, como civilização/barbárie, civilizado/selvagem, podemos ver em “A Vingança do Occidente”: “Do oriente saíram todos os barbaros e sairão um dia os **amarelllos**. Felizmente, sempre que as hordas devastadoras vêm do levante, rumorejando e grunhindo, têm encontrado inesperadas barreiras intransponíveis. [...] Sempre o oriente contra o occidente.” (BARROSO, 1917, pp. 241-243, grifo nosso).

A imagem dos orientais enquanto “hordas devastadoras” é assim um importante instrumento não só de definição do *Outro*, mas do próprio lugar do Ocidente, seus contornos, características e vocação, enquanto baluarte da civilização, leia-se, branca, europeia e cristão-católica, que se encontrava ameaçada também por inimigos internos, a saber: a mestiçagem, a modernidade e a cultura burguesa. Nesse sentido, voltemos ao conto “Ganhar Dinheiro”, continuando no diálogo de Claudio França que assevera,

Jubilo estuante seria o meu, quando visse uma nova, e brilhante, e membruda raça brasileira, de cruzamento util e digno, caracterizando-se no aspecto varonil, na côr, na altura, confiante na solidez do seu arcabouço e no offensivo poder de sua murraça, fazendo esquecer a mestiçagem fracalhona, e banal, e estúpida, que desde a meninice, eu tristemente contemplo e cuja degenerescencia durante trina annos tenho melancolicamente acompanhado. Mas eu queria, meu amigo, essa fortaleza

¹¹⁹ Interessante notar que um dos principais argumentos do pensamento integralista barrosiano, portanto, nos anos 1930, é a de que o mundo ocidental vivia em uma constante guerra divina contra o Oriente. Nesta guerra, o Oriente agia por meio de conspirações armadas nas trevas, um inimigo externo, oculto e sombrio que agiria secretamente contra seu outro, a civilização da luz – o Ocidente. Portanto, essa luta sacra que Barroso narra durante sua militância ideológica e paramilitar integralista não é algo que surge nos anos 1930. Ao contrário é algo que aparece já em vários contos de seus primeiros livros publicados.

alicerçada numa base moral. Não a vejo. Não sinto ninguém no esforço de fabricá-la. Não conheço alguém capaz de produzi-la. Não acredito nos diabos que, depois de velhos, se fazem ermitões e andam a prêgal-a... (FON-FON, 16 set. 1916, p. 19).

Resumindo, os problemas elencados são dois: primeiro, a mestiçagem que começou na colonização e se estende até seus dias com as “ondas” migratórias gerando homens degenerados, fracos e estúpidos; segundo, falta de vontade e de capacidade para alguém da antiga e/ou nova geração, a partir do diagnóstico das causas e consequências da “degeneração social”, conduzir o “processo de regeneração da raça brasileira”. Jotaenne, ao olhar para essa nova geração, recusa-se a acreditar nas premissas do amigo, visto enquanto um pessimista sem limites, e se diz capaz de apostar que a partir deles o Brasil ressurgirá.

Claudio França então chama um “pirralho de doze a treze anos, avermelhado e arruivado, sapatões grossos, calças e meias curtas, as musculosas pernas aparecendo, face sadia” (FON-FON, 16 set. 1916, p. 19), para buscar comprovar sua tese. O garoto é um esportista nato, joga no “*Youngs men foot-ball club*”, estava aprendendo “*tennis e cricket*” e já ansiava aprender “*water-polo*” (FON-FON, 16 set. 1916, p. 19). Nada nele aparentava fraqueza física, ao contrário disso, é um corpo moldado na prática esportiva. A conversa progride, chegam a falar sobre educação, o “pirralho” então diz que a aula que mais gosta é a de desenho e a aula mais “besta” é a de História do Brasil. Perguntado sobre qual profissão queria exercer quando adulto, “quando ficares homem: bacharel, militar, engenheiro ou medico?” (FON-FON, 16 set. 1916, p. 20). O garoto responde:

– Não quero ser nada disso! Está doído? Quero ganhar dinheiro, fazer um negocio grande com o governo e ganhar muito dinheiro de uma vez! Todo o dia, ao jantar, papai diz que assim é que se ganha muito dinheiro e que a melhor coisa do mundo é ganhar dinheiro!

Olhei assombrado Claudio França, que me repreendeu:

– Não te disse que não apostasses! (FON-FON, 16 set. 1916, p. 20).

É com certa soberba que Claudio França denuncia a obsolescência de determinados valores, relações e costumes que ele considerava brasileiros. E é com assombro que Jotaenne percebe que a História do Brasil (que como já tratamos anteriormente é aquela contada sempre a partir do ponto de vista dos vencedores, tão cara a Gustavo Barroso) já não interessava a juventude que assim cresceria, apartada do culto da tradição.

Já não era mais a sociedade paternalista de homens adultos e sérios a comandarem a família e os negócios, já não era o afeto, os direitos e obrigações dentro de uma escala hierarquicamente dividida que regiam a sociedade, e sim a sociedade do dinheiro, do interesse, dos valores individuais, da negociata com o Estado. O problema aparece de forma

tão grave que não é apenas a nova geração que fora corrompida, a crise está também na figura dos pais. O pai do “pirralho” já não é exemplo para o próprio filho, pois é ele que ensina numa das horas mais sagradas para família tradicional – o jantar – que “fazer ganhar dinheiro é a melhor coisa do mundo” (FON-FON, 16 set. 1916, p. 20). O pai do “pirralho” é o pai burguês, ensinando valores capitalistas ao filho. Temos assim uma crítica moral de viés conservador à família burguesa.

É com angústia que o discurso barrosiano diz que de nada adiantaria o corpo saudável e forte se os valores, os títulos nobiliárquicos e a honra são negociados nas mesas da sociedade urbana, burguesa e republicana, vistas como sintomas de degeneração moral. O discurso de Gustavo Barroso é, assim, uma reflexão sobre um processo de mutação na forma de *ser homem*, nos falando de um processo de desvirilização, de, como nos alerta Durval Muniz, declínio de uma certo modo social de ser homem que vinha sendo substituído por padrões urbanos de sociabilidade e sensibilidade em inícios do século XX (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 416) e da necessidade de resgate de padrões heteronormativos que poderiam ser buscados no homem do sertão forte, rijo, viril ao contrário do homem urbano-burguês retratado enquanto impotente, fraco, mole, débil, afeminado.

Curiosidade nada casual: dois dias após a publicação dessa edição da *Fon-Fon* com o conto “Ganhar Dinheiro”, na sessão de 18 de setembro de 1916, Gustavo Barroso apresenta à Câmara dos Deputados seu projeto de lei, sobre indesejáveis, que visa a constituição de um corpo ideal para a nação.

O conto “Tal e Qual”, publicado na edição seguinte da *Fon-Fon* (14 out. 1916, p. 18), indica seguir uma continuidade com o conto passado, com uma adição: os imigrantes são colocados em cena, o que aponta uma ligação com o projeto de lei sobre indesejáveis. Indicando assim como a atividade literária e parlamentar de Gustavo Barroso caminhava *pari passu* para a construção de uma identidade nacional por ele almejada.

Em “Tal e Qual”, Jotaenne, não mais em um espaço aberto, alegre, ensolarado, cheio de vida, mas sim, a partir da janela do que presumimos ser a casa do seu amigo Claudio França, olhava para um dia triste, chuvoso e de ruas vazias, enquanto refletia sobre a “dolorosa situação actual do Brasil” e os erros dos seus dirigentes, bem como sobre a situação social, política, econômica e “as manifestações do espirito”, quando diz ele ao amigo, Claudio França: “E’o país das antitheses e do culto completo da incompetencia, disse. Raro são os refugios da competencia e raros são seus possuidores” (FON-FON, 14 out. 1916, p. 18).

Nesse momento, Jotaenne critica a predileção pela indústria em detrimento ao trabalho agrícola:

“industria incipiente, que não é bem industria e sim manipulação ou combinação de materiais importados do estrangeiro. Abandona-se a agricultura ás suas proprias forças [...] Paiz sem braços para a lavoura subsidia a immigração sem desta exigir obrigações. Contracto em que só elle as tem e as cumpre. O immigrante prefere a demandar os campos ficar nas cidades do littoral. Terra sem excesso de população, antes pelo contrario, tendo o trabalho carissimo, deita fóra dinheiro construindo villas proletarias que somente se fazem onde a mão de obra é baratissima e o poder publico se encontra na contingencia de soccorrer o operariado” (FON-FON, 14 out. 1916, p. 18).

Jotaenne perdera a crença no futuro positivo para o país. O amigo Claudio França já não era mais visto enquanto um pessimista, mas sim um sábio realista. No País do “culto a incompetência”, no qual são “raros os refúgios de competência e seus possuidores” não temos mais um dia ensolarado, alegre, de praças cheias, mas sim um dia de chuva, ruas vazias e melancolia. A casa de Claudio França é apresentada, então, enquanto *bunker* de pessoas sensatas (os dois amigos), das quais partem os diagnósticos que poderiam vir a salvar o Brasil.

Nesse sentido algumas conclusões já tinham sido tomadas, recordemo-las: uma geração de “frangotes”, de “inúteis” de homens incapazes de governar e de criar seus filhos e uma geração de degenerados hereditariamente e moralmente (pela mestiçagem e pela absorção de valores e hábitos estrangeiros) assolavam o Brasil. Para Barroso foi justamente essa geração de “frangotes”, de homens desvirilizados, que por incompetência permitiram uma falsa solução: a predileção pelos investimentos nas indústrias citadinas, em detrimento do campo e da atividade agrícola (que fora abandonada sem braços para movê-la) e a entrada descontrolada de imigrantes (muitos deles anarquistas e de inaptos ao trabalho braçal) que, na falta de uma figura forte, de uma autoridade senhorial, agiam sem controle perante a impotência de um Estado republicano “frouxo”.

A cena continua e Jotaenne percebe, depois de um clarão de relâmpago, o livro aberto de um certo Charles Letourneau¹²⁰ sobre a mesa de trabalho do amigo. Claudio França então pede que o amigo leia duas páginas do livro. Nesse momento, Joatenne empreende a leitura do referido livro que começa pelo exercício de imaginação de uma nação entregue à

[...] guias intelectualmente cegos, sem a menor noção scientifica, imbuidos de prejuizos e preconceitos, que trabalhassem sómente para entrar o desenvolvimento do seu paiz. Então, se a infeliz nação que imaginamos fôra docil e malleavel até o extremo, tudo nella seria dentro de pouco tempo organizado ao contrario do senso commum... (FON-FON, 14 out. 1916, p. 18).

¹²⁰ Acreditamos, pelo conteúdo referido no restante do conto e pela grade de pensamento com qual ele interage e dialoga, que Barroso estava se referindo ao antropólogo evolucionista francês Charles Letourneau (1831-1902).

O rompante do clarão do relâmpago em que Jotaenne percebe o livro, corresponde à iluminação em seu pensamento com mais essa orientação do amigo. O quadro desenhado nesse primeiro trecho está associado com a leitura inicial do seu conto, no qual o Brasil aparece enquanto vítima, dócil, maleável e da má conduta dos dirigentes nacionais. A leitura do livro prossegue:

Nesse triste meio social forçoso seria no inicio de cada carreira humilhar-se, captar a protecção deste ou daquele, muita vez empregando a hypocrisia e a menitra. Seria necessário em primeiro logar a inciação da vergonha. Podem-se avaliar quaes os costumes dominantes nesse paiz: a massa das classes dirigentes teria, como ideal, sómente prazeres grosseiros ou inpetos; não se aspiraria alli senão os gozos sensuaes e vaidosos, ao dinheiro, ás sinecuras, aos titulos honorificos sem os merecer: a dedicação e ao desinteresse seriam condecorados tolices; não haveria o menor horizonte nem para o passado e nem para o futuro. Haveria a selecção do menos digno. Naturalmente, o mais digno se tornaria raro, depois, desapareceria e succumbiria no esquecimento e na miseria. Com o auxilio da hereditariedade, a raça declinaria, em progressiva velocidade, tanto na dignidade, na força physica e moral, como na intelligencia... [...] A misera nação que suppomos, porém, não seria só no mundo. Ao lado e em derredor della rivaes mais espertas teriam ficado sadias e mais fortes, e vencel-a-iam, por certo, na concurrencia ethnica, porque teriam conservado e desenvolvido as energias physicas, moraes e intellectuaes. Pacificamente ou não, consequentemente e forçosamente, ellas suplantariam, em virtude da propria lei do progresso, a raça retardada, cujo paiz cedo ou tarde seria riscado da lista de nações... Lastimemos os povos moribundos...” (FON-FON, 14 out. 1916, p. 18).

Efetuada a leitura, Jotaenne olha para o amigo Claudio França e pergunta:

- Letourneau veio algum dia ao nosso paiz?
- Não. Por que?
- E´tal e qual, meu amigo, tal e qual! (FON-FON, 14 out. 1916, p. 18).

Notamos nesse trecho uma preocupação do autor com o aspecto das relações sociais ditas modernas que se evidenciavam principalmente nas cidades em processo rápido de urbanização. Não são mais os laços pessoais e afetuosos de uma antiga ordem paternalista estritamente hierarquizada a atravessar as relações sociais, o que indica o olhar senhorial barrosiano que construía, assim, a ideia de uma sociedade, na qual as relações sociais eram harmoniosas, benevolentes e reciprocas dentro de um quadro bem estabelecido de direitos e deveres entre senhores, escravizados e homens livres.

Gustavo Barroso lamenta, por assim dizer, uma inversão na ordem paternalista, pois as relações sociais seriam construídas não mais pelo afeto paternal (pelo apadrinhamento dentro de um sistema que, desde que sejam respeitados certos direitos e privilégios e que seja possível algum nível de barganha em troca do reconhecimento de ter deveres a cumprir), mas pela humilhação, utilitarismo, mentiras e hipocrisia. Os prazeres da classe dirigente dessa

sociedade seriam apenas grosseiros ou estúpidos, tais como retratados no conto anteriormente analisado que traz o personagem do “pirralho” que, uma vez ensinado pelo próprio pai a ser assim, só se importava com o seu corpo e com o ganhar dinheiro fácil e assim ascender socialmente.

O trecho citado mais acima também nos traz uma preocupação de ordem temporal a partir do vetor hereditário-evolucionista da formação de uma determinada raça: “não haveria o menor horizonte nem para o passado e nem para o futuro”. Se a sociedade moderna, (burguesa, cosmopolita, urbana) em nome do futuro, teria tripartido o tempo em passado, presente e futuro, construindo assim uma temporalidade de incertezas, sem horizontes, Gustavo Barroso busca, a partir da costura do discurso científico, literário e político, remendar essa temporalidade, religando o passado ao presente e assim ter garantia de domínio do futuro.

Nesse sentido, sua lei de indesejáveis visava construir uma raça entendida como superior que seria ela mesmo uma ponte temporal para um desejado mundo de estabilidade garantido pelo corpo saudável, forte, rentável economicamente e dócil politicamente, uma vez que construído sobre bases morais e valores socioculturais que moldam um corpo submisso. Os corpos indesejados? Esses seriam barrados, expulsos, colocados na lógica do *fazer morrer* e *deixar morrer*, a partir do aparato legitimado sobre a égide de políticas públicas que a “acção do tempo se irá libertando dos elementos peggimos que o atopem, do que a formação de uma raça physica e moralmente sadia [...] expurgada de sangue máo e de tendencias perniciosas”¹²¹.

Nessa empreitada, Gustavo Barroso por diversas vezes, como podemos observar em suas práticas discursivas aqui problematizadas, se coloca como agente privilegiado, vanguardista, na elaboração desse projeto que arrancaria o Brasil desse presente entendido enquanto caótico, pois conduzido por “frangotes” que só pensam em dinheiro, permitindo assim a entrada no País de corpos vistos como degenerados seja fisicamente, seja moralmente. Rumo esse que, a partir da leitura evolucionista à luz do antropólogo Charles Letourneau, riscaria o Brasil dos mapas das nações.

Uma nação em decadência que vê seu resplendor ruir a partir da desvirilização também foi tema do conto “A visão de Juvenal” (BARROSO, 1920), no qual Barroso relata como a globalizada Roma, onde moravam gauleses, mendigos e judeus (BARROSO, 1920, p. 109), começou a degenerar-se:

¹²¹ Como o senhor Gustavo Barroso justifica seu projeto. Ver: (A RUA, 23 set. 1916, p. 1).

O povo mais viril do universo acabando por **desvirilizar-se** [...]. Não se fala mais em mulheres, sim em adolescentes. Não são mais os homens que governam Roma: são os meninos [...]. Esse vício poeta, matará Roma! [...] em que os imperadores pretenderão até ser mulheres e não morrerão mais no campo de batalha [...] sim á ponta das lanças dos mercenários, nas latrinas... (BARROSO, 1920, pp. 116-119, grifo nosso).

Se até grande império romano, a partir do que o autor nomeia do “germem da dissolução”, passou por “todo o lento apodrecimento de Roma fervilhante de figuras de Cesares effeminados, estrangeiros, crueis ou dementes.” (BARROSO, 1920, p. 119), o que seria do Brasil entendido por ele como um País já atrasado, dirigido por “frangotes”, homens desvirilizados, invadido por estrangeiros insubmissos e incapazes de servir à riqueza da nação?

Era preciso parar esse “gérmen de dissolução” (a desvirilização dos homens e a entrada de pessoas consideradas indesejadas ao País) e o melhor caminho, segundo Barroso, seria o projeto de lei por ele encaminhado em que corpo, tempo e nação são tratados, enquanto partes indissociáveis do mesmo todo que necessitava ser regenerado.

Essa sociedade viril, desejada por Gustavo Barroso, é, assim, o domínio de um tipo específico de masculinidade, construído também a partir da relação de gênero em um projeto de nacionalidade hierarquizante e desigual, o qual reserva às mulheres o lugar da subalternidade radical em que elas figuram enquanto personas indesejadas. Sobre como Barroso ocupou-se em fixar lugares sociais para as mulheres será o tema do nosso próximo tópico.

4.2.3 Imagens de controle, “Maria”, “Eva” e “Salomé”: opressões intersectadas de raça, gênero, sexualidade e classe no discurso sobre as indesejáveis

Neste tópico buscaremos problematizar como Gustavo Barroso operacionalizou a construção simbólica de um *Outro* bem específico da sociedade brasileira que quer se dizer e se fazer ver branca-patriarcal e eurocentrada: as mulheres. Sejam as mulheres migrantes, as mulheres brancas ou as mulheres negras, o discurso barrosiano participou do processo de construção da identidade nacional, através de mecanismos de exclusão, ocultação e construção desse *Outro*, que influenciou na forma com que essas mulheres serão lidas e tratadas pelo restante da sociedade, sobretudo pela população masculina branca, ou seja: excluídas do gozo da liberdade, igualdade e até mesmo da vida, partindo do pressuposto de

que as mulheres, por sua natureza, pertenciam à família enquanto instituição natural, e não social, e no caso das mulheres negras, negando-lhes, ainda, a humanidade.

Para seguirmos em tal empreitada o conceito de *Imagens de Controle* elaborado por Patricia Hill Collins (2019) em seu livro *Pensamento Feminista Negro*, se faz essencial. A socióloga estadunidense mobiliza tal conceito enquanto uma categoria de análise para apontar determinados lugares em que as opressões operam se articulando a partir de padrões estabelecidos no interior da cultura ocidental branca eurocêntrica de forma a controlar o comportamento e os corpos de mulheres, principalmente negras, obstaculizando os processos de subjetivação dessas mulheres, sua autonomia e o exercício da cidadania.

Entre algumas características apontadas por Patricia Hill Collins podemos elencar que as *Imagens de Controle* têm: uma dinâmica não fixa, portanto mutável a depender das dinâmicas sociais; não são só destinadas às mulheres negras, mas a todos os grupos (por exemplo, homens brancos, mulheres brancas, homens negros, indígenas) e todos eles tem imagens fabricadas dentro de uma estrutura de opressão que recaem sobre eles próprios; as imagens de controle nem sempre serão articuladas sob pressupostos negativos, sendo possível existir imagens de controle organizadas a partir de comportamentos e aspectos considerados positivos, mas que ainda assim são prejudiciais à autodefinição das mulheres, porque são formuladas sob o viés de uma definição externa (BUENO, 2019). Tal conceito difere da noção de *estereótipo*, pois este conceito se refere às ideias que são erradas, falsas imagens, sobre determinados grupos, sendo que a questão da precisão das imagens de controle não é o ponto central de Patricia Hill Collins, mas sim, o buscar entender como as pessoas usam essas *imagens de controle* de forma interconectada e de forma estrutural, como roteiros sociais para construir determinadas realidades em que o controle, a partir das imagens, pode ser externo (como um grupo humano nota o outro) ou podem ser internos (como determinados grupos chegam a acreditar nessas imagens sobre si mesmas, internalizando-as), o que serve a uma dinâmica de poder que molda diversos tipos de violências.

Resumidamente, na obra *Pensamento Feminista Negro*, Patricia Hill Collins fundamenta sua análise por meio de quatro imagens de controle sobre as mulheres negras, são elas: a mula, a jezebel, a *mammy* e a *black lady*. A mulher mula é a que trabalha como um animal submisso. A jezebel é uma mulher hipersexualizada, uma devoradora sexual, a *mammy* é a empregada doméstica que dedica sua vida ao emprego e a fornecer lealdade, cuidado e conforto para os seus patrões, já a *black lady* é a mulher negra que abandona a própria família, em prol de uma carreira em altos cargos.

É a partir dessa grade de pensamento, que coloca as imagens de controle como parte de uma ideologia de dominação que nomeia, caracteriza e atribui significados sobre vastas camadas populacionais, que identificamos no discurso barroso. A existência de determinadas imagens de controle que remetem a algumas das imagens trabalhadas por Patricia Hill Collins, ao incidirem sobre as mulheres, com o objetivo de coisificar e desumanizá-las, de forma a controlar seus corpos e comportamentos, bem como fixar uma estrutura que historicamente silencia, oculta e suprime a cidadania dessas mulheres.

Sendo assim, buscaremos mostrar como Barroso participou da construção dessas imagens sobre as mulheres imigrantes, as mulheres de classe média brancas e sobre as mulheres negras, a partir de uma operação discursiva que reforçou os lugares sociais de opressão interseccionado em gênero, classe e raça. Trabalharemos, assim, com certas imagens de controle que chamaremos de: “Maria”, mulheres enquanto seres submissos e feitos para o lar; “Eva”, condição feminina que traz em seu âmago a tentação e a traição; e por último a “Salomé”, imagem de controle da mulher negra sexualmente agressiva. Ressaltemos que essas imagens muitas vezes se interpelam, estão interconectadas, e produzem um pressuposto hegemônico de feminilidade (in)desejada.

Usamos tais imagens de controle muito próximos ao que Hill Collins trabalha em sua obra já referenciada. A diferença em nossa abordagem é que adotamos esses termos a partir de uma premissa própria de Gustavo Barroso, que recorre à tradição bíblica em seus escritos como forma de aproximar sua leitura do cristianismo com a realidade brasileira. Caso salutar desse uso é a imagem da mulher negra exacerbadamente sensual, agressiva e vingativa enquanto “Salomé”, muito próximo ao que Hill Collins trabalha em sua obra conceituando de “Jezebel”. Como procuraremos mostrar, Gustavo Barroso operacionaliza a imagem dessa personagem bíblica tradicionalmente chamada por esse nome e conhecida por sua perfídia e por usar o dom da sedução e erotismo para conseguir a sua vingança, para atribuir às mulheres negras, a partir da história de Xica da Silva, esse mesmo roteiro social.

Começamos pela sua produção discursiva sobre as mulheres imigrantes. Não era, em começos do século XX, novidade a migração de mulheres, desde a intensa movimentação humana na segunda metade do século XIX, gerada por transformações sociais, demográficas, econômicas e políticas que afetaram principalmente a Europa e algumas regiões da Ásia (exemplo o Japão) e facilitadas por inovações científico-tecnológicas, aumentou bastante o número de mulheres migrantes para o Brasil, que em fins do século XIX e começo do XX, passaram a incentivar a vinda de famílias brancas-europeias em um projeto de progresso que visava a implantação de uma política de higienização social, com foco na expansão da

economia cafeeira, de povoação de território nacional com a colonização agrícola baseada nas pequenas propriedades rurais e dos primeiros passos no desenvolvimento industrial nos centros urbanos. Tais iniciativas voltadas principalmente ao eixo Sul e Sudeste do País. Portanto, um processo migratório em busca de braços aptos para o mercado e entendido enquanto masculino e familiar (BASSANEZI, 2012, p. 169).

Dentro desse processo muitas mulheres passaram a aportar ainda mais no Brasil acompanhadas de seus familiares, mas muitas também sozinhas ou com apenas seus filhos no colo. Em sua grande maioria eram mulheres pobres, analfabetas ou semialfabetizadas de áreas rurais, trazendo em suas malas a cultura e os valores de sua terra de origem, não só em busca de uma vida economicamente melhor, mas também em busca de independência, fugindo dos traumas da violência doméstica, discriminações (BASSANEZI, 2012, p. 169), da guerra.

Nas áreas rurais elas seguiram trabalhando nas plantações de café, na agricultura de subsistência, nas sedes das fazendas como copeiras, cozinheiras, costureiras, além da dupla jornada em seus próprios lares com os afazeres domésticos e com a educação dos seus filhos. As que optaram, seja junto com suas famílias ou sozinhas, pela vida nas cidades, se dedicaram a muitas outras atividades, como artesanato e comércio, costura, moda, armarinhos, confecções, barracas de feiras e quitandas entre outros empreendimentos que, quase sempre, eram extensão de suas próprias casas. Serviços de domésticas, enfermeiras em hospitais, professoras também foram bastante procurados e em menor caso pintoras e atrizes. As imigrantes também ajudaram a engrossar as fileiras das primeiras indústrias do País. fossem nas têxteis, fossem nas fábricas de fumo, de sabão e de calçados (BASSANEZI, 2012, pp. 170-172).

Nessas fábricas elas se deparavam com condições precárias de trabalho, estando submetidas aos maus-tratos dos patrões, mestres e contramestres, submetidas a funções menos qualificadas e longas jornadas de trabalho o que, como podemos ver no tópico anterior, suscitou muita resistência da parte delas.

Outras tantas imigrantes foram seduzidas pelas ofertas tentadoras de se fazer fortuna em outro País e, aqui chegando, (muitas vezes de forma clandestina) terminaram por se verem iludidas por homens ligados ao tráfico internacional de mulheres, sendo então obrigadas a se prostituírem. Mas nem todas as profissionais do sexo chegaram a esse ofício por engano, algumas foram por conta própria e outras poucas conseguiram se tornar donas de prostíbulos (BASSANEZI, 2012, pp. 171-172). Mas, no geral, todas elas estiveram sujeitas aos maus-tratos e violências de uma sociedade pensada no e para o domínio masculino.

Como nos mostra Maria Sílvia Bassanezi, a partir dos processos crimes das imigrantes que então desembarcavam principalmente nas regiões Sul e Sudeste do País, o que se pode perceber em comum entre as imigrantes do campo ou da cidade que lutavam por uma vida melhor no Brasil foi uma trajetória de luta diárias pela sobrevivência financeira e pela própria vida que se tornava alvo de uma sociedade patriarcal que lhes dirigiam agressões físicas e psicológicas dos mais variados tipos, em que muitas “mulheres imigrantes enlouqueciam e acabavam internadas em sanatórios ou que, desgostosas, morriam precocemente” (BASSANEZI, 2012, p. 177).

Um outro grupo de mulheres migrantes de várias idades, solteiras, viúvas sozinhas ou com filhos de menor idade, fugindo dos desastres da Grande Guerra (1914-1918) ou mesmo da violência doméstica a que eram submetidas em seu país de origem, escolheram o Brasil como um novo lugar para recomeçar suas vidas. E é justamente como forma de se contrapor à essas mulheres que a política migratória barrosiana, intersectada em seu aspecto de gênero, raça e classe, se volta a partir do projeto de lei sobre indesejáveis. Voltemos ao referido projeto em seu artigo primeiro:

Art. 1º. O Governo Federal impedirá a entrada no territorio da Republica aos individuos de nacionalidade estrangeira, cegos, surdos-mudos, paralyticos, enfermos de molestias contagiosas ou incuraveis, mutilados do braço direito, de ambos os braços ou ambas as pernas, idiotas, imbecis, alienados mentaes de qualquer especie, criminosos condemnados nos seus paizes de origem, mendigos, ciganos, **mulheres sós, viúvas com filhos menores de 16 annos**, homens maiores de 60 e menores de 16.

Art. 2º. Ficam exceptuados dessa prohibição:

[...]

c) as mulheres sós, desde que provem qualquer das seguintes condições:

1º, vir para a casa de sua familia domiciliada no Brazil;

2º, vir para emprego ou collocação determinado;

3º, ter rendimentos proprios;

4º, documentando profissão honesta, trazer 200\$ ouro; quantia suficiente para as primeiras despezas antes de encontrar collocação;

f) as viuvas com filhos menores de 16 annos que estiverem nas seguintes condições:

1º, possuam rendimento proprio;

2º, venham para a casa de sua familia já domiciliada no paiz;

3º, tendo profissão certa, tragam 400\$ ouro, quantia destinada ás despezas de primeira installação; (BRASIL, 1916a, p. 234, grifo nosso).

Misógino e classista, o projeto de lei liga mulheres sós, viúvas com filhos menores de 16 anos a um grupo bem específico (ciganos, idosos, desvalidos, mutilados, doentes) de pessoas consideradas ineptas ou incapazes de edificar o País. Exceção àquelas que comprovarem rendimentos ou uma base familiar que lhe sustente, dessa forma a permanência dessas mulheres estava condicionada a normas “legais”, que levavam em consideração as

condições econômicas das mulheres, seu grau de independência financeira, ou uma vida tutelada pela família, reforçando o papel social de dependência e de fragilidade da mulher que no seio familiar patriarcal encontraria a salvaguarda da sua “honra”, do seu sustento e da sua própria vida.

Fato esse que reitera o roteiro social da mulher incapaz, frágil, desprotegida a ser assegurada pelo homem e pela unidade familiar patriarcal entendida enquanto instituição natural, dado que até sua segurança financeira se daria através do casamento heteronormativo. Imagem de ser feminino que aqui denominamos de *Maria*, desejada por Gustavo Barroso para fazer parte de sua nação patriarcal. Para o jovem deputado, mulheres sozinhas ou apenas com seus filhos, sem o amparo familiar ou uma renda certa, viriam apenas a onerar o Estado e degenerar moralmente a nação, pois se seriam incapazes de se proverem sozinhas quiçá ajudariam ao progresso do País, tendo por fim certo o ingresso nas fileiras da mendicância, do roubo e da prostituição, ou seja, dos párias da sociedade republicana que se projetava enquanto civilizada.

Tal premissa do pensamento barrosiano lançado sobre a mulher imigrante acaba por reforçar a imagem geral da ideologia masculina dominante voltada às mulheres entendidas enquanto sozinhas, mães solteiras ou viúvas, evidenciando assim, a partir de uma operação binária de construção do *Outro*, o mecanismo de fabricação de uma imagem que tipicamente representa a mulher como sinônimo de cuidado e submissão e o homem enquanto provedor, peça basilar da família tradicional.

Quando essa imagem de controle sobre o corpo e o comportamento da mulher incide sobremaneira na mulher imigrante pobre, temos uma opressão intersectada de gênero, raça e classe, funcionando, retórica e politicamente, na elaboração de uma realidade excludente que alcança a mulher num aspecto geral ao reforçar o papel social de incapacidade e submissão delas, tornando o acesso à cidadania ampla propriamente um domínio masculino. Dessa forma, além de excluir estrangeiras da comunidade nacional, o projeto do deputado Gustavo Barroso também introduz desigualdades formais entre nacionais que afetam particularmente as mulheres, inserindo-se, assim, segundo Stolcke (2002, p. 416), em um conjunto de leis de nacionalidade que configuram a reprodução nacional de formas muitas vezes vinculadas ao gênero.

Façamos notar assim o aspecto burguês dessa lei, na qual o patriarcado é reinventado pelo Capital, pois se numa sociedade patriarcal ideal(izada) a mulher branca estaria presa ao lar e aos serviços domésticos, na sociedade moderna, em que Barroso vive e dialoga, a comprovação de renda da mulher se torna um elemento central para sua admissão,

ressaltemos que segundo o projeto de lei sobre indesejáveis ela deveria ter trabalho ou alguma renda da qual sobreviva para passar a morar no Brasil.

Na equação barrosiana para a elaboração do referido projeto de lei, temos a seguinte fórmula: Sem renda, sem cidadania, pois não se encaixaria dentro dos padrões considerados aceitáveis para a sociedade patriarcal burguesa. Nesse ponto, a questão de classe da mulher imigrante se conecta a situação de demais atores considerados indesejados, pois improdutivos economicamente e tidos como um peso para o Estado, tais como idosos, crianças, mutilados e ciganos (a inserção destes últimos na lista de indesejáveis acreditamos ser por causa do seu modo de vida nômade sem estabelecer vínculos, principalmente, empregatícios). Temos assim no projeto de lei apelidado de: “os indesejáveis de Gustavo Barroso”, uma expressão manifesta dos interesses burgueses conectados com valores patriarcais. São as cercas do capital e do patriarcado que Barroso mobiliza e ergue para excluir, para manter afastadas do país as pessoas consideradas indesejáveis.

Dessa forma, depreendemos, a partir do projeto de lei sobre indesejáveis, que para Gustavo Barroso o papel social desejável e reservado às mulheres “de classe” seria o de mãe, submissa e do lar – *Maria* – “serva do Senhor”... Mas esse “senhor” pode ser “o” (esse artigo no masculino é fundamental) Capital, chave de entrada não só para o País, mas para uma camada bem específica da sociedade.

Mas, como essa imagem de controle, que articula uma dada feminilidade ideal, aparece em outros momentos do pensamento barrosiano, conectando-se com outras imagens e ajudando a sedimentar um roteiro, a partir do qual a sociedade irá visualizar e tratar as mulheres? Antes de mais nada, quando falamos em feminilidade ideal articulada por Barroso, estamos nos referindo especificamente às mulheres brancas, o que construirá, em vias de sua lógica binária, o seu *Outro*.

Como vimos no tópico anterior a raça brasileira ideal que Gustavo Barroso articula em sua narrativa é predominantemente masculina “membruda raça brasileira, de cruzamento útil e digno, caracterizando-se no aspecto varonil, na côr, na altura [...] fazendo esquecer a mestiçagem fracalhona, e banal, e estúpida” (FON-FON, 16 set. 1916, pp. 19-20), portanto são padrões heteronormativos, desejados por Barroso para compor uma raça viril, rija. A mulher branca é assim o receptáculo “útil e digno”, do qual o cruzamento decorrerá uma “raça membruda”, livre da mestiçagem com “raças inferiores”. A mulher branca na narrativa barrosiana é apenas um objeto para determinado fim: “cumpra-se em mim segundo a tua palavra”.

No conto “Frangotes”, os personagens Jotaenne e Claudio França, observam no *ground* da rua Guanabara, as moças a desfilarem em seus lindos vestidos, atentos a cada detalhe do comportamento dessas moças “bonitas e elegantes”, ao “branco de sua pelle, as linhas do corpo e o formato dos labios, a cor dos olhos e a dos cabellos” (FON-FON, 24 mar. 1917, p. 19).

Aos bandos e com rumurosa ledice, invadiam a estação, suja e decrepta, lindas mocinhas entre 15 e 16 anos, cheias de viço e de frescor, flores humanas, dōces ao olhar como uma paisagem de Corot e tons (?) dōces de ouvir que uma musica de Chaminade. Sob a sombra violeta e oiro dos seus grandes chapéus ornados de flōes ou cysnes, apertadas no corpete vasto com um ligeiro decote mostrando a limpidez perturbadora da nascença do collo e deixando vêr quatro dedos de nuca empoadada abaixo daquelles encantadores cachos que alli se enroscam como a serpente paradisiaca, iam e vinham com ondulações das saias curtas e largas a exhibirem as meias de seda fina perdendo-se nos sapatinhos da Borracheira ou os canos luzidios das botinas de verniz, que lhes davam qualquer coisa das bellas camponezas dos arredores de Budapest ou das proximidades de Kiew.

Paravam, andavam, moviam-se copiando as attitudes daquelles *manequins* de Paris, que nas fitas do Pathé-Jornal, expõem as lindas modas de França. E todas respiravam nos gestos, na voz como que ainda corada pelo carmin dos labios, essa deliciosa futilidade das mulheres, que é o seu maior e o seu verdadeiro encanto. (FON-FON, 24 mar. 1917, p. 19).

As mulheres desejáveis desse conto, como animais, andam em bandos. Sozinhas? Nunca. Como vimos, mulheres sozinhas são seres indesejáveis. Em sua narrativa as mulheres não são pessoas, são “flores humanas”. A imagem dessa metáfora pode evocar vários sentidos: beleza, mensageira de determinados sentimentos humanos, mas também tem a função de objetificação, no qual as mulheres estão dispostas em um campo, frágeis, prontas para a contemplação e/ou colheita. A flor também evoca o sentido de sua função natural que é a reprodução de um grupo de plantas floríferas que os botânicos denominam angiospermas. Nome que deriva dos termos gregos *angios*, que significa "vaso" e *sperma*, "semente".

A função social dessas mulheres, segundo Barroso e sua lógica patriarcal, é o de membro da fauna/flora, com papel de reprodutora submissa. Elas desfilam com suas roupas e gestos opacos, que remetem a uma determinada classe social e a um padrão eurocêntrico de beleza e comportamento, mas não escutamos sua voz, elas não têm aspirações outras que não uma suposta vocação natural de ser mãe. Desejos, sonhos, medos, prazeres? Tudo silenciado em sua escrita, seguindo o roteiro social de submissão ao ser masculino.

Barroso mobiliza sobre “as mocinhas” a metáfora das “flores humanas”, justamente por seus encantos que trazem também o gérmen da perdição bíblica que é a tentação e a traição. Estamos falando assim da imagem de controle da *Eva*. Com “limpidez perturbadora da nascença do collo e deixando vêr quatro dedos de nuca empoadada abaixo daquelles

encantadores cachos que alli se enroscam como a serpente paradisiaca”. O homem segundo a mitologia cristã havia sido criado a imagem e semelhança de Deus, e a mulher, Eva, feita da própria costela de Adão, seria sua companheira. E justamente no momento em que Eva estava sozinha, portanto, frágil, a serpente (o mal sempre à espreita) lhe convence a comer do fruto proibido, tentação que ela passa ao homem e, a partir daí, dá-se a queda do paraíso. No conto barroso, a mulher não é só a tentação, ela é a própria serpente paradisiaca e perturbadora que pode levar mais uma vez à queda do homem. À mulher branca de classe média-alta só cabe o papel social, sempre vigiada, de submissão e procriação.

Essa desigualdade social construída historicamente já vinha, pelo menos desde meados do século XIX, sendo combatida por várias mulheres que se organizavam na resistência ao papel social a que eram destinadas pela sociedade patriarcal, entre essas mulheres podemos destacar a atuação da norte-rio-grandense Nísia Floresta¹²², enquanto defensora da luta por direitos à educação e ao trabalho feminino. Principalmente a partir da década de 1870 se observa a forte difusão de uma imprensa feminina ou dedicada à causa da emancipação feminina¹²³.

As principais pautas da luta pela emancipação feminina entre o século XIX e o começo do XX, foram: a luta pelo direito à educação, à profissionalização e ao voto feminino. Essas bandeiras foram empunhadas principalmente por uma minoria que era heterogênea e polifônica em seus discursos, mas que tinha em sua constituição uma maioria de mulheres brancas, instruídas, pertencentes a um estrato médio da sociedade, portanto um movimento feminino e/ou feminista que exhibe hierarquias de classe e raça bem definidas que não tornavam a difícil situação das mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como das mulheres negras (durante e após a escravidão) que conheciam muito bem a opressão do mundo do trabalho, suas principais pautas (CARNEIRO, 2003, pp. 117-133).

O século XIX terminava com alguns avanços para causa emancipatória como a legislação relativa à educação feminina em 1827, a criação de escolas, a abertura de cadeiras no magistério para professores de escolas femininas e mistas e a criação de escolas normais formativas dos(as) profissionais atuantes nas escolas primárias e a regulamentação do ingresso de mulheres nas instituições de ensino superior em 1879. Todavia, a Proclamação da República não trouxera plenos direitos políticos às mulheres; estas ainda impossibilitadas de

¹²² Dionísia Gonçalves Pinto, (Papari, atual Nísia Floresta, 12 de outubro de 1810 — Rouen, França, 24 de abril de 1885) foi uma educadora, escritora e poetisa brasileira considerada por muitos estudiosos como a primeira feminista do Brasil, expondo ainda suas ideias contra a escravidão negra e indígena. Para um melhor entendimento sobre seu pensamento, consultar: (SILVA, 2014).

¹²³ Mais informações sobre o que a historiografia convencionou chamar de ‘primeira onda do feminismo’ no Brasil, ver: (PINTO, 2013).

votar e disputar pleitos eleitorais e em busca de acesso ao mercado de trabalho (no caso do acesso ao mercado de trabalho, falamos especificamente das mulheres brancas de classe média).

Nesse sentido, entre alguns marcos da luta emancipatória feminina junto ao Estado no começo do século XX, podemos destacar a fundação do Partido Republicano Feminino (PRF) em dezembro de 1910, na cidade do Rio de Janeiro liderado pela educadora, eleita presidenta da agremiação, Leolinda de Figueiredo Daltro e pela primeira secretária a poetisa Gilka Machado (MELO; MARQUES, 1990?). Composto inicialmente por professoras, donas de casa e escritoras, o PRF buscou promover a cooperação entre as mulheres, bem como a defesa do sufrágio feminino, entendido como primeiro passo para a plena libertação das opressões do ambiente privado e a incorporação das mulheres ao mundo público.

Fruto da força e da luta dessas mulheres o debate sobre o sufrágio chegou ao Congresso em 1917, por parte do deputado Maurício de Lacerda, que apresentou a emenda nº. 47, de 12 de março daquele ano, que alterava a lei eleitoral de 1916, e incluía o alistamento das mulheres maiores de 21 anos. Logo, essa emenda despertou reação contrária por parte de determinados setores da imprensa, como podemos notar nessa charge, figura 14, da revista ilustrada carioca *O Malho*, de 23 de junho de 1917:

Figura 14 - "O voto a's mulheres: quadros de futuro".



Fonte: (O MALHO, 23 jun. 1917, p. 25).

Na charge de *O Malho*, evidencia-se a crítica ao projeto do deputado Mauricio de Lacerda, a partir do temor de que a possibilidade da mulher votar e ser votada subverta, transtorne a ordem do mundo patriarcal. Segundo a charge o resultado futuro do sufrágio estendido às mulheres seria o passaporte a uma ampla cidadania que inverteria os papéis de gênero: A vó fumando um cachimbo e lendo um jornal chamado “o sufragista”, o avô costurando, o menino brincando de boneca e a menina jogando futebol, o homem dando mamadeira ao filho enquanto a mulher, sozinha, vai à Câmara dos Deputados “deitar o verbo pela salvação da pátria”.

As mulheres aparecem para esses homens como seres ameaçadores, elas não podem usufruir da cidadania plena, porque inverteriam hierarquias entendidas enquanto naturais. Elas não podem ter voz, pois o verbo, como nos lembra Michelle Perrot, “é o apanágio dos que exercem o poder. Ele é o poder. Ele vem de Deus, faz o homem e exclui as mulheres do ato religioso, do poder e do político” (PERROT, 2005, p. 319). Às mulheres apenas o espaço privado, sua voz? Um risco! Elas são representadas assim como o *Outro* do masculino, restritas ao mundo privado, murado, da vida familiar e às atividades de cuidado da família, já os homens estariam associados aos espaços públicos, à liberdade, e às atividades consideradas de maior prestígio em uma sociedade burguesa.

A emenda apresentada por Mauricio de Lacerda seria rejeitada pela Comissão de Justiça, cujo relator Afrânio de Mello Franco a julgou inconstitucional e ainda afirmou: “As próprias mulheres brasileiras, em sua grande maioria, recusariam o exercício do direito de voto político, se este lhes fosse concedido”. Mas, ao contrário da fala do relator Afrânio de Mello Franco, muitas mulheres queriam votar e por isso lutaram. O veto, portanto, não significou um arrefecimento das lutas emancipatórias femininas e/ou feministas, por exemplo, em novembro de 1917, o Partido Republicano Feminino promoveu uma marcha pelos direitos das mulheres pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 90 mulheres.

Mulheres questionando o papel social de dona de casa e mãe como modelos universais de feminilidade cuja principal virtude seria justamente a admissão da fraqueza feminina e a submissão perante uma autoridade masculina-familiar implicava uma mutação nas relações de gênero, advindas com a modernidade inconcebível para homens, como Gustavo Barroso que viam seus limites de mundo e de mando cada vez mais desordenados, ameaçados. E é justamente mulheres enquanto agentes ameaçadoras, conspiradoras,

tentadoras e traidoras, mais uma imagem de controle, reforçada narrativamente por Gustavo Barroso que podemos observar ao longo do seu já referenciado livro *A Ronda dos Séculos*.

No conto *O Rei da máscara de ouro*, o “Todo Poderoso, o Grande Rei, o esmagador de Inimigos” Tugultipalesharra “o terror da Asia”, mantém um harém repleto de “belezas femininas” que passavam o dia a esperarem o chamado do rei e a se questionarem o motivo do poderoso rei usar sempre uma máscara de ouro com um sorriso; seria por que ele é feio? Ou seria por que ele era imensamente triste? Eram algumas das indagações delas. Até que num certo dia, a preferida das concubinas, Maharana “Uma fêmea majestosa, branca e torneada pelos deuses, de face divina e olhos negros, profundamente brilhantes e inquietadores” (BARROSO, 1920, p. 34), é chamada para visitar os aposentos reais à noite e confessa às colegas que o seu desejo é ver o que ninguém jamais vira – o temido rosto do rei. E é essa curiosidade que a faz ser “– [...] tão acariciadora e tão attrahente. Eu não amo o rei, que me ama, ó mulheres! Eu amo o segredo do rei! Prometti á minha propria curiosidade descobril-o” (BARROSO, 1920, p. 35).

Nessa noite então, Maharana dopa o rei com um sonífero e chama as amigas para ver o rosto dele. “Todas recuaram com um grito de horror, as mãos tapando os olhos”. Retirada a máscara, as mulheres percebem o rosto do rei marcado pela lepra. E na fuga do palácio Maharana é morta pela guarda real (BARROSO, 1920, pp. 37-38). Se o título do conto nos fala do rei da máscara de ouro, a urdidura da trama barrosiana ajuda a construir uma máscara sobre o feminino: as mulheres enquanto seres movidos pela luxúria, pelo interesse e pela curiosidade, agindo em conluio contra uma autoridade masculina que as mantinha sob seus cuidados.

Dessa forma, Barroso reforça a retórica do pensamento cristão sobre a natureza do feminino (as mulheres enquanto portadoras da maldição de Eva) alertando que a traição feminina pode vir a qualquer momento. E o final trágico de Maharana, um alerta de que a partir da tentação e da queda do “paraíso”, o lar do grande homem provedor – no qual seu único papel social seria o de amante do rei – teria como consequência a morte.

A imagem de controle da Eva, mulher enquanto objeto do prazer masculino e símbolo da tentação, do perigo e da perdição, continua no livro *A Ronda dos Séculos*, sendo o enredo principal, como podemos observar em contos como “Krum o troglodita”, “O tambor do adultério” (BARROSO, 1920, p. 53) e “O cinto de castidade” (BARROSO, 1920, p. 167). Às mulheres, em luta pela conquista de novos espaços antes restritos, reivindicando voz e vez enquanto cidadãs plenas em seus direitos, Gustavo Barroso tece narrativas que mais falam de

um mundo masculino em crise, em que escrever seria uma forma de dar materialidade a barreiras sociais que estavam sendo esgarçadas pela luta das mulheres.

À mulher branca o lar, a submissão e a vigilância constante, ou seja, ela não poderia viver socialmente sem os cuidados do homem. Se for imigrante sozinha/com filhos pequenos e/ou pobre a negação da entrada no País. Mas qual o papel social que Gustavo Barroso reservara em seus escritos para a mulher negra? Qual imagem de controle ele manipula sobre o corpo e a subjetividade da mulher negra dentro de um sistema de poder articulado por raça, classe e gênero? Como ele usa dessas imagens para ajudar a construir uma realidade de opressão e violência sobre esses corpos? Abordaremos essa questão a partir do conto: *A Salomé do Sertão* (BARROSO, 1920, pp. 259-267).

Antes de entramos na análise desse texto é preciso retomar que a escrita barrosiana está inserido numa *formação discursiva* que relaciona diversos saberes que produziram corpos indesejados, no caso específico: o da mulher negra. Essa operação foi realizada, a partir de uma lógica discursiva interseccionando racismo, classe e gênero e construindo a imagem dessa mulher, como o *outro* da masculinidade e da feminilidade desejada. Nesse sentido sua escrita dialoga com um corpus de proposições literárias e científicas que reforçaram lugares sociais assinalados ao gênero feminino e às chamadas raças, segundo um projeto de nacionalidade hierarquizante, desiguais e opressoras.

No conto *A Salomé do Sertão*, Gustavo Barroso nos fala dos primórdios da cidade de Tijuco (século XVIII), hoje Diamantina, que nesses tempos era um acampamento de mineiros, faiscadores e bandeirantes (BARROSO, 1920, p. 259), “raça de mestiços e de lutadores” que constituíram “o Brasil geographically” (BARROSO, 1920, p. 260). Sobre as características desse povo mestiço, Barroso destaca: “homens sem amor á terra e sem o desejo de morar, as paixões e os vícios eram delirantes, frenéticos, irresistíveis. Jogava-se com loucura em baiúcas ignobeis dirigidas por judeus emigrados dos reinos. Bebia-se terrivelmente. Matava-se á menor rixa” (BARROSO, 1920, p. 260).

Notemos aqui a construção da figura do mestiço bem próxima do que já fora por nós discutido anteriormente sobre o sertanejo e o que Gustavo Barroso entendia serem os vícios atávicos característicos dessa determinada raça. Atentemos também que para Gustavo Barroso a origem da nossa nacionalidade está no passado colonial ligada a atuação do bandeirante, visto enquanto homem branco que, a partir da experiência andeja, definiu a silhueta do Brasil.

A história começa a se desenvolver quando o português João Fernandes de Oliveira, foi jantar na casa de um antigo bandeirante, Gaspar Carrilho, e antes de ir à mesa foi

convidado por um dos filhos de Gaspar a ver o “grande batuque que os negros faziam na senzala, ao qual viriam escravos das fazendas da redondeza, com a licença dos seus senhores”

Ao meio de um pateo atijolado, onde fumavam fogueiras e fachos, á frente duma fileira de casinholas caiadas de branco, tinha logar o batuque. Acorados a um canto, carateando, com tregeitos exquisitos, dois negros velhos, da Outra-Banda, que ainda não sabiam a lingua da terra em que trabalhavam, tocavam em pandeiros rudes um especie de baião primitivo, repisado, hieratico, selvagem e ao mesmo tempo de uma barbara sensualidade. E ao som desses instrumentos africanos, negros e negras, mulatos e mulatas, curibocas e cafuzes, em promiscuidade, dansavam lentamente, fetichicamente, farandolando á luz crua das fogueiras (BARROSO, 1920, p. 261).

A descrição da cena já confere o mote de como esses personagens, pessoas negras, são dadas a ver em sua narrativa: selvagens, exóticos, bárbaros, sensuais, promíscuos. Barroso opera assim com seu conceito eurocêntrico de civilização, determinando a construção da inferioridade negra em todos os seus aspectos. A cena continua:

Cantava um com a voz soturna qualquer coisa que se não entendia bem e os outros todos, em côro, repetíam em estribilho, em que já o dialecto da Guiné ou de Angola se misturava as palavras da lingua forte, maritima e militar dos lusitanos:

– Olêlê, vira moenda!

– Olêlê, vira moenda!

De repente, a ronda escura se apartou em duas teorias, que quasi pararam ficaram alinhadas, sapateando. E, no espaço que entre ellas medeiu, uma mulata clara, de saia gommada, cabeção de rendas, que os bicos duros dos peitos apunhalavam, começou a dansar sosinha, sensualmente rebolando os quadris e gemendo devagarinho.

Os olhos acinzentados do contractador faisaram como os dos gatos á noite. Um frêmito de desejo percorreu-lhe o corpo e elle perguntou ao rapazinho:

– “Quem é aquella mulatinha?”

O filho do bandeirante sorriu maldosamente e respondeu:

– A Xica da Silva, escrava do padre Rolim, que sabe lêr e escrever, é inteligente e tem feito andar á roda a cabeça de muita gente bôa. Mas ninguem consegue nada...” (BARROSO, 1920, p. 262).

Notemos, as palavras oriundas de Portugal são claras (em todos os sentidos) e fortes. O batuque dos negros escravizados, o som dos seus instrumentos, suas falas, gestos, danças, símbolos culturais, identitários e o próprio corpo negro aparecem nessa descrição associados a escuridão, ao primitivismo e a sensualidade. Todo e qualquer traço cultural da população negra escravizada é, assim, exposto em sua narrativa de forma a desconsiderá-la, apagá-la, a demonizar suas características.

O corpo negro está, por assim dizer, reduzido a coisa, a objeto, a mercadoria primitiva e sensual. E é a partir dessa imagem que Gustavo Barroso (nos) apresenta a (sua) personagem Xica da Silva, do conto *A Salomé do Sertão*, participando de uma *formação discursiva* que, segundo a historiadora Júnia Ferreira Furtado, desde o século XIX, partindo

de forma hegemônica da ótica masculina-branca de moral cristã, e sendo reeditado por outras produções literárias, cinematográfica e televisiva ao longo do século XX, “criaram novos estereótipos, descrevendo uma Chica distante da mulher de carne e osso que viveu no arraial do Tejuco, dos anos 30 a 90 do século XVIII”¹²⁴.

Respaldado pelo discurso eugenista, Gustavo Barroso apresenta Xica da Silva enquanto uma mulata¹²⁵ clara, portanto, fruto da miscigenação, conceito esse muito utilizado, como nos adverte Angela Davis (2016, p. 39), pelas teorias sociológicas clássicas para aliviar o verdadeiro nome do que ocorreu em sociedades escravocratas: estupro. E, dessa forma, fabricar a ideia de que esse processo de miscigenação brasileiro se deu de forma harmônica e consensual, o que acaba silenciando violências e também as resistências que essas mulheres negras impunham.

Voltemos ao conto:

O delírio da Africa foi a molestia que matou Portugal. A sêde de navegação e de conquista despovou-o. As guerras de Ceuta e Tanger arruinaram-no. Nos areais marroquinos fôram aprisionados infantes da casa real e lá se travára a batalha em que se perdera, com o rei, a liberdade e o futuro da nação. A alma portugueza anciava pela Africa e era talvez ainda o atavismo dessa ancia, desse desvario, que impellia para os braços das negras os rudes lusitanos que colonisavam o Brasil. João Fernandes não resistio á molestia ancestral. Comprou por uns bons cruzados a mulata dansarina. (BARROSO, 1920, p. 262-263).

Eis, nesse trecho, aquilo que Mbembe fala em *Crítica da Razão Negra*: o racismo se reproduz, estabelecendo um vínculo permanente entre o ser negro, uma África imaginária e a escravidão (MBEMBE, 2014, p. 223). É a partir desse vínculo que Gustavo Barroso culpa a vítima por toda exploração e violência sofrida. Não importa se Xica da Silva era uma “mulata clara”, descrita enquanto uma escrava que “sabia lê e escrever, é inteligente”, para Barroso a sensualidade e a selvageria afloram nela justamente por serem elementos biológicos e geograficamente herdados, pois na construção narrativa barrosiana, Xica da Silva – naturalizada – e a (imaginária) África – antropomorfizada – são a mesma coisa: mulher sempre disposta, tentação e perdição do homem-branco-português-católico, este sim, vítima dela e de uma fraqueza, inerente à sua própria raça o – “delírio da África”.

¹²⁴ Furtado discute a maneira como Francisca da Silva de Oliveira, mais conhecida por Chica da Silva ou Xica da Silva, se tornou a partir da narrativa pioneira de Joaquim Felício dos Santos numa das pouquíssimas personagens femininas do século XVIII a se tornar objeto historiográfico, apesar de não pertencer à elite branca portuguesa. Ora sendo descrita como negra, ora como mulata clara, escura e mesmo morena, mas à Chica da Silva sempre coube ser vista partir do prisma da sexualidade exacerbada das pessoas negras, notadamente das mulheres. Ver: (FURTADO, 2003, p. 284).

¹²⁵ Essa expressão que, na língua espanhola, referia-se ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua, ainda é muito utilizada em pleno século XXI, dizendo muito sobre como o racismo e a opressão vão se naturalizando também por meio de sutilezas e de aparentes elogios em nossa sociedade.

Assim, Barroso articula, através de uma narrativa temporal, imagens de um passado que se pretende cientificamente histórico para falar de um presente, o qual ele entende caótico e ameaçador, pois para ele, assim como antes, essa relação promíscua entre raças e territórios diferentes levaria a sociedade à perdição do “futuro da nação”. Destarte, Barroso pelo discurso do poder¹²⁶ faz uma escrita colonizadora do corpo do *Outro*: a mulher negra, ponto de encontro das opressões de raça, gênero e classe a ser eliminada, se possível não mais pelo suplício nos pelourinhos, mas por métodos mais assépticos, como a criminologia e a eugenia.

Não por amor, mas sim seduzido, encantado, traído por uma patologia que Barroso denomina de “delírio da África”, a mesma que derrubou o soberano de Portugal, João Fernandes finda se “amancebando”¹²⁷ com Xica da Silva. O termo amancebar que significa juntar-se em concubinato, sem vínculos oficiais, já mostra os limites nas relações familiares da sociedade da época em que o pacto informal entre o português e a descendente de africanos, como nos lembra Júnia Furtado, “não era adequado e até mesmo possível legalizar sua relação, pois, todos os pedidos de casamentos eram analisados pelas autoridades eclesiásticas portuguesas e os que envolviam consortes em condições de nascimento ou raciais diferentes eram negados” (FURTADO, 2001, p. 54). E nessa condição João Fernandes viveu feliz e próspero quatros anos com a “mulata do batuque” (BARROSO, 1920, p. 264), até o momento em que no conto entra em cena o personagem do judeu Isaias Mafra, mercador de joias e sua “filha” Judith, descrita como “flôr de Israel”, diz ele “linda e perfumosa com languidos requebros orientaes no seu corpo harmonioso e uma preguiça sensual em cada um de seus menores movimentos” (BARROSO, 1920, pp. 263-264).

Importante destacar como Barroso descreve até agora as mulheres desse conto, uma negra e uma oriental, ambas aparecem como objetos sexuais e exóticas, a encantar os homens com suas danças sensuais, mas Xica, em sua cena de apresentação é envolta em um ar de selvageria e primitivismo, já Judith não, ela “tinha olhos e cabellos escuros como uma noite tempestuosa e a face tão clara e macia como um céu enluarado” (BARROSO, 1920, p. 263). Portanto, características que estão ligadas às belezas naturais e ao mistério. Notemos assim

¹²⁶ Aqui é preciso lembrarmos de Foucault (1979, pp. 146-148) para quem nas sociedades capitalistas e burguesas, “nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder” que penetra no corpo e nele encontra-se exposto, poder que não tem apenas a função repressora, mas que produz saber(es).

¹²⁷ Segundo Júnia Ferreira Furtado (2001, p. 41), o sexo foi determinante nas condições de acesso à alforria nesse momento histórico, fato que a historiadora afirma a partir da evidência de que “a maioria dos escravos alforriados, quando adultos eram mulheres, o inverso acontecia quando se tratava de crianças, sendo o sexo masculino majoritário, pois neste caso a maioria constituía-se dos filhos nascidos das relações mistas. Quanto aos adultos, isto se explicava pela conformação econômica e social da região, pois as negras de ganho e as mulheres que viviam em concubinato com os homens brancos tinham maior facilidade de acesso a um pecúlio, sendo mais difícil para os homens de cor ter acesso a um ganho extra que lhes permitissem comprar suas liberdades”.

que Gustavo Barroso molda modelos opostos de feminilidade, a partir da cor da pele e da condição financeira das personagens, embora a imagem da mulher sedutora permaneça em ambas.

Interessante também a forma como a imagem do judeu Isaias Mafra é apresentada, “caracter interesseiro e infame”, que vende Judith como uma “peça de fazenda ou mólho de pepitas auríferas” (BARROSO, 1920, p. 264) para João Fernandes. Depois ficamos sabendo que Judith não era filha do “esperto” Isaias, mas sim uma “judia de baixa condição” usada como plano para ganhar dinheiro. Destacamos, assim, o aparato discursivo movido por Gustavo Barroso para construir a imagem depreciativa dos judeus¹²⁸, enquanto emigrados não afeitos ao trabalho digno, uma vez que são sempre associados a avareza, seja através dos jogos por eles dirigidos (LESSER, 1995, p. 260), seja através de tramas que envolvem mentiras e até mesmo a vendas de pessoas.

Uma vez que Xica se faz sabedora do envolvimento de João Fernandes com Judith, Barroso passa a dar relevo a uma outra característica de Xica da Silva:

A mulata soube por portas travessas da infidelidade do amigo e seus ciumes tropicaes quasi a suffocaram deraiva. **Tinha no sangue**, misturados, o odio dos brancos aos roubadores de amor e a ardencia africana, cujo o cio é mais forte que o dos chacáes e dos simios. Toda aquella quentura que o portuguez tanto adorava nos brinquedos nocturnos do leito se transmudou num zelo de besta-fera, num egoismo tigrino pelo ente amado, que queria só seu, sem partilha com outra, quanto mais com outra que era mais bella e sobretudo branca!

Ensaioi retel-o pelos proprios attractivos. Dansou á sua frente núa, com os mesmos reboleios da senzala; enroscou-se ao seu corpo como a sucury se enrola ao touro descuidoso; alisou-lhe as faces com as mãos errantes, maciamente; ofereceu-se toda com a pôlpa dos labios aberta como uma rosa e rescendendo a baunilha e a ortelã. Elle afastou-a e foi dormir na fazendola. (BARROSO, 1920, p. 265, grifo nosso).

Gustavo Barroso expõe assim mais das marcas profundas de uma formação desenvolvida no bojo de uma cultura escravista, na qual representa a mulher negra totalmente coisificada: do corpo-objeto à definição de selvagem, animalesca, Xica da Silva, pelo que ela traz no sangue e na pele, não é humana ou pelo menos é uma quase-humana. A ênfase de sua descrição física enquanto sensual, permissiva, sempre disposta ao jogo sexual, passa agora ao paroxismo de negação de qualquer traço de humanidade em sua personalidade: “cio mais forte

¹²⁸ Acreditamos que a visibilidade judaica e a sua respectiva aversão presente na narrativa barrosiana está inserida na conjuntura histórica analisada por Lesser sobre a questão judaica no Brasil: “[...] preocupação acerca de sua assimilação e integração. [...] Imaginações inflamavam-se e os anti-semitas encontraram um alvo [...] um pequeno grupo de judeus imigrantes operando no Brasil como rufiões e prostitutas. [...] o que realmente separava os judeus dos demais imigrantes europeus no Brasil e os tornava objeto de exame minucioso por parte dos não-judeus era sua concentração em uma série de ocupações bastante visíveis. [...] a atividade de mascate e o comércio de tecidos, nas quais haviam obtido rápido sucesso. Seu enriquecimento crescente fez aflorar o racismo e anti-semitismo latentes na sociedade que os rodeava. (LESSER, 1995, p. 66).

que o dos chacáes e simios”, “besta-fera”, “egoísmo tigrino”, “sucury”, essas metáforas dizem respeito à dimensão figurativa e ilustrativa, de um bestiário que compõe um quadro de seres considerados assustadores, perigosos, traiçoeiros, assumindo um papel pedagógico que pretende, ao tocar o mundo, organizar certa visão sobre as mulheres negras, lançando determinados sentidos que podem constituir nossa percepção desse mesmo elemento visto como um todo monolítico.

O ser da mulher negra é assim descrito enquanto todo volúpia, selvageria, animalidade e ódio à mulher branca, numa operação discursiva que constantemente (re)produz o ser negra(o), enquanto um corpo de exploração e submissão (MBEMBE, 2014, p. 40).

Haja vista o ardil sensual de Xica da Silva não mais prende João Fernandes, que depois de quatro anos de relacionamento se “contentara já mais ou menos o seu delírio da África” (BARROSO, 1920, p. 264), restou-lhe a chantagem para separá-lo do seu novo relacionamento, dado que ela havia roubado do português as provas de seus contrabandos. Dessa forma Xica da Silva como uma verdadeira “besta fera”, coloca seu plano de vingança contra aquela que “me ia roubando tudo” (BARROSO, 1920, p. 266).

Dias depois era assassinada, na fazendola onde vivia, a linda mulher de Alfama, que o judeu Isaias fazia passar por sua filha. A justiça, apesar de esforços, nunca pode saber quem tão barbaramente a matou, decepando-lhe a cabeça que jamais se pode encontrar. E mesmo na noite do crime a vingativa mulata mostrava ao amante horrorizado a cabeça de Judith salgada como a dum porco dentro de uma mala de couro (BARROSO, 1920, p. 267).

A representação literária da mulher negra está assim ancorada no mito bíblico da Salomé, que é reinterpretado por Gustavo Barroso, enquanto a “Salomé do Sertão”, seguindo as teorias raciais de sua época, a partir da figura histórica de Xica da Silva, ajudando a sedimentar a imagem de controle da mulher negra que pode até não mais viver na senzala, mas que carregará em seu sangue a sexualidade exacerbada, a selvageria e a vingança, tidos elementos definidores de seu ser.

Imagem de controle que visa a inferiorização das mulheres negras, por meio da oposição binária com uma feminilidade branca desejável e da negação mesmo de sua humanidade, o que fornece a justificativa ideológica para as opressões de gênero, classe e raça mantendo uma lógica excludente que, ao naturalizar e constantemente reatualizar e perpetuar as violências e as injustiças sociais, tornando possíveis funções assassinas do Estado que tem no corpo, na fabricação desse corpo, a partir da lógica binária do ser (in)desejável e sua

colonização, como objeto central de toda a sua ação política que objetiva definir modos de reprodução que prefiguram modalidades de discurso através das quais esse corpo indesejável se ficciona até ser capaz de dizer “eu” e de apontar o “ele” enquanto *Outro*.

Técnica de poder que gere a vida e a morte de populações inteiras, que silencia lutas, resistências e trajetórias, que estabelece uma cisão *biopolítica* entre vidas que importam e vidas que não importam. Constituindo o que Mbembe denomina de *altericídio*, ou seja, quando o *Outro* já não é mais visto como um semelhante a si mesmo, mas sim enquanto objeto intrínseca e constantemente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou, devido à incapacidade de controlá-lo, destruí-lo (MBEMBE, 2014, p. 26).

Necropolítica, genocídio da população negra – “cripta viva do capital”¹²⁹ –, corpos vistos enquanto desimportantes. **Sufocamento**, constantemente (re)atualizado da sua existência, da sua subjetividade, do seu corpo, da sua vida. Vida? Negada. Negação mesmo do que Mbembe chama de “direito universal de respirar” (MBEMBE, 2020), vozes que ecoam ao som de uma última sentença que se repete no *continuum* da nossa história: “I can’t breath” (eu não posso respirar).

Política de morte que é racializada, mas que com a globalização e o desenvolvimento de novos modelos de exploração, oriundos do capitalismo, extrapola essa dimensão. Produzindo pobreza com base nas desigualdades e escalas de opressões, os operadores desse modo de produção passam a nomear todo o excedente populacional considerado não produtivo como indesejáveis, degradados, figuras inéditas da precariedade que são todos aqueles corpos vistos, como inaptos e/ou inúteis ao processo de produção, convertidos assim em corpos improdutivos, corpos associados ao desperdício e à despesa, humanidade supérflua. *Devir-negro*, processo de africanização de outras partes, do mundo (MBEMBE, 2014, p. 101), que se apresenta enquanto evolução histórica, progressão linear, de um modelo econômico que nos tem levado à sucessivas catástrofes e a outras tantas que se anunciam no horizonte.

Devir-negro que vemos também na proposição do projeto de lei sobre indesejáveis de autoria de Gustavo Barroso, em diálogo com tantos saberes e ecoando a voz das elites da ordem e do progresso, tão diferentes entre si, mas unidas na rejeição àqueles vistos como atraso econômico ao País, ou nas palavras de Barroso, em entrevista ao *Gazeta de Notícias*, “Esses elementos são demasiadamente prejudiciais ao país. Não vêm colaborar com idéas ou capitais, nem com seu trabalho material em benefício da nossa vida economica” (GAZETA

¹²⁹ O corpo negro enquanto cripta viva do capital, faz referência ao corpo negro coisificado em sua carnalidade e mercantilizado em seu espírito (MBEMBE, 2014, p. 19).

DE NOTICAS, 1916, p. 2). “Vida economica”, vida da economia que se sobrepõe à vida daqueles que Medeiros e Albuquerque (1867-1934), um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e autor do Hino da Proclamação da República, em artigo no jornal *A Noite*, chama de “o resto, o cisco, os detritos [...] lixo do resto do mundo” (*A NOITE*, 14 set. 1916, p. 1), em defesa da lei de expulsão e de proibição da entrada no País das pessoas fugidas da Grande Guerra.

“Lei de indesejáveis” que também teve seus detratores, como mostra o próprio Medeiros de Albuquerque em outra matéria no, “O ilustre deputado por Pernambuco, o Dr. Gonçalves Maia, não está de acordo com a ideia de não se admitirem no nosso paiz os individuos inaptos para o trabalho” (*A NOITE*, 19 set. 1916). Ao que, depois de longa análise buscando desmontar, a partir da lógica da rentabilidade desses corpos “estropiados”, as palavras do deputado Gonçalves Maia, Albuquerque e Medeiros termina seu artigo dizendo: “Assim, o excelente projeto do Sr. Gustavo Barroso não merece, de certo, sinão aplausos.” (*A NOITE*, 19 set. 1916).

Conforme Aline Montenegro, um deputado também teria questionado a referida lei ao apontar que ela se ia contra a própria Constituição da época ao “Bastaria esse parágrafo do artigo 72 do nosso pacto fundamental para que arrefecido ficasse o entusiasmo que o projeto provocou” (MAGALHÃES, A. M., 2009, p. 71). O certo é que a “lei de indesejáveis” de autoria de Gustavo Barroso só fora aprovada em 1918, mas com um substitutivo assinado por Arnolfo Azevedo. Sobre essa aprovação com substitutivo, o próprio Barroso, assim descreveu, em 1931, o seu sentimento:

Aprovado em primeiro turno, desceu em segundo à comissão. Ali, o sr. Arnolfo Azevedo inverteu a ordem de alguns artigos e parágrafos, modificou para pior a redação de outros e transmudou alguns itens, fazendo aquilo que, em linguagem parlamentar, se denomina um substitutivo e que equivale a pôr o seu nome nas ideias dos outros. A lei dos indesejáveis, que até a revolução vitoriosa em outubro de 1930 regia a nossa imigração, é esse substitutivo. O meu projeto impedia a entrada no Brasil de cegos, surdo-mudos, paralíticos, [...], enfim todos quantos possam ser um peso morto para a economia nacional. **Eu pretendia incluir nessa enumeração os indivíduos de raça negra e de raça amarela.** [...] Todavia, receoso de todo sentimentalismo de nossos patrícios, não me atrevi a tanto. [...] **Continuo, porém, a pensar que é uma necessidade fundamental para nós a proibição da entrada de amarelos e pretos.** (*A GAZETA*, 1931 apud MAGALHÃES, A.M., 2009, p. 73, grifos nossos).

Mostrando-se decepcionado, tanto com seu engavetamento quanto com as modificações que o projeto original teria sofrido, temos um Gustavo Barroso a confessar um segredo que, segundo o próprio, não poderia ser dito quando da proposição do seu projeto de lei (e de nação) em 1916, que seria exatamente o de aumentar a lista de pessoas consideradas

“peso morto” para a economia brasileira: “amarelos e pretos”, asiáticos e africanos. Afirmação essa que nos faz ressaltar o que ele mesmo escrevera no conto, citado anteriormente, *Ganhar Dinheiro* “o Brasil tem em suas raízes “degredados, selvícolas, negros e fóra o mais **que se não póde e se não deve dizer, pelo menos em voz alta...**” (FON-FON, 16 set. 1916, p. 19, grifo nosso).

Temos assim um Gustavo Barroso que, uma vez inserido no ordenamento discursivo sobre indesejáveis, sabia que não podia falar de qualquer coisa a qualquer momento, com o objetivo explícito de realizar uma “limpeza étnica” no Brasil. Tendo apenas no início da década de 1930 manifestado seu interesse em incluir mais corpos à sua lista de indesejados, o que julgamos ser devido à força que o pensamento eugenista já alcançara no Brasil e no mundo ocidental, mas nada do que já não estaria implicado em seus livros e artigos concernentes às primeiras décadas do século XX, aqui analisados, que ecoando as vozes das elites da Ordem e do Progresso não cessaram de produzir tempos, espaços e corpos (in)desejáveis.

As forças que conduzem essa ordem que marcha triunfal sobre tempos, espaços e corpos (in)desejáveis o fazem inscrevendo seu movimento como algo inescapável, “lei natural da história”, progresso, técnica moderna, racionalizada, planejada metódica e burocraticamente que produz violência e indiferença, a partir de determinadas relações de poder que não cessam de falar do homem, enquanto o massacra e asfixia a quase totalidade da humanidade. Produção histórica que fez-se a partir da lógica binária dos desejáveis e indesejáveis.

Produção histórica que uma vez iluminada pela luz dos combates de hoje colocam “incessantemente em questão cada vitória que couber aos dominantes” (LÖWY, 2005, p. 58), porque minam sua legitimidade no passado e no presente. Esse presente saturado de agoras que em suas lutas se apresentam enquanto subversivas e explosivas, capazes de explodirem o *continuum* da história e o seu estado de exceção, de derrubar todas as condições sociais em que o ser humano é um ser rebaixado, subjugado, abandonado, desprezado, e assim construir o verdadeiro estado de exceção, sobre o qual nos fala Walter Benjamin em suas *Teses sobre o conceito de história*.

CONCLUSÃO

Exu matou um pássaro ontem, com a pedra que atirou hoje.

Para Gustavo Barroso o fim é a guerra, condição mesmo de recomeço.

Bagunçando um pouco o regime da temporalidade contemporânea que organiza nossa sociedade, começamos pelo fim do discurso barrosiano: a guerra permanente, como ideia-força de seu pensamento e condição para um novo recomeço. Contudo essa seção também é destinada para os encaminhamentos do que seria o fim, a conclusão, deste trabalho, se é que o fim existe, tal qual, pensamos ser – uma finitude. Nesse sentido, preferimos falar que à guisa de conclusão também buscamos um novo recomeço, não no sentido de repetir/resgatar uma experiência, mas sim da indicação de outros começos, caminhos e sonhos a perseguir a partir das várias brechas que esse trabalho deixou.

Marcado em muito pelo pensamento benjaminiano este trabalho parece escrito sobre os cacos de uma sociedade edificada pela lógica necropolítica da, reatualizada, Ordem e Progresso e o seu *devenir-negro*. Gostaria de avisar que se assim o foi feito, se fica a impressão de melancolia por um estado de exceção que é a regra, essa escolha deliberada de escrita aponta para uma senda do pensar e fazer histórico: a certeza de que a escrita não é neutra e a necessidade de disputar o passado com esse projeto de sociedade silenciador, às vezes glorificador explícito, de suas próprias catástrofes é, a nosso ver, colher centelhas de esperança e lançá-las para adiar o fim do mundo.

Essa imagem da escrita da História, como uma partícula ígnea que salta do texto em brasas sendo capaz de, com sua fagulha, acender a esperança da possibilidade de outras histórias e outros mundos, tal como preconizou Benjamin, também pode ser buscada em diferentes tradições de raciocínio não-europeias e suas mais diversas maneiras de constituir o passado e com ele estabelecer relações (SETH, 2013, pp. 175-179). E é a partir dessa premissa que começamos nossas considerações finais, com um dos orikis mais famosos de Exu – o Orixá do movimento, do poder do corpo, da alegria e das grandes transformações. Partiremos, pois, de um diálogo possível entre o “anjo da história” de Walter Benjamin e Exu o “Orixá da História”, como fio condutor dessa nossa conclusão que apresentamos como abertura de novos (re)começos.

A alegoria que Benjamin utiliza na famosa Tese IX, do anjo da história sendo impelido para o futuro, arremessado do paraíso pela tempestade que é a força do progresso,

enquanto ele volta seu rosto para trás e só vê escombros, junto ao desfecho trágico do autor das *Teses sobre o conceito de história*, parece arremessá-lo no lugar da melancolia, da tristeza, da História, cujo caminho único e linear é a impotência e o abismo. No entanto, a partir das próprias *Teses*, podemos desfazer esse estereótipo, pois Benjamin, e a sua visão particular sobre a História, é a esperança de que o Messias (que corresponde à revolução) pode rejuntar os escombros, e de que não há um único caminho na História, e sim que ela é objeto de uma construção, cuja concepção de tempo é percebida como plena, como saturada do tempo-de-agora.

Dessa forma, se olhamos para o passado e apontamos catástrofes, isso não significa uma tristeza paralisadora nossa, pelo contrário, acreditamos que em um País em que muitas vezes silencia suas barbáries, é preciso encarar esse abismo, mostrar que ele fez e faz parte de um projeto de nação, e que problematizar as peças de seu engenho é uma arma poderosa nas lutas do presente.

Já Exu, segundo as tradições afro-brasileiras, anda sobre os cacos e os remodela¹³⁰. Exu é alegria, pois, para ele os escombros podem e devem ser remodelados. Exu sabe que nas espirais do tempo nada é um já dado, imutável, a priori, que é na ação do agora que as coisas podem ser reinauguradas, impactando não só o ontem, mas o amanhã também. Temos em Exu também uma proposta de se pensar a História não em caminho único, linear, mas sim em “explosões de eventos que encruzam e Exu é pai das encruzilhadas” (SARAIVA, 2016, p. 136). Quando ele joga a pedra por trás do ombro e mata o pássaro no dia anterior, Exu reinventa o passado.

Sendo assim, vemos Exu como o Orixá da História, que as mentes ocidentais “esclarecidas” tanto ignoram. Assim como vemos em Benjamin a possibilidade de explosão do *continuum* da história e sua abertura à multiplicidade. Temos então em Benjamin e Exu a possibilidade de subversão da história e do fazê-la. Acreditamos que ao identificar como o Brasil foi edificado sobre os escombros de mentes, corpos e outras ruínas, erigido pela lógica de guerra ao *Outro*, e Gustavo Barroso é um desses artífices, atiramos mais uma pedra por trás do ombro e que, a partir dessa ação, poderemos pensar em tempos, espaços e corpos outros, potentes em suas multiplicidades, pois não formulados pela lógica da guerra.

Parafraseando Umberto Eco, a guerra permanente (ECO, 2018) era a condição do jovem literato e deputado Gustavo Barroso. O fim de seus discursos é a guerra, somente ela

¹³⁰ Aproveito para agradecer mais uma vez ao, sempre gentil, professor Francisco Santiago pela conversa fascinante sobre o pensar a história a partir da lógica dos terreiros. Conversa travada por *WhatsApp* devido ao momento pandêmico, mas que espero ansioso para desenvolvê-la mais em um encontro presencial.

encaminharia para uma verdadeira evolução material e espiritual da sociedade: a guerra contra o tempo, contra uma espacialidade, contra determinados corpos, essa é a premissa maior, a força motriz, do pensamento de Gustavo Barroso.

Nesse sentido, ele não poupou esforços no campo político e literário, que, como buscamos mostrar, fez funcionarem juntos, um legitimando o outro, tratando muitas vezes do mesmo conteúdo com formas diferentes, fazendo alcançar outras audiências, mas sempre tendo como nexos, como chave explicativa de seu pensamento, o caráter belicista de interpretação do mundo, somado à valorização do passado militar, não só brasileiro, enquanto modelo de luta e glória que deveria ser resgatado, preservado e cultuado, com finalidade de conduzir o Brasil e seu povo para um futuro desejado.

Gustavo Barroso não estava sozinho nessa empreitada, seu discurso foi mobilizado a partir de saberes os mais diversos. Herdeiro de uma grade de pensamento tradicionalista, contrarrevolucionário, cristão-católico-conservador, de uma sensibilidade romântica e antiquária, mas sempre revestido da aura e da legitimidade do saber moderno, das ditas ciências deterministas, do darwinismo social, da literatura naturalista, ele, um erudito, se fez intelectual: político, advogado, historiador, sociólogo, literato, detentor do saber. Saber passado, como quem dá uma ordem.

Já que a temporalidade moderna em sua ânsia por progresso esgarçara seu espaço de experiência, e seu horizonte de expectativa se mostrava caótico, desordenado, Gustavo Barroso, artesão de tempos, fabricou discursivamente uma temporalidade desejada, ordenada, civilizada, a ser buscada na revalorização de um determinado passado. Nesse sentido, sua concepção de história foi pautada por uma ótica que se pretendia científica, neutra, acumuladora de datas, de “grandes personagens”, por uma sensibilidade antiquária. Uma história vazia e homogênea, contada sempre, a partir do ponto de vista dos “vencedores”.

Herdeiro também de uma elite nortista patriarcal-senhorial-agrária, que já não gozava dos mesmos privilégios de antigamente, que buscava se reinventar na virada do século XIX para o XX, Gustavo Barroso utilizou de todo seu capital simbólico e cultural que ainda dispunha junto a importantes personalidades, tanto do Estado quanto do circuito intelectual, para erguer suas trincheiras, impor sua autoridade nas discussões que travara, para legitimar seus projetos e, assim, galgar espaços para sobreviver na moderna capital do País de começos do século XX. E nesse projeto ele foi exitoso, instrumentalizando entre coisas, a saudade e a imagem da decadência de uma região, Gustavo Barroso conseguiu ingressar nos mais altos círculos da intelectualidade carioca.

Foi desse lugar geográfico e social que ele, operacionalizando a saudade, se fez mais um João. Não um qualquer, mas do Norte. João do Norte foi seu cartão de apresentação, seu pseudônimo que o antecederia, foi a partir de sua operação discursiva que, de longe, ele ajudou a fabricar uma forma bem específica de se dizer e dar a ver o Ceará: parado no tempo, em ruínas pelas secas consecutivas, pelo abandono do governo republicano e pela ação deliberada de coronéis, inimigos de seu clã familiar-político, junto a cangaceiros, jagunços e beatos.

Norte da saudade e da sequidão, elaboração discursiva útil para se vender, atraindo leitores cada vez mais interessados nesse outro Brasil desconhecido, bem como vultuosos recursos financeiros, seja por parte do Estado, seja através de doações, para o “combate à seca”, que, como podemos acompanhar no caso das denúncias contra o então Presidente do Estado, seu primo, Benjamin Liberato Barroso, acabaram sendo desviados para fins particulares e para a urbanização da cidade.

O que significava estiagem para muitos era a manutenção das abundâncias para poucos. O atraso do Sertão e de sua gente também se mostrara útil para edificar uma sociedade moderna de fundo conservadora, uma cidade em que aquela gente, vítima da seca e, principalmente, da política de cerca, só era bem-vinda como mão de obra análoga à escravidão. Urbe construída pelos flagelados, mas não para eles. Para eles sempre há cercas, as mais diversas.

Norte que, mostrando o momento de transição de uma formação discursiva para outra, por vezes era chamado de Nordeste, e que apesar de tudo era o repositório da verdadeira nacionalidade, pois sem estrangeirismos, sem o anonimato da capital e as transformações abruptas que pouco valor tinham pelas coisas de um passado fabricado para ser preservado, venerado, cultuado. Discurso que forja o seu *Outro* espacial: a imagem das grandes cidades enquanto desordenadas, caóticas, pouco afeitas às tradições, sedentas por futuro, por progresso. O que Barroso, sempre ávido por falar sobre tudo, não deixou escapar à sua pena, dessa forma, o futuro prometido pelo progresso é retratado em sua distopia, como algo destinado ao fracasso, pois o verdadeiro progresso seria “natural” e não tecnológico-artificial, e só poderia advir da natureza conflitiva humana, da força, do mais forte, da evolução.

Não que Gustavo Barroso fosse contrário à modernização, mas ela deveria vir para manter as estruturas de dominação, da qual ele era herdeiro e porta-voz, as forças do passado deveriam comandar o presente e lançar as bases para o futuro. Nesse culto ao passado, Barroso se via enquanto advogado, profeta, verdadeiro cruzado, um dos seus principais

artífices, e voz forte na Câmara dos Deputados a solicitar mais obras que modernizassem seu estado natal com a premissa de combater a seca.

Se a cidade em que ele escolheu para viver, onde ele fez fama e carreira, onde desfilava, sempre muito distinto, a sua graça, era vista enquanto caótica, vertiginosa, voltada para o futuro, moderna, globalizada, anunciando os padrões de sociabilidade burgueses e seus novos atores sociais, a “Terra de Sol” foi construída discursivamente enquanto o seu avesso. Lá o tempo demoraria a passar, estava sob controle, mantendo viva as tradições e costumes de uma sociedade patriarcal, rural, cristã-católica-romana, estritamente hierarquizada. O espaço também não mudava, era seco, árido, hostil, inflexivo, rígido, espacialidade masculina feita para durar, moldando, assim, uma “raça de fortes”, de homens pacíficos, ordeiros e viris, com as mesmas características do meio que os cercava. Gustavo Barroso, fabricante de corpos e subjetividades.

Às mulheres (brancas) o papel de objeto, de sujeição, de procriação, mas também de tentação, de perigo. Discurso que mais fala da fragilidade de uma masculinidade e todo seu mundo patriarcal ameaçados pela potência das lutas feministas que granjeavam cada vez mais espaços na sociedade. Essa raça sertaneja, pensada no masculino, teria na miscigenação sanguínea e cultural também suas fraquezas, que segundo a racionalidade barrosiana seria o motivo de muito do atraso da região.

Os indígenas para Barroso seriam uma raça quase extinta, pois os que haviam sobrevivido ao extermínio das “guerras de corso” se diluíam por meio de casamentos com os europeus. Interessante notar que em seu argumento tanto o “invasor” quanto o “gentio” são culpados pela chacina ocorrida no Brasil, pois não se entendiam. Os casamentos entre ambos são por ele vistos como uma medida acertada, pois o número de europeus seria ainda baixo nessas terras, portanto um sacrifício de ambas as partes em prol da nação brasileira que se formava desse encontro (BARROSO, 1917, pp. 52-55), o que denota uma perspectiva romanceada da real violência – estupro – advinda da união forçada entre brancos e os povos originários. Indígenas e seus descendentes que ainda poderiam ser aproveitados, depois de civilizados, para resolver a questão da mão de obra do País. Se os corpos indígenas desapareciam, sua influência, retratada sempre no campo da selvageria, da agressividade, permaneceria. E essa imagem (quase extintos e selvagens) sobre os povos originários foi e, ainda é, justificativa das mais horribéis barbaridades cometidas contra eles.

Já os negros em seu discurso são relegados ao *Outro* da idealizada civilização europeia, seu corpo, sangue e cultura são vistos como sinais de atraso, barbaridade, bestialidade. Ao invés da suposta relação harmônica, como haveria ocorrido entre os homens

brancos e as mulheres indígenas, em Gustavo Barroso temos a mulher negra representada, a partir do conto “A Salomé do Sertão”, enquanto causadora de um delírio de luxúria, de lascívia animalesca, a seduzir e enfeitiçar o homem branco, bem como ele teria sido enfeitiçado pelos “delírios da África” (BARROSO, 1920, pp. 262-263), essa grande espacialidade pensada no feminino enquanto aberta, convidativa à penetração e exploração do europeu seduzido por seus encantos. O elemento branco era então representado enquanto a verdadeira vítima. À mulher negra era reservado, a partir da articulação entre o mito bíblico e saberes eugenistas, o lugar de totalmente *Outro* da humanidade, lugar máximo da violência, da sujeição, da exploração econômica e sexual, ponto de intersecção das opressões de gênero, raça e classe.

Dessa relação interracial teria nascido o sertanejo que poderia ser tanto o da sub-raça desejada o “HÉROE”, o fazendeiro, vaqueiro, agricultor, passivo, apto ao trabalho e cristão, quanto, ao sucumbir aos atavismos da miscigenação, somados aos fatores climáticos e sociais, o “BANDIDO”, cangaceiro ou beato, que transformavam o Sertão em território de revoltas e barbáries, território vermelho. Discurso este que, ao valorar negativamente casos de lutas populares contra as opressões da sociedade colonial e imperial, também estava interessado/endereçado no seu momento atual de feitura, no qual esses mesmos personagens se aliavam ao grupo oligárquico rival.

Quanto a essa “questão” da miscigenação, acreditamos que Barroso defende a ação do tempo enquanto depuradora da raça sertaneja, em que o passar dos anos iria fazer sobrepor as heranças genéticas e socioculturais do elemento branco europeu em um processo de regeneração dessa nova raça que seria o alicerce da nação brasileira. Entretanto, se o Brasil já era “tão mal servido etnicamente”, em que apenas a ação do tempo resolveria¹³¹, mais alguns problemas se apresentavam para Gustavo Barroso, e a sua busca continuava, esta pela constituição da sociedade desejada, lidando com o “estrangeirismo” e a imigração. Para esses elementos outro tipo de regeneração; “o batismo de sangue” era uma das possibilidades defendidas por Gustavo Barroso.

O primeiro, o estrangeirismo, traria consigo os valores modernos do homem burguês, cidadão. Voltado apenas para o financeiro, para valores e costumes estrangeiros, os títulos de nobreza, a hereditariedade, o saber, a tradição, não mais importariam, apenas o lucro. Era com desprezo e angústia que Gustavo Barroso descrevia a ascensão dessa sociedade de homens modernos representantes das classes sociais emergentes. Fracos, ineptos, “frangotes”, eram

¹³¹ Como o senhor Gustavo Barroso justifica seu projeto. Ver: (A RUA, 23 set. 1916, p. 1).

algumas das adjetivações usadas para descrevê-los. Elaboração discursiva que mais fala da ruína dos códigos de masculinidade característicos da sociedade agrária e escravocrata, da qual ele era originário.

O segundo ponto faz referência à imigração. Não qualquer imigração, mas aquela advinda também dos efeitos da Grande Guerra. Gustavo Barroso, na esteira de leis que eram respostas das classes dominantes às crescentes mobilizações de trabalhadores imigrantes que questionavam suas condições de trabalho e até mesmo o *status quo*, objetivava “cortar o mal pela raiz”. Ecoando as vozes do seu lugar social, para a formação e edificação da nacionalidade brasileira interessava apenas homens (brancos), submissos, aptos para o trabalho, tal e qual a sociedade sertaneja desejável de sua narrativa e não sujeitos que poderiam questionar a ordem constituída. Pessoas mutiladas física e mentalmente pelos horrores da guerra, mulheres, idosos, crianças, doentes mentais, o *Outro* da civilização moderna europeia, não seriam bem-vindos ao Brasil, pois seriam despesa e a própria degeneração física, espiritual e cultural da sociedade.

Assim, o deputado Gustavo Barroso propunha uma lei sobre indesejáveis. Uma lei que ao estabelecer filtros migratórios, e que pelo o que podemos acompanhar, foi bastante repercutida positivamente e aclamada por alguns jornais. Porém, tal lei, ganhou um substitutivo, e foi reformulada para o seu desgosto. Lei que proibia a entrada de imigrantes que ganhou efetividade formal, a partir da eleição presidencial de Epiácio Pessoa, a quem Gustavo Barroso era próximo e depositário de esperanças, sendo assim foi decretada e sancionada no primeiro mês de janeiro de 1921, o decreto Nº 4.247, determinando que:

Art. 1º E' lícito ao Poder Executivo impedir a entrada no territorio nacional:

- 1º, de todo estrangeiro nas condições do art. 2º desta lei;
- 2º, de todo estrangeiro mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de molestia incuravel ou de molestia contagiosa grave;
- 3º, de toda estrangeira, que procure o paiz para entregar-se á prostituição;
- 4º, de todo estrangeiro de mais de 60 annos.

Paragrapho unico. Os estrangeiros a que se referem os ns. 2 e 4 terão livre entrada no paiz salvo os portadores de molestia contagiosa grave:

- a) si provarem que teem renda para custear a propria subsistencia;
- b) si tiverem parentes ou pessoas que por tal se responsabilizem, mediante termo de fiança assignado, perante a autoridade policial.

Art. 2º Poderá ser expulso do territorio nacional, dentro de cinco annos, a contar de sua entrada no paiz, o estrangeiro a respeito de quem se provar:

- 1º, que foi expulso de outro paiz;
- 2º, que a policia de outro paiz o tem como elemento pernicioso á ordem publica;

3º, que, dentro do prazo acima referido, provocou actos de violencia para, por meio de factos criminosos, impôr qualquer seita religiosa ou politica;

4º, que, pela sua conducta, se considera nocivo á ordem publica ou á segurança nacional;

5º, que se evadiu de outro paiz por ter sido condemnado por crime de homicidio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estellionato, moeda falsa ou lenocinio;

6º, que foi condemnado por juiz brasileiro, pelos mesmos crimes. (BRASIL, 1921).

Nesse sentido, temos efetivadas premissas bem próximas ao projeto de lei de Gustavo Barroso que trouxemos em nosso trabalho. Restrições à imigração que não pararam por aí, mas que foram ganhando novas roupagens a partir de dinâmicas sempre atualizadas como foi o caso da aprovação, em julho de 1934, da emenda constitucional conhecida como “lei de cotas”, em que o parágrafo 6 do artigo 121 determinava restrições à entrada de imigrantes, com o objetivo de garantir a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”¹³². Leis xenofóbicas que alimentaram o medo da perda de identidade individual e/ou coletiva, a partir da defesa de uma suposta nacionalidade natural, homogeneizada, em que, ao reconhecer a humanidade de apenas alguns grupos, relega a espaços de exclusão todos aqueles que têm sua humanidade negada.

Mas esse *Outro*, como vimos, não precisa ser necessariamente de fora do País, ele pode ser uma espécie de inimigo interno, um quisto, ameaça constante à ordem e à moral de uma sociedade que se julgava civilizada, que via na população pobre – tornada miserável pela política latifundiária, que chegava ao paroxismo da precariedade, quando dos períodos de estiagens – corpos úteis, para expiar suas consciências cristãs, com doações e obras de caridades e, como mão de obra explorada em serviços que ergueriam espaços, dos quais eles não poderiam gozar, pois são pertencentes ao tempo do atraso.

Corpos vistos como sem valor humano, vítimas de uma política, e demais saberes, que assim os produziu, mas que tendo sua imagem transformada em flagelados, renderiam verbas para as mãos de poucos. Quando, a partir de práticas imagético-discursivas, a fome ganhou corpo e feições nesses corpos que rumaram, diversas vezes, para os centros urbanos atrás de garantir sobrevivência, para cobrar e fazer valer antigos códigos da sociabilidade sertaneja, o horror se instalou. Foi preciso contê-los, cercá-los, primeiro em barracas improvisadas, depois, com novas tecnologias de controle, em Campos de Concentração, destino comum às *infravidas*, afinal, como nos lembra Frantz Fanon, não bastou apenas

¹³² Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada a 16 de julho de 1934; a “lei de cotas” foi mantida no artigo 151 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada a 10 de novembro de 1937. Constituições do Brasil. São Paulo: Atlas, 1979. Mais sobre a política de controle de entrada de imigrantes no Brasil durante o período do governo Vargas, ver: (GERALDO, 2009).

segregar esses corpos, foi preciso desumanizá-los, transformando-os em quintessência do mal. São tempos, espaços e corpos de exceção que permanecem de outras formas, encarcerados em outras prisões.

Ao falar de tempo, espaço e identidades ameaçadas, Gustavo Barroso, porta-voz da elite nortista da virada do século XIX para o século XX, também os fabricava discursivamente. E assim o fez, porque lhe interessava uma sociedade uniforme, padronizada. Havia tensões óbvias no processo modernizador disputado pelas antigas elites, em muito ligadas ao mundo agrário, defensores de um passado que não deveria passar, e as novas elites, compostas por “homens novos”, oriundos do mundo burguês, que ascendiam socialmente por meio do jogo especulativo, detratores do passado, ansiosos por futuro. Mas também havia consensos. E tempos, espaços e medidas de exceções para com aqueles considerados párias da sociedade brasileira foram tomadas em busca de uma ordem e progresso não só desigual, mas produtora de desigualdades.

Com a perspectiva de tempo, espaço e identidade ameaçados, Gustavo Barroso, atuou em várias frentes, erguendo cercas, barreiras, campos, estabelecendo fronteiras simbólicas que ganhariam materialidade, a partir de seu discurso de fabricação de (in)desejáveis e da baliza bélica constante em seu pensamento. Discursos que são práticas sociais, por isso socialmente localizados, inseridos em campos de tensões, em relações de poder-saber, que operam a realidade, que a produz, mas que é também produzida socialmente, visões de mundo que, por sua vez, engendram discursos outros. Se ainda na fase de elaboração do projeto dessa pesquisa pensamos em investigar os (in)desejáveis de Gustavo Barroso, durante o desenvolvimento dela podemos ver que tempo, espaços e corpos foram, e são, alvos de uma biopolítica – que não deixa de ensejar também a morte – muito mais complexa, urdida nas tensões dos jogos de poder-saber das elites brasileiras que fabricaram um projeto de Brasil em que o lucro está ao lado da morte, criando a ideia de enriquecimento atrelada à imagem de total desprezo à natureza, a existência de tempos outros e ao massacre dos corpos, formando toda uma elite no gosto por sangue, tortura, encarceramento, estupro e no prazer que isso lhe causa.

Gustavo Barroso, intelectual dos mais respeitados na primeira metade do século XX, mais um dos fabricantes de tempos, espaços e corpos (in)desejáveis que, se foram a regra até hoje, não podem ser considerados dados imutáveis, sob risco de naturalizarmos catástrofes e silenciamentos. Como nos ensina Michel Foucault, é preciso sacudir as evidências. Aquilo que é familiar tem que ser problematizado! “Tornar visível o que é visível”. E esse foi nosso interesse nesse percurso.

Com Walter Benjamin aprendemos que o compromisso ético do historiador se dá não só com os vivos de agora e do amanhã, mas para com os mortos, ou seja, que a construção do futuro passa pela reconstrução do passado e de suas lutas, por isso é preciso apontar essa cadeia de acontecimentos trágicos que nos trouxeram até aqui. Apontar que se ela foi e ainda é meticulosamente planejada, construída, ela pode ser desconstruída.

Se o anjo da história benjaminiano, marxista/judeu, olha angustiado, desesperado, com profunda dor e revolta para a montanha de escombros que é a história da nossa sociedade, se é um olhar impotente que espera no duplo Messias, sagrado e profano, encarnado na Revolução, a resolução dessas questões, Benjamin também enseja o salto do tigre, a fagulha de esperança (visível no “tempo de um relâmpago”) que pertence à historiadora e ao historiador capaz de explodir o *continuum* da história, de construir o verdadeiro “estado de exceção”.

Já o Orixá do tempo e da História, Exu, age por outras formas, não menos revolucionárias. Ele, com luta e arte, com potência de vida, remodela esses escombros, entrecruza histórias, reinventa o passado, o tempo, ao atirar sua pedra.

Que assim como Benjamin e Exu, atemos ao passado a centelha de esperança que pode incendiar a pólvora no presente. Que arremessemos pedras!

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

AGAMBEN, Giorgio. **O estado de exceção como paradigma de governo**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Tradução Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **O engenho antimoderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. 1994. 500f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1994. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280137>. Acesso em: 07 mar. 2021.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. **Trajeto Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 43-66, 2005. Disponível em: <http://www.revistatrajeto.ufc.br/index.php/Trajeto/article/view/96>. Acesso em: 07 mar. 2021.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2009.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional**. Recife: Bagaço. 2008.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português Antônio Corrêa d'Oliveira. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 149-174, 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/95>. Acesso em: 07 mar. 2021.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 9-17.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Nunca aconteceu tragédia como essa na história do Brasil? **Diário do Nordeste**. 20 jul. 2021. [S.l.]. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/nunca-aconteceu-tragedia-como-essa-na-historia-do-brasil-1.3111845>. Acesso em: 22 out. 2021.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, João Mende de. A Oligarquia Acciolyana e a Política dos Governadores. In: SOUZA, Simone. (org.). **História de Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1973.

BACZKO, Bronislaw. **Utopia**. Enciclopédia Einaudi. v.5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p. 346-396.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: Um Lugar Incomum**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
BASSANEZI, Maria Silva Casagrande Beozzo. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: Carla B. Pinsky; Joana M. Pedro. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1.ed. São Paulo, SP: Contexto, 2012, v. 1. p. 169-193.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BIONDI, Luigi. Imigração. In: **Verbetes CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/IMIGRA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 14.

BORDIEU, Pierre **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11. ed. Campinas, SP: Papiros, 2011.

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividade no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2002) a partir do conceito de imagens de controle**. 2019. 167f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Direito, São Leopoldo, RS, 2019.
Disponível em:
http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8966/Winnie%20de%20Campos%20Bueno_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 jun. 2020

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANDIDO, Antonio. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas /FFLCH/SP, 2002.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. 2014. 354f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2014.
Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42509>. Acesso em: 07 mar. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil: 1877-1944**. São Paulo: DIFEL, 1979.

CARVALHO, Marina Vieira de. **Vadiagem e Criminalização: a formação da marginalidade social no Rio de Janeiro de 1888 a 1902**. In: SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 6., 2007, Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Marina%20Vieira%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

CERQUEIRA, Erika Moraes. **O passado que não deve passar: História e Autobiografia em Gustavo Barroso**. 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/2980/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_PassadoDevePassar.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

CERQUEIRA, Erika Moraes. **Uma pedagogia da história pelo afeto: Gustavo Barroso e os diversos usos do passado**. 2020. 330f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020. Disponível: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34386?locale=pt_BR>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORBAIN, Alain. Gritos e cochichos. In: Perrot, Michelle (Dir.) **História da vida privada**, v.4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

COSTA, Julia Fúria. **O “Culto da Saudade”: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924)**. 2013. 118f. Dissertação (Mestrado em História) –

Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/13561>. Acesso em: 07 mar 2021.

DANTAS, Elyaldo Gonçalves. **Marighella quem do que se vê: a vida e o mito de Carlos Marighella**. 2010. 80 f. (Monografia) - Natal, 2010.

DANTAS, Elyaldo Gonçalves. **GUSTAVO BARROSO, O FÜHRER BRASILEIRO: Nação e Identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937**. 1. ed. João Pessoa: Ideia, 2015.

DANTAS, Monica Duarte; LIMA, Luciano Mendonça. Quebra-Quilos: uma revolta popular na periferia do Império. *In: DANTAS, Monica Duarte. (org.). Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2011, v. 1, p. 449-483.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: Injunções de Marx**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, n. 010, 2005. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ECO, Umberto. **Sobre o espelho e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1968.

FEBVRE, Lucien. Viver a História. *In: Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença-Lda, 1989.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (org.). **O Brasil republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Lara. **Trabalhadores Retirantes na "Terra da Promessa"**. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 25, 2009. Anais [...], 2009. Disponível em:
https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548772190_3a329cb94c19224c1770771ecc05bd7b.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no College de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Dos suplícios às celas. In: POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Portugal: Veja/Passagens, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FREIRE, Diego J. Fernandes. O passado verdejante: a defesa das árvores nos artigos jornalísticos de Gilberto Freyre (1921-1926). **Espacialidades**. v.7, p. 114-130, 2014. Disponível: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17676/11548>. Acesso em: 16 set. 2021.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: o outro lado do mito. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, p. 33-74, 2001. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b50fff699bb2283a2d340/1462456577154/02_Furtado%2C+Junia+Ferreira.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América latina**. São Paulo: L&PM. Tradução: Sérgio Faraco. 2010. Disponível http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/As-Veias-Abertas-da-America-Latina.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

GARCIA, Ana Karine Martins. **A sombra da pobreza na cidade do sol**: O ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12974>. Acesso em: 10 mar 2021.

GERALDO, Endrica. A "lei de cotas" de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth** (UNICAMP), v. 15, p. 171-209, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2575/1985>. Acesso em: 06 mar. 2021.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Primavera das rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HOBBSAWN, Eric J. **Nação e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWN, Eric J. **A era do capital, 1848-1875**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JANOTTI, Maria e Lourdes Mônaco. **A Balaiada**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LOPREATO, Christina Roquete. **O espírito da revolta** (a greve geral de 1917). 1996. 273f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, IFCH/UNICAMP, São Paulo, 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279980>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses ‘Sobre o conceito de História’, São Paulo, Boitempo, 2005.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Troféus da guerra perdida**. Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso. 2009. 258f. Tese (Doutorado em História) – UFRJ/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009.

Disponível:

<https://minerva.ufrj.br/F/FV9VAH5C1H9GEJN5L1BB2UAU2V68B1KV86UN9RIL7XML76LK4Q-25494?func=full-set->

set&set_number=000012&set_entry=000005&format=999#.YQfFVo5KhPY Acesso em: 10 mar. 2021.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Tecendo memórias. Gustavo Barroso e as escritas de si. **Revista Discente** (Artigo. Anais da III Jornadas de 2007), Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2007. Disponível em:

www.revistadiscenteppphis.wordpress.com/anais-iii-jornada. Acesso em: 15 set. 2019.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 233-290, set.-dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142017000300233. Acesso em: 26 jan. 2021.

MAGALHÃES, Felipe. **GANHOU LEVA... DO VALE O IMPRESSO AO VALE O ESCRITO UMA HISTÓRIA SOCIAL DO JOGO DO BICHO NO RIO DE JANEIRO (1890-1960)**. Tese (Doutorado em História Social) – 2005. (PPG - História Social/UFRJ), 2005. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/FelipeSantosMagalhaes.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2021.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção - O Brasil Republicano; v.2).

MARX, KARL. **O capital**. Volume I. Nova York: Vintage, 1977.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 1. ed., Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **O direito universal à respiração**. [Texto online]. N-1 edições. 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/020?fbclid=IwAR1WsRKZccESiKkueh5Zr25L1SGGPE5pWsyDSz5w4OU0KxT56bTj2RtiCyc>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES Teresa Cristina de Novaes. In: **Verbetes CPDOC**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MELO JUNIOR, Antonio Ferreira de. **A assinatura Gustavo Barroso: análise do discurso narrativo de Ideias e Palavras, Ronda dos Séculos e os Protocolos dos Sábios de Sião (1917-1936)**. 2017. 132f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24871>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MENDES, André Gustavo Barbosa de Paz. **A invenção da Terra da Luz (1875-1914): história, literatura e paisagem**. 2008. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/16925/1/AndreGBPM.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MENDONÇA, Valterian Braga. **A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918**. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8207/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%202008%20Valterian%20Braga%20Mendon%c3%a7a.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MENEZES, Lená Medeiros. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1889-1930)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

_____. Imigração no Brasil: discursos em disputa e práticas seletivas. In: SOUSA, Fernando de; et al. (Orgs.). **Um passaporte para a terra prometida**. 1ed. Porto: Fronteira do Caos, 2011.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

MISKOLCI, Richard. O vértice do triângulo: Dom Casmurro e as relações de gênero e sexualidade no fin-de-siècle brasileiro. **Rev. Estud. Fem.** [online]. vol.17, n. 2, p.547-567, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2009000200014&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 09 jun. 2020.

MONTEBELLO, Natalia Monzón; SILVA, Marcílio Medeiros. Retirantes flagelados no Ceará-da-seca: (bio)políticas populacionais na consolidação do Estado Moderno. **Conhecer: Debate entre o público e o privado**. v. 8, n. 21, p. 60-77, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1058/971>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MORAES, Fabiana. **No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE**. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013. Disponível em: <https://www.mppe.mp.br/mppe/images/Livro10web.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MORAES, Kleiton de Sousa. ALBUQUERQUE, Tomás Cavalcanti de. *In: Verbetes CPDOC*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALBUQUERQUE,%20Tom%C3%A1s%20Cavalcanti%20de.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **No norte da saudade: Esquecimento e Memória em Gustavo Barroso**. 2006. 301f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=30980. Acesso em: 10 mar. 2021.

MOREIRA, Harley Abrantes. **Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso: A reinvenção do sertão cearense no início do século XX**. 2009. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. Disponível em: <http://edufn.ufrn.br/handle/123456789/607>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MOURA, Carlos André Silva de: “RESTAURAR TODAS AS COISAS EM CRISTO”: Dom Sebastião Leme e os diálogos durante o movimento de recatolização no Brasil (1916-1942). *In: RODRIGUES, Cândido Moreira (org.); PAULA, Christiane Jalles de. (org.). Intelectuais e militância católica no Brasil*. 1. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

NEVES, Frederico de Castro. Cural dos bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915-1932). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 93-122, 1995. Disponível em: [file:///C:/Users/cp/Downloads/fredericodecastro%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/cp/Downloads/fredericodecastro%20(4).pdf). Acesso em: 11 mar. 2021.

NEVES, Frederico de Castro O Nordeste e a historiografia brasileira. **Ponta de Lança, São Cristóvão**, v. 5, n. 10, abr./out., 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/cp/Downloads/3318-Texto%20do%20artigo-9387-1-10-20150124.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. 2009. 267f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1142.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PEIXOTO, Renato Amado. O fantasma de Gustavo Barroso e o espectro da nação. *In: GUSTAVO BARROSO, O FÜHRER BRASILEIRO: Nação e Identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937*. 1. ed. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 9-22.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru: Edusc, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 30, p. 56-75. 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2176/1315>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PINHEIRO, Armando Neto. **De curral da fome a campo santo: o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza**. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_armando-p-neto. Acesso em: 10 mar. 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 212-215.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 101.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 44.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A poeira do passado: tempo, saudade e cultura material**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10247>. Acesso em: 10 mar. 2021.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O verbo encantado: a construção do Padre Cícero no imaginário dos devotos**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entre história e literatura. **História da Historiografia**, v.8, n. 18, p. 160-177, 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/815>. Acesso em: 10 mar. 2021.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa oficial, 2006.

RICŒUR, Paul. **Teoria da interpretação**. Lisboa: Edições 70, 2011.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará /UFC, 2014.

ROCHA, Cristiano Moreira da. *In: Verbetes CPDOC*. [on-line]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/crisanto-moreira-da-rocha>. Acesso em: 10 jul. 2021.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem** - uma revista de intelectuais católicos, 1934-1945. Belo Horizonte/MG: Autêntica/Fapesp, 2005.

RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. **Os párias da modernidade na “Terra Da Luz”**: “a gente ínfima” de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877 - 1912). 2018. 403f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/35110>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ROGÉRIO, Luis Giampietro Bonfá. **COM LEI OU SEM LEI: COM LEI OU SEM LEI: AS EXPULSÕES DE ESTRANGEIROS E O CONFLITO ENTRE O EXECUTIVO E O JUDICIÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281971/1/Bonfa_RogérioLuisGiampietro_M.pdf>. Acesso em: 13 de mar. de 2021.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo** – o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil no início do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, p. 401-420, dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/08.pdf>>. Acesso em: 11 mar. de 2021.

SARAIVA, Luís Augusto Ferreira. EXU INTERROGA CLIO: contribuições da Filosofia Africana na construção de um novo paradigma para o estudo da História. **Das Questões**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016. DOI: 10.26512/dasquestoes.v4i1.16213. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/16213>. Acesso em: 22 ago. 2021. Acesso em 22 ago. 2021.

SARMIENTO, Erica; MENEZES, Lená Medeiros de. Aspectos da desordem urbana: imigrantes ibéricos e a contravenção no Rio de Janeiro republicano (1880-1930). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 41, p. 164-180, 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/20308>. Acesso em: 15 set. 2019.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870/1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 318-319.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? **História da historiografia**, n. 11, p. 173-189, abril 2013. DOI 1015848/hh.voi11.554. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/554>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: NOVAIS, F. (org.). **História da vida privada no Brasil-República: da belle époque à era do rádio**, v. 3, 7. reimp., São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio**. *In*: NOVAIS, F. (org.). **História da vida privada no Brasil-República: da belle époque à era do rádio**, v. 3, 7. reimp., São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVA, Elizabeth Maria da. **Mulheres emancipai-vos!:** um estudo sobre o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta. 2014. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, PósGraduação em Educação Contemporânea, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11285/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Elizabeth%20Maria%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. *In*: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. O naturalismo de Euclides da Cunha: ciência, evolucionismo e raça em 'Os Sertões'. **Fênix**, v.7, ano VII, n. 2, p. 4, mai./ago. 2010. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_6_VANDERLEY_SEBASTIAO_DE_SOUZA_FENIX_MAIIO_AGOSTO_2010.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

STOLCKE, Verena. A "Natureza" da Nacionalidade. *In*: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Cláudia Barcellos (Orgs.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

STRONGREN, Fernando Figueiredo. O movimento operário e a Greve Geral nas páginas de A Plebe. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 03 a 05 de junho 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa/o-movimento-operario-e-a-greve-geral-nas-paginas-de-a-plebe/view.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)**. Trad.: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das

letras, 2010.

TURIN, Rodrigo. A polifonia do tempo: ficção, trauma e aceleração no Brasil contemporâneo. **Artcultura**, v. 19, n. 35, p. 55-70, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ArtC-V19n35-2017-2-05>. Acesso em: 21 fev. 2021.

VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e sentidos do sertão. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 2, p.187- 196, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v10i2.3140>. Acesso em: 21 fev. 2021.

APÊNDICE A – FONTES

A EPOCA. Rio de Janeiro, anno 5, n. 1351, 23 mar. 1916. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/720100/10724>. Acesso de 28 de jan. de 2021.

A NOITE, Rio de Janeiro, anno. VI, n. 1702, p. 1, 14 set. 1916. Disponível em:
http://memoria.bn.br/docreader/348970_01/9233. Acesso em: 3 ago. 2021.

A NOITE, Rio de Janeiro, anno. VI, n. 1707, p. 1, 19 set. 1916. Disponível em:
http://memoria.bn.br/docreader/348970_01/9257. Acesso em: 3 ago. 2021.

A RUA. Rio de Janeiro, anno. 2, n. 257, p. 1, 18 set. 1915. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=236403&pagfis=1689>. Acesso em: 12 mar.2021.

A RUA. Rio de Janeiro, anno. 2, n. 265, p. 1, 26 set. 1915. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=236403&pagfis=1735>. Acesso em: 12 mar. 2021.

A RUA. Rio de Janeiro, n. 295, p. 2, 25 out. 1915. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/236403/1898>. Acesso em: 12 mar. 2021.

A RUA. Rio de Janeiro, anno. 2, n. 296, p. 3, 26 out. 1915. Disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/236403/1905>. Acesso em: 19 jan. 2021.

A RUA. Rio de Janeiro, anno. 2, n. 291, p. 2, 27 out. 1915. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/236403/1876>. Acesso em: 12 mar. 2021.

A RUA. Rio de Janeiro, anno. 2, n. 307, p. 1, 06 nov. 1915. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=236403&pagfis=1963>. Acesso em: 12 mar. 2021.

A RUA. Rio de Janeiro, anno. 2, n. 316, p. 3, 15 nov. 1915. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=236403&pagfis=2013>. Acesso em: 12 mar. 2021.

A RUA. Rio de Janeiro, 23 nov. 1915. Acervo Digital da Hemeroteca Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. Disponível em:
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=45620>. Acesso em: 22 ago. 2021.

A RUA. Rio de Janeiro, anno. 3, n. 262, p. 1, 23 set. 1916. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=236403&pagfis=3241>. Acesso em: 12 mar. 2021.

A RUA. Rio de Janeiro, anno. 4, n. 174, p. 4, 28 jun. 1917. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/236403/4731>. Acesso em: 29 jul. 2021.

A RUA. Rio de Janeiro, anno. 5, n. 320, p. 1, 25 nov. 1918. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/236403/7186>. Acesso em: 12 mar. 2021.

A RUA. Rio de Janeiro, anno. 7, n. 286, p. 4, 26 nov. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=236403&pagfis=10140>. Acesso em 12 mar. 2021.

ABREU, Alzira Alves de. *et al.*(orgs.). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda. Acesso em 10 jul. 2017.

ALBANO, Ildefonso. **O secular problema da seca**. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 15 de outubro de 1917. 2. ed., Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1918. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000173/osecularproblema1918ilde/osecularproblema1918ilde.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2021. p. 27.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Elites antimodernas. **SAIBA MAIS**, [s.l], 16 dez. de 2018. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/elitesantimodernas/?fbclid=IwAR2jby8K6TXlwhAnWuEDWWQmlsqykXKjwlkplzI0oixIEEJ2yetDO2KafNs>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BABINSKI, Karla de Souza; QUELUZ, Gilson Leandro. Gustavo Barroso: eugenia e nacionalismo autoritário. **Intellèctus**, v. 16, n. 1, p. 152-176, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/18836/21484>. Acesso em: 15 set. 2019.

BARROSO, Gustavo. As idéas separatistas são páginas da nossa história. [entrevista cedida a] **Gazeta de notícias**, 25 jul. 1915a. Acervo Digital da Hemeroteca Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=45550>. Acesso em 22 ago. 2021.

BARROSO, Gustavo. **A Gazeta de Notícias**, 9 de ago. 1915b. Acervo Digital da Hemeroteca Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=45562>. Acesso em 22 ago. 2021.

BARROSO, Gustavo. A seca do Ceará e o auxílio do governo federal. [entrevista cedida a] **O Imparcial**, 04 mar 1916. Acervo Digital da Hemeroteca Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=45649>. Acesso em: 22 ago. 2021

BARROSO, Gustavo. Os desamparados e mutilados pela guerra européa virão aumentar o pauperismo nacional. [entrevista cedida a] **Gazeta de notícias. Rio de Janeiro**, n. 146, p. 2, 26 mai. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/37999. Acesso em: 3 ago. 2021.

BARROSO, Gustavo. Um projecto sobre a entrada no país de estrangeiros indesejáveis. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, n. 262, p. 4 -19, setembro de 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/40947. Acesso em: 06 abr. 2019.

BARROSO, Gustavo. **A Ronda dos Séculos**. Rio de Janeiro: Livraria Editora de Leite Ribeiro & Maurillo, 1920.

BARROSO, Gustavo. Brasil – Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934). 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1936.

BARROSO, Gustavo. **Reflexões de um bode**. Rio de Janeiro: Graf. Educadora, 1937. p.161-162.

BARROSO, Gustavo. **Integralismo e Catolicismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: ABC, 1937.

BARROSO, Gustavo. **O Consulado da China**. Memórias. 3. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000.

BARROSO, Gustavo (João do Norte). A Portugal. **Jornal do Brasil**, 06 nov. 1910. Acervo Digital da Hemeroteca Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. n.p. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=45182>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BARROSO, Gustavo (João do Norte). **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, anno. 85, n. 264, p. 3, 22 set. 1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_10&pagfis=7047. Acesso em: 12 mar. 2021.

BARROSO, Gustavo (João do Norte). **Terra de Sol: natureza e costumes do Norte**. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilã Editor, 1912.

BARROSO, Gustavo (João do Norte). Chronica. **De uma Carta**. Acervo Digital da Hemeroteca Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. 25 out. 1913. n.p. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=45430>. Acesso em 22 ago. 2021.

BARROSO, Gustavo (João do Norte). **Idéas e Palavras**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo, 1917.

BARROSO, Gustavo (João do Norte). **Heróis e Bandidos** (Os Cangaceiros de Nordeste). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

BRASIL. [Código Criminal (1830)]. **Código Criminal do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 16 dez. 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. [Código Penal (1890)]. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 11 out. 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 24 fev. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 11 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 16 jul. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**, DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Anais do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acesso em: 21 dez. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, anno. XXVI, n. 29, p. 1030-1052, 2 jun. 1915a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02JUN1915.pdf#page=%3E>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano. XXVI, n. 122, p. 3559- 3572, 19 set. 1915b. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19SET1915.pdf#page=>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano. XXVI, n. 136, 6 out. 1915e. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD06OUT1915.pdf#page=>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano. XXVI, n. 142, 14 out. 1915c. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14OUT1915.pdf#page=>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano. XXVI, n. 153, 27 out. 1915d. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27OUT1915.pdf#page=>. Acesso em 03 ago. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, anno. XX, n. 181, 01 dez. 1915f. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01DEZ1915.pdf#page=>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diários do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, anno. XXVII, n.19, p. 231-237, 25 maio 1916b. p. 234. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD25MAI1916.pdf#page>. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, anno. XXVII, n. 110, 16 set. 1916c. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCmeD16SET1916.pdf#page=>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diários do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano. XXVII, n. 118, p. 2808-2834, 19 set. 1916a. p. 2823. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19SET1916.pdf#page=>. Acesso em: 13 ago. de 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diários do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, anno. XXVIII, n. 33, 09 jun. 1917b. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09JUN1917.pdf#page=>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diários do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, anno. XXVIII, n. 42, 20 jun. 1917c, p. 572. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20JUN1917.pdf#page=>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diários do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, anno. XXVIII, n. 48, 27 jun. 1917a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27JUN1917.pdf#page=>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.247, de 06 jan. 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 1921. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/example/index/abnt/legislation>. Acesso em 25 ago. 2021.

CARETA. Rio de Janeiro, anno. 5, n. 227, 05 out. 1912. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/083712/7663>. Acesso em: 15 set. 2019.

CARETA. Rio de Janeiro, [18 jan. 1913]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/8455>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CORREIO DO CEARÁ, 06 set. 1915. Acervo Digital da Hemeroteca Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/mhn/45566>. Acesso em :22 ago. 2021.

COUTINHO, Amélia. Gustavo Barroso. *In: Verbetes CPDOC* [on-line]. Disponível em:<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-dodt-barroso>. Acesso em: 05 mar. 2021.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pernambuco, ed. 00184, p. 3, 7 de julho 1915 Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_09/8793. Acesso em: 02 ago. 2021.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pernambuco, ed. 00285, p. 3, 14 out. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_09&pagfis=9609. Acesso em: 18 jan. 2021.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pernambuco, ed. 00007, p. 3, 08 de jan. 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_09&pagfis=18939. Acesso em: 18 jan. 2021.

DIAS, Adriana. Desnudando a barbárie: Neonazistas brasileiros saem do anonimato. [Entrevista cedida a] Eduardo Sales de Lima - Brasil de Fato. **Pragmatismo Político**, 14 out. 2011. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/10/desnudando-barbarie-neonazistas.html>. Acesso em: 26 jun. 2013.

FARIA, Alberto. **Discurso de recepção de Gustavo Barroso na Academia Brasileira de Letras** [online]. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1923. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/gustavo-barroso/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 15 set. 2019.

FON-FON. **Pelos Flagellados**. Rio de Janeiro, n. 30, p. 22, 24 jul. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=259063&pagfis=22028>. Acesso em: 13 mar. 2021.

FON-FON. **Rio de Janeiro**, n. 35, p. 20, 28 ago. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=259063&pagfis=22338>. Acesso em: 13 mar. 2021.

FON-FON. **Rio de Janeiro**, n. 19, p. 41, 6 mai. 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/259063/24736>. Acesso em: 30 jul. 2021.

FON-FON. **Rio de Janeiro**, n. 36, p. 20, 2 set. 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/259063/25764>. Acesso em 3 ago. 2021.

FON-FON. **Ganhar dinheiro**. Rio de Janeiro, n. 38, p. 19-20, 16 set. 1916. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1916/fonfon_1916_038.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

FON-FON! **Tal e Qual!** Rio de Janeiro, n. 42, p. 18, 14 out. 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/26066>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FON-FON. **Frangotes!** Rio de Janeiro, n. 12, p. 19, 24 mar. 1917. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1917/fonfon_1917_012.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

FON-FON. **Rio de Janeiro**, n. 31, p. 1, 4 ago. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/259063/28296>. Acesso em: 02 ago. 2021.

FON-FON. **Mendigos**. Rio de Janeiro, n. 40, p. 19, 06 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=259063&pagfis=28868>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FON-FON. **Rio de Janeiro**, n. 37, p. 38, 11 set. 1926. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/259063/57460>. Acesso em 30 jul. 2021.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História numa hora dessa? [Entrevista cedida a] **Revista de História**. 21 jan. 2010. Disponível em:
<http://entrevistasbrasil.blogspot.com/2010/01/manoel-salgado-guimaraes-historia-numa.html>. Acesso em 12 mar. 2021.

JORNAL DO CEARÁ. 26 mar 1909. Acervo Digital da Hemeroteca Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. Disponível em:
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=45267>. Acesso em 22 ago. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, anno. 85, n. 268, p. 6, 26 set. 1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_10&pagfis=7123. Acesso em: 13 mar. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, anno. 89, n. 182, p. 4, 2 jul. 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/30543. Acesso em: 03 ago. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 24 set. 1915. Acervo Digital da Hemeroteca Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. Disponível em:
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=45557>. Acesso em: 22 ago. 2021.

O MALHO. Rio de Janeiro, n. 683, p. 31, 16 out. 1915. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/116300/30663>. Acesso em: 03 ago. 2021.

O MALHO. Rio de Janeiro, n. 733, p. 21, 30 set. 1916. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/116300/32854>. Acesso em: 12 mar. 2021.

O MALHO. Rio de Janeiro, n. 739, p. 36, 11 nov. 1916. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20191&pesq=inde sej%C3%A1veis&pagfis=33131>. Acesso em: 12 mar. 2021.

O MALHO. Rio de Janeiro, n. 771, p. 25, 23 jun. 1917. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/docreader/116300/34623>. Acesso em: 14 jun. 2020.

POGGIO, Carlos. Por que a extrema direita cresce no mundo, segundo esse estudioso. [Entrevista cedida a] João Paulo Charleaux. **Nexo**, 29 set. 2017. Disponível em:
<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/09/29/Por-que-a-extrema-direita-cresce-no-mundo-segundo-este-estudioso>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SELECTA. 28 jul. 1915. Acervo Digital da Hemeroteca Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. Disponível em:
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=45556>. Acesso em 22 ago. 2021.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Seca de 1915**. Edição fac-símile. Fortaleza: Ed. UFC, 1980.

THEÓPHILO, Rodolfo. **História das Secas do Ceará**. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Inglesa. 1922.